



## **CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: CIDADE DE ODIVELAS**

**Regeneração e revitalização alargada através da reabilitação de infra-estruturas antigas.**

**Maria Constança Duarte Ferreira de Azevedo e Silva**

(Licenciada)

Dissertação/Projecto para obtenção  
do Grau de Mestre em Arquitectura  
(Mestrado Integrado em Arquitectura)

**Orientador Científico:** Professor Doutor Pedro Rodrigues

**Co-Orientador Científico:** Professora Doutora Cristina Cavaco

**Júri | Presidente:** Professor Doutor José Afonso

**Vogais:** Professor Doutor Hugo Farias

Professor Doutor Pedro Rodrigues







## **CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: CIDADE DE ODIVELAS**

**Regeneração e revitalização alargada através da reabilitação de infra-estruturas antigas.**

**Maria Constança Duarte Ferreira de Azevedo e Silva**

(Licenciada)

Dissertação/Projecto para obtenção  
do Grau de Mestre em Arquitectura  
(Mestrado Integrado em Arquitectura)

**Orientador Científico:** Professor Doutor Pedro Rodrigues

**Co-Orientador Científico:** Professora Doutora Cristina Cavaco

**Júri | Presidente:** Professor Doutor José Afonso

**Vogais:** Professor Doutor Hugo Farias

Professor Doutor Pedro Rodrigues

Lisboa, FAUL, Novembro, 2013

Texto Policopiado  
Documento redigido ao abrigo do acordo ortográfico de 1974



## RESUMO

As cidades actuais reflectem graves e profundos problemas, resultado do acumular de anos de intervenções irreflectidas, conduzindo-as à situação actual. Dispersas, fragmentadas e carecidas de identidade, estas cidades confrontam-se agora com uma crise de significado, situação que deve ser travada e, se possível, revertida. Para tal, torna-se importante reconsiderar os núcleos urbanos antigos, pelo seu valor imaterial e insubstituível conferidos pela herança patrimonial.

Hoje lidamos com duas realidades: a cidade antiga e a cidade actual. Apesar de distintas, a sua complementaridade é a única forma de garantir a subsistência (em unidade). Assim, reconhece-se a reabilitação urbana como instrumento eleito de intervenção nos núcleos urbanos para a requalificação e revitalização do espaço urbano, restituindo a estima pública e promovendo consequentemente o seu desenvolvimento.

Centrando-se este último na cultura, chama-se a atenção para a ameaça do *branding* urbano, resultado da competitividade entre as cidades com o intuito de aumentar a sua capacidade de captação de recursos exteriores. Este fenómeno vem ameaçar aquilo que mais se preza, o valor insubstituível do património pela banalização e perda de autenticidade.

A presente dissertação tem por objectivo compreender a importância da reabilitação de infra-estruturas antigas no contexto urbano actual e de que forma, integradas numa estratégia alargada, poderão não só melhorar a qualidade de vida dos habitantes, como também contribuir para a regeneração da cidade alargada, ou seja, dos territórios urbanos, sub-urbanos e peri-urbanos (territórios esses, por norma, carentes de urbanidade).

O caso de estudo desenvolvido na cidade de Odivelas, vem exemplificar, através de um profundo estudo contextual, como uma zona periférica pode restituir-se tendo em conta não só as suas proximidades, como também a re-integração da população numa vivência quotidiana.

Esta proposta aborda um possível percurso a adoptar no domínio da reabilitação urbana, através da reconversão do Palacete da Quinta do Espírito Santo num museu, assim como a criação de um objecto arquitectónico de carácter cultural e pedagógico. Estas soluções integradas numa nova estratégia de consolidação do tecido urbano existente, visam afirmar a identidade e reforçar o sentido de comunidade para Odivelas (em paralelo com as intervenções já realizadas no mesmo âmbito) capaz de a dotar de potencialidades que melhorem a qualidade de vida da sua população.

### TÍTULO

Construir sob o construído:  
cidade de Odivelas.

### SUB-TÍTULO

Regeneração e revitalização  
alargada através da  
reabilitação de infra-  
estruturas antigas

### NOME

Maria Constança Duarte  
Ferreira de Azevedo e Silva

### Orientador Científico

Professor Doutor Arq. Pedro  
Rodrigues

### Co-Orientador Científico

Professora Doutora Cristina  
Cavaco

Mestrado Integrado em  
Arquitectura

Lisboa, Novembro 2013

**Palavras-Chave:** Reabilitação Urbana, Regeneração Urbana, Cidade antiga/Cidade Actual, Cultura, Património, "Centro Histórico", Odivelas, Museu

***Building over what is built: Odivelas.***

*Rehabilitation of heritage elements in ancient urban centers as a  
(re)energizing and promoter of a wider regeneration*

**ABSTRACT**

*The cities of today reflect severe and profound problems as result of years of constant reckless interventions, leading them to the present situation. Scattered, fragmented and in need of identity, these towns are now faced with a crisis of meaning, a situation that must be fought and, if possible, reversed. For this purpose, it is important to reconsider the old urban cores, its irreplaceable and immaterial value given by patrimonial heritage.*

*Today we face two realities: the old city and the current city. Although distinct, the complementarities between the two, are the only way of ensuring their into one survival. Therefore, urban regeneration it's recognized as the chosen instrument of intervention in urban areas for redevelopment and revitalization of urban space, restoring public esteem and thereby promoting its development.*

*The latest, related to culture, calls the attention to the threat of urban branding, the result of competition between cities in order to increase their ability to attract outside resources. This phenomenon puts at risk what it's most praised, the irreplaceable value of the assets by the trivialization and loss of authenticity.*

*This dissertation aims to understand the importance of rehabilitation of aging infrastructure in the present urban context and in which way, integrated into a comprehensive strategy, may not only improve the quality of life for residents, but also contribute to the wider regeneration of the city, in other words, the urban territories, sub-urban and peri-urban (these territories, generally, lacking urbanity).*

*The case study developed in the city of Odivelas, based on a deep contextual study, exemplifies how a peripheral zone can restore itself regarding not only their vicinity, as well as the reintegration in the daily life of the population.*

*This proposal addresses a possible course of action to follow on the domain of urban regeneration through the redevelopment of the "Palacete da Quinta do Espírito Santo" into a museum, as well as the creation of an architectural object for cultural and educational purposes. These solutions integrated in a new strategy of consolidating the existing urban grid, intend to affirm identity and enhance the sense of community to Odivelas (in parallel with existing interventions accomplish in the same scope) to be able to provide the potentialities to improve the quality of life of its population.*

**TITLE**

*Building over what is built:  
Odivelas.*

**SUB-TITLE**

*Rehabilitation of heritage  
elements in ancient urban  
centers as a (re)energizing  
and promoter of a wider  
regeneration*

**NAME**

*Maria Constança Duarte  
Ferreira de Azevedo e Silva*

**Supervisor**

*Professor Doutor Arq. Pedro  
Rodrigues*

**Co- Supervisor**

*Professora Doutora Cristina  
Cavaco*

*Master's degree in  
Architecture*

*Lisbon, November 2013*

**Keywords:** *Urban Rehabilitation, Urban Regeneration, Ancient city/Current City, Culture, Patrimony, Historic Centre, Odivelas, Museum*



## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	15
I - A CIDADE HERDADA E A CIDADE DO FUTURO .....	19
1.1 - Importância das cidades para o homem .....	20
Intervenção nas Cidades.....	21
1.2 - Os efeitos da expansão urbana .....	22
As Periferias .....	23
Mito do subúrbio.....	24
A questão da <i>centralidade</i> - Polaridades.....	25
A cidade herdada e a cidade moderna: do confronto à conciliação ..	26
1.3- Reconhecimento da cultura como eixo motor do desenvolvimento ..	26
Valor intrínseco dos núcleos urbanos antigos.....	28
Reabilitação, Reabilitação Urbana e Regeneração Urbana:	
esclarecimento de conceitos .....	29
II - EVOLUÇÃO DAS CIDADES: CONCEITOS E POLÍTICAS URBANAS	
QUE A ACOMPANHARAM .....	33
2.1 - Restaurar o carácter das cidades .....	35
2.2 - Breve Evolução das Cidades a partir do século XX: conceitos e	
políticas urbanas que as acompanharam .....	37
Década de 80 .....	39
O novo modelo de desenvolvimento assente na competitividade....	39
2.2.1 - O Novo caminho das políticas urbanas: Regeneração Urbana	
.....	40
2.2.2 - Desafios do século XXI .....	42
Novas metodologias das políticas urbanas .....	42
2.3 - Políticas Urbanas Nacionais .....	44
2.3.1 - Caso de Estudo do Programa POLIS .....	46
2.4 - Breves Considerações finais .....	48
Dimensão transcendente da Reabilitação Urbana .....	48
III - INTERVENÇÃO NOS NÚCLEOS URBANOS ANTIGOS .....	51
3.1 - Reinvenção do Património .....	52
3.1.1 - Património Imaterial .....	53
3.1.2 - "Genius loci": o retorno à centralidade .....	54
3.2 - Intervir no centro antigo .....	55
3.2.1 - "Centros Históricos" ou núcleos urbanos antigos.....	55
3.2.1.1 - Consciência Patrimonial.....	56
3.2.2 - A Cultura e a ameaça do <i>branding</i> urbano .....	57
3.2.3 - Entre o centro e as periferias - Caso de estudo.....	58
3.2.4 - Caso de Estudo da Fábrica da Pólvora de Barcarena .....	59
3.3 - Intervir no Património.....	60
3.3.1 - Reabilitação: o conflito entre nostalgia e autenticidade .....	60
3.3.2 - Reabilitação do património indissociável da regeneração dos	
núcleos urbanos antigos .....	61
3.4 - Considerações finais.....	63
PARTE II .....	65
IV - CASO DE ESTUDO, ODIVELAS.....	65
4.1 - Breve contexto Histórico de Odivelas .....	66
4.2 - Situação Actual .....	69
4.2.1 - Breve análise Sócio-demográfica:.....	69
4.2.2 - Caracterização Territorial .....	70

4.2.3 - Políticas Urbanas: PROT, PDM e PP-UOPG's .....	72
4.3 - Elementos Patrimoniais .....	74
4.3.1 - Quintas de Odivelas .....	74
Quinta do Mendes .....	75
Quinta da Memória.....	75
4.3.2 - Quinta do Espírito Santo .....	76
V - PROPOSTA DE UM EDIFÍCIO MUSEOLÓGICO E RECONVERSÃO DA QUINTA DO ESPÍRITO SANTO COMO MOTOR DE REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO URBANO ANTIGO .....	79
5.1 - Estratégia Urbana .....	81
5.1.1 - Objectivos .....	81
5.1.2 - Estratégia .....	86
5.1.3 - Estrutura .....	87
5.2 - Estratégia de Implantação (Esc: 500) .....	89
5.3 - Caracterização (Esc: 200) .....	94
5.4 - O Museu na Periferia: Reabilitação da Quinta do Espírito Santo .....	99
VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	112
BIBLIOGRAFIA.....	108
ANEXOS .....	119



## ÍNDICE DE IMAGENS

i: Área Metropolitana, Periferia Metropolitana .....	25
Tabela 1: Consolidação dos objectivos da reabilitação urbana .....	41
ii: Plano da Fábrica da Pólvora de Barcarena .....	59
iii: Vista aérea de Odivelas, fonte: Google.Maps .....	65
Tabela 2: Cronologia dos acontecimentos históricos de Odivelas .....	67
iv: Expansão urbana da freguesia de Odivelas .....	68
Tabela 3: Nível de Qualificação Académica.....	69
v: Planta de localização de comércio e equipamentos .....	70
vi: Espaço público .....	71
vii: Diferentes tipologias urbanas.....	71
viii: As várias Lisboas .....	72
ix: Quinta do Espírito Santo .....	74
x: Quinta do Mendes .....	74
xi: Quinta da Memória.....	74
xii: Evolução da Quinta do Mendes .....	75
xiii: Evolução da Quinta da Memória .....	75
xiv: Evolução da Quinta do Espírito Santo.....	76
xv: Jardim do Palacete, Quinta do Espírito Santo.....	76
xvi: Jardim do Palacete, Quinta do Espírito Santo.....	76
xvii: Fachada principal e jardim .....	77
xviii: Escadaria principal, sala de estar, fonte,.....	77
decoração, brasão, azulejos .....	77
xix: Alçados, Planta de Cobertura e Planta Piso térreo .....	78
xx: Localização da proposta em Odivelas .....	79
xxi: Zona de intervenção da estratégia urbana .....	81
xxii: Planta da Proposta Urbana .....	83
xxiii: Vazio urbano existente.....	84
xxiv: Núcleos principais existentes .....	84
xxv: Relações pretendidas .....	84
xxvi: Eixos Estruturantes existentes .....	84
xxvii: Corte Zona Histórica .....	85
xxviii: Corte Colinas do Cruzeiro .....	85
xxix: Corte relação augi's para a Colina do Cruzeiro.....	85
xxx: Esquema da leitura conceptual.....	86
xxxi: Programa do parque urbano proposto. ....	88
xxxii: Corredor Verde.....	88
xxxiii: Malha estrutural: Permeabilidade e legibilidade do espaço ....	88
xxxiv: Equipamentos Propostos.....	88
xxxv: : Estratégia proposta .....	88
xxxvi: : Estratégia proposta.....	88
xxxvii: Esquema Programático da Estratégia Urbana .....	89
xxxviii: A disposição do edifício .....	90
xxxix: Caracterização Funcional da Proposta .....	90

xl: Apropriação do terreno.....	91
xli: : Principais rótulas: praça, pátio, largo.....	91
xlII: Privado existente - "Obstáculos" .....	92
xlIII: Permeabilidade - Percursos propostos .....	92
xlIV: Estrutura de verdes .....	93
xlV: Miradouros - Espaços de permanência.....	93
xlVI: Desenvolvimento conceptual da forma do museu .....	97
xlVII: Desenvolvimento da Volumetria .....	97
xlVIII: Whitney Museum of American Art.....	99
xlIX: Edifício proposto do museu.....	101
I: Corte transversal. Caracterização de ambientes .....	101
II: Planta de estruturas do museu e Casa da Azenha.....	102
III: Esquema do sistema estrutural (museu) .....	102
IIII: Axonometria piso 0 .....	102
IIV: Livraria "Ler devagar" .....	104
IV: Cultural centre, Uzerche, França.....	104
IVI: Cultural centre, Uzerche, França.....	104
IVII: Planta piso 0. Esquema de percursos.....	105
IVIII: Planta piso 1. Acessos verticais .....	105
lix: Alçado Este/Corte: Palacete da Quinta do Espírito Santo.....	105
Tabela 4: : PROGRAMA: Museu articulado com outras actividades.....	106
IX: MAXXI (Museu de Arte Contemporânea), Roma .....	107
IXI: MAXXI (Museu de Arte Contemporânea), Roma .....	107
IXII: MAXXI (Museu de Arte Contemporânea), Roma. ....	107
IXIII: Apontamento perspéctico átrio .....	108
IXIV: Perspectiva espaço transição átrio-museu.....	108
IXV: Solução espaço de transição .....	109
IXVI: Planta distribuição .....	109
IXVII: Apontamento Casa da Azenha .....	110
IXVIII: Corte, planta e perspectiva do auditório.....	110
IXIX: Detalhe iluminação natural .....	111
lxx: Estudos iluminação artificial.....	111



***"(...) Se sem Homem não há Cidade, também sem Cidade  
não há Homem."***

*- Fernando Távora, Porto, Fevereiro 1969*

**AGRADECIMENTOS:**

Aos professores Pedro Rodrigues e Cristina Cavaco;  
À professora Maria Manuela da Fonte;  
Aos professores Maria da Graça Moreira, Jorge Bastos  
e Paulo Almeida;  
Ao Domingos e ao Diogo;  
À Madalena e à Joana;  
Ao Francisco e à Ágata;  
À Sara e à Francisca.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objectivo compreender a importância da reabilitação de infra-estruturas antigas no contexto urbano actual e de que forma, integradas numa estratégia alargada, poderão não só melhorar a qualidade de vida dos habitantes como também contribuir para a regeneração da cidade alargada, ou seja, dos territórios urbanos, sub-urbanos e peri-urbanos, territórios esses, por norma, carentes de urbanidade e de algumas referências, serviços e equipamentos próprios de um espaço urbano. Com especial incidência nas novas estratégias de intervenção urbana: a reabilitação urbana (reconhecendo a reabilitação de infra-estruturas antigas, patrimoniais ou não, integradas numa estratégia multisectorial e a longo prazo) como catalisador para a revitalização e regeneração alargada (essencial ao desenvolvimento global).

Este estudo passa assim pelo entendimento da evolução das cidades, dos conceitos que a constituem e das políticas urbanas que a acompanham, conduzindo ao reconhecimento da reabilitação como instrumento eleito para intervir nas nossas cidades. Integrando os princípios e objectivos da sustentabilidade, apresenta-se como instrumento preferencial para responder à complexidade dos desafios e exigências que retratam a sociedade contemporânea.

Esta investigação destina-se à aplicação no projecto desenvolvido na disciplina de Laboratório de Projecto VI. Com o tema "*Construir no Construído: Cidade de Odivelas*", o trabalho incide especificamente no eixo de segmentação do tecido urbano. Entre o núcleo central antigo, a colina do cruzeiro<sup>1</sup> e as AUGI's<sup>2</sup>, este território, deixado ao acaso, degradado e objecto de algumas intervenções horticolas ao jeito dos habitantes, apresenta um grande potencial, não só pela sua localização excepcional (para a coesão do tecido urbano e a nível metropolitano) como ainda pela sua topografia, de acentuado declive, acompanhando toda a linha de água.

Odivelas, uma zona periférica que sofreu os males da expansão urbanística das cidades e das soluções urbanísticas do século XX, apresenta-se totalmente descaracterizada, degradada e fragmentada. Contudo, local de conexão e proximidade ao centro da grande Lisboa, conta já com algumas iniciativas e intervenções, ainda que muito aquém do necessário para uma boa qualidade de vida e desenvolvimento global.

Pretende-se com este trabalho comprovar que a reabilitação deste território poderá inverter o declínio das suas áreas urbanas envolventes. Compreender que a reabilitação de infra-estruturas distintas, contribuirá não só para a regeneração do espaço de intervenção como potenciará todo o território (nas suas diferentes dimensões: económica, social, ambiental e cultural), **consubstanciando-se** nos princípios da **sustentabilidade** para assegurar a cidade do futuro.

É imprescindível contextualizar a segunda metade do século XX, caracterizada por profundas transformações tanto no modo de viver como no modo de actuar, marcada pelos avanços dos recursos, da tecnologia, bem como, o seu impacto nas diversas valências do desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Zona de novas habitações caracterizadas como "máquina de habitar"

<sup>2</sup> AUGI: Áreas urbanas de génese ilegal

As cidades integram um *organismo vivo*, encontrando-se os diversos factores interligados, deixam de se apresentar como um elemento isolado e fechado para passar a contribuir para o bem comum<sup>3</sup>. Entende-se que estas transformações de mentalidades e consequentemente de práticas urbanas e de organização, contribuem para o enriquecimento e melhoria das condições de vida a nível global. Torna-se assim fulcral adequar as políticas urbanas e restabelecer o papel das infra-estruturas existentes enquanto factor crucial ao desenvolvimento global.

Face às consequências perniciosas da descaracterização das periferias, da perda do sentido de identidade e de pertença destes territórios, pretende-se focar o estudo nos lugares significantes capazes de promover a coesão territorial através da exploração do **conceito de reabilitação** (e reabilitação urbana) e da questão de **património** (e consciência patrimonial), do significado dos **núcleos urbanos antigos** e o **espírito de lugar** atribuído pelos indivíduos, pelos seus valores e tradições, responsáveis por reinventar o património, visando o desenvolvimento humano e consequentemente o desenvolvimento nacional e global.

A investigação incide em três aspectos:

- Num primeiro momento, o entendimento da importância das cidades e da sua crescente valorização enquanto factor principal de desenvolvimento, com maior enfoque no processo de expansão urbanística a partir da segunda metade do século XX e os processos que a acompanharam: sub-urbanização, peri-urbanização e desenvolvimento policêntrico; bem como um breve esclarecimento dos principais processos de intervenção, sobre os quais irá incidir o desenvolvimento deste trabalho.

Num segundo capítulo desenvolve-se uma breve evolução das cidades, dos conceitos que as constituem e das políticas urbanas que as acompanharam, a partir do século XX, reconhecendo-se a urgente necessidade de gestão de recursos e de qualificação e revitalização do espaço urbano, realçando a reabilitação e reabilitação urbana enquanto instrumentos eleitos para a regeneração alargada das cidades, fornecendo um *background* que sustente as políticas actuais e o seu sucesso.

- Em segundo lugar destacar-se-á a revalorização do património, assim como dos núcleos urbanos antigos enquanto lugares *significantes*, essenciais ao desenvolvimento humano, considerados "o coração da cidade"; incidir-se-á na compreensão do significado de património para a sociedade actual, o que este representa para o indivíduo e o perigo da banalização e perda de autenticidade provocada pelo *branding* urbano, actual base do desenvolvimento. Importa sobretudo compreender a articulação entre o novo e o antigo, entendendo-se como único meio de sobrevivência das cidades, caso contrário o património acabará por cair no esquecimento, na degradação acabando por desaparecer. Sem património não há sentido de identidade, de pertença ou cidadania (valores que suportam a sociedade). Sem sociedade não há cidade. Temas como o "centro histórico", a memória, a identidade, consciência patrimonial, *branding* cultural, autenticidade, serão

---

<sup>3</sup> Funcionando como um todo a mais pequena intervenção na região mais ignorada reflectirá as suas externalidades positivas a nível nacional, continental e até mundial.

desenvolvidos para entender de que forma estes conceitos são cruciais para o resultado final do projecto arquitectónico.

- Finalmente, após a análise dos objectivos alcançados da reabilitação enquanto principal instrumento de intervenção na actualidade e reconhecimento da importância das infra-estruturas antigas nos núcleos urbanos centrais, identificar-se-ão um conjunto de medidas a tomar com o intuito não só de qualificar os espaços urbanos existentes mas de torná-los geradores de novas áreas urbanas qualificadoras. Importa ainda perceber o papel do património (no seu valor e significado) tendo em conta o seu impacto na regeneração do território, nas estratégias de reabilitação e reconversão dos elementos patrimoniais que redinamizem o centro urbano antigo e promovam uma regeneração mais alargada, numa linguagem de articulação entre o **novo** e o **antigo**, devendo complementarem-se (promovendo uma melhoria da qualidade do espaço urbano).

Será por isso relevante consolidar uma outra perspectiva relativamente à intervenção nas cidades existentes, focando-se no tema da reabilitação e reconversão numa vertente urbana de revitalização e desenvolvimento sustentável, tendo os centros urbanos antigos como protagonista.

Paralelamente a esta investigação foi desenvolvido um projecto que demonstra uma possível aplicação dos pontos essenciais do estudo efectuado aplicados ao local - Odivelas. Este projecto passará por uma análise urbana que identifique as potencialidades e as carências do lugar, propondo-se um plano urbano que vise a coerência e consequente revitalização do espaço urbano, assim como o fortalecimento da identidade e sentido de pertença, procurando também consolidar o sentido de comunidade. Por fim, é elaborado o projecto de um objecto arquitectónico inserido num espaço público envolvente, de carácter cultural, pedagógico e lúdico, que constitua um factor de regeneração urbana e social, que promova actividades educativas, culturais, económicas e que assim, revitalize o envolvente, oferecendo um espaço público qualificado e que torne coesa a malha urbana.





## **I - A CIDADE HERDADA E A CIDADE DO FUTURO**

## 1.1 - Importância das cidades para o homem

*"(...)a arquitectura, enquanto tal, deve absorver uma função de serviço a um projecto de homem e de sociedade e por isso não pode prescindir de uma bagagem de conhecimento que possa colocá-la na realidade factual de forma acrítica ou obediente a uma lógica que não lhe é própria, mas sim como algo para o homem".<sup>4</sup>*

A Cidade é considerada a maior criação física do Homem e uma das mais significativas criações do seu espírito, como afirma Fernando Távora<sup>5</sup>. Como tal, esta reflecte todas as alterações e evoluções da sociedade ao longo da história deixando marcas visíveis e irreversíveis das nossas práticas urbanas.

As nossas cidades, ao entrarem na fase da *modernidade*, vêm evoluir *"profundamente as formas de pensar e de agir, as ciências e as técnicas, as relações sociais, a economia, as desigualdades sociais, as formas de democracia"*<sup>6</sup>, incapacitando as políticas tradicionais de dar resposta aos elevados graus de incerteza que caracterizam as novas tensões urbanas, os novos conflitos de interesses e a diversidade funcional que a cidade contém.

*"Volto sempre para casa tremendamente cansado quando passeio pelas ruas. Não tenho necessidade de contemplar especialmente as fachadas dos prédios, mas o certo é que elas me inquietam (...)";* que, fazendo referência aos tempos modernos, reflecte a necessidade urgente de novas formas de intervenção nas nossas cidades. *"(...) Por vezes procuro um refúgio nas novas construções tão elogiadas, mas naturalmente faço mal."*<sup>7</sup>

Dada a sua complexidade, entender o conceito de cidade não é uma ciência exacta. O objecto de estudo - a cidade - caracterizada por um território urbanizado, disperso em torno da cidade antiga, na qual se sobrepõem realidades urbanas e rurais, nem tão pouco possui uma definição clara ou consensual, no caso da cidade actual, sendo que todas se desenvolvem de forma diferente, seja geográfica, económica, social, cultural ou ambientalmente, tornando cada uma um caso único, particular e individual.

Em cada época surgem novos desafios, novas tensões urbanas e novas perspectivas de análise dos problemas, que se traduzem nos impulsionadores da mudança, sendo portanto imprescindível compreender e adequar a arquitectura e a forma de *"concepção e gestão das cidades e dos territórios"*<sup>8</sup> às mentalidades e costumes, às relações sociais, às práticas urbanas, à economia, democracia e diversidade funcional, que acompanham a par e passo a cidade e que fazem dela o que é nos dias de hoje.

<sup>4</sup> SATTI, Elvio M. Il Reale e la Realtà. In *Prolegomini – Conoscenza e Intuizione in Architettura*. Firenze: Alinea A, 1987.

<sup>5</sup> Prefácio de Fernando Távora em PORTAS, Nuno: "A Cidade como Arquitectura", 1969

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Hermann Broch: *Os sonâmbulos* (1928-1931)

<sup>8</sup> Prefácio de Fernando Távora em PORTAS, Nuno: "A Cidade como Arquitectura", 1969

Nos dias de hoje reconhece-se o seu papel, determinante no desenvolvimento da Europa (reconhecido apenas na década de 90), sendo tomadas na Europa como "*motores da economia, como espaços de inovação, de competitividade, de cooperação e de cidadania*"<sup>9</sup>. É por isso importante compreender e reflectir, de uma forma mais aprofundada, o objecto de estudo em causa e os conceitos que o constituem ou que lhe estão associados.

### Intervenção nas Cidades

O que se entende por **intervenção nas cidades**? Segundo Portas, consiste no "*conjunto de programas e projectos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (...); a sua recuperação ou reabilitação arquitectónica (...); e finalmente, a sua reapropriação social e cultural (...)*".<sup>10</sup>

Intervir nas cidades actualmente remete para uma panóplia infindável de caminhos no entendimento e formas de agir nas mesmas, implicando portanto, segundo João Ferrão<sup>11</sup> *uma visão estratégica* global, que consiga ser objectiva e sintética sem todavia eliminar os aspectos que lhe *conferem vida e distinção*.

Reforça-se assim a necessidade de adaptar e desenvolver instrumentos e teorias de concepção, assentes em paradigmas como o sustentabilidade, que invertam tais tendências e que sejam, acima de tudo, compatíveis e flexíveis com a complexidade e constante transformação que caracterizam a sociedade actual e o próprio indivíduo.

A evolução da nossa cidade não pode permanecer baseada na expansão como solução, destruindo paisagens e recursos, enfraquecendo a natureza que já tão fragilizámos, construindo o "novo" e deixando o "velho" para trás, ao abandono. É fulcral garantir o imprescindível equilíbrio e harmonia entre "*eficiência e equidade, equilíbrio ambiental e o bem-estar social, o emprego e a modernização económica*".<sup>12</sup>

Segundo Sarmiento<sup>13</sup>, as cidades de hoje necessitam duma nova perspectiva de análise (pela sua complexidade e instabilidade), uma vez que os antigos ou tradicionais métodos e conceitos, como "subúrbio", "rurbano", entre outros, já não se podem aplicar para definir o objecto de cidade ou o fenómeno urbano.

A cidade de hoje já é vista como a cidade do futuro, a "cidade da informação", uma cidade que na sua complexidade e distinção procura a

<sup>9</sup> RIBEIRO, Paula: *A Avaliação das Políticas de Regeneração Urbana em contextos Intraurbanos*, 2012, p.38

<sup>10</sup> PORTAS, Nuno. Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente. *Sociedade e Território*, Ano 1, n.º 2, 1985, p. 8-13.

<sup>11</sup> RIBEIRO, Paula: *A Avaliação das Políticas de Regeneração Urbana em contextos Intraurbanos*, 2012, p.13

<sup>12</sup> SILVA e CORREIA; Mónica Marques e Francisco Nunes: Artigo - "*Uma nova forma de viver as cidades, o exemplo demonstrativos do Programa POLIS 2005*", p.32-42

<sup>13</sup> SARMENTO, João – "Variações sobre o Urbanismo Pós-moderno". *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto*, I Série, vol. XIX. 2003

complementaridade e integração. Agir nas cidades representa assim um difícil processo de elaboração de estratégias de planeamento que encontrem medidas adequadas e que correspondam às expectativas do século XXI: **"a cidade conectada"** (de ligações e suportada pelo funcionamento em rede) **através "do tempo, do espaço, do carácter, da identidade, do futuro e do passado"**<sup>14</sup>.

## 1.2 - Os efeitos da expansão urbana

O processo de expansão urbana na Europa acompanha o processo de industrialização que se iniciara no século XVIII e que se desenvolvera nos dois séculos seguintes, conduzindo à concentração de massas populacionais e funcionais nos centros urbanos. Como factores directamente relacionados com esta massificação identificam-se o desenvolvimento dos transportes regionais (como os caminhos de ferro), a atractividade das grandes cidades e a sua abundância de oportunidades, a necessidade de proximidade habitação/trabalho, a modernização da agricultura e consequente êxodo rural.

Note-se que este processo ocorreu tardiamente em Portugal (apenas no anos 60) comparativamente aos países desenvolvidos da Europa Ocidental.

Neste distinguem-se três fases: a fase centrípeta (urbanização), a fase centrífuga (contra-urbanização) e novamente a fase centrípeta (reurbanização). Ora, a primeira, respeitante à **urbanização**<sup>15</sup> (caracterizada no parágrafo anterior) conduziu ela própria à fase seguinte pela sobrelocação nos centros, invertendo a atractividade dos centros urbanos. Estes passam a ser espaços de condições de habitabilidade (heideggeriano<sup>16</sup>) indigna pela incapacidade de albergar o excesso de população e de serviços que se instalaram. O crescimento demográfico e reestruturação das cidades, a inexistência de espaços verdes, a poluição sonora e ambiental e a carência e aumento do custo da habitação, entre outros, conduzem a população para os limites da cidade, na promessa de maior qualidade de vida.

Na segunda fase, a deslocalização crescente para as periferias, normalmente em mancha de óleo (urban sprawl), enquadram-se três tipologias (nas décadas 70,80 e 90 respectivamente): a suburbanização, a periurbanização e a rurbanização. A **suburbanização**, referido anteriormente, trata-se da expansão urbana na periferia imediata das cidades, da qual resultam as cidades-dormitório<sup>17</sup>. A **periurbanização**<sup>18</sup>, decorrente do processo de suburbanização, é caracterizada pela difícil distinção dos limites da cidade e do campo consistindo na implantação dispersa de construções urbanas no meio rural. Estes espaços intersticiais, responsáveis pela articulação entre o

<sup>14</sup> Virna Bussadori – *The New Charter of Athens: The ECTP vision for cities in the 21st century*.

<sup>15</sup> Por **urbanização** entende-se "um processo de longo prazo, caracterizado pelo aumento da percentagem de população a viver nas cidades e pela extensão geográfica das áreas urbanas." segundo o *Glossário do Desenvolvimento territorial* (CEMAT), 2011. pág.32

<sup>16</sup> Martin Heidegger no âmbito das reflexões sobre a essência do habitar.

<sup>17</sup> Onde reside a maior parte da população urbana.

<sup>18</sup> "A maioria das áreas periurbanas localiza-se na proximidade imediata das áreas urbanas consolidadas, mas podem também corresponder a aglomerados residenciais localizados em paisagens rurais." *Glossário do Desenvolvimento territorial* (CEMAT), 2011. pág.2

espaço urbano e rural, resultam, de forma geral, da baixa densidade populacional, da qualidade ambiental, do desenvolvimento dos transportes e das vias de comunicação e do baixo custo da habitação. A **rurbanização**, caracterizada por áreas para além das suburbanas e periurbanas, resultam do processo de urbanização dispersa contando com algumas residências e actividades económicas urbanas em meio rural, continuando no entanto a prevalecer a agricultura/paisagem natural.

Finalmente, nos finais da década de 90 (em Portugal), a terceira fase - **re-urbanização** - consiste no retorno aos núcleos urbanos antigos como reacção à angústia existencial associada à "*falta de sentido do espaço e das cidades*"<sup>19</sup>. Reconhece-se os núcleos urbanos antigos como espaços de maior urbanidade, por transportarem consigo, através do Património e da sua História, a dimensão humana da cidade, ou seja, um valor e significado imaterial capaz de segregar comunidades numa identidade cultural. Lugares estes portadores do **genius loci**<sup>20</sup>, essência que restitui memórias, tradição e significado. Questões que serão aprofundadas no III capítulo em conjunto com a permanência, identidade, o perigo da nostalgia retida num passado, autenticidade e veracidade, entre outros.

*(...) [A] crença depositada no progresso como sinónimo de boa vida, em comodidade, higiene e regulação [caiu] em descrédito com o desenvolvimento acelerado das periferias urbanas e a explosão das grandes cidades. Afinal, os benefícios e milagres esperados da técnica e do progresso vieram [ameaçar] a língua, a tradição e o humano. As áreas industriais, inicialmente símbolo de modernidade e prosperidade, assim como as áreas habitacionais operárias (...) passam a revelar o lado calculista e inumano da técnica moderna (...) que corrói a organicidade destas realizações urbanas, [deixando] de preencher a totalidade do humano.*<sup>21</sup>

## As Periferias

Importa entender sobre a temática das periferias, a natureza da sua origem, a sua caracterização e, acima de tudo, o culminar na perda de identidade e da dimensão humana provocado por estes processos modernos de urbanização desenfreada e complexa, (aos quais os modelos tradicionais não se conseguiram adaptar, promovendo estudos de estratégias e planos de ordenamento do território e intervenção no tecido existente) reconhecendo-se o valor dos núcleos centrais antigos.

O crescimento das cidades, na sua dimensão e complexidade funcional, conduziu-as ao que denominamos de *metrópole*<sup>22</sup>, onde o espaço urbano se

<sup>19</sup> Tal perda acarreta consigo a perda de identidade e individualidade, que se torna num dos objectos em debate enunciada no **IX e no X Congresso Internacional da Arquitectura Moderna**. - Fuão, Fernando Freitas: *O sentido do espaço. Em que sentido, em que sentido?*

<sup>20</sup> Ou espírito do lugar (Ver 3.1.2). Tema introduzido pelo teórico Norberg Schulz na década de 80 que influenciou a leitura das cidades alterando-a desde então.

<sup>21</sup> CAVACO, Cristina: *"Transmodernidade e Experiência do Espaço: Periferia e periferias na Problemática da Sociedade Contemporânea"* (2011), Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, pg. 142

<sup>22</sup> "Um centro e uma mancha periférica residencial crescendo em mancha de óleo" segundo Álvaro Domingues na *Carta estratégica de Lisboa 2010-2024*. Área Metropolitana corresponde a um centro urbano e a toda a sua periferia, mais ou menos afastada.

foi especializando, tendo como resultado áreas praticamente homogéneas, social e economicamente. Por outras palavras, "*a cidade do capitalismo industrial é uma cidade segregada e zonada, polarizada por um centro*"<sup>23</sup>.

Ora, como visto no sub-tema anterior, desencadeiam-se nos anos 60 e 70 (na AML) uma série de transformações territoriais das quais apenas se reconhecerão as verdadeiras consequências a partir de 1985<sup>24</sup>, dando início a um novo processo de transformações na metrópole - a *reurbanização*<sup>25</sup>, ou seja, o regresso aos centros urbanos.

As periferias, reflexo do sintoma da construção desenfreada alastrando-se para além dos limites das cidades, caracterizam-se como "*espaços intersticiais entre o universo citadino e o universo rural*"<sup>26</sup> que reúnem em si diversas realidades e nos quais se evidenciam a segregação e a diferença<sup>27</sup>. Acima de tudo, o espaço da periferia reconhece-se como um espaço de contradições sociais, económicas e ambientais, deparando-se com estratos sociais díspares e condições económicas opostas.

### Mito do subúrbio

As periferias, caracterizadas essencialmente como espaços de reduzida identidade, reflectem não só as necessidades antropológicas dos seus habitantes, como também os seus sentimentos e vontades, contraditórias<sup>28</sup> por vezes mas complementares.

Efectivamente, foi o carácter lúdico que conduziu as periferias à oscilação entre a ilusão e a desilusão, entre a valorização e a ruptura.

Desencadeado o sentimento de superioridade pela forma de excelência (pensava-se) de viver no campo, na promessa de um espaço que correspondesse e preenchesse as perspectivas e desejos da população, o "direito à cidade" acabou por cair no esquecimento e, o que iludira os habitantes rapidamente se transformara na "forma inferior de estar na cidade", atribuindo ao conceito de periferia ou subúrbio o estigma popular de ruptura e inferioridade.

Acostumámo-nos à "*ideia (...) de que são espaços desmemoriados, deserdados, atópicos, desenraizados*" e, "*sobretudo, indesejados*."<sup>29</sup>

<sup>23</sup> SALGUEIRO, Teresa Barata: *Lisboa, Periferia e Centralidades*. 2001. pg.52

<sup>24</sup> Ver no capítulo seguinte, Políticas urbanas Nacionais.

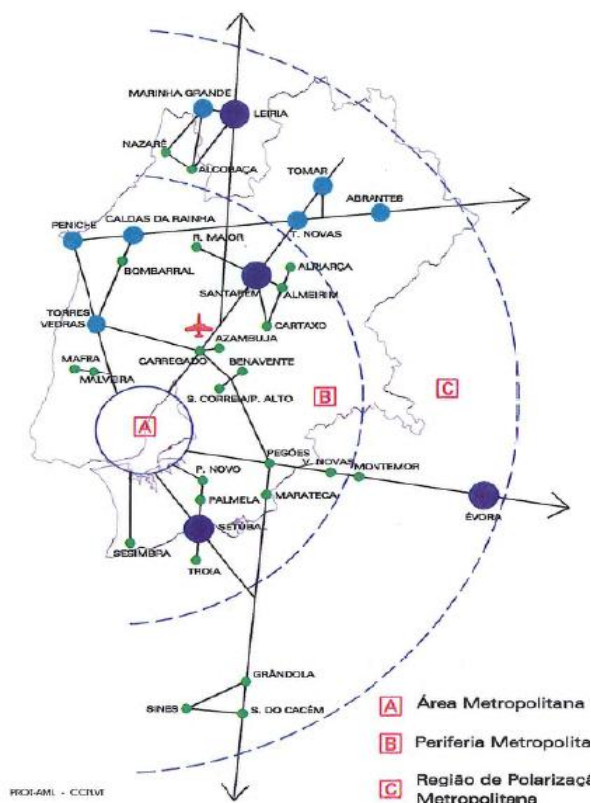
<sup>25</sup> "(...)[D]omínio (...) que conota o processo complementar, refazer e melhorar as redes de suporte e espaçamento dos conjuntos edificados existentes ou potenciais urbanizações deficitárias da cidade extensiva". Contrasta "com o termo genérico de *reabilitação* aplicados sobretudo aos aglomerados onde as malhas mais consolidadas (...)" - SALGUEIRO, Teresa Barata: *Lisboa, Periferia e Centralidades*. 2001. pg.164

<sup>26</sup> CAVACO, Cristina: "*Transmodernidade e Experiência do Espaço: Periferia e periferias na Problemática da Sociedade Contemporânea*", Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura de Lisboa (2011), pg. 121

<sup>27</sup> Nelas, enquadram-se diferentes tipos de ocupação do solo e diferentes escalas - desde áreas de habitação a áreas industriais, parques tecnológicos, desportivos, etc., sem desprezar os espaços residuais deixados no esquecimento mas também eles parte deste contexto da periferia.

<sup>28</sup> Ibid. pg.146

<sup>29</sup> CAVACO, Cristina: "*Transmodernidade e Experiência do Espaço: Periferia e periferias na Problemática da Sociedade Contemporânea*" Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura de Lisboa (2011) pg.148



i: Área Metropolitana, Periferia Metropolitana, Região de Polarização Metropolitana

### A questão da *centralidade* - Polaridades

Centralidade representa hoje quase um desejo utópico, associado a uma conotação positiva e de equilíbrio, qualquer que seja o seu contexto, podendo-se até utilizar o oxímoro: *centralidade periférica*. Pois bem, este conceito localiza-se no topo dos objectivos do urbanismo, incidindo principalmente sobre "reforçar centralidades, criar novas centralidades, ou incentivar centralidades periféricas para contrariar os efeitos de *periferização*."<sup>30</sup>

Os diferentes níveis (regional, nacional e europeu) pretendem "que os sistemas urbanos regionais ou nacionais sejam **policêntricos** (Anexo 1)<sup>31</sup>, para contrariar excessos de [supremacias], macrocefalias e relações assimétricas centro/periferia"<sup>32</sup>, e distribuição equilibrada de actividades e funções no território. O policentrismo é assim tomado como a resolução quase milagrosa, referência nas diversas escalas, desde a europeia à local.

É certo que o termo "centro" tem sido levado ao extremo, sendo que, no modelo antigo de cidade, estava indissociável de três qualidades: acessibilidade, funções que abrangiam os diversos campos sociais, e a presença de elementos patrimoniais que permitissem a *produção de valores identitários* e representassem a imagem "ícone" da cidade.

<sup>30</sup> SALGUEIRO, Teresa Barata: *Lisboa, Periferia e Centralidades*. 2001. pg.41

<sup>31</sup> Ver anexo 1: Desenvolvimento territorial policêntrico

<sup>32</sup> SALGUEIRO, Teresa Barata: *Lisboa, Periferia e Centralidades*. 2001. pg.41

### A cidade herdada e a cidade moderna: do confronto à conciliação

Lidamos assim com duas realidades distintas de cidade mas complementares: a primeira, a **cidade antiga** ou cidade "herdada", delimitada, concentrada, monocêntrica, histórica, que se encontra despovoada, degradada e desprovida de vitalidade, não deixando ainda assim de merecer (uma vez que sem ela, pelas suas qualidades intrínsecas, não existiríamos (no limite) como tal) intervenções de reabilitação, revitalização e regeneração do seu espaço urbano nas diversas dimensões de cidade: social, económica, física e cultural; A segunda, a **cidade moderna**, difusa e ainda em expansão, fragmentadas e carentes de infra-estruturas, marcada por novas centralidades, implica uma reestruturação do seu espaço, assente em parcerias, participação pública, etc.

Aliada ao facto de esta constituir um organismo vivo e portanto encontrar-se constantemente em transformação, pode-se afirmar que a sua conciliação (necessária e urgente) originará uma outra cidade, a cidade do futuro, a cidade de hoje: a cidade da informação (a qual ainda se apresenta como uma incógnita). Urge a consolidação de um novo modelo de intervenção e desenvolvimento urbano como única forma de garantir as cidades do futuro.<sup>33</sup>

### 1.3- Reconhecimento da cultura como eixo motor do desenvolvimento (pertinência do estudo)

Uma das questões que se coloca imprescindivelmente no seguimento e formulação do estudo aqui apresentado é ,precisamente, qual é um dos maiores responsáveis pelo desenvolvimento das cidades nas últimas décadas?

Ora, segundo o CEU<sup>34</sup>, o que difere as cidades europeias entre si é a sua História, na qual se reflecte a estrutura política, social e económica característica de cada nação. Por outras palavras, a cultura é o elemento identificado como estruturante das cidades, logo, no que as diferencia. Face à ameaça de homogeneização de um mundo globalizado reconheceu-se a necessidade de celebração da **História** e da **identidade** como factores de afirmação (tanto a nível nacional como internacional) e valores imprescindíveis para o futuro desenvolvimento urbano (que até à data havia posto termo não só às especificidades históricas como à dicotomia urbano/rural).

Paralelamente ao aumento da importância do papel da reabilitação urbana, e em parte a ela se deve, dá-se a crescente importância das cidades, espaço onde se define e ocorre o desenvolvimento, principalmente pela competitividade gerada entre as regiões e países. Em contrapartida, por consistirem também no "palco" principal das grandes transformações, não se

<sup>33</sup> A nível nacional, no Relatório do Programa Nacional da Política de Ordenamento do território (p.133), encontram-se as direcções do novo modelo: uma economia competitiva, integrada e aberta que, no contexto da globalização, *exige sistemas urbanos e território integrados e qualificados que se diferenciem e complementem concorrencialmente.*

<sup>34</sup> Council of European Urbanism (CEU) das cidades.



apresentam apenas como territórios de oportunidade mas onde se reflectem com maior expressividade a maioria dos problemas sociais e ambientais.

A ameaça da **uniformização**<sup>35</sup> provocada pelo processo de globalização e de liberalização dos mercados, do avanço das tecnologias de informação e da uniformização das técnicas e dos meios de produção coloca novos desafios no âmbito cultural, tornando fundamental a aposta na **valorização da diversidade** como principal motor da atractividade, que por sua vez é responsável por colocar as cidades no "mapa" da competitividade.

Mais do que objectivo principal, a **diversidade cultural** revela-se essencial ao desenvolvimento humano sustentável e consequentemente à reabilitação urbana como instrumento fulcral da sua promoção e protecção - visando a promoção da conservação do espaço urbano e preservação da tradição, passando também a incluir nos seus *objectivos a protecção da diversidade e a promoção do desenvolvimento cultural das comunidades* (PINHO, 2009).

Baseando-se o **desenvolvimento** das cidades na **competitividade** por **diferenciação** e **inovação**, é desta **atractividade** (principalmente das actividades económicas a instalarem-se na cidade) que irão depender a valorização da própria cidade e do país.

Tendo em conta que a competitividade (dependente dos níveis de diferenciação) apresenta-se na actualidade como um dos maiores desafios das cidades, na procura de um lugar no desenvolvimento global, desperta-se a importância dos lugares e do património para a sua salvaguarda, conservação, valorização e potencialização. Perante a exigência de uma adaptação a estas novas lógicas originam-se os debates do século XXI<sup>36</sup> dos quais são fruto novas políticas de intervenção.

Este novo modelo de desenvolvimento (actual assente na competitividade e atractividade das cidades) requer uma reestruturação económica e social numa perspectiva não só ambiental mas também cultural, reposicionando o papel da cultura como um recurso extremamente valioso uma vez que é o factor responsável por providenciar inovação, criatividade e potencializar novas actividades económicas. No entanto, a acompanhar a sua valorização aumentam também as tensões entre culturas. Neste mundo cada vez mais complexo, globalizado, baseado em trocas e interligações, a **tolerância** e o **respeito** tornam-se difusas, assumindo o património cultural um papel fundamental na implementação do novo modelo de desenvolvimento (ao privilegiar a dimensão imaterial sob a material). É no património (elementos culturalmente significantes) que as comunidades se reconhecem, pela sua herança, pela capacidade que detêm em devolver e proteger a identidade e

---

<sup>35</sup> Os processos de homogeneização, ao serem responsáveis pela diminuição do potencial económico e do leque de escolhas, representam um entrave à realização pessoal dos indivíduos e consequentemente ao desenvolvimento, ameaçando a coesão social (fundamental para a sustentabilidade do mesmo). Logo, era necessário reorientar as estratégias a seguir. Os objectivos do património passam a focar-se na preservação e conservação da qualidade dos elementos culturalmente significantes (naturais ou culturais, material ou transcendental), apenas possível mediante um *processo colectivo e participado* na identificação, interpretação e avaliação do património que determinará e justificará as decisões (técnicas e projectuais).

<sup>36</sup> Como é exemplo o *discurso urbanístico* e a perspectiva do *Council of European Urbanism* das cidades.

de expor cada cultura ao mundo, promovendo a liberdade cultural e garantindo a coesão social<sup>37</sup>.

No final do século XX a situação política da cultura e da sustentabilidade ainda não eram satisfatórias (restringindo-se praticamente à teoria como instrumento para a promoção do crescimento económico e do fortalecimento da identidade europeia) atingiram-se grandes conquistas assistindo-se à proliferação de *estratégias europeias de desenvolvimento*<sup>38</sup> que se tomam como bases legislativas das políticas e iniciativas apresentadas no século XXI.

### Valor intrínseco dos núcleos urbanos antigos

*"Estamos especialmente ligados aos lugares mais antigos e temos frequentemente a sensação de que estes apresentam uma maior urbanidade do que aqueles que a sociedade actualmente produz. Com efeito, inquietam-nos as formas que tomam as cidades e todo o tipo de riscos sociais e ambientais que elas parecem gerar."*<sup>39</sup>

O "valor intrínseco" dos tecidos antigos e a vantagem da sua conservação são reconhecidos<sup>40</sup> ao identificar-se na sua essência o carácter histórico, artístico e funcional, antecipando o papel decisivo destes no desenvolvimento das cidades. Compreende-se que só através da sua integração numa escala mais alargada do planeamento territorial se possibilita a participação do património na vida urbana activa, adaptando-se aos novos contextos da contemporaneidade e maximizando o seu valor e o da sua envolvente.

Françoise Choay em "A Alegoria do Património" caracterizava estes espaços como *espaços identitários, de residência e de encontro, de estética e pedagogia (...), [de] valor artístico e histórico, (...)* referenciando-se ainda à cidade simultaneamente como um *monumento*<sup>41</sup> e *organismo vivo*.

*"É a cidade histórica que é apreciada pelas suas qualidades e não a outra; é a cidade histórica que é objecto de patrimonialização (quase sacralização), tornando-se assim um bem colectivo (da humanidade, quando é o caso dos centros históricos classificados) pelo qual é preciso zelar e que é preciso proteger."*<sup>42</sup>

<sup>37</sup> Através da capacidade de unir comunidades pelo reconhecimento de parecenças ou igualdades que pudessem relacionar os indivíduos para juntos criarem e projectarem o seu futuro, um futuro melhor.

<sup>38</sup> Estratégia Pan-Europeia para a Diversidade Biológica e Paisagística; Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário; Quadro de acção para o Desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia; Finalizar Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu; entre outros.

<sup>39</sup> ASCHER, François: *Novos Princípios do Urbanismo. Novos compromissos Urbanos* (2010) pg.19

<sup>40</sup> Pela primeira vez, com a ajuda do teórico Gustavo Giovannoni.

<sup>41</sup> Por **monumento**, segundo Sert, Léger e Giedion (1943) entende-se: referências identitárias na paisagem, criados pelo Homem e nos quais este revê valores, tradições, ideais de uma cultura, que fundamentam as suas acções. Símbolos concebidos para resistir ao tempo e percorrer gerações estabelecendo uma ligação entre passado e futuro. "[S]ão a expressão das mais elevadas necessidades culturais humanas. Têm de satisfazer a busca eterna da humanidade (...) da sua força colectiva (...). Os Monumentos mais vitais são aqueles que expressam o sentimento e o pensamento desta força colectiva – as pessoas."

<sup>42</sup> PORTAS, DOMINGUES, CABRAL; Nuno, Álvaro, João: *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulações e Projectos* (2011). pg.39

Deparamo-nos então com outro conceito de cidade: a cidade cognitiva; representativa do nível social e cultural é nesta que se valoriza e celebra a dimensão humana relacionada com a apropriação dos espaços pelos seus habitantes. Dependente dos **lugares significantes**<sup>43</sup>, é na cidade cognitiva que se reconhece e encontram os sentimentos de pertença, identidade, cidadania, conceitos que apesar de distintos estão intimamente ligados e, sem os quais, não conseguiríamos *habitar*.

### **Reabilitação, Reabilitação Urbana e Regeneração Urbana: esclarecimento de conceitos**

Neste perspectiva, o prefixo "re"<sup>44</sup> assume-se fulcral como base da orientação daquilo *que importa fazer pelo património urbano*, segundo Portas (2003): reabilitar, revitalizar, reconverter, regenerar, requalificar. Tal implementação requer programas, planos e projectos de intervenção que visem capacitar a cidade nos diferentes âmbitos (social, económico e cultural), nomeadamente nas áreas críticas e decadentes, revertendo o processo de degradação do tecido edificado. (Anexo 2)

Por vezes o **conceito de reabilitação urbana** é distorcido e diminuído relativamente às suas reais capacidades devido ao acelerado processo evolutivo e à complexidade que acompanha tais intervenções, confundindo **reabilitação** (física relativa a questões espaciais do construído) com **reabilitação urbana** (processo de regeneração mais alargado que inclui a revitalização dos tecidos urbanos através de operações integradas).

Por **reabilitação** entende-se a "*renovação da estrutura interna e adaptação às necessidades da vida moderna*"<sup>45</sup> de elementos patrimoniais assim como a preservação dos elementos de interesse cultural. O conceito de **reabilitação urbana**<sup>46</sup> surge, por sua vez, da preocupação com a "imagem do conjunto" conduzindo à extensão do conceito de património a grupos de edifícios (em detrimento do particular) e à necessidade destes, enquanto "património classificado"<sup>47</sup>, de intervenções que possibilitem a sua participação activa na vida quotidiana sem esquecer o respeito pelo seu carácter e a conservação do seu valor patrimonial. Inicialmente de carácter técnico e exclusiva a edifícios, inserida numa política (sectorial) de conservação do património arquitectónico e visando a preservação, conservação, potencialização e aproveitamento dos recursos existentes, destaca-se essencialmente pela sua flexibilidade e abrangência nas diferentes valências do espaço urbano: coesão social, económica e territorial; capacitando as suas intervenções de adaptação aos diferentes contextos.

<sup>43</sup> capacidade adquirida pela presença de elementos patrimoniais

<sup>44</sup> PORTAS, Nuno: *À Volta da Cidade* Portas, artigo 3º ENCORE, LNEC, 2003.

<sup>45</sup> Resolution (76) 28 cit. 53, ponto I art.º 2 (tradução livre) em PINHO, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, (2009) pg.71

<sup>46</sup> **Reabilitação urbana** visa principalmente regenerar e conservar o património edificado ou o ambiente urbano, incluindo os seus ecossistemas. Para além da recuperação de edifícios históricos e de paisagens urbanas, estas actividades incluem ainda a modernização e melhoria de equipamentos e o respeito pelas normas e regras ambientais e de segurança. - DGOTDU: *Glossário do Desenvolvimento Territorial*, CEMAT (2011) p.28

<sup>47</sup> Por património classificado entendem-se os edifícios de interesse pelo seu valor histórico, social, artístico, arqueológico ou científico, ou de carácter típico; edifícios que pertençam a um conjunto coerente ou "notáveis pela forma como se implantam na paisagem"; e estruturas possíveis de delimitar geograficamente.

Em suma, a reabilitação urbana visa a requalificação de edifícios e espaços públicos das cidades, para a melhoria do ambiente, do património e da qualidade de vida. Acima de tudo, pretende alcançar o equilíbrio e harmonia entre antigo e contemporâneo permitindo o reencontro da cidade (no seu verdadeiro conceito) com a estima pública, tornando-se assim numa componente essencial do desenvolvimento urbano sustentável, multisectorial e participado<sup>48</sup>, promotor da coesão social e do desenvolvimento económico, particularmente das áreas em declínio, reflexo do alcance de novas mentalidades no que diz respeito à forma de pensar e de agir na cidade.

O CEU encara a reabilitação urbana como instrumento essencial de coesão social e territorial. A Revisão da Nova Carta de Atenas (2003) vem realçar a urgência de adaptar as estratégias ao contexto onde se inserem, considerando todos as especificidades dos locais a intervir.

*"[U]ma das principais contribuições da Europa no século XXI será o novo modelo das suas cidades antigas e modernas: cidades que são verdadeiramente conectadas, que são inovadoras e produtivas, criativas em ciência, na cultura e nas ideias, mantendo simultaneamente condições de vida e de trabalho dignas para as suas populações; cidades que irão **conectar o passado com o futuro**, mediante um vital e vibrante presente."*<sup>49</sup>

Importa ainda esclarecer o que se entende por **Regeneração Urbana**<sup>50</sup>, uma vez que enquadra os objectivos principais das novas abordagens políticas na Europa. Este conceito entende-se como um instrumento que visa combater a degradação do ambiente urbano para proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes, integrando a reabilitação física, a requalificação ambiental, a revitalização económica e a integração social e cultural, entre outros.

Note-se que este conceito, vigente desde os finais do século XX, era tema de debate já a meio do século mas sem nunca se chegar a um consenso no que concerne a princípios, métodos e definições.

## Reabilitação Urbana e Regeneração Urbana

Segundo Cristina Cavaco, a reabilitação urbana dirige-se particularmente a áreas intra-urbanas, focando essencialmente processos de reabilitação física, seja do edificado, seja do espaço público. Este conceito tem vindo a sofrer alargamentos, e pode considerar-se que abrange já processos de revitalização económica e social. Contudo, do ponto de vista da escala foca-

<sup>48</sup> Participação activa da comunidade e utentes

<sup>49</sup> European Council of Town Planners, cit. 66, pg.10 em PINHO, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, (2009) pg. 457

<sup>50</sup> **Regeneração e revitalização urbana** integram um conjunto de actividades públicas, ou em parceria público-privado, que visam transformar a base socioeconómica obsoleta de certas áreas urbanas, tornando-a mais sustentável através da atracção de novas actividades e empresas, da modernização do tecido urbano, da melhoria do ambiente urbano e da diversificação da estrutura social.- DGOTDU: *Glossário do Desenvolvimento Territorial*, CEMAT (2011) p.28

se claramente na dita dimensão intra-urbana da cidade. A regeneração é necessariamente mais abrangente do ponto de vista da escala territorial (integrando áreas da cidade alargada e da cidade região), mas também do ponto de vista dos territórios alvo (não necessariamente urbanos ou predominantemente urbanos) e do ponto de vista dos eixos de intervenção (para além da componente de regeneração física e funcional, têm particular relevância objetivos de regeneração e revitalização do tecido económico e social).



**II - EVOLUÇÃO DAS CIDADES:**  
**CONCEITOS E POLÍTICAS URBANAS QUE A ACOMPANHARAM**

"(...) *Se sem Homem não há Cidade, também sem Cidade não há Homem.*"<sup>51</sup>

O modelo de cidade moderno conduziu ao caos urbano, na fragmentação das cidades, na sua descaracterização formal, e na desapropriação do território, reflectindo-se na dificuldade em criar laços como também no aumento da insegurança ampliando as tensões sociais. Sendo o fenómeno urbano composto por complexas relações<sup>52</sup> qualquer intervenção se repercutiria não só na dimensão física como espiritual e intelectual, podendo ter implicações perniciosas na estrutura social, cultural, funcional e económica.

Em contraste, os bairros tradicionais, que apesar de apresentarem condições mínimas e precárias, assumem factores de coesão e de entreaajuda consistentes, espelho dos sentimentos de identidade e de pertença. Estes, por sua vez, estão intimamente ligados aos *elementos significantes* capazes de sustentar memórias colectivas nos quais se fundamentam as cidades. (Concluindo que sem tais sentimentos o futuro das cidades é utópico).

Sem adoptar uma postura demasiadamente tradicionalista, *urge ultrapassar os sentimentos do vazio e da insegurança*<sup>53</sup>, criando *condições de agradável habitabilidade sem pôr em causa o equilíbrio patrimonial que se deseja e pretende*<sup>54</sup> através de "filosofias de intervenção, que combinem os diversos factores", tendo sempre em perspectiva a humanização dos espaços, serão as mais eficazes.

As políticas urbanas dos finais do século XX debruçavam-se quase exclusivamente sobre as questões dos centros históricos e da sua revitalização. Mas, confrontando-se esta com problemas distintos aos da cidade expandida, concluem-se insuficientes tais tipos de intervenção pela incapacidade de abranger a cidade no seu todo (nas diversas dinâmicas que a compõem). São por isso necessárias novas abordagens que permitam a conciliação entre a cidade-herdada e a cidade emergente.

Contudo, importa reconhecer e compreender a evolução da cidade e dos conceitos que a compõem para que seja possível actuar sobre a cidade do presente e garantir a cidade do futuro.

<sup>51</sup> Prefácio de Fernando Távora em PORTAS, Nuno: "A Cidade como Arquitectura", 1969

<sup>52</sup> De ordem social, económica, política, histórica, simbólica, funcional, morfológica.

<sup>53</sup> RODRIGUES, Carlos Tavares: Texto "*Recuperação dos centros históricos e reabilitação urbana: Identidade e Europa*", do livro PEREIRA e MIDÕES; Arnaldo e Ágata: *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*", 1997. pg.198

<sup>54</sup> Ibid. pg.197



## 2.1 - Restaurar o carácter das cidades

A segunda metade do século XX é marcada pela alteração das mentalidades ou, por outras palavras, por uma "viragem social" centrada nos debates dos problemas urbanos, caindo por terra os mitos da *internacionalidade* e do *funcionalismo racionalista*. Uma época de crítica ao modernismo, fazendo surgir diversas perspectivas da cidade contemporânea como as de Kevin Lynch, Gordon Cullen, Françoise Choay, Jane Jacobs, entre outros.<sup>55</sup> Charles Jencks, por exemplo, aponta as suas críticas principalmente à metodologia do modernismo, responsável por generalizar o progresso e dar lugar a acções homogéneas e monótonas, e que portanto se desadequava das novas tendências da vida urbana e impedia a realização do Homem (na sua dimensão transcendental).

No início do mesmo século, era urgente a construção para o indivíduo enquanto ser espiritual e de sentimentos. Relembrar a escala humana reajustando a escala da arquitectura que, na época, se resumia a infra-estruturas de grande escala como aeroportos e auto-estradas.

Assiste-se no mesmo período ao emergir de políticas que as antecedem e fundamentam as políticas de reabilitação e reabilitação urbana que se tomam como imprescindíveis nos dias de hoje. (Anexo 4)

Relativamente às questões da conservação e restauro dos monumentos históricos<sup>56</sup> é introduzida, finalmente, a Carta de Atenas do Restauro (1931), onde são abordadas e estabelecidas as noções de imprescindibilidade da salvaguarda e conservação do património colectivo e da sua envolvente, tomando a reconversão um papel determinante (reconhecendo e respeitando o carácter de cada edifício) permitindo a utilização de novas tecnologias e novos sistemas construtivos.

Numa altura em que os principais problemas identificados na cidade, de cariz habitacional, provinham do aumento da densidade populacional nas áreas antigas, reflectindo-se na degradação das construções, na ocupação por população desfavorecida ou com recursos mínimos impossibilitada de tomar escolhas ou acções (que se demonstrará um forte entrave à revitalização da cidade), e consequentemente na decadência das condições de vida nas cidades, a Carta de Atenas do Modernismo do grupo CIAM (1933)<sup>57</sup> vem acrescentar o reconhecimento do planeamento regional e urbano como estruturador da expansão futura garantindo o interesse colectivo sobre o individual. O mesmo documento chama ainda a atenção para a prioridade

<sup>55</sup> FLORES, Joaquim: *Planos de Salvaguarda e Reabilitação de "Centros Históricos" em Portugal*, 2000. pg.2

<sup>56</sup> Edifícios religiosos e civis. Só em 1964 se alarga o conceito de **monumento histórico** e é finalmente reconhecida a importância para a conservação dos monumentos da sua adaptação para albergarem actividades correntes nas novas práticas urbanas, mostrando-se ainda hoje fundamental nas intervenções de reabilitação. (Carta de Veneza)

O conceito de **monumento histórico** diz respeito, não apenas às obras em particular, mas também a áreas, urbanas ou rurais, nas quais se identifique algum elemento do passado de uma cultura de determinada comunidade. Tal conceito engloba todas as criações arquitectónicas, de um passado mais ou menos recente, a que os indivíduos herdeiros dessa tradição (comunidade) se identifiquem e revejam.

<sup>57</sup> É de realçar que esta carta desvaloriza a cidade enquanto monumento e lugar histórico e identitário, enfatizando somente o seu carácter de "organismo vivo".

dos espaços verdes e a relação habitação/trabalho numa perspectiva económica moderna<sup>58</sup>: tempo. (Anexo 3)

Iniciava-se um novo caminho no respeitante ao património e aos tecidos urbanos antigos uma vez que os centros das cidades se encontravam em estado crítico. Com a consequente destruição provocada pela guerra, surge o programa de *operações de renovação urbana e o realojamento das populações nas periferias das cidades*<sup>59</sup> facilitando a aplicação e ensaio de novas estratégias.

Os **tecidos antigos haviam sido deliberadamente negligenciados**. Degradados, decadentes e indignos, transpareciam uma imagem negativa e desprovida de vitalidade. Deixados no esquecimento, evidenciava-se a desertificação e o envelhecimento da população, o desemprego e a falta de oportunidades, a transformação do modelo económico e a descentralização do poder, reorganizando e reestruturando as dinâmicas económicas e sociais de uma forma a que o tecido antigo não conseguia dar resposta nem adaptar-se. Simultaneamente, o aumento do uso do transporte privado, a perda progressiva de espaços verdes e os níveis de consumo de recursos, hoje reconhecidos escassos e ineficientemente geridos, conduziu à clara deterioração do ambiente das cidades.

Face ao *desencanto pela expansão suburbana* e à alteração dos modelos de produção e de organização social, aliada ao reconhecimento da perda irreparável do património face às pressões urbanísticas, consciencializa-se de que tais processos modernistas não satisfaziam as necessidades de equilíbrio da cidade, emergindo uma nova perspectiva para as cidades como revisão crítica do urbanismo moderno dos anos 50 e 60. Volta-se então a atenção para o **contexto** e para a **memória dos lugares** como objectivo de **restaurar o carácter das cidades**.

---

<sup>58</sup> Tendo em conta o veículo privado e o tempo de deslocações periódicas que não só implicam tempo ao trabalhador como também o gasto irracional de recursos escassos.

<sup>59</sup> A urgência em (re)capacitar as cidades após a destruição traduziu-se na **extensão para as periferias** deixando os núcleos antigos no esquecimento.

## 2.2 - Breve Evolução das Cidades a partir do século XX: conceitos e políticas urbanas que as acompanharam

A transformação observada nas formas de concepção e actuação da cidade existente passam a considerar *"como um dado económico e cultural a estrutura e forma da cidade, dos seus bairros e centros, dos seus edifícios, ruas ou quintais e também como um dado social a trama de relações sociais e de actividades que aquelas estruturas físicas suportam e reflectem"*.<sup>60</sup>

A cidade, enquanto património, enfrentava novos desafios decorrentes da aceleração do progresso e das profundas transformações como a degradação e desadequação funcional, assim como a desertificação dos centros históricos pela inadaptação à complexidade de desafios e exigências impostas pela contemporaneidade.

(Note-se que desde os finais da década de 60 por "intervenção" entendia-se, especialmente nos centros históricos, a conservação e restauro de elementos isolados do património, recorrendo-se à demolição e à reconstrução do tecido edificado dos centros urbanos.)

No início da segunda metade do século XX dão-se os primeiros passos a nível internacional no caminho das políticas de reabilitação urbana ao reconhecer-se uma **identidade europeia** e o consequente desejo de fortalecimento de união e de salvaguarda de interesses comuns, conduzindo ao **compromisso entre as diversas entidades** para como os objectivos comuns e à **criação de políticas** que visavam a preservação e a reabilitação de grupos e áreas de edifícios de interesse histórico e artístico, integrando o património numa lógica mais abrangente da reabilitação urbana: Convenção de Haia (1954) e Convenção cultural Europeia (1954).

Às leis aprovadas no início do século, numa perspectiva ainda redutora do conceito de monumento, aliam-se posteriormente outras, dirigidas ao conjunto urbano e ao progressivo alargamento da área de intervenção (envolventes, sectores e centros históricos): *Loi Malraux*<sup>61</sup> (1962), Recomendação Salvaguarda da beleza e carácter de paisagens e lugares (1962)<sup>62</sup>, Recomendação 365 (1963)<sup>63</sup>, Carta de Veneza<sup>64</sup> (1964), Declaração de Amesterdão<sup>65</sup> (1975), entre outras.

Outro grande passo desta época foi o **reconhecimento do valor imaterial e cultural do património e das áreas históricas** cujo significado transcendia (e transcende) o contexto local, tornando-o pertença e responsabilidade de

<sup>60</sup> PORTAS (1985) em MENEZES, Marluci: *Entre o desenvolvimento sociocultural e a conservação do património urbano. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008*. 2008.

<sup>61</sup> Integrante da legislação francesa, introduz os *Secteurs Sauvegardés*. Por outras palavras, sem esquecer a perspectiva de intervenção relativa ao monumento e ao seu enquadramento, a área de protecção passa a abranger áreas urbanas com valor histórico, estético ou natural.

<sup>62</sup> Pioneira no reconhecimento da importância da preservação de edifícios para a **qualidade da imagem do conjunto** (construído e natural), em detrimento do valor particular (do edifício isolado).

<sup>63</sup> Marca o início da cooperação europeia entre poderes públicos e outras administrações.

<sup>64</sup> Dela resulta o alargamento do conceito de monumentos históricos a sítios urbanos e naturais e é finalmente reconhecida a importância, para a conservação dos monumentos, a sua adaptação a actividades correntes nas novas práticas urbanas, mostrando-se ainda hoje fundamental nas intervenções de reabilitação.

<sup>65</sup> Introduziu a "doutrina da conservação integrada"

toda a humanidade: Recomendação sobre a preservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas<sup>66</sup> (1969), Convenção para a Protecção do Património Mundial<sup>67</sup> (1972); respectivamente.

Em 1976 são apontados os alicerces para a reabilitação urbana e orientações que deveriam prevalecer nas políticas nacionais<sup>68</sup> - *programas de conservação integrada dirigidos a áreas com problemas e recursos específicos*. O conceito de *conservação* passa a integrar a *reabilitação* e a *reconversão* uma vez que a *revitalização do património* passa a ser promovida pela sua integração nas novas práticas urbanas mediante a atribuição de uma finalidade compatível com o carácter do seu contexto envolvente. Ainda que, dirigidos apenas ao património classificado revelavam também um âmbito de actuação bastante limitado.

O passo mais importante da evolução das políticas no âmbito de estudo pretendido é precisamente a readaptação do objecto central das intervenções - o **sujeito** - como reacção à *homogeneização* e à *despersonalização crescente* dos contextos urbanos derivados da globalização<sup>69</sup>. A salvaguarda das áreas históricas torna-se imprescindível no que diz respeito à manutenção e desenvolvimento "dos valores culturais e sociais de cada comunidade" mediante a protecção de áreas que suportam a sua "expressão e identidade".

No final da década de 70, apesar de terem sido tomados passos extremamente importantes, o âmbito de actuação da reabilitação e conservação, ainda que alargado, continua muito limitado, concentrando-se apenas na imagem do centro histórico. Reconhece-se a carência da elaboração de medidas estruturantes que integrem o espaço público e dá-se também uma maior sensibilização face aos aspectos sociais, funcionais, económicos e ambientais dos tecidos antigos reconhecendo o seu forte impacto na dimensão física dos tecidos urbanos, que só mais tarde se irão consolidar.

---

<sup>66</sup> Resultado da 1ª Conferência de Ministros Europeus responsáveis pela Preservação e Reabilitação do património Cultural de Monumentos e Sítios. Finalmente consciencializa-se da importância do significado das áreas históricas ao transcender o contexto local e das dimensões humanas, económicas e sociais que lhe estão associadas, tornando imprescindível a sua preservação e a sua *integração activa no cenário da vida urbana* como bem cultural insubstituível.

<sup>67</sup> Consagra o património como um bem de valor imaterial e instaura a inventariação através da *Lista do Património Mundial*.

<sup>68</sup> *Resolution (76) 28 of the Committee of Ministers concerning the adaptation of laws and regulations to the requirements of integrated conservation of the architectural heritage*, (1976) em PINHO, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, (2009) pg.70

<sup>69</sup> Recomendação de Nairobi (1976)

## Década de 80

A década de 80 é marcada essencialmente pelo repensar das formas de actuação. Enfrentando a acentuação e complexidade dos conflitos que se reflectem nas cidades, iniciam-se diversos debates relacionados com os diferentes âmbitos da componente urbana notando-se, contudo, uma discrepância brutal entre a teoria e a prática.

Com o agravamento da degradação física e ambiental das cidades aliada aos conflitos sociais (pobreza, desemprego, exclusão social, insegurança, entre muitos outros) e ao reconhecimento da **inter-relação entre as diversas dimensões do território**, a reabilitação passa a englobar múltiplas *políticas sectoriais e de integração* de forma a conseguir dar resposta a um maior leque de problemas, tornando-se deste modo no instrumento principal e privilegiado das políticas de conservação do património urbano, de habitação, do ambiente e de desenvolvimento urbano.

Torna-se evidente a necessidade de alterar o modo de abordagem do quantitativo para o modo qualitativo, destacando-se a reabilitação e a conservação. O modo operacional das décadas anteriores resultando na construção excessiva, não planeada e irreflectida (nas suas implicações futuras), deve ser travado e, progressivamente, revertidos ou atenuados os seus efeitos, conferindo condições dignas às áreas centrais. Realçando as qualidades intrínsecas dos centros e a importância da conservação do património urbano para a devolução da identidade e cidadania, a reabilitação torna-se num dos principais instrumentos da política social estendendo o seu âmbito de actuação a áreas habitacionais desfavorecidas, sejam elas antigas ou recentes.

## O novo modelo de desenvolvimento assente na competitividade

Revela-se urgente alterar o modelo de desenvolvimento urbano assente na expansão e no crescimento económico que, uma vez ameaçado, comprometia a competitividade das cidades. Na altura em que a concorrência global das cidades estava no auge, a ameaça à **competitividade** veio pôr em causa de forma deliberada o seu desenvolvimento.

Essa competitividade assentava na capacidade das cidades em promover a atractividade, que por sua vez se determinava através da diferenciação pelas especificidades de cada uma atribuídas pelas particularidades arquitectónicas ou tradicionais, ou seja, pelo património (construído ou não, classificado ou não) e pela sua história. Era nestes aspectos em que se baseava a boa **imagem da cidade** e a sua promoção, tanto para a implementação de actividades económicas como para o turismo (que se começa a desenvolver e em grande força). Para além da reabilitação (protecção e conservação; desenvolvimento e promoção), o património urbano assume também um papel de destaque na luta pela qualificação e promoção da imagem da cidade e do *devolver* da identidade e carácter das cidades.

Acima de tudo reconhece-se que, para promover o desenvolvimento global, é preciso primeiro alterar o poder de acção e de escolha do indivíduo, mediante a promoção da *capacidade de iniciativa individual*, contribuindo simultaneamente para o aumento da auto-estima e do desenvolvimento

pessoal - **empowerment**. O papel da população de forma participada e activa na implementação destas estratégias torna-se num factor decisivo para o sucesso a longo prazo das suas intervenções

Ainda no âmbito da competitividade, a atractividade está indissociável da riqueza<sup>70</sup> das cidades ou regiões, riqueza essa que passa a considerar outros parâmetros. Para além do PIB, adicionam-se outros factores como a diversidade cultural, a diversidade natural e a promessa de oportunidades e de perspectiva de futuro. Por outras palavras, a riqueza das cidades mede-se agora pela amplitude de escolhas oferecidas, as quais passam a integrar todos os principais temas em debate na época. Temas esses que se centram em quatro valências:

- no **desenvolvimento humano**, dotando os indivíduos de capacidades e poder de escolha e de gestão; na **inclusão social** que, sendo um "processo de restituição" do desenvolvimento humano, pretende integrar indivíduos a quem a participação nos processos de desenvolvimento se encontre comprometida;
- no **empowerment**, ou seja, na atribuição de maior importância ao papel dos indivíduos no desenvolvimento da comunidade, pelo seu trabalho e desempenho, conferindo maior auto-estima e confiança individual;
- no **desenvolvimento sustentável**, garantindo as perspectivas futuras;
- na **protecção e valorização ambiental e da diversidade cultural**, com o intuito de enriquecer as áreas urbanas e simultaneamente estender e suportar o conjunto de oportunidades.

### 2.2.1 - O Novo caminho das políticas urbanas: Regeneração Urbana

O primeiro reconhecimento do papel das cidades como fulcral no desenvolvimento surgiu na década de 80 com o "Eurocidades" que visava a promoção e cooperação entre as diversas entidades europeias. A década de 90 é crucial no que diz respeito à evolução dos conceitos na medida em que se consolidam todas as reflexões, conceitos, ideias, normas, etc., com as políticas e iniciativas comunitárias.

Anteriormente existiam apenas alguns documentos que abordavam as problemáticas da habitação e da degradação, contudo, sem o olhar global da cidade cuja ineficiência se provou nas cidades dos anos 90 ao reflectirem-se com a máxima expressividade os seus problemas como a estratificação social, o aumento da pobreza, do desemprego, da exclusão social e criminalidade; poluição, degradação, condições de habitabilidade indignas, etc.

Na Europa, apostam-se todos os esforços na qualificação da cidade existente com vista à optimização dos recursos e protecção do ambiente, através de processos de integração territorial. O modelo de desenvolvimento deve por

---

<sup>70</sup> Factor de atractividade que integra as regiões no sistema de competitividade global e consequentemente promove o seu desenvolvimento.

isso, alargar as suas considerações para todos os âmbitos: económico, social, ambiental e cultural; a **coesão social** deve integrar os objectivos principais (senão o principal) das políticas; as abordagens devem, segundo Andersen e Van Kempen<sup>71</sup> centrar-se nos princípios da **participação** activa da população aumentando o sucesso e eficácia das intervenções ao conjugar objectivos comuns das partes envolvidas, **governância** (parcerias público/privado), **transversalidade** (integrando as diferentes dimensões do fenómeno urbano: físicos, económicos, sociais e ambientais), na **selectividade** (dirigida a lugares específicos), em **mecanismos de contratualização** (base dos projectos de intervenção) e no **desenvolvimento sustentável** para promover e regenerar o território das cidades e a sua eficaz gestão, desenvolvendo-se as políticas urbanas europeias, a partir de então, através dos instrumentos da Política regional; a **reabilitação** do património deve destinar-se não só à protecção mas também à promoção da sua conservação e à própria reabilitação. Devem-se articular os diferentes níveis institucionais; implementar a máxima participação da população e promover e incentivar o **empowerment** da população (mediante o investimento em acções de formação.)

<b>Património Cultural e Natural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Preservar o património cultural e natural, material e imaterial, (contra acções humanas ou desastres naturais);</i></li> <li>• <i>Conservar o património segundo o princípio da intervenção mínima;</i></li> <li>• <i>Reconverter os edifícios patrimoniais para que se adaptem às novas dinâmicas sociais respeitando o seu carácter e estrutura;</i></li> <li>• <i>Respeitar a morfologia dos tecidos urbanos.</i></li> </ul>
<b>Habitação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Dinamizar o mercado do arrendamento.</i></li> </ul>
<b>Coesão Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Criar ou promover áreas urbanas intergeracionais.</i></li> </ul>
<b>Coesão Territorial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Melhorar as infra-estruturas de acesso centro/periferias;</i></li> <li>• <i>Restituir o carácter social e cultural dos centros urbanos.</i></li> </ul>
<b>Ambiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Promover a mobilidade urbana sustentável.</i></li> </ul>
<b>Desenvolvimento Local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Tirar partido da reabilitação para incentivar o desenvolvimento local.</i></li> </ul>
<b>Cultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Fortalecer a identidade local através do património;</i></li> <li>• <i>Acabar com a ideia de que a cultura é para elites.</i></li> </ul>

Tabela 1: Consolidação dos objectivos da reabilitação urbana no final do século XX<sup>72</sup>

No entanto, o facto de os Estados-Membros ainda se encontrarem muito apreensivos face à quebra do modelo tradicional compreende-se um obstáculo à sua implantação e sucesso. Conseguir a harmonia entre todos os novos aspectos<sup>73</sup> introduzidos será o maior desafio dos processos do século XXI na União Europeia.

<sup>71</sup> RIBEIRO, Paula: *A Avaliação das Políticas de Regeneração Urbana em contextos Intraurbanos*, 2012, pg.16

<sup>72</sup> Adaptação de PINHO, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, 2009, pg.386

<sup>73</sup> *Descentralização, simplificação, controlo e flexibilidade.*

### 2.2.2 - Desafios do século XXI

O maior desafio identificado no início deste século é, de longe, o combate dos problemas ambientais que se agravaram então com um impacto nas cidades nunca antes assistido: a utilização excessiva do automóvel apesar das melhorias dos transportes públicos; o tratamento de águas residuais; a falta de espaços verdes; a impermeabilização dos solos; a dispersão urbana, etc., aliados à carência de planeamento estratégico e à má gestão.

Para inverter tal tendência, admitindo as externalidades negativas do crescimento económico unilateral preconizado até então, clarifica-se a orientação a adoptar assente na qualificação e reabilitação do património natural e construído em detrimento da exploração e da expansão do território, estreitando a relação cultura/ambiente (nos quais assentam os pilares do processo de desenvolvimento humano, tanto da dimensão material como da imaterial).

Desta forma, nas cidades europeias, aspirava-se em converter as cidades habitáveis, humanas, coesas, seguras, funcionais, atractivas, e competitivas, tirando o melhor partido do factor de mudança ao invés de a tomar como uma ameaça ou obstáculo. (Anexo 5)

No contexto das cidades actuais, do seu reconhecimento enquanto motor da economia, urge adaptar e adoptar novas orientações nas políticas urbanas europeias que, assentes na flexibilidade, inovação, cooperação e integração, visam alcançar soluções abrangentes a todo o domínio urbano (incluindo as particularidades da cidade consolidada e da cidade existente). Para garantir o seu sucesso e um desenvolvimento urbano mais sustentável, as políticas globais não podem deixar de integrar as políticas sectoriais como a conservação do património urbano, desenvolvimento sustentável, coesão social e reabilitação urbana.

#### Novas metodologias das políticas urbanas

Finalmente, consolidam-se as novas políticas urbanas europeias nas últimas décadas, centradas em abordagens integradas de desenvolvimento urbano (Declaração de Toledo, 2012):

- **Flexíveis** - no quadro temporal (estratégias de carácter continuado e a longo prazo) e ao contexto local (consoante carências, recursos e oportunidades) implicando o ambiente de mudança acelerada e as diferentes escalas (cidade, região ou país) uma visão prospectiva e flexível no seu planeamento para conciliar e ajustar objectivos;
- **Integradas** - no processo de desenvolvimento global, tendo em conta os diferentes tipos de cidade e as diferentes valências que compõem o espaço urbano;
- **Multisectoriais** - que englobem as diversas valências do desenvolvimento urbano (social, económica, cultural e ambiental)



- **Em parceria** - verticais (entre níveis de governo) e horizontais (entre os diversos actores locais) - a sua articulação permite maior equidade e integração das soluções, garante que as prioridades estabelecidas ao nível da UE sejam cumpridas a todos os níveis (local inclusive);
- **Participadas** - incentivando a participação de todos os actores e a que estes se revejam nela, que se comprometam e assumam responsabilidades, garantindo simultaneamente a eficácia e correspondência das estratégias aos objectivos comuns.

Através de:

- **Gabinetes técnicos multidisciplinares** - para orientação, inspiração e gestão dos processos
- **Descentralização do poder** - como meio indispensável para atingir todas as escalas, garantindo a articulação e cooperação entre os diferentes níveis institucionais
- **Abertas** - ao exterior, permitindo simultaneamente a integração das áreas degradadas nas práticas urbanas e a atracção de actividades exteriores, trabalhando para o bem da colectividade ao evitar externalidades negativas.
- **Monitorização e avaliação dos processos** - permitindo simultaneamente reajustar as decisões ao longo da intervenção e garantir a boa aplicação dos recursos.

Esta nova forma de pensar, suportada pela reabilitação urbana e articulada com os paradigmas da sustentabilidade e da coesão social, **consolida as metodologias** de intervenção deste âmbito e conduz às primeiras iniciativas de reabilitação urbana ao nível da União Europeia, incentivando a redinamização dos centros urbanos (da metrópole mais globalizada à freguesia mais humilde).<sup>74</sup>

Nas últimas décadas **desenvolveram-se** várias iniciativas e estudos ao nível europeu no sentido de requalificar o espaço das cidades, enumerando-se de seguida algumas, talvez as mais relevantes: Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (1990), Cidades Europeias Sustentáveis (1991/1993), Urban Pilot Programme (1990-1993), URBAN I (1994-1999), Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade, a Carta à Accção (1996) concretização da Carta de Aalborg e da Agenda Local 21, Second Phase of the Urban Pilot Programme (UPP) (1997-1999), URBAN II (2000-2006), URBACT (2000), Declaração de Hannover (2000), Urban Audit (2003-2005) 1ª fase, Acordo de Bristol (2005), Programa JESSICA (2005), Urban Audit (2006-2007) 2ª fase, Carta de Leipzig (2007), Urban + (2007), Carta Urbana Europeia (2008),

---

<sup>74</sup> Tendo surgido a nível nacional (a reabilitação urbana) integrada nos processos de conservação do património, é às políticas nacionais que diz respeito a execução consoante cada caso, cada especificidade, cada contexto e comunidade - visando refortalece-las e interliga-las para conseguirem integrar o mapa da concorrência global.

Urban Audit (2009) 3ª fase, JESSICA programme (mais direccionado para a sustentabilidade) (2009 - 2011) e Política de coesão<sup>75</sup> (2014-2020).

*"O desafio à inovação nas políticas urbanas passará, assim, pela capacidade de saber interpretar e adaptar o sistema de políticas aos programas de intervenção eficazes, garantindo recursos e promovendo e recriando processos e métodos adequados à sua implantação".<sup>76</sup>*

## 2.3 - Políticas Urbanas Nacionais

A nível nacional, constata-se uma ruptura de mentalidades (entre os anos 50 e 60) desvalorizando a cidade descaracterizada (moderna), sobre o argumento de que esta não se enraizava no *genius loci*<sup>77</sup>. Apesar de já se começarem a colocar esforços na adaptação e criação de normas e regulamentos que visem a "conservação integrada", só se irão observar alterações efectivas nas políticas urbanas nacionais, relativamente à reabilitação urbana, após a revolução do 25 de Abril de 1974. (Anexo 4)

No caso de Portugal, o desequilíbrio territorial acentua-se na medida em que, para além dos problemas que as cidades acarretam consigo, ainda não existiam políticas de ordenamento do território aquando da explosão da urbanização. O atraso das políticas face ao processo de urbanização deveu-se à tensão política deste período (entre 1926 e 1974), conduzindo ao desfasamento da linha temporal das evoluções a nível europeu, que haviam ganho robustez a partir da IIª Guerra Mundial com os programas de renovação urbana.

Posteriormente, o lento processo de intervenção na cidade existente, histórica ou não, teve invariavelmente consequências negativas no respeitante aos estragos nos tecidos urbanos antigos, ainda que não tenha sido atingida fisicamente pela guerra, demonstrando a ineficácia das políticas desenvolvidas nos finais do século XIX e no decorrer do século XX.

De facto, em Portugal, as décadas podem categorizar-se, segundo Carlos Balsas<sup>78</sup>, conforme os métodos de intervenção privilegiados a década de 50 de "reconstrução", a de 60 de "revitalização", seguindo-se a de 70 e 80 de "renovação" e "redesenvolvimento" respectivamente, e finalmente a "regeneração" na década de 90.

Importa ainda, evidenciar o facto de que, também em Portugal e talvez ainda de forma destacada, se encontram duas vertentes do desenvolvimento das

<sup>75</sup> Futuramente, segundo o site da Comissão Europeia (Política Regional - INFOREGIO) as políticas incidirão essencialmente na coesão, tendo sido adoptada em 2011 (pela Comissão Europeia) diversas propostas legislativas no âmbito da **política de coesão** para 2014-2020 (e apresentada proposta em 2006).

Consultar - [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/future/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/index_pt.cfm)

<sup>76</sup> PORTAS, DOMINGUES e CABRAL, Nuno, Álvaro e João: *Políticas urbanas I: Tendências, Estratégias e Oportunidades*, 2007, pg.257

<sup>77</sup> Ver 3.1.2 -- "*Genius loci*": o retorno à centralidade

<sup>78</sup> RIBEIRO, Paula: *A Avaliação das Políticas de Regeneração Urbana em contextos Intraurbanos*, 2012, pg.37

cidades: por um lado, os núcleos urbanos antigos desprovidos de habitação e corrompidos pelo sector terciário (em demasia), por outro, as periferias dispersas, fragmentadas e carentes de infra-estruturas, que contrastam com os primeiros.

Na década de 70 surgem então os primeiros avanços das políticas urbanas que, apesar de puramente regulamentares e sem articulação, já preveem o controlo e condicionamento da utilização do solo, impedindo repercussões a outros níveis do desenvolvimento urbano<sup>79</sup>.

A articulação necessária para a elaboração de estratégias territoriais surge finalmente, em 1998, com a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU)<sup>80</sup>. Acompanhada esta por um sistema de gestão territorial<sup>81</sup>, focada na integração, harmonia e sustentabilidade, torna-se na base das políticas urbanas nacionais centradas na promoção da coesão territorial através da reabilitação e modernização dos centros urbanos.

Apenas com a instituição das Políticas Sectoriais centradas no reforço dos centros urbanos (através da recuperação e revitalização) se possibilita o acompanhamento da valorização das cidades ao nível da União Europeia nas políticas de ordenamento do território, preenchendo das lacunas deixadas pelos PDM's e potencializando os territórios.

Uma das falhas mais perceptíveis e graves é o afastamento entre os âmbitos que orientam e definem a integração social com o planeamento territorial, fulcral para um desenvolvimento equilibrado. Surgem assim as experiências-piloto: *Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos*<sup>82</sup>, fundamentada em quatro pilares: *Qualidade de vida e funcionalidade; competitividade e inovação; reabilitação e valorização dos espaços urbanos consolidados; e qualificação e reinserção urbana de áreas críticas*.<sup>83</sup>

Neste âmbito das Políticas Urbanas Nacionais<sup>84</sup> surgem, desde a década de 80, vários programas, projectos e iniciativas entre os quais: PRAUD (1988), RECRUA (1988) e a sua continuação REHABITA (1996), Projectos Especiais de Urbanismo Comercial (1994), Programa de Reabilitação Urbana (1994/1998), PROSIURB (1994/1999), POLIS (2000), SOLARH (2001), PROHABITA (2004), Política de Cidades POLIS XXI (2007-2015).

Desta análise cronológica evidencia-se um grande salto relativamente ao objecto das intervenções: Incidindo no final do século XX maioritariamente nos centros históricos, as políticas urbanas passam a dirigir-se, no século XXI, ao território nacional em geral (assumindo a cidade como um todo), ao

<sup>79</sup> Como são exemplo as legislações adoptadas em 1971 dos Planos Gerais de Urbanização e em 1976 as Leis dos Solos.

<sup>80</sup> Assente nos princípios da "cooperação, contabilização, subsidiariedade, equidade e participação", surge como resultado dos objectivos das políticas urbanas nacionais. RIBEIRO, Paula: *A Avaliação das Políticas de Regeneração Urbana em contextos Intraurbanos*, 2012. p.25

<sup>81</sup> Estruturada segundo três escalas, integrando todos os instrumentos: Nacional (PNPOT e Planos Sectoriais), regional (PROT) e municipal (PDM, PU e PP)

<sup>82</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005

<sup>83</sup> Menezes e Almeida, Marluci e Ana: *Direito à cidade*, 2006. p.13

<sup>84</sup> Note-se que o início do desenvolvimento das políticas coincide com a integração de Portugal na União Europeia (e a ela se deve), possibilitando e incentivando tais tipologias de intervenção pelo acesso aos fundos e aos QCA (Quadro Comunitário de Apoio).

visar o equilíbrio entre a cidade antiga e a cidade emergente. Passam também a considerar-se todas as dimensões da cidade, acompanhando as direcções Europeias na valorização da cidade e do ambiente nomeadamente com princípios da sustentabilidade.<sup>85</sup>

### 2.3.1 - Caso de Estudo do Programa POLIS

Segundo Marluci Menezes<sup>86</sup> "*coesão, integração, inserção e inclusão social*" têm sido o centro das discussões em Portugal, fundamentando linhas de orientação e estratégias de intervenção para combater problemas como a pobreza, mobilidade social, coabitação, a exclusão social, a segregação (social, espacial e urbana), desigualdade, áreas desfavorecidas, qualidade de vida, ainda que com menor expressividade relevância.

Deparamo-nos assim com esta "nova" realidade da necessidade de redefinição das políticas urbanas e de ocupação do solo que privilegiem os centros históricos; que, no caso se Portugal resultará nos programas POLIS, PRAUD, RECRUA, entre outros.

O POLIS, apresentado no quadro das políticas urbanas nacionais, consiste num programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades que visa **a regeneração urbana da cidade como um todo**. Torna-se assim responsável por reforçar o Sistema Urbano Nacional<sup>87</sup>, passando as cidades abrangidas pelo programa a integrá-lo.

Após inúmeros debates, iniciativas, projectos e ensaios, tanto ao nível europeu (Anexo 7) como nacional (Anexo 8), o POLIS vem intentar uma política de cidade<sup>88</sup> que nos mostre que a cidade urge ser (re)pensada do ponto de vista do planeamento urbano e da valorização do ambiente simultaneamente.

Pretende-se que este constitua uma referência para outras iniciativas, pelo facto de integrar os pilares do desenvolvimento sustentável, de se dirigir a diversas dimensões da cidade (*Cidades Verdes, Cidades Digitais, Cidades do Conhecimento e do Entretenimento e Cidades Intergeracionais*)<sup>89</sup> (Anexo9) e de apostar nas parcerias público-privadas. Apresentando-se como uma estratégia que incide apenas nos problemas que requerem mais atenção, demonstra que é imprescindível articular estratégias, dinamizar os diferentes actores que integram as sociedades urbanas, visando a coerência, harmonia, equilíbrio e coesão das estratégias.

As suas intervenções contribuem para o **revitalizar da identidade** de cada cidade e consequentemente para o aumento do sentido de **competitividade**. O Polis compreende que é através das especificidades que cada elemento conseguirá melhorar a sua **atractividade**, conferindo-lhe a confiança e

<sup>85</sup> Ver RIBEIRO, Paula: *A Avaliação das Políticas de Regeneração Urbana em contextos Intraurbanos*, 2012. p.30-31

<sup>86</sup> Menezes e Almeida, Marluci e Ana: *Direito à cidade*, 2006. p.5

<sup>87</sup> Por outras palavras, no mapa de competição nacional

<sup>88</sup> Após a conclusão do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA)

<sup>89</sup> FÉLIX RIBEIRO, J.M.: *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades*, 1999

responsabilidade de dinamizar e criar oportunidades a cidades sufocadas de se tornarem **pólos** ou nós integrantes duma **rede policêntrica** de cidades que caracterizam o Sistema Urbano Nacional. A competitividade revela-se assim como um dos principais eixos motores do Polis que, não só garante como incita o desenvolvimento.

Chama ainda a atenção para a necessidade destas intervenções apostarem em **parcerias público/privado**<sup>90</sup>. Este método veio a constatar-se muito mais razoável na relação custo/eficiência, nomeando como responsáveis pelos empreendimentos empresas especializadas na gestão de projectos. Esta forte relação (de complementaridade) entre diversas entidades assim como a participação activa de todos os actores intervenientes são fulcrais para a concretização de objectivos comuns, servindo os interesses de todas as partes envolvidas.

Este programa conferiu às cidades portuguesas uma expressão e coesão rara (em Portugal), através da atractividade promotora da competitividade e da qualidade de vida. Veio ainda localizar as cidades no Sistema Urbano Nacional fortalecendo-o. Todos estes exprimem-se como requisitos essenciais e estruturais para um desenvolvimento equilibrado e sustentável. (Anexo 10)

O POLIS apresenta-se assim como exemplo à estratégia urbana proposta neste trabalho (capítulo V) através de objectivos idênticos podendo também se suportar na articulação entre diferentes entidades públicas e privadas. Importa ainda referir que o quadro de acção do Polis contemplou a cidade de Odivelas, tendo dele resultado as *"urbanizações de promotores privados em Odivelas"*.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> Entre diferentes níveis de administração (local e central), ou seja, Câmaras Municipais e Governo, mas também com/entre entidades privadas

<sup>91</sup> PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João: *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulações e Projectos*, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2011, p.241

## 2.4 - Breves Considerações finais

Face ao "ciclo de declínio"<sup>92</sup> e à urgente inversão das dinâmicas estabelecidas, começaram a fazer sentir-se os impactos e contributos das estratégias de **reabilitação urbana** nomeadamente aos níveis social e ambiental. O seu carácter multisectorial<sup>93</sup>, participado, enquadrado e integrado numa estratégia global, conferia-lhe uma flexibilidade, cooperação essenciais ao equilíbrio e ao sucesso das suas intervenções na melhoria das condições de vida da população e das suas perspectivas futuras.

Os processos das intervenções de reabilitação urbana vieram deste modo a demonstrar-se altamente positivos. Permitiram a melhoria das condições de habitabilidade; o acesso a equipamentos e serviços; a qualificação dos espaços públicos e das áreas verdes, influenciando o bem-estar e a convivência dos cidadãos. Contribuíram ainda para o investimento na qualidade da imagem urbana (motor de regeneração do sentimento de auto-estima do indivíduo e de pertença do território); a conservação do património (promotora da diversidade cultural e da identidade local); o incentivo ao desenvolvimento de actividades económicas; a consolidação do envolvimento de todos os cidadãos promovendo a inclusão social, o aumento da confiança e do reforço dos laços sociais, da solidariedade e espírito de cidadania.

O retorno à cidade antiga está assim no centro da questão para revitalizar e requalificar as cidades. As qualidades espaciais e humanas que lhes estão inerentes não podem permanecer ignoradas, bem pelo contrário, a sua "redescoberta" motivou uma nova aposta de desenvolvimento como base da reconciliação do homem com a cidade. De entre vários factores que lhe estão associados destaca-se a imagem da cidade, com implicações directas no bem-estar intelectual e social da sociedade.

*"Esta atenção ao pormenor urbano e à imagem da cidade interliga-se com o interesse que será consagrado à cidade histórica, cujos centros comprovam um potencial inequívoco para a utilização social e a vida colectiva. A cidade antiga passa a ser encarada como um bem precioso, insubstituível e de grande valor."*<sup>94</sup>

### Dimensão transcendente da Reabilitação Urbana

As consequências sociais advenientes das deslocações dos habitantes para a periferia, principalmente dos mais desfavorecidos, assim como a *reforma* urbana (na década de 50) foram inquestionavelmente negativas, conduzindo à **perda do sentido de pertença e de identidade, do espírito de cidadania**, da confiança conferida pela unidade de vizinhança e da relação

<sup>92</sup> De problemas estruturais intrínsecos; da propagação e multiplicação das áreas degradadas e em declínio; da necessidade de assegurar o direito dos cidadãos;

<sup>93</sup> Integração e inter-relação de diferentes disciplinas para alcançar objectivos comuns desejados.

<sup>94</sup> José Ressano Garcia Lamas: *Morfologias Urbana e Desenho da Cidade*, 2010, p.386

interpessoal próxima que se desenvolvia nos bairros tradicionais, e por conseguinte ao surgir de novas tensões sociais, da insegurança, do aumento da criminalidade, etc. Identifica-se uma nova "**crise de habitação**" que terá graves repercussões ao nível social. A solução das cidades, contrariamente ao que se pensava até então, não residia no construir de raiz mas sim na qualificação do existente - **(re)qualificar**.

Perante a qualidade da **reabilitação urbana** de **conservar memórias urbanas**<sup>95</sup> (a dimensão do habitar, o valor intrínseco das infra-estruturas antigas, o sentimento de pertença, de identidade e orgulho cívico), o **património** consagra-se elemento essencial ao desenvolvimento pessoal, e ambos ao incentivo da permanência da população nos centros das cidades, principalmente da população desfavorecida.<sup>96</sup>

O passo talvez mais importante desta época (década de 80) no sentido de melhorar a condição do habitar nas cidades e no mundo, foi a **consciencialização** da importância **do habitar** que, não sendo apenas uma dimensão física, reflecte toda a dimensão do ser, da nossa existência. Como tal, ainda que só se venha a reflectir mais tarde em termos práticos, a reabilitação urbana permite assim um equilíbrio entre as pessoas (na sua dimensão física, espiritual e intelectual), o ambiente urbano e o ambiente natural.

---

<sup>95</sup> Capacidade da arquitectura de nos conseguir fazer reviver momentos passados, de conferir intemporalidade a momentos da história, uma vez que a "*História só tem o poder de anunciar os conteúdos do Passado mas não o poder de os fazer re-acontecer*" - Emmanuel Levinas: *Totalidade e Infinito*, 1980

<sup>96</sup> Extravassando o âmbito do estudo aqui pretendido, importa salientar o facto de ter sido na década de 80 que se reconheceu o carácter essencial do "**habitar**", muito para além da sua dimensão física. Só compreendendo esta transcendência se começa a atingir a complexidade do ser humano e só reconhecendo e identificando os seus problemas é que se podem começar a elaborar soluções.

"*Tudo o que homem faz é destinado a parar o tempo*" (BROCH, 1928-1931), proporcionando um momento onde todo o universo se reorganiza e reorganiza para deixar o indivíduo conhecer-se e saber **quem é**. É a **essência** da arquitectura que nos permite ser humanos e por sua vez dar lugar à humanidade. A ausência de memória implica uma desumanização, uma perda de identidade. A memória é a essência do ser humano. É preciso uma base no Passado, uma memória, para podermos projectar a partir delas, para podermos progredir. É a dimensão do "**habitar**" que, pela sua arquitectura, imagem urbana e ambientes qualificados, nos permite relacionar com o mundo. O que vincula o património como elemento essencial ao desenvolvimento pessoal, sendo responsável pelo devolver do sentimento de pertença, de identidade, do orgulho cívico.





### **III - INTERVENÇÃO NOS NÚCLEOS URBANOS ANTIGOS**

As realidades urbanas contemporâneas são (de forma geral) incompreendidas, resultado da "transição entre a *cidade consolidada* e o suposto *caos* extenso e descontínuo que a envolve"<sup>97</sup>. A complexidade urbana e as relações que constituem o fenómeno urbano, numa sociedade fundamentada no movimento e na velocidade, implicam uma urgente alteração e adaptação dos centros históricos.

*A crise da cidade antiga e a tendência para a quase sacralização do "centro histórico" e sua patrimonialização constituem o registo mais claro deste sentimento ao mesmo tempo de risco e "perda" do passado e incompreensão do presente. Nesse registo, a realidade urbana é puro caos, relegado para designações negativas e genéricas (opostas à boa e velha cidade...) como suburbana, periférica, dispersa (...).*<sup>98</sup>

A progressiva consciencialização<sup>99</sup> da importância da dimensão transcendente para o desenvolvimento humano, base fundamental para o sucesso do desenvolvimento global, conduziu à revalorização do património (material e imaterial) pelo reconhecimento da cultura enquanto elemento unificador e enriquecedor na regeneração das cidades, e como tal, da necessidade de humanização da cidade. Indissociável do "genius loci" promove o retorno à centralidade (considerando-se este o espaço detentor do valor e do poder do espírito do lugar<sup>100</sup> - *centro histórico* - representa um complexo processo de (re)invenção do património). Considera-se portanto que o principal método da tão desejada e urgente conservação dos bens aos quais fora atribuído o estatuto de património cultural seria o estreitamento da relação entre a cultura e os indivíduos que lhe atribuem significado, que (re)produzem o património.

### 3.1 - Reinvenção do Património

Dadas as novas circunstâncias do século XXI, época em que se contestam os antigos cânones e em que a classificação do património, uma vez sustentada pelo significado cultural, deixa de ser uma área linear e académica (privando consequentemente os peritos da *verdade absoluta*), passando a ser fruto de complexas negociações entre os herdeiros da tradição responsáveis pela atribuição de significado e consequentemente pela reinvenção do património (intrínseco ao ser humano enquanto cidadão)<sup>101</sup>.

<sup>97</sup> PORTAS, DOMINGUES, CABRAL; Nuno, Álvaro, João: *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulações e Projectos*, 2011. p.24

<sup>98</sup> Ibid.

<sup>99</sup> Necessária inversão do rumo da homogeneização adveniente da mecanização da arquitectura e do urbanismo moderno que anulava a identidade do indivíduo. Considerando exclusivamente as suas necessidades físicas, ignorava as espirituais e intelectuais.

<sup>100</sup> Nota: Nas intervenções nas cidades existentes interessa compreender o sentido que esta expressão de "centro histórico" acarreta consigo, na perspectiva da sociedade, sendo muitas vezes não classificada científica e tecnicamente como tal, mas que transporta consigo igualmente o sentido de identidade e de memória do passado ao qual o indivíduo se agarra (fixa, constrói), impedindo ou dificultando assim toda e qualquer mudança face à imagem destes núcleos centrais.)

<sup>101</sup> uma vez que a tradição não passa de um processo social de transmissão entre gerações logo em constante reinvenção.

Deste modo, consciencializa-se da sua importância em todas as valências constituintes do desenvolvimento global tornando-se premente, não só a protecção do património arquitectónico e cultural (de forma geral), mas também (re)valorizar o papel da cultura<sup>102</sup>, principalmente como elemento unificador e enriquecedor, pelos seus amplos contributos nas dimensões material e imaterial do desenvolvimento: na dimensão social para a coesão, através da promoção das relações de vizinhança e do desenvolvimento humano; na dimensão territorial pela devolução ou fortalecimento do sentido de identidade e pertença; na dimensão cultural por estimular a criatividade e, principalmente, pela transição de valores ao longo das gerações, fundamentais para o respeito e tolerância, possibilitando a coexistência de diferentes comunidades e culturas; na dimensão económica por se apresentar como novo dinamizador económico, contribuindo para o desenvolvimento humano e local; e na dimensão ambiental pela riqueza (estética, científica, cultural, económica) comum que a sua diversidade biológica e paisagística constituem.

### 3.1.1 - Património Imaterial

Na emergente necessidade de humanizar a cidade, é fundamental compreender o que se entende por património imaterial - *religiões, costumes, língua e música*<sup>103</sup>-, uma vez que este está dependente da subjectividade e autenticidade<sup>104</sup> dos significados que lhe são atribuídos. Este diz exclusivamente respeito ao indivíduo e à sua noção de património:

*"[o] património é o que os sujeitos reconhecem como sendo património. (...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural (...) (do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana)"*<sup>105</sup>

O património cultural imaterial<sup>106</sup> é uma construção social resultado de processos sociais específicos no tempo e no espaço, de transmissão e reinterpretação dos valores. A construção, o reconhecimento e a recriação do património são assim processos complexos, cuja origem se radica nos sujeitos e não nos objectos.<sup>107</sup>

<sup>102</sup> Com tal intuito é lançada a Campanha "Europa, uma herança comum"

<sup>103</sup> Recommendation 1172 (1992)

<sup>104</sup> Como preconizado até então pelas noções tradicionais de "valor intrínseco" ou de "autenticidade".

<sup>105</sup> Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

<sup>106</sup> Nota: importa realçar que a aquisição do estatuto de património conferirá o apoio e a aplicação de esforços na sua conservação, tornando essencial a sua classificação.

<sup>107</sup> PINHO, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, 2009. p.514

Neste seguimento define-se o **espírito de lugar ou *genius loci*** como os *elementos físicos e espirituais que dão significado, valor, emoção e mistério ao lugar*.<sup>108</sup> Isto é, espaços que considerem os aspectos materiais<sup>109</sup> e imateriais<sup>110</sup>, assim como o valor e significado atribuído.

### 3.1.2 - "Genius loci": o retorno à centralidade

Face à ausência da dimensão humana na concepção das cidades no tempo moderno, da sua fragmentação e descaracterização (principalmente nas periferias) consequente da expansão acelerada, sensibiliza-se perante a questão da **"humanização da cidade"**.<sup>111</sup> Esta remete para o regresso aos centros antigos pela redescoberta da complexidade de relações e do valor do *coração da cidade* pela capacidade que detém de promover a vida colectiva. Era então indispensável criar espaços que permitissem ao Homem existir, "habitar", fundamentando as novas tendências teóricas relativamente à "arquitectura, ao habitar, ao lugar, à paisagem" na fenomenologia e no existencialismo. O centro antigo era tomado como *o lugar físico em que parecem encontrar espaço os sentimentos humanos mais elevados e mais necessários para a plenitude de uma arquitectura em busca de um novo humanismo*.<sup>112</sup>

Sabendo que o espaço é agora afectado pelo tempo, o conceito de lugar altera-se. Ao deixar de se apresentar como uma dimensão linear vai também ele contribuir para a perda de identidade das cidades: **o passado e o futuro passam a intervir directamente no presente**, ou seja:

*"A percepção que o indivíduo tem do ambiente que o circunda é resultado de uma fusão entre o momento presente, as memórias das suas experiências passadas e as suas aspirações em relação ao futuro."*<sup>113</sup>

Começa-se então a reconhecer outra dimensão do espaço para além da dimensão física: a transcendental, a dimensão espiritual - **Genius loci**<sup>114</sup> ou espírito do lugar - admitindo que o espaço deve **"reter o tempo"** e que a busca da arquitectura e do urbanismo deve centrar-se na procura de espaços que permitam ao indivíduo encontrar-se a si próprio, encontrar o seu lugar no mundo e a partir do qual consegue estabelecer e manter relações com o exterior. Foi esta percepção que reconduziu à cidade histórica, tão desprezada décadas antes, como resposta aos problemas do presente.

<sup>108</sup> *Québec Declaration on the preservation of the spirit of place*, em PINHO, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, 2009. p.504

<sup>109</sup> *Edifícios, lugares, paisagens, objectos*.

<sup>110</sup> *Memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.*

<sup>111</sup> Resultado do VIII CIAM (1951) com o tema "*Coração da cidade*". Reflexão defendida e preconizada desde então mas só consolidada no século XXI.

<sup>112</sup> Ignasi Solà-Morales: *Diferencias*, 1996. p.53

<sup>113</sup> PINHO, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, 2009. p.44

<sup>114</sup> Tema introduzido pelo teórico Norberg Schulz na década de 80 que influenciou a leitura das cidades alterando-a desde então.

### 3.2 - Intervir no centro antigo

A relação entre determinada tradição cultural e um determinado contexto reforça de certa forma as dimensões que permitem *justificar a própria historicidade do contexto*, baseada em três hipóteses: a de que *"as formas de identidade cultural de um grupo coincidem necessariamente com as formas de identidade cultural relativas aos espaços em que ele vive"*; a ideia segundo a qual *"as relações entre identidade cultural e memórias sociais se estabelecem necessariamente com base num grupo produtor e portador das duas"*; a hipótese de que *a transmissão cultural se faz necessariamente por continuidade social, de geração em geração, nesses grupos portadores de memórias e identidades partilhadas.*"<sup>115</sup>

#### 3.2.1 - "Centros Históricos" ou núcleos urbanos antigos

A expressão "centro histórico" ganha nos dias de hoje uma conotação que nos remete para *"tudo o que nos arriscamos a perder no contexto de uma urbanização galopante, incluindo aquilo que, por vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, as referências identitárias, a cidade à escala humana.*"<sup>116</sup>

Os *centros históricos*, enquanto objecto de estudo, permitem-nos compreender a lacuna entre a "cidade imaginada" e a "cidade vivida"<sup>117</sup>. Estudando estes núcleos urbanos antigos relativamente ao lugar que ocupam no urbanismo actual, bem como nas suas funções, toma-se consciência de que a cidade tanto parece *permanecer quase imutável na sua morfologia e na sua identidade*, segundo Peixoto, como transformar-se de forma repentina.

Actualmente as cidades históricas *"representam um dos modelos identitários de desenvolvimento urbano que mais se tem multiplicado"*<sup>118</sup>, apesar de não serem, a rigor, históricas. Frequentemente a *"idealização e sobrevalorização de determinadas tradições"* estão assentes *"num passado pensado como histórico"*, embora não passem de invenções e reinvenções sociais que tanto podem fomentar a dinamização sociocultural como o *"risco da produção de espaços urbanos segregados"* (MENEZES, 2008).

É no "centro histórico", com a existência de novos espaços urbanos ou não, que estão ou ocorrem todas as imagens emblemáticas, arquitectónicas, ou actividades tradicionais que as identificam. É ainda nestes que se afirma a identidade (particular) de cada cidade, justificando assim a pertinência do uso de tal expressão - "centro histórico" - pois é ele que *"detém o poder de*

<sup>115</sup>Segundo Costa, 1999 em MENEZES, Marluci. Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria. *Cidades Comunidades e Territórios*. n.º11, 2005

<sup>116</sup> PEIXOTO, Paulo: *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*, 2003

<sup>117</sup> Ibid.

<sup>118</sup> PEIXOTO, Paulo (2001): "As cidades e os processos de patrimonialização" in Magda Pinheiro, Luís V. Baptista et Maria João Vaz (orgs.), *Cidade e Metrópole - Centralidades e marginalidades*

*representação da cidade actual porque nele estão fixados os símbolos que dão forma à identidade urbana*"<sup>119</sup>.

Note-se que, para o sucesso de uma e qualquer intervenção, é imprescindível a existência de um *background*, ou seja, bases onde se fundamentem a introdução de novos elementos na imagem urbana, identificando nos "centros históricos" esse passado, essa história. A reabilitação de elementos pontuais do património neste contexto encontra-se intrinsecamente ligada à renovação identitária promotora de uma imagem positiva. *É esta simultaneidade de diversidades entre o "antigo" e o "moderno" no espaço urbano que (...) reforça o valor da imagem de marca que os "centros históricos" representam.*<sup>120</sup> E que por sua vez confere uma imagem de continuidade e de sustentabilidade ao espaço urbano.

É com a consciência de "centro histórico" ou consciência patrimonial que se fundam *as relações sociais numa memória colectiva: a dos antepassados dos espaços urbanos.*<sup>121</sup>

### Consciência Patrimonial

A consciência patrimonial não se trata "apenas" de um *processo fortemente identitário*, mas principalmente *ajuda a promover a assimilação colectiva de mudança*<sup>122</sup>. Face a um contexto actual de diversas e profundas mutações, a identidade opera como consciência da acção. Os indivíduos necessitam de um rito colectivo de passagem de *luto e magnificação*, que lhes permita admitir e suportar mudanças, dando assim início à regeneração. É esta consciência patrimonial que responderá às necessidades da sociedade do futuro, considerando que, segundo Peixoto, com o hipotético desaparecimento dos "centros históricos", tudo o que de melhor dispõem as nossas cidades e as nossas sociedades, desaparecerá.

*"A reinvenção e revalorização do património histórico é o suporte de uma estratégia de criação e de aferição de um espírito de lugar."*<sup>123</sup>

<sup>119</sup> PEIXOTO, Paulo: *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*, 2003

<sup>120</sup> PEIXOTO, Paulo: *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*, 2003, p.217

<sup>121</sup> MENEZES, Marluce. Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria. *Cidades Comunidades e Territórios*. n.º 11, 2005

<sup>122</sup> CORDELLE (1998) em PEIXOTO, Paulo: *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*, 2003

<sup>123</sup> Cf. Fortuna (1997) em PEIXOTO, Paulo (2001): "As cidades e os processos de patrimonialização" in Magda Pinheiro, Luís V. Baptista et Maria João Vaz (orgs.), *Cidade e Metrópole - Centralidades e marginalidades*

### 3.2.2 - A Cultura e a ameaça do *branding* urbano

*"A identidade e o estilo de uma cidade ou de uma região são, hoje em dia, definidos, de um modo visível, pela valorização ou invenção de um "património"¹²⁴*

A identidade, estruturalmente ligada ao património imaterial uma vez que é nele que se fundam tanto a identidade individual como colectiva (comunidade), é a principal responsável pelo desenvolvimento local.

Num mundo marcado pela globalização, o desenvolvimento das cidades passa pela **afirmação da sua identidade** particular e específica como meio de atractividade de actividades económicas. Passa também pela comunicação, pela divulgação da sua marca identitária, podendo até mesmo falar-se de estratégias de **marketing** ou *branding* urbano¹²⁵ apelidadas de revitalização, transformando a cultura numa corrida à exaltação das especificidades das cidades, à tentativa de destaque, à criação de imagens ícone, numa euforia de alcançar a diferença, garantindo um lugar no panorama do desenvolvimento global.

Acabando por se demonstrar, ironicamente, o oposto, na medida em que a cultura começa a atingir um ponto de **homogeneização**. Numa escala mais alargada, entende-se que "a Europa unida é portadora de futuro" (segundo Peter Suther em RODRIGUES, 1997, p.200). Mas, sem nos deixarmos toldar por esta visão ou levarmos ao extremo a necessidade de interculturalidade, devemos assumir uma atitude sóbria, como afirma Rodrigues: "*nem deficiência de nacionalidade nem excesso de mundialização, (...) advogamos o princípio da afirmação da nossa identidade como um dos pilares da construção nacional, europeu e mundial.*"¹²⁶

O certo é que tal fenómeno de consumo cultural leva a colocar em questão a autenticidade e veracidade da cultura. É necessário evitar esta produção massiva de cultura ou de imagens de marca das cidades, responsáveis pela produção de um *engodo* urbano, do construído inócuo de significado, simplesmente para aliciar o sentimento consumista pelo qual a sociedade actual anseia imensuravelmente.

Ainda no mesmo âmbito, surge uma nova lógica contemporânea. Levando ao extremo do papel da cultura como principal eixo motor do desenvolvimento, as cidades veem-se embrenhadas numa competição desenfreada que tem por objectivo atrair principalmente turistas e investimento estrangeiro, conduzindo ao já referido *branding* urbano. Este fenómeno leva à banalização e adulteração de um tema de tremenda importância como pilar da sociedade (nas suas dimensões física e transcendental)

O planeamento urbano, a reabilitação e revitalização das cidades assim como a conservação do património, tornam-se actualmente, acima de tudo, num jogo político e de gestão, passando a essência do habitar, da memória e identidade para segundo (se não para terceiro) plano.

¹²⁴ PEIXOTO, Paulo, "Os meios rurais e a descoberta do património". 2002

¹²⁵ JEUDY, Henry-Pierre: *Espelho das Cidades*, 2005

¹²⁶ RODRIGUES, Carlos Tavares: Texto "*Recuperação dos centros históricos e reabilitação urbana: Identidade e Europa*", do livro PEREIRA e MIDÕES; Arnaldo e Ágata: *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*", 1997. p.200

É por isso fulcral que o antigo integre progressivamente o novo e que juntos, numa articulação saudável e complementar, permitam o gerar e acumular de novas experiências e memórias, dando continuidade à construção dessa mesma identidade.

### 3.2.3 - Entre o centro e as periferias - Caso de estudo

As zonas periféricas são as que mais sofrem o estigma da desumanização da cidade, da disparidade económica e estratificação social. Relativamente recentes, são escassos ou muito particulares, os objectos de patrimonialização onde os indivíduos possam fundamentar as suas raízes. Ofuscadas pelos grandes centros urbanos, onde se concentram e intensificam as actividades sociais, económicas e culturais de uma região, raramente ou dificilmente se permite a criação de laços entre indivíduo/território e indivíduo/comunidade.

Sabendo *à priori* que "a matriz cultural, por excelência, segue-nos por todo o lado"<sup>127</sup> é fundamental que os indivíduos se integrem numa comunidade, que pertençam a um território, que se identifiquem com os seus valores e tradições, já que a sua negação irá conduzir invariavelmente ao desenraizamento que, por sua vez, abre portas à marginalidade e delinquência.

Apenas integrando-se numa comunidade, o indivíduo compromete-se para com os outros indivíduos, para com os valores dessa mesma comunidade e, da mesma forma, para com o território onde estes (indivíduo particular e colectivo) se edificam.<sup>128</sup>

Assim, os centros urbanos revelam-se um obstáculo à vivência do espaço periférico no seu todo pelo indivíduo, acentuando-se a perda do sentimento de pertença, despertando para a emergência de requalificar, revitalizar, renovar e integrar os seus espaços descaracterizados, fragmentados, para uma boa imagem urbana e melhoria da qualidade de vida, atraindo recursos económicos e humanos. As cidades periféricas devem assim ser prioritárias relativamente às intervenções de reabilitação urbana, principalmente os seus núcleos urbanos antigos, dotando-as de capacidades que permitam o acompanhamento o desenvolvimento da área metropolitana em que estão inseridas, devendo complementar-se. Só assim será possível uma regeneração urbana eficaz e global. Exemplo disso temos o caso de Oeiras, tendo já sido alvo de estratégias de reabilitação urbana inseridas num plano urbano alargado.

<sup>127</sup> RODRIGUES, Carlos Tavares: Texto "*Recuperação dos centros históricos e reabilitação urbana: Identidade e Europa*", do livro PEREIRA e MIDÕES; Arnaldo e Ágata: *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*", 1997. p.199

<sup>128</sup> A boa imagem do território, regenerada e revitalizada, apela ao orgulho e à vontade do indivíduo de ser e fazer mais e melhor para o meio onde se insere (social e culturalmente).



### 3.2.4 - Caso de Estudo da Fábrica da Pólvora de Barcarena<sup>129</sup>

Caso de estudo que mostra como recuperar deve conciliar a *preservação da memória da nossa história* e a realidade actual, assim como permitir a criação de *novas memórias para o futuro*. Este projecto faz parte integrante de um projecto mais vasto, "*em que se alia o passado, o presente e o futuro*". É de realçar a ligação entre vários sectores: ambientais, económicos e socioculturais. Enquadrando-se assim nos princípios da sustentabilidade para um desenvolvimento benéfico. (C.M.Oeiras, 1997)



ii: Plano da Fábrica da Pólvora de Barcarena

**Eixos de Desenvolvimento do Projecto Alargado:** social, cultural, museológico, recreio, lazer, actividades de pedagógicas, investigação e tecnologia, actividades ambientais.

**Áreas de Intervenção:** conjunto edificado, área de enquadramento (espaços exteriores) e da própria ribeira.

**Projectos, programas e conteúdos:** *A sua existência futura depende da sua interligação com uma área mais vasta - Plano Integrado da Área do Parque de Ciência de Tecnologia no qual se inserem quatro projectos: a Fábrica da Pólvora, a Tagus Park, o Oeiras Parque e o Cabanas Golf. Estes projectos identificam o cruzamento do triplo sistema: ambiental, económico e sociocultural, trazendo cada um a sua quota-parte de contributo à constituição de um espaço equilibrado e de bem-estar, sinónimo de desenvolvimento sustentado.*

**Descrição:** *Vasto complexo de edifícios, espalhados por 44 hectares de terreno. Desenvolveu-se ao longo da Ribeira de Barcarena, numa fase inicial na margem esquerda e posteriormente na outra margem. Desde sempre ligada à água, por questões de segurança, de necessidade de fabrico e principalmente ligadas ao fornecimento de energia motriz. É, portanto, ao longo da Ribeira que se desenvolve a riqueza cultural, arquitectónica e de história industrial da Fábrica da Pólvora de Barcarena. O objectivo da recuperação é divulgar a memória da nossa história, dotando-a de novos usos e relações de vivências, tornando-a capaz de construir novas memórias para o futuro. O plano joga com a flexibilidade, o espaço e o tempo de intervenção e a sua relação com as condições, factores, vectores e elementos de sustentabilidade que, colocados nas suas correctas implicações de interactividade, permitem que as acções desencadeadas não sejam factos isolados e melhor ou pior conseguidos mas, antes pelo contrário, reproduzam uma certeza cada vez maior de equilíbrio e bem-estar para a evolução da sociedade, cada vez mais acelerada. O grande esforço vai estar na capacidade de interagir e relacionar factos díspares no espaço, no tempo e na dimensão.*

#### IDENTIFICAÇÃO

Fábrica da Pólvora de Barcarena

#### LOCALIZAÇÃO

Barcarena, Lisboa, Portugal

#### DATA DE CONSTRUÇÃO

1540

#### ARQUITECTO

-

#### TIPO DE CONSTRUÇÃO

Industrial

#### RECUPERAÇÃO

##### Arquitecto

Manuel Ferreira Quaresma  
(Arq. responsável pelo Gabinete de Desenvolvimento Municipal de um processo de planeamento interactivo)

#### PROGRAMA

Programa de Recuperação do património como componente de um processo de planeamento interactivo.

#### DATA DE INÍCIO

1995

<sup>129</sup> QUARESMA, Manuel: *Intervenções autárquicas: Projectos e experiências - A Fábrica da Pólvora de Barcarena* em AGUIAR, REIS CABRITA e V. PAIVA; José, António e José: *Conservação e Reabilitação do Património Edificado, Evolução das Necessidades e Qualificações Profissionais*, 1992. p.128-130

### 3.3 - Intervir no Património

Segundo Ashworth e Tunbridge, os núcleos urbanos antigos são reflexo do nosso presente e do no nosso futuro, mais ainda do que do nosso passado. Esta perspectiva remete-nos assim para o reforço da ideia de evitar a dependência da **nostalgia**, de não enveredar por fundamentalismos ou **tradicionalismos**. O passado e o presente devem, e têm, de coexistir harmoniosamente, como única forma de garantir o/um futuro.

#### 3.3.1 - Reabilitação: o conflito entre nostalgia e autenticidade

A nostalgia apresenta-se, desde sempre, como um obstáculo à introdução de novos elementos ou reinvenção de infra-estruturas antigas (conduzindo à recuperação e restituição sem nova interpretação). Ao homem está-lhe intrínseco este fundamento de "voltar ao passado" que, não deixando de ser essencial como ponto de partida, não pode "prendê-lo".<sup>130</sup> Há que saber compreender o passado e utilizá-lo como *background* para reinventar o "novo" adequado ao presente.

Como afirma Renzo Piano<sup>131</sup>, apesar de *"o futuro ser o único sítio onde podemos ir, o passado é uma tentação constante"*.

O principal problema que se coloca, quando se fala em "novo" e "antigo", é a **autenticidade** que, nesta euforia em torno da cultura, é quase inevitavelmente corrompida. Ao falar-se de autenticidade, refere-se a uma questão puramente ética, apenas atingível quando *"o **velho** se mantém intacto para tentar mostrar as suas vicissitudes (...) e onde o **novo** não renuncia a ser antes de tudo ele mesmo. (...) isto é arquitectura e portanto testemunho da história no seu sentido mais amplo"*.<sup>132</sup>

Como visto anteriormente, numa sociedade dominada pela imagem, a **integridade** do património e dos núcleos urbanos antigos é desafiada constantemente, conduzindo frequentemente à ausência de **essência** do construído. Deparamo-nos com uma complexa e contraditória realidade, *"uma realidade que é simultaneamente nova e antiga, presente e passado"*, onde *"a tradição é de novo o resultado de séculos de aventura"*.<sup>133</sup> Actualmente, voltamo-nos novamente para a tradição, após anos de experiência e de evolução, caindo muitas vezes no erro de reproduzir ou produzir *pastiche*, eliminando a integridade, a veracidade e essência do construído.

<sup>130</sup> É frequente as pessoas idealizarem as épocas áureas do passado. Á semelhança do filme "Midnight in Paris" (2011) em que a personagem actual se transporta para a *belle époque* (anos 20) e a personagem que lhe é apresentada nessa mesma época revive num outro período ainda mais antigo, considerando por sua vez a sua *"belle époque"*

<sup>131</sup> Mencionado no artigo: *o novo e o antigo contemporâneo* de José Manuel Pedreirinho, Arquitectura Ibérica - #36 Reabilitação, p.10

<sup>132</sup> PEDREIRINHO, José Manuel: *Aquitectura e construção, Reabilitação #36 - Artigo: O novo e o antigo contemporâneo*, 2011, p.11

<sup>133</sup> Ibid. p.13

Coloca-se então a questão: como reabilitar promovendo a complementaridade? Como conciliar o antigo e o novo sem que se anulem ou se corrompam?

Antes de mais é importante referir que tais reflexões não esperam uma resposta, uma vez que, dada a subjectividade da matéria, não existe consenso ou guias científicos que expliquem ou orientem os principais tipos de estratégia de projecto nas reabilitações tendo em conta a experiência e sensibilidade do arquitecto.<sup>134</sup> Importa por outro lado compreender o processo de reabilitação, muito mais do que reproduzir ambientes, arranjar esteticamente os edifícios ou criar agradáveis condições de habitabilidade. Estas operações devem, acima de tudo, preservar o valor, carácter e memória do edifício enquanto colectivo urbano e, em simultâneo, ajustá-los à realidade actual, permitindo a sua integração no presente. O equilíbrio entre o novo e o antigo é necessário para a manutenção e conservação do passado, nos núcleos urbanos antigos e seus elementos patrimoniais, fomentando assim o acumular de novas experiências, novas memórias, que integrem este passado nas práticas urbanas e que acompanhem o homem no caminho para o futuro.

*Reabilitação apesar "de supor um respeito pelo carácter arquitectónico do edifício, opõe-se ao restauro que implica um retorno ao estado original (...)"<sup>135</sup>*

Existem contudo algumas ideias, normas, regulamentos e políticas a nível nacional, europeu e mundial que, visando a salvaguarda e glorificação do património e da identidade, devem ser tidas em conta: Carta de Veneza, Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios (1964), Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975), Europa Nostra (1985), Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa, 3 de Outubro de 1985, Lei do património Cultural (1985 e posterior actualização: Lei n.º107/2001, ade 8 de Setembro 2001)

### **3.3.2 - Reabilitação do património indissociável da regeneração dos núcleos urbanos antigos**

Segundo Portas, *o que é importante fazer pelo património urbano*<sup>136</sup> deve basear-se em três observações: na intervenção no património que anteriormente se encontrava associada apenas à protecção de edifícios isolados (sendo nos dias de hoje adoptada uma perspectiva abrangente a tecidos urbanos mais extensos); na readequação do património intrinsecamente ligada aos usos, necessidades e imagem das cidades; na consideração das dimensões física e social nos processos de intervenção.

Compreende-se então a urgência da reabilitação do património indissociável da regeneração dos núcleos urbanos antigos. Nesta perspectiva, a reabilitação é tida como uma  *reacção à atomização social e ao*

<sup>134</sup> Este processo passa muito por adaptar as opções de projecto ao que vai surgindo durante a obra de intervenção.

<sup>135</sup> TOUSSAINT, Michel: *Arquitectura e construção, Reabilitação #36 - Introdução*, 2011, p.04

<sup>136</sup> PORTAS, Nuno. *Actas do 3º ENCORE – Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios*, 2003.

*desenraizamento causados pela aceleração da vida moderna, pelo crescimento das periferias e correspondente desertificação dos centros urbanos e pelo ritmo de desaparecimento de modos de vida tradicionais. (Peixoto, 2008)*

*A maior abrangência e profundidade dos sentidos da intervenção na cidade existente, assume-se simultaneamente como manifestação e motor das dinâmicas de "(re)invenção do património".<sup>137</sup>*

Uma vez que a reabilitação socio-urbanística pode potenciar a inversão das situações de desfavorecimento social, económico e habitacional das populações, bem como promover dinâmicas de valorização sociocultural dos contextos de intervenção (essenciais à periferia principalmente), esta lógica de reabilitação e revitalização do património, deve ser tomada ou mantida como instrumento principal (Anexo11). Para melhor desempenho esta deve ainda, segundo Menezes (2005), trabalhar de forma interrelacionada:

- **Os indivíduos/grupos:** a população residente e utente dos locais, trabalhando-as transversalmente, na heterogeneidade das suas práticas e características socioculturais e demográficas.
- **Os espaços:** à vizinhança próxima e alargada, reconhecendo as diversas interconexões entre privado e público olhando aos interstícios e aos espaços de transição<sup>138</sup>
- **Os vários âmbitos** mobilizados e tocados pela intervenção, promovendo-se a atenção mútua e a integração das vertentes físicas, sociais, culturais, históricas, económicas.
- **Os estudos:** as pesquisas produzidas nas diferentes vertentes disciplinares, reconhecendo-se e cultivando-se a diversidade dos saberes inerente à complexidade do real.
- **As intervenções preexistentes:** a valorização e a reflexão crítica sobre a experiência acumulada.
- **Os diagnósticos** de caracterização e de avaliação elaborados numa perspectiva dinâmica, relacional e flexível, com capacidade de articulação disciplinar/dimensional, desse modo reflectindo sobre as relações entre cultura e sociedade, dinâmicas de degradação, segregação e exclusão socio-espacial, auxiliando-nos a identificar, definir e escalonar não apenas a procedência, o sentido e o carácter social dos problemas que afectam a realidade social, como também os recursos e potencialidades dessa mesma realidade.
- **Os projectos** como expressões culturais, fenomenológicas e pragmáticas, que contribuem para a invenção/criação de novas dinâmicas socioespaciais/urbanísticas.

Em suma, segundo Ascher (2001), devem-se aplicar todos os esforços na organização dos mecanismos responsáveis pela criação e desenvolvimento dos planos e estratégias: de carácter reflexivo; de precaução, atento às exigências do desenvolvimento sustentável; competitivo e participativo; dinâmico; adaptado à complexidade das práticas sociais; multisectorial; multifuncional e de soluções específicas; de preocupações formais e estéticas; multissensorial e enriquecedor da urbanidade do lugar.

<sup>137</sup> Nuno Portas: "Notas sobre a Intervenção na cidade existente", 1985

<sup>138</sup> (da casa ao pátio, do pátio à rua, da rua ao largo, do largo à praça, ao jardim, ao teatro,...).

### 3.4 - Considerações finais

A importância que a sociedade atribui ao património associa-se, segundo Menezes, a uma tentativa de reordenação de um presente descontínuo. É na (re)invenção do património que se encontra a possibilidade de um *reencontro com um tempo contínuo que nos transporta às cidades, memórias, momentos e objectos que, "a priori", parecem perdidos num passado longínquo*<sup>139</sup>. Menezes relaciona este fenómeno de recuperação do património urbano, com uma interrogação sobre a nossa condição de "ser urbanos", sendo que as cidades actuais enfrentam questões principalmente relacionadas com a *degradação socio-ambiental, a crise de valores, a periferização da função residencial e respectiva terciarização da cidade, os interesses económicos e políticos, os ideais de modernização e inovação da cidade, a extensividade do fenómeno de urbanização e a propagação das dinâmicas de concorrência entre as cidades*.<sup>140</sup>

Este tipo de intervenção (a reabilitação), numa vertente transcendental dos edifícios a que se propõe, principalmente os classificados como patrimonial, pressupõe (ou implica) uma reinvenção do património de modo a permitir o acumular de novas memórias, deixando a ideia retrograda de passado imutável e estático, para um passado presente na acção do quotidiano e adaptável a um futuro.

Este voltar aos centros aposta na revitalização e dinamização, precisamente por se caracterizarem como locais com valores intrínsecos insubstituíveis alheios ao moderno, devido à competitividade, permite alcançar toda uma redinamização e regeneração ao nível nacional. Tendo em conta que o panorama de competitividade se repete e reflecte também a nível europeu e mundial (certo que numa perspectiva ideal ou optimista), deparamo-nos com um motor de desenvolvimento, em resumo, uma intervenção de reabilitação de um elemento patrimonial num "centro histórico" ou núcleo urbano antigo, que se traduzirá (se tudo lhe for favorável) num eixo motor de regeneração e redinamização alargada à cidade, à região, à nação e, conseqüentemente, ao nível europeu.

Tendo em conta tudo o que a reabilitação e reconversão do património classificado ou não) envolve, exige e objectifica, assim como os impactos na realidade, **pretende-se ensaiar na fase projectual a ideia de que, através da implementação e desenvolvimento da política dos "re's", associada aos fundamentos teóricos da sustentabilidade e da política de reabilitação urbana, esta se pode tornar motor de uma regeneração (coerente, equilibrada e próspera) mais alargada.**

É de realçar a importância que cabe a estas intervenções de constituir um motor de desenvolvimento e não um factor *de alimentação de uma perspectiva de imobilidade perante a história e perante a própria ideia de construção de identidade(s)*<sup>141</sup>. Isto é, não ficar preso ao passado e ao tradicionalismo nem romper com ele mas conseguir evoluir e coexistir em plena harmonia. A sua implementação deve impulsionar o desenvolvimento humano, social e territorial e não apresentar-se como motivo à estagnação

<sup>139</sup> MENEZES, Marlucci: *Entre o desenvolvimento sociocultural e a conservação do património urbano*, 2008.

<sup>140</sup> Ibid.

<sup>141</sup> MENEZES, Marlucci. Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria. *Cidades Comunidades e Territórios*. n.º11, 2005

no passado. Assim, a dimensão cultural da sustentabilidade reside em estabelecer-se uma mediação entre conservar e desenvolver.

Compreende-se que a solução das cidades só é possível quando consideradas e conciliadas, no seu planeamento, as diferentes dimensões: física, espiritual e intelectual. Tal como **a protecção e conservação do património** apenas será bem sucedida se visar a **harmonia e o equilíbrio entre a cidade antiga e a moderna**, conferindo escala humana e identidade a esta última.

Nesta perspectiva, justifica-se **incentivar e acentuar a cultura** como instrumento de revitalização urbana, tornando-a no principal motor de regeneração urbana, **sem contudo** banalizá-la e adulterá-la para efeitos de *marketing*, respeitando eticamente o seu carácter.

Para além de reconhecer a importância do lugar, esta acompanha os processos de evolução social que constituem as cidades e abre caminho para a criação de mecanismos dinamizadores do território no seu todo. Pressupondo a intervenção urbana o desenvolvimento social e regeneração do tecido urbano, deve conciliar a contemporaneidade com a pré-existência, *modernizando a história e a memória dos lugares, sem as descaracterizar*<sup>142</sup>, para a renovação dos seus "velhos centros" e recuperação do *"bom conceito de cidade e restituí-la à estima pública"*.

Reconheceu-se que, do mesmo modo que as dinâmicas e os problemas económicos, sociais, ambientais e culturais se distribuíam e alastravam pelos territórios sem respeitar fronteiras administrativas, também as **externalidades positivas da reabilitação ultrapassaram os limites** das suas intervenções e até mesmo as fronteiras das cidades.

Conclui-se que as cidades sem reabilitação, e que necessitem de reestruturação e regeneração, são sinónimo de desperdício e ineficácia. A existência de áreas degradadas traduz-se na fraca actividade económica e consequentemente na estagnação do desenvolvimento, tornando-se deste modo um obstáculo, reflexo dos custos da não reabilitação e simultaneamente da pertinência e urgência da sua aplicação.<sup>143</sup>

**A cidade é um todo.** E como tal o desenvolvimento deve ter bem presente que deve intervir para o bem comum e geral, caso contrário toda e qualquer intervenção, ou isolamento das mesmas, irão sempre manifestar os seus efeitos na cidade global.

<sup>142</sup> MENEZES, Marluce: *Entre o desenvolvimento sociocultural e a conservação do património urbano*, 2008.

<sup>143</sup> "(...) desencoraja o investimento e a criação de emprego; representa uma perda do capital humano e do potencial individual; imputa custos directos aos sectores público e privado ao nível da segurança e da reparação de danos decorrentes de actos de vandalismo; diminui o valor do solo e da propriedade; implica despesas públicas adicionais para dar resposta às necessidades imediatas da população e para quebrar o ciclo de declínio; diminui a competitividade da cidade como um todo." - PINHO, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, 2009. p.369

## PARTE II

### IV - CASO DE ESTUDO, ODIVELAS

O presente capítulo pretende enquadrar Odivelas tanto no âmbito das políticas urbanas vigentes em Portugal, como a nível histórico, reconhecendo a lista de património classificado e o valor imaterial da Quinta do Espírito Santo. Após esta breve contextualização incidir-se-á numa análise mais focada na situação actual de Odivelas, nas suas potencialidades e "fraquezas" e identificar-se-ão alguns planos de pormenor centrados na salvaguarda e valorização cultural (reabilitação, reconversão e reestruturação do espaço), reflectindo-se como caso de estudo ao demonstrar já resultados e estratégias que visem o estudo aqui desenvolvido, assente na cultura e ambiente como eixo motor de redinamização das zonas urbanas antigas e da melhoria da qualidade de vida de toda a envolvente.



iii: Vista aérea de Odivelas, fonte: Google.Maps

#### 4.1 - Breve contexto Histórico de Odivelas

O concelho de Odivelas, incluído hoje na AML, localiza-se a norte de Lisboa e divide-se em sete freguesias: Caneças, Famões, Odivelas, Olival Basto, Pontinha, Pova de Santo Adrião e Ramada; ocupando uma área de 26.6km<sup>2</sup>.

Os achados e vestígios encontrados ao longo do tempo neste território confirmam-no como um terreno fértil e produtivo, portanto, uma área extremamente bem conotada. Contudo, pode-se datar o início do seu desenvolvimento aquando da ordem de D. Dinis para a construção do Mosteiro<sup>144</sup>, inicialmente habitado pela ordem Beneditina. Reza a História, pelos registos e factos históricos dizia-se que as freiras, cultas, pelos seus escritos e outeiros, eram uma "forte atracção", colocando Odivelas no mapa de artistas, príncipes e reis.<sup>145</sup>

A presença de água foi fulcral para a sua existência. Vista como terra fértil e de oportunidades, localizada perto da grande cidade, foram surgindo diversas quintas tendo sido criados mecanismos (um cais na Pontinha) para facilitar o transporte dos produtos agrícolas para Lisboa.

Com o terramoto de 1755, apesar da destruição verificada também em Odivelas, muitas pessoas fugiram de Lisboa para aqui se refugiarem, conduzindo ao crescimento exponencial da população. Este crescimento foi-se registando ao longo do tempo, principalmente pela procura de "ares saudáveis" pelas classes mais altas, pois a insalubridade da grande cidade remetia a drásticas soluções. Apesar do território ter perdido o seu fulgor com a extinção das ordens religiosas, no século XX o seu desenvolvimento assenta não apenas na agricultura mas também na procura de pequenos terrenos por parte da alta burguesia para quintas de veraneio e palacetes<sup>146</sup>, na construção de bairros sociais e na compra de grandes propriedades por grupo económicos<sup>147</sup>.

##### Factos históricos:

- 1147 - A história do Concelho tem os seus primeiros registos numa lápide datada da era de Cristo, na qual se encontra o registo do padre João Ramires, que terá sido um dos guerreiros, que ajudou D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa em 1147.
- 1295 - Início da construção do Mosteiro D. Dinis.
- 1415 - D. Filipa de Lencastre morre no Mosteiro de D. Dinis, para onde se tinha ausentado durante a peste.
- 1671 - Um roubo na Igreja de Odivelas deu origem ao Padrão Senhor Roubado, sendo identificado por alguns como a primeira banda desenhada portuguesa e simultaneamente como prova da forte presença da Inquisição na região.
- Em 1731 inicia-se a construção do Aqueduto das águas livres, a mando de D. João V, da Fonte das Águas Livres, perto de Carenque ao depósito das Amoreiras (Mãe d'Água) que só foi concluído em 1834
- Em 1833, é construída a Quinta da Pentieira (Freguesia da Pontinha), um

<sup>144</sup> Como agradecimento do seu salvamento aquando dum incidente com um urso na sua caça

<sup>145</sup> <http://www.cm-odivelas.pt/Concelho/Historia/>

<sup>146</sup> Dos quais são exemplo a Quinta do Espírito Santo e a Quinta da Memória.

<sup>147</sup> Do qual é exemplo o plano da Quinta do Mendes, responsável pelo início do seu crescimento exponencial nos anos 30.



- 1964: Odivelas ganha o estatuto de Vila
- 1967: Inundações centenárias provocam inúmeras vítimas e danos materiais
- 1990 Odivelas é elevada a Cidade

Tabela 2: Cronologia dos acontecimentos históricos de Odivelas mais relevantes, adaptação da autora<sup>148</sup>

É entre os anos 40 e 80, do século XX, em que se regista o maior crescimento demográfico, chegando a ser registada a freguesia mais populosa de todo o país. Em 1967 as inundações centenárias provocam inúmeras vítimas e danos materiais. Entre os anos 70 e 90, os preços inacessíveis de Lisboa conduziram a população para as periferias, traduzindo-se na explosão do número de habitantes<sup>149</sup> e consequentemente da construção civil e do aparecimento de 85 bairros habitacionais clandestinos.

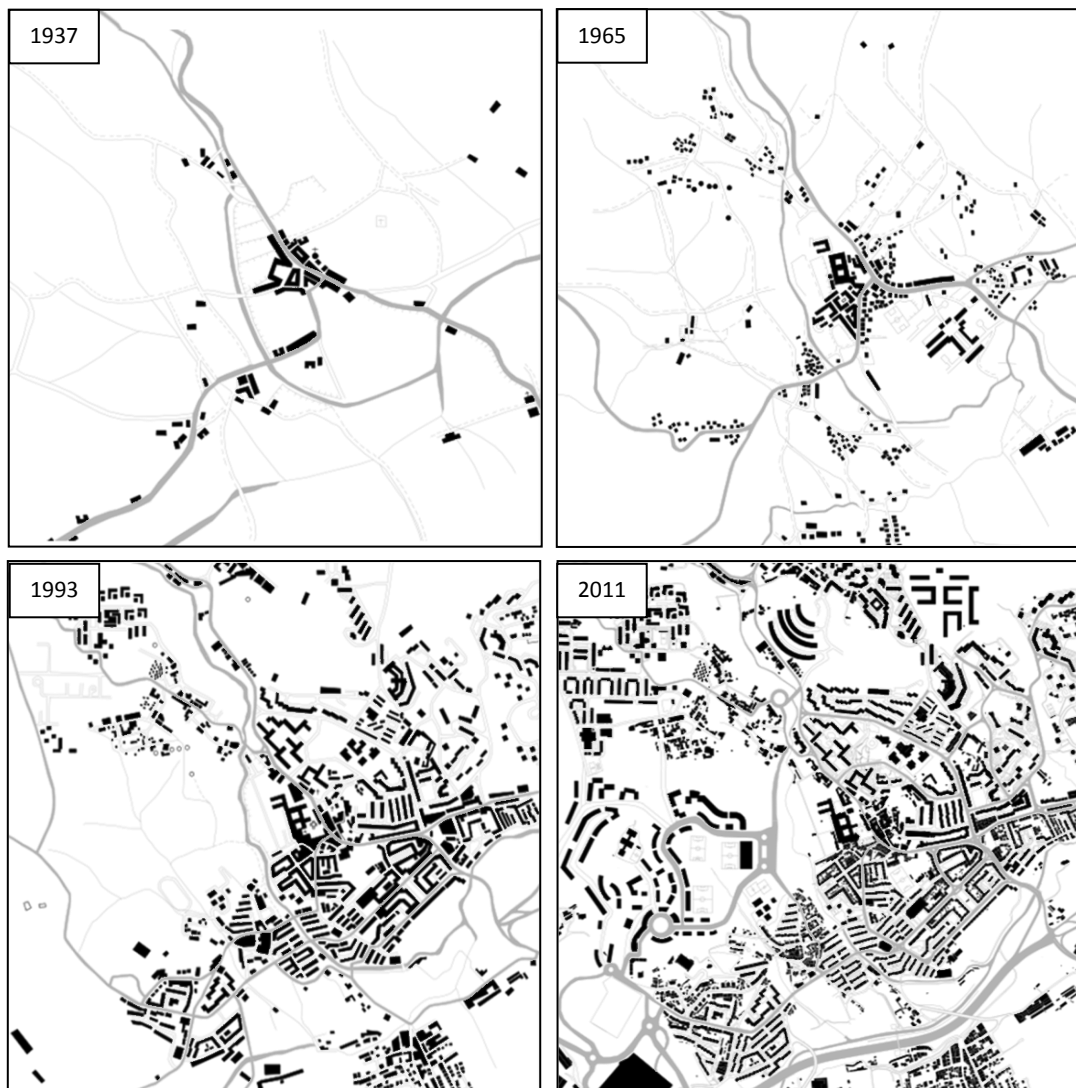
Na década de 70 assiste-se a um processo de urbanização através de loteamentos, alterando profundamente o território, fragmentando-o e tornando-o ilegível. É possível reconhecer-se três fases distintas na evolução do seu edificado: (figura iv)

- o centro histórico
- o crescimento exponencial e desordenado dos anos 70
- as novas urbanizações dos anos 90 desconexas da restante malha urbana

Odivelas surge assim como uma região rural, de quintas e agricultura, com uma única estrada (ligação entre a Amoreira e o Lumiar) como elemento estruturante a partir do qual se desenvolve o tecido urbano. A partir da década de 60 o processo de crescimento passa a assentar na transformação de quintas em aglomerados (revelando maior intensidade junto às estradas principais).

<sup>148</sup> Adaptação de <http://www.cm-odivelas.pt/Concelho/Historia/>

<sup>149</sup> Ver Anexo 12



iv: Expansão urbana da freguesia de Odivelas - Análise elaborada no 1º Semestre da disciplina de Laboratório de Projecto VI pelo grupo: Francisco Santos, Inês churro, Inês Goulão, Nuno Moura Machado

## 4.2 - Situação Actual

Devido à sua localização, no segundo anel da Área Metropolitana de Lisboa, Odivelas sofreu profundas alterações num curto espaço de tempo. Esta repentina densificação e extensão do tecido urbano reflectiu-se nas alterações das relações sociais, nos processos de desemprego, exclusão social e de insegurança, e na ilegibilidade e desqualificação do território.

Dela são resultado Áreas Urbanas de Génese Ilegal (A.U.G.I.), a insuficiência de equipamentos (principalmente na área da educação e formação profissional) e de serviços de apoio à comunidade, a expansão de áreas degradadas ou em decadência, prejudicando inquestionavelmente o parque habitacional e o património cultural.

### 4.2.1 - Breve análise Sócio-demográfica:<sup>150</sup>

O crescimento demográfico exponencial levou à condução habitacional exacerbada, tendo o planeamento do território, os serviços e infra-estrutura de apoio à população ficado aquém do esperado.

Apresentando Lisboa uma média de evolução superior à nacional, dentro da qual existem situações muito heterogéneas demograficamente, Odivelas apresenta uma tendência de crescimento positivo (13% entre 2001 e 2007)<sup>151</sup>. O próprio concelho reflecte números muito diversos relativamente à evolução das suas freguesias.

Importa ainda informar/advertir sobre as faixas etárias da população de forma a compreender e projectar as suas necessidades: Os dados do quadro seguinte evidenciam o aumento do índice de envelhecimento da população, *mas em vias do amadurecimento (73% em idade activa)*. Aliando-se o facto de já se constatarem intervenções de requalificação e regeneração urbana, logo, da sua *capacidade de atracção de população em idade activa*<sup>152</sup>.

A nível de escolaridade apresentam-se as seguintes dados:

Sem nível de ensino	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	Curso Médio	Curso Superior
5.496	13.111	5.915	10.220	9.299	485	4.361

Tabela 3: Nível de Qualificação Académica

A população é globalmente pouco activa relativamente às questões de desenvolvimento local, apesar de sensibilizada para tal manifesta-se ainda pouco participativa. Os seus tempos livres são maioritariamente passados em casa ou em cafés e centros comerciais. (39.1% são inactivos - estudantes, reformados e domésticos - população alvo da proposta de projecto no cap.V: o museu em parceria com as escolas e com centros de apoio a idosos)<sup>153</sup>

<sup>150</sup> Plano Director Municipal de Odivelas: Volume 4.2 caracterização do território – estrutura e funções sociais

<sup>151</sup> Ver Anexo 13

<sup>152</sup> Ver anexo 14

<sup>153</sup> Nota: aumento da taxa de actividade 1991-2001 de 51.7% para 55.5% e um ligeiro aumento da taxa de desemprego de 6,2% para 6,7%.

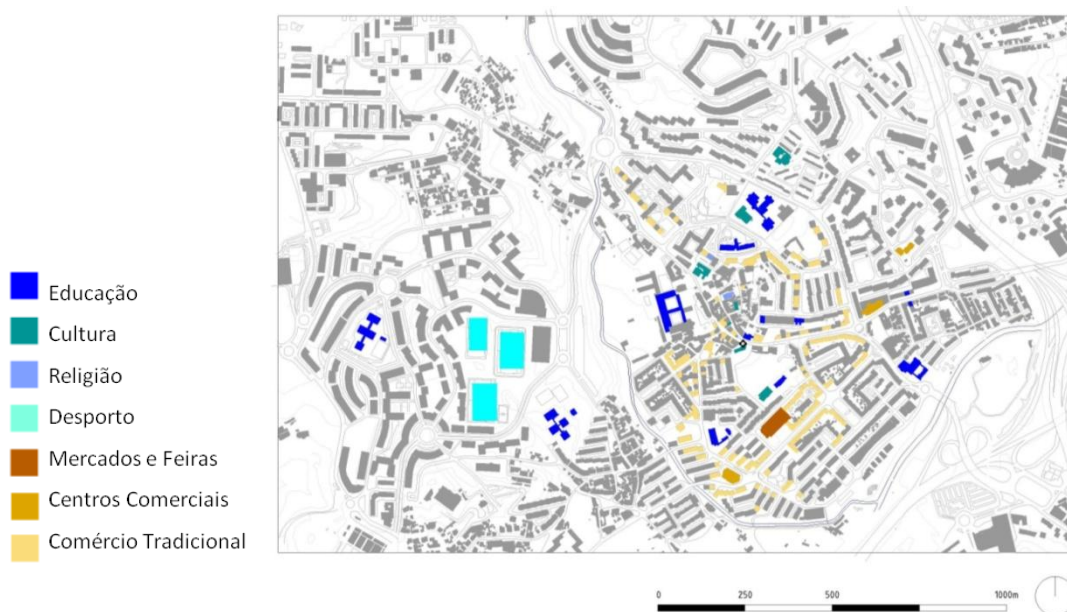
Caracterizando-se Odivelas por uma zona periférica de "dormitório", os movimentos pendulares são praticamente uma obrigação, registando-se uma entrada diária de 11.960 indivíduos (provenientes de Loures) e saída de 92.962 (para Lisboa, Loures e Oeiras).

No domínio da naturalidade, as freguesias de Odivelas, Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, reúnem maior percentagem oriunda da Região de Lisboa e Vale Tejo. A maioria da população natural do concelho encontra-se em Caneças, Pontinha, Famões e de indivíduos provenientes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) nas freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Odivelas. Em 2001 a população multicultural apresentava-se como uma minoria de 8%. Contudo, entre 2001 e 2011 assistiu-se a um grande fluxo de imigração de leste (dados estatísticos indisponíveis) que se traduziu na dificuldade de integração nas novas comunidades e no aumento da exclusão social.<sup>154</sup>

Tal análise importa para a definição da estratégia, adequada ao contexto social, histórico e geográfico, que se apresentará no capítulo seguinte.

#### 4.2.2 - Caracterização Territorial

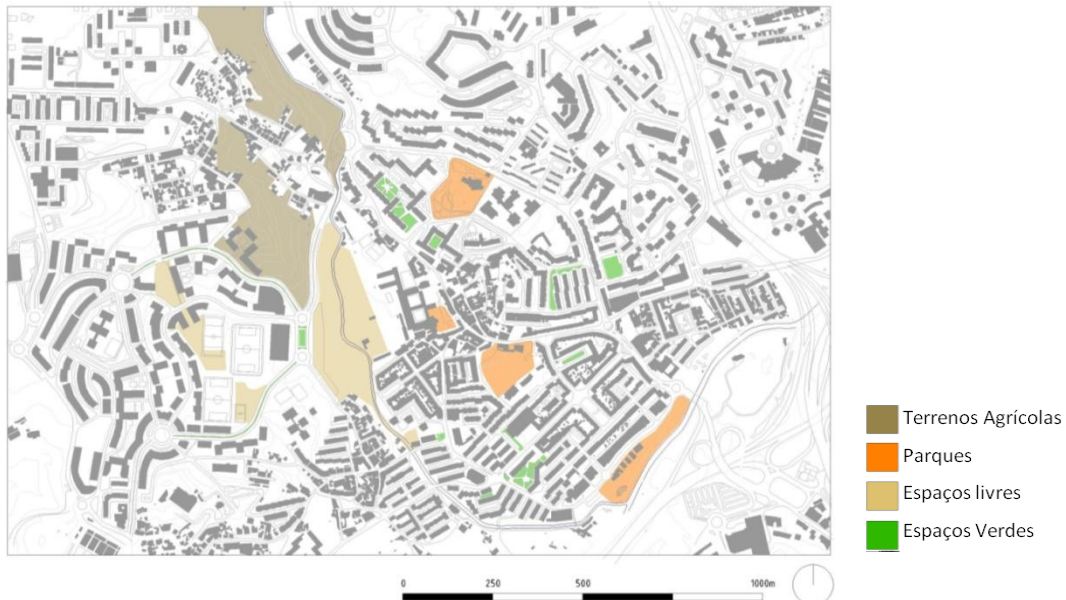
Na imagem v podemos observar que o centro histórico se encontra bem servido de equipamentos e o comércio tradicional bem distribuído. Por outro lado, fora do núcleo central existe um forte défice de equipamentos e muito pouca diversidade de comércio.



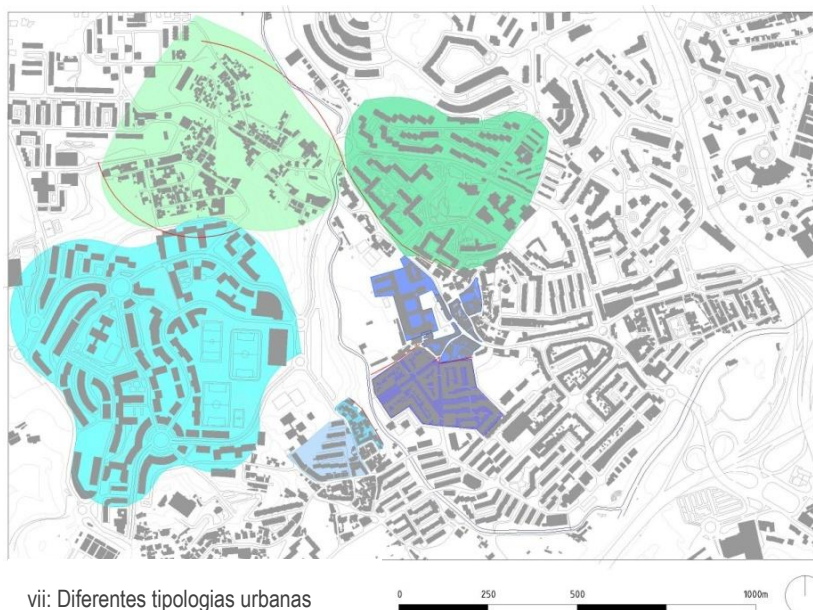
v: Planta de localização de comércio e equipamentos

<sup>154</sup> Sendo a multiculturalidade um objectivo a preconizar nas cidades actuais, propõe-se (no capítulo seguinte) a aproximação e integração das diferentes culturas através do incentivo à cultura e ao conhecimento

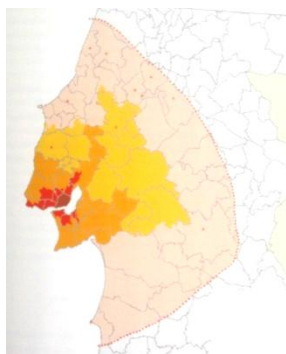
Pode-se caracterizar o espaço público de Odivelas como um espaço de interesse histórico, multicultural, sistema de vistas devido ao seu terreno de declive acentuado. Contudo, a falta de pontos de encontro para as relações de vizinhança, a pouca atractividade dos (poucos) parques e o elevado nível de áreas degradadas (espaço público e edificado) e o elevado grau de densidade do edificado (apresentando-se como barreiras) são tudo factores que desqualificam fortemente a imagem de Odivelas.



Ao nível da imagem urbana, a fraca homogeneidade causa uma ruptura na transição das diferentes zonas, podendo-se afirmar a inexistência de transições, e no caso das A.U.G.I. totalmente isoladas da envolvente. No entanto, o Centro Histórico mantém a identidade do Local; a morfologia dos edifícios permite o estacionamento dos moradores e a existência de espaços verdes; e a recente urbanização das Colinas do Cruzeiro são atractivas para novos moradores.



#### 4.2.3 - Políticas Urbanas: PROT, PDM e PP-UOPG's



viii:: As várias Lisboas, in Políticas Urbanas II, 2011

Em Odivelas as iniciativas de intervenção urbana têm sido manipuladas pelo privado e pelo loteamento urbano nos último anos, representando deste modo o mal geral de suburbanização dos arredores de Lisboa. Contudo, existem já vários sinais do emergir de um novo paradigma de urbanização sustentado/possibilitado pelos novos instrumentos urbanísticos, como é o caso da *promoção de novos empreendimentos com qualificação e dimensão significativa* que, *apoiados numa rede de acessos inter-concelhos, estruturada e hierarquizada*, representando um novo modelo de desenvolvimento urbano, *com capacidade polarizadora e de estruturação do tecido urbano do concelho*.<sup>155</sup> O grande avanço na forma de intervir em Odivelas deu-se a partir de 1990 com o aparecimento e integração de *novas formas de planeamento municipal, assim como a renovação das estratégias empresariais tendentes à qualificação e promoção dos novos empreendimentos*.<sup>156</sup>

(Nota: Esta análise foi efectuada no 1º semestre na disciplina de Laboratório de Projecto VI, pelos alunos Daniel Flores, Inês Morgado, Rui Magalhães e Tânia Paulo. Fonte: PROT-AML, Lisboa, Abril 2012)

Odivelas e Loures enquadram as Áreas Críticas Urbanas, por se caracterizarem como áreas urbanística e socialmente desqualificadas, carenciadas de infra-estruturas e de equipamentos de apoio à população; e pela alta concentração residencial e densidade populacional. É, portanto, imprescindível um **investimento na reestruturação e requalificação urbana** com vista a inverter as tendências a médio-longo prazo.

A zona Odivelas-Loures integra já um conjunto de novas infra-estruturas rodoviárias que lhe atribuem um papel chave na reestruturação do arco urbano envolvente norte da AML, criando condições para o desenvolvimento de novas centralidades. (O PROT refere o desenvolvimento de novos centros urbanos que se deverão articular com o centro de Lisboa, sendo caracterizados por uma autonomia funcional face ao centro).

A situação de periferia e transição de Odivelas enquadra as **Unidades Territoriais**<sup>157</sup> caracterizadas como zonas fragmentadas, conflituosas (relativamente aos usos), desordenadas, dispersas, pouco consolidadas, carentes de estruturação e de ameaça ambiental.

Odivelas integra também um dos principais pontos da REM<sup>158</sup>, sendo constituída por áreas denominadas como vitais para a resolução de problemas e carências do sistema urbano existente. Estas devem ser tidas como fulcrais para a concretização de espaços públicos, zonas de lazer e recreio, fundamentais para o funcionamento e qualidade do sistema urbano no seu conjunto.

<sup>155</sup> PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João: *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulações e Projectos*, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2011, pág.242

<sup>156</sup> Ibid. pág.279

<sup>157</sup> São delimitadas através de uma análise profunda de vários factores territoriais da região.

<sup>158</sup> Rede Ecológica Metropolitana: Constitui um sistema de áreas e ligações que integram, envolvem e atravessam Unidades Territoriais e o sistema urbano no seu conjunto.



**Opções estratégicas de Requalificação, reconversão e revitalização** das áreas degradadas (da CMO-PROT, estratégias estas presentes na proposta onde o projecto se insere):

- Qualificação do espaço público através da construção de equipamentos cívicos e dinamização de actividades lúdicas, desportivas e culturais;
- Revitalização das áreas históricas através da melhoria de acessibilidades (transporte público) e gestão do estacionamento (transporte privado);
- Qualificação dos bairros sociais através oferta de infraestruturas e equipamentos de apoio à população, tendo em consideração as suas práticas urbanas; e de espaços de convívio, de actividades culturais, lúdicas e desportivas.
- Política urbana habitacional de equidade territorial: evitar desigualdades e desintegrações sociais, urbanas e arquitectónicas

O PDM<sup>159</sup> determina que é necessário reinventar o território tirando partido de todos os seus potenciais de forma a criar um território de vivências, agradável e atractivo, competitivo, solidário e socialmente justo, que permita o reconhecimento de uma identidade e contribua para a auto-estima de todos os utentes. Um espaço de qualidade de vida, para qual define três objectivos principais:

- *Reforçar o papel de Odivelas no contexto metropolitano, invertendo o papel periférico;*
- *Qualificar Odivelas como espaço urbano e humanizado, investindo na imagem urbana e na qualidade de vida;*
- *Qualificar Odivelas como espaço de oportunidade, economicamente atractiva e competitiva.*

Somente com esta nova perspectiva como linha de orientação será possível inverter o processo de declínio em Odivelas (sendo já possível notar alterações na forma de intervir através de estratégias e projectos de requalificação de espaços públicos e de oferta de serviços culturais<sup>160</sup>). O PDM acima de tudo pretende uma nova atitude, dinâmica, motivadora, através de estratégias adequadas e reflectidas, sustentadas em parcerias. Uma estrutura de decisão mas também de execução, exigindo a cooperação e co-responsabilidade entre diferentes níveis e sectores, e a população. Tendo como objectivo principal colocar Odivelas no mapa de competitividade nacional.

O PDM aposta ainda na salvaguarda e valorização da natureza e do património, visando a melhoria da qualidade de vida através dos âmbitos chave - ambiental e cultural - assegurando um desenvolvimento sustentável.

Numa escala mais aproximada, os planos de pormenor (PP) vigentes centram-se na **salvaguarda, valorização e reabilitação do centro histórico** de Odivelas, considerando o **núcleo antigo de Odivelas um espaço de memória, identidade, valores sociais e culturais que importa**

<sup>159</sup> Ver Anexo 15

<sup>160</sup> Como é o caso do paços do concelho, da câmara municipal e do novo centro de congressos. O polidesportivo também veio colocar Odivelas na "rota" nacional do desporto.

**preservar.**<sup>161</sup> Existe já um programa de acção empenhado na construção do seu carácter *estratégico e estruturante para o desenvolvimento sustentável e valorização de Odivelas: "Reabilitação do Centro Histórico de Odivelas"*<sup>162</sup> que assenta na *"qualificação do espaço público e do ambiente urbano, na promoção da coesão e da inclusão social, na revitalização socioeconómica e actividades de valorização cultural e promoção turística.* (Anexo 16)

Todas as propostas de acção têm um objectivo comum, a melhoria da imagem da cidade e da qualidade de vida, afastando as conotações negativas e atraindo recursos exteriores (sociais e económicos) que promovam o desenvolvimento sustentável da região, tirando partido das suas potencialidades (principalmente da sua localização nas imediações da grande lisboa que, sem a sua articulação eficaz de complementaridade, pode torna-se no seu maior obstáculo).

### 4.3 - Elementos Patrimoniais

Odivelas é contemplado por alguns elementos patrimoniais Classificados, integrando o Nivel 1<sup>163</sup> do património cultural construído no concelho de Loures (e de Odivelas). Do levantamento realizado foram classificados 72 aglomerados do concelho, dos quais alguns exemplos: o Memorial de Odivelas e o Convento de Odivelas (Monumentos Nacionais), o Palacete da Quinta do Espírito Santo<sup>164</sup> (imóvel de valor concelhio) e a Igreja Matriz de Odivelas (Património em vias de Classificação)<sup>165</sup>.

#### 4.3.1 - Quintas de Odivelas

É de realçar o importante papel que as Quintas do Espírito Santo, do Mendes e da Memória desempenharam no crescimento e desenvolvimento desta região, tendo a estrutura viária sido configurada consoante o limite das principais quintas existentes (Quinta Valle de Flores, Quinta da Nossa Senhora do Monte do Carmo, Quinta da Memória, Quinta do Espírito Santo, Quinta do Espanhol, entre outras.

ix: Quinta do Espírito Santo (da autora)

x: Quinta do Mendes (fonte: CMO)

xi: Quinta da Memória (fonte: CMO)



<sup>161</sup> PDM de Odivelas, Maio de 2011

<sup>162</sup> Proposta do Plano, elaborada no âmbito da revisão do PDM de Odivelas, Maio de 2011.

De um modo geral, este programa fundamenta-se na valorização, salvaguarda, reabilitação e revitalização do património cultural e áreas de referência, do tecido urbano, das acessibilidades e mobilidades, das actividades económicas e da sua promoção, do espaço público, da imagem urbana, da paisagem, dos recursos renováveis, tendo como objectivo fulcral a *constituição de um espaço* que reforce o seu papel identitário, consolidando a estrutura municipal.

<sup>163</sup> Nivel 1 - aglomerado onde ainda existe uma área de valor patrimonial que apresenta homogeneidade e consistência entre a estrutura urbana e o edificado passível de ser delimitada e protegida como núcleo antigo. Relativamente ao Art. 81º do PDM de Odivelas - **"Espaços urbanos com valor patrimonial"**.

<sup>164</sup> Palacete - Rua Dr. Alexandre Braga

<sup>165</sup> Ver Anexo 17



### Quinta do Mendes

Os seus limites mantiveram-se com o passar do tempo, influenciando a morfologia dos quarteirões e acessibilidades. Tendo sido transformada em blocos habitacionais e numa escola, é possível encontrar ainda nos dias de hoje características da quinta, como o torreão que, integrado num espaço público verde, representa a sua identidade. Este plano torna-se na "espinha dorsal do núcleo histórico".



xii: Evolução da Quinta do Mendes, Análise histórica elaborada no 1º Semestre da disciplina de Laboratório de Projecto VI pelo grupo: Francisco Santos, Inês Churro, Inês Goulão, Nuno Moura Machado

### Quinta da Memória

Quinta da Memória ou casa do Arcebispo. Esta representa já um exemplo de reabilitação definindo a orientação da reabilitação e requalificação do Concelho de Odivelas. Antigamente constituída por um complexo habitacional de casas nobres, capela e respectivos alojamentos para os serviçais, é nos dias de hoje a Câmara Municipal denominada Paços do Concelho. Tal como a Quinta do Mendes, manteve-se o portão principal com o seu brasão representativo do Arcebispo de Braga, assim como os seus limites, demonstrando-se já um plano de quarteirões melhor estruturados.



xiii: Evolução da Quinta da Memória, Análise histórica elaborada no 1º Semestre da disciplina de Laboratório de Projecto VI pelo grupo: Francisco Santos, Inês Churro, Inês Goulão, Nuno Moura Machado

À semelhança das anteriores, os seus limites mantiveram-se ao longo do tempo tendo integrado os seus limites os vários quarteirões aquando da sua edificação. O potencial desta, que difere das restantes, é precisamente o seu valor patrimonial, o seu carácter identitário e a sua localização, adjacente a um grande espaço vazio e à ribeira, com inúmeras qualidades específicas possíveis de aprofundar e desenvolver.

xiv: Evolução da Quinta do Espírito Santo, Análise histórica elaborada no 1º Semestre da disciplina de Laboratório de Projecto VI pelo grupo: Francisco Santos, Inês Churro, Inês Goulão, Nuno Moura Machado



#### 4.3.2 - Caso de Estudo: Quinta do Espírito Santo

##### Contexto Histórico

**PATRIMÓNIO CLASSIFICADO**  
[Dec. Lei nº 2/96 de 06/03/1996]

**CLASSIFICAÇÃO**  
Interesse municipal  
**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

Razoável  
**BENS IMÓVEIS**  
Monumentos

**LOCAL**

Rua Dr. Alexandre Braga, 6E 6-A

**FREGUESIA**

Odivelas

**ÉPOCA**

Século XVIII

**ARQUITECTURA**

Civil

**FUNÇÃO DE ORIGEM**

Habitação

**FUNÇÃO ACTUAL**

Habitação

**ENQUADRAMENTO**

Urbano

Adquirida em 1849 por António Maria Bravo, esta quinta compunha um palacete do século XVIII que, segundo o seu neto, perdera o enquadramento original "no verde da quinta" aquando da venda e urbanização desde 1966, resistindo apenas o palacete e o seu logradouro.

- Utilizava a casa para férias com a sua família e estadia periódica, tendo residência fixe em Lisboa para negócios.
- Em 1858, António Maria Bravo Júnior tornou-se um benemérito de Odivelas, pela sua acção no campo da instrução e cultura, instalou uma escola primária (1858) com os custos totais por sua conta, fundou a Sociedade Musical Odivelense (1863), única instituição a desenvolver durante muitos anos actividades culturais em Odivelas, doa os 100 primeiros à Biblioteca António Maria Bravo (1975) como incentivo.
- Em 1959, a quinta foi comprada por Manuel Henriques (ou Morgado dos Leitões) que vendera a terra e reservara o palacete e o logradouro para si.
- De 1971 a 2005, no palacete instalou-se um Lar das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas.
- Em 2003 a Câmara Municipal de Odivelas adquiriu o palacete devoluto e considera que a Quinta do Espírito Santo possui todas as condições para que ali nasça um projecto museológico, um centro de apoio aos idosos, ou até mesmo uma creche e jardim-de-infância.



xv: Jardim do Palacete, Quinta do Espírito Santo (da autora)



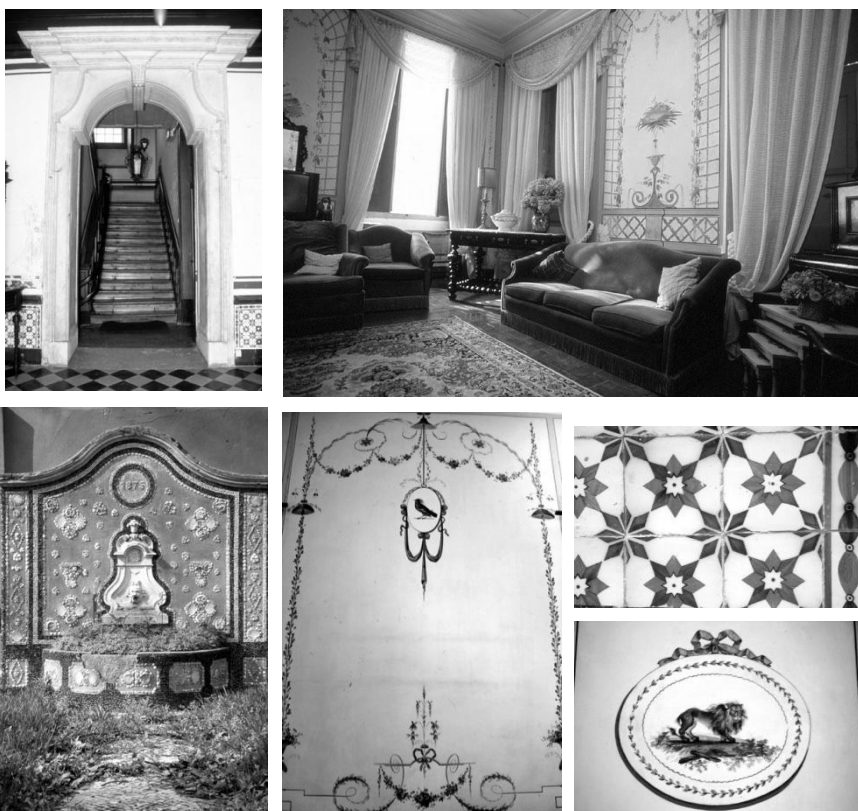
## Caracterização do Palacete do séc. XVIII



xvii: (da esquerda para a direita) Fachada principal (da autora) e jardim (CMO)

No exterior, o logradouro de estilo Barroco possui duas fontes decorado com motivos incrustados na argamassa com conchas nos finais do séc. XIX.

A entrada exterior dá acesso a um hall que por sua vez distribui através de um acesso vertical para os quartos, outras salas e às águas furtadas. Só é possível compreender a hierarquia dos espaços no interior do palacete pois na sua fachada é-se confrontado pela simetria homogênea, sendo até indistinguível a entrada principal. Existe ainda um acesso lateral, denominado de serviço, onde nos deparamos novamente com um acesso vertical. Na sala principal, a mobília e decoração fazem prever os serões calmos do verão da família Maria Bravo que preferia a frescura do campo aos arredores da praia. É possível observar os frescos nos quartos e salas que ainda hoje se conservam como eram há mais de 150anos.



xviii: Escadaria principal, sala de estar, fonte, decoração, brasão, azulejos (de cima para baixo, da esquerda para a direita), Fonte: CMO

De estilo arquitectónico português vernacular, exalta-se a simetria e ritmo nos alçados principal e posterior. Desenvolve-se uma tipologia elegante permitindo o frágil equilíbrio entre a planta térrea e as águas furtadas, tendo havido uma ampliação após a aquisição do palacete pela família Maria Bravo.

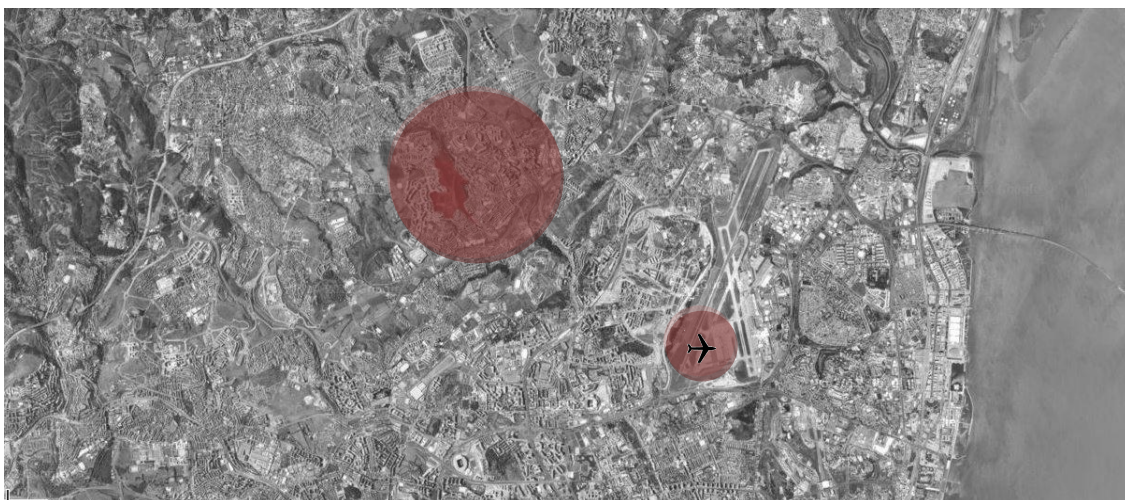


xix: Alçados, Planta de Cobertura e Planta Piso térreo, Fonte: CMO

## V - PROPOSTA DE UM EDIFÍCIO MUSEOLÓGICO E RECONVERSÃO DA QUINTA DO ESPÍRITO SANTO COMO MOTOR DE REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO URBANO ANTIGO

**"A requalificação dar-nos-á a cidade do futuro!"<sup>166</sup>**

*O construir evoca questões do habitar, do recuar do tempo. Pressupõe património, consolidado ou não, mas disponível para o podermos decifrar, ler e compreender o seu passado acumulado. O construído conta-nos uma história, de usos, práticas, formas, rituais e deixa-nos sempre, em qualquer lugar, espaço para lhe podermos pertencer.<sup>167</sup>*



xx: Localização da proposta em Odivelas. Fonte: Google.Maps

<sup>166</sup> Fonte: Programa da disciplina de Projecto VI

<sup>167</sup> Ibid.

O presente capítulo consiste na caracterização pormenorizada da proposta desenvolvida, após uma série de análises efectuadas no 1º semestre do 5º ano na disciplina de laboratório de projecto VI (tendo sido apresentadas no capítulo anterior as mais relevantes para o desenvolvimento deste projecto), encontrando-se este estudo estruturado segundo três escalas distintas mas complementares.

A primeira, de desenvolvimento do plano urbano (1:1000), consistirá na proposta de um parque urbano no espaço vazio entre os três núcleos distintos da zona histórica, das Colinas do Cruzeiro e da A.U.G.I do Moinho da Arroja, apresentando-se como elemento unificador territorial e social. Referente a uma área mais abrangente, a esta escala define-se toda a estratégia urbana (linhas orientadoras, objectivos e programa) focando-se na (re)estruturação e ordenamento funcional do espaço urbano e de equipamentos complementares, privilegiando a natureza e a requalificação dos espaços públicos, oferecendo um espaço simultaneamente cultural, pedagógico, desportivo e de lazer, promotor de relações interpessoais, na qual se integrará o edifício projectado.

A segunda, à escala 1:500, consistirá na caracterização urbana do espaço de transição entre os dois núcleos de desenvolvimento principais: centro histórico consolidado e a recente urbanização das Colinas do Cruzeiro, permitindo compreender os conceitos aplicados, a estrutura de todo o espaço, legível, contínuo, apelativo, activo nas práticas urbanas actuais e, acima de tudo, cultural e socialmente sustentável, promotor de um desenvolvimento global igualmente sustentável.

A terceira e última, de maior desenvolvimento, incidirá na caracterização formal do edifício proposto e da reconversão da Quinta do Espírito Santo, cuja arquitectura e programa funcional terão um papel unificador fundamental para a coesão e integração social, principalmente através do apelo e reconhecimento de uma identidade comum (responsável pelo *empowerment*, aumento de confiança do indivíduo, do sentimento de pertença e de cidadania). Esta fase será desenvolvida à escala 1:200 definindo os espaços de um edifício museológico com funções pedagógicas integradas, assim como a redefinição do palacete existente da Quinta do Espírito Santo, âncora do projecto aqui proposto. Representar-se-ão ainda algumas áreas de destaque à escala 1:50 e a pormenorização de alguns elementos construtivos à escala 1:20.

É de realçar a continuidade estratégica nas diferentes escalas, contemplando todas as mesmas linhas orientadoras.



## 5.1 - Estratégia Urbana

### 5.1.1 - Objectivos

A presente proposta tem como principal objectivo a revitalização da área central de Odivelas em todas as suas valências (urbana, social, cultural, ambiental, económica) através da devolução do **sentimento de comunidade** para a operação de todos os actores intervenientes para o bem da colectividade. Estando este directamente relacionado com o reconhecimento de uma **identidade** comum, no aumento do sentimento de pertença e do *empowerment* do indivíduo, surge como eixo motor do processo de inversão da situação de estagnação, de esquecimento e de degradação desta cidade periférica. Premissa que remete automaticamente para a necessidade de consciencialização patrimonial consistindo o património e a História nos elementos centrais e promotores de todo o desenvolvimento, revelando-se imperativa a sua protecção e conservação, para a nossa memória e afirmação da nossa identidade enquanto Homens.



xxi: Zona de intervenção da estratégia urbana

*"Afirmar a identidade, como factor de desenvolvimento integrado e sustentado, é um objectivo que se deve situar na primeira linha das preocupações fundamentais de todos os municípios, porque ele é elemento estrutural em toda a estratégia autárquica."*<sup>168</sup>

Após uma análise aprofundada do território de Odivelas (capítulo IV), conclui-se a necessidade da criação de um espaço de carácter público, que articule as diferentes malhas urbanas, preconizando a permeabilidade e legibilidade, e que opere simultaneamente como pulmão verde, oferecendo espaços de encontro e de lazer, complementado por novos equipamentos e serviços implantados estrategicamente.

Localizada num vazio expectante, definida pelos limites de três pólos principais, um consolidado (núcleo histórico), um em expansão (urbanizações recentes da Colina do Cruzeiro) e outro degradado e ilegal (A.U.G.I do Moinho da Arroja<sup>169</sup>), a escolha deste local é determinada não só pelo seu carácter de fragmento (negligenciado, desocupado) como pela sua grande dimensão, considerando-o no local privilegiado para actuar nas diversas relações existentes (ou da ausência destas) e potencializar as características específicas do lugar, assumindo-se como elemento de transição de escalas, de morfologias e de topografia, ao invés de obstáculos. Preferencial para a edificação de objectos de raiz e para a proposta de novas actividades urbanas, a intervenção proposta prevê a solução da segmentação do tecido urbano e a oferta de espaço público qualificado, visando globalmente a melhoria da qualidade de vida e da imagem da cidade.

A construção neste espaço assume-se assim como elemento unificador e representante da consolidação da área central de Odivelas, uma cidade coesa, integra e próspera, como modelo de cidade periférica a preconizar.

A nível demográfico distingue-se uma disparidade entre a zona histórica e a Colina do Cruzeiro. A primeira, maioritariamente envelhecida, de mobilidade reduzida e despovoada, contrastando com a segunda, mais jovem e em

<sup>168</sup> RODRIGUES, Carlos Tavares: Texto "Recuperação dos centros históricos e reabilitação urbana: Identidade e Europa, do livro PEREIRA e MIDÕES; Arnaldo e Ágata: Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos", 1997.

<sup>169</sup> Área Urbana de Génese Ilegal

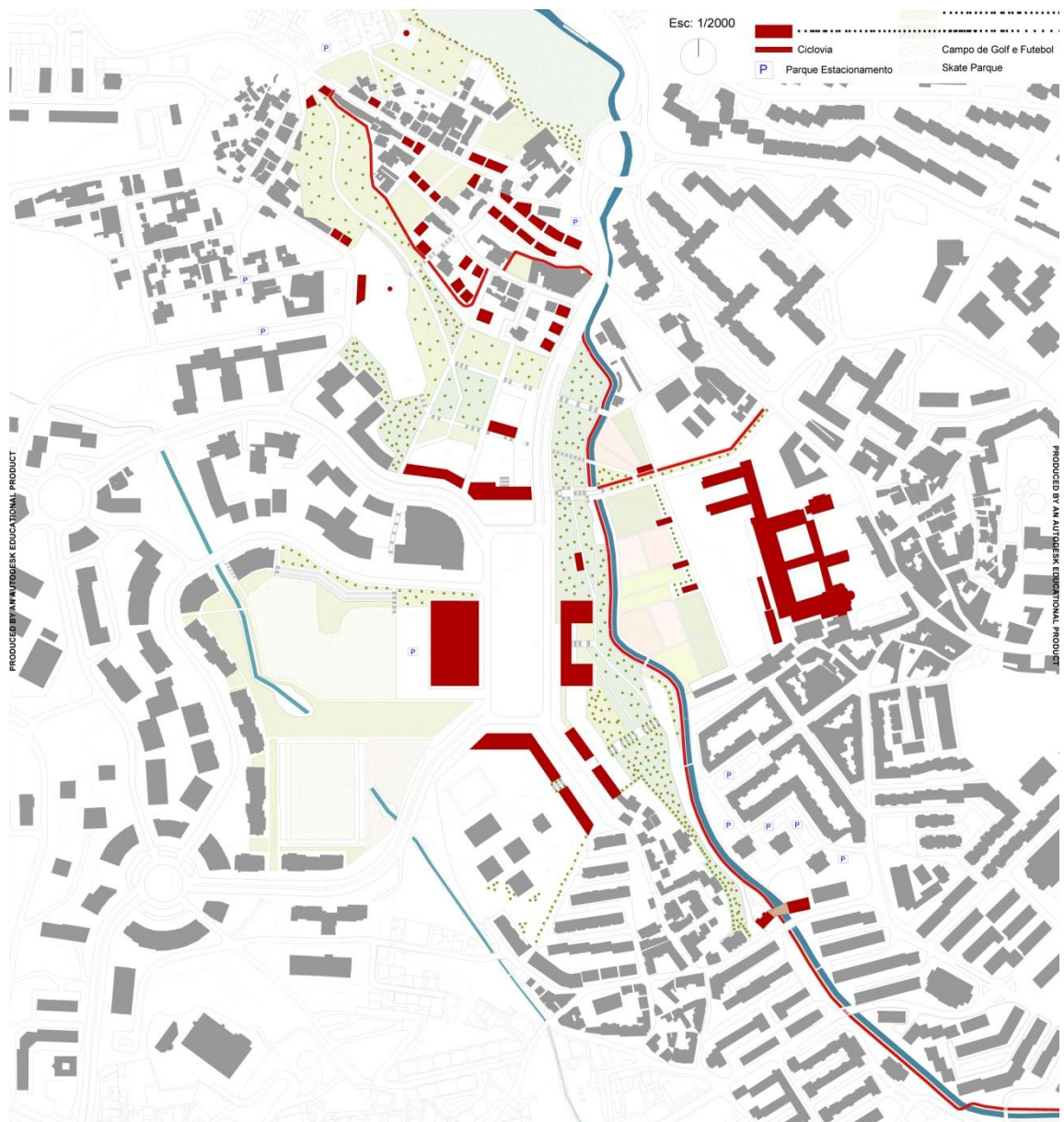
desenvolvimento. Enquanto uma ocupa o seu tempo em casa ou em cafés e centros comerciais, a outra apenas *habita* a cidade como "dormitório", deparando-se com uma grande divergência relativamente às práticas urbanas e formas de ver e viver a cidade.

Esta análise (4.2.1 - breve análise socio-demográfica), a qual inclui inquéritos à população, permitiu concluir, o desinteresse e falta de iniciativa por parte dos jovens para com os estudos, com o conhecimento em geral (à excepção das tecnologias) incluindo a sua cultura, valores e tradições, chegando mesmo a evitar o relacionamento com a faixa etária mais avançada, revelando-se este o maior obstáculo ao desenvolvimento uma vez que é a população mais jovem que irá assegurar-lo.

Neste contexto, o papel da cultura e dos elementos patrimoniais têm sido deixados no esquecimento e por conseguinte no reflexo das suas consequências nefastas do desinteresse e desterritorialização da população na cidade, tornando o sentimento de pertença e reconhecimento de uma identidade comum praticamente inexistentes. O espírito do lugar tende a desaparecer, num espaço em que cada um vive por si, num meio que nada lhe diz, sem qualquer intenção de relações exteriores, pessoais ou territoriais, (espelho da sociedade actual a qual se centra na dimensão física ignorando a dimensão espiritual, essencial ao desenvolvimento global -capítulo III). Sem o sentimento de pertença e de comunidade e da responsabilidade de cada indivíduo para com esta, nada ou pouco agem para o bem colectivo, devendo por isso recentrar o desenvolvimento no indivíduo, elevando a dimensão imaterial (espiritual) à material (física), sem a descurar.

Posto isto, a estratégia passa essencialmente pela proposta de um espaço verde complementado por diversos equipamentos, essencialmente culturais e pedagógicos, como incentivo ao desenvolvimento intelectual propondo novas dinâmicas de aprendizagem que articulem a tecnologia com a história, as artes e o ambiente, que promovam o contacto com elementos patrimoniais (reconhecendo a identidade e o *genius loci*) e relações intergeracionais como importante veículo de transição de valores e tradições. Um indivíduo só é indivíduo quando definido o seu carácter que, por sua vez, é definido pelos valores e tradições de uma cultura à qual pertence. E é apelando a este carácter que se pode inculcar a sensibilização. Sem carácter não há consciência e sem consciência não há sensibilidade para com a humanidade.





xxii: Planta da Proposta Urbana (1:1000), da autora

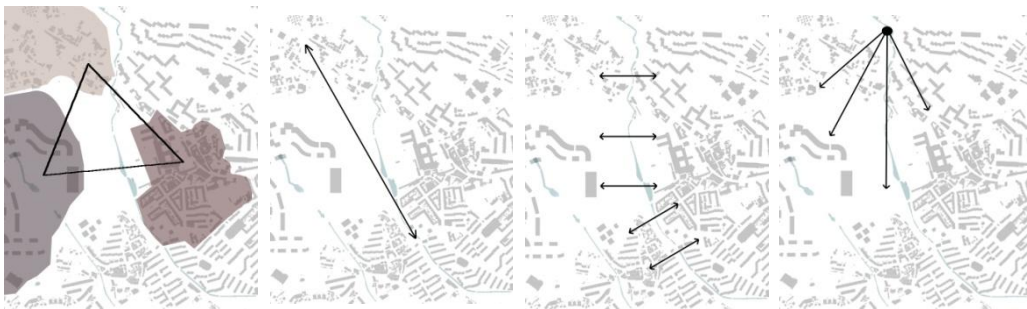
ESTUDO DAS RELAÇÕES



xxiv: Núcleos principais existentes, da autora



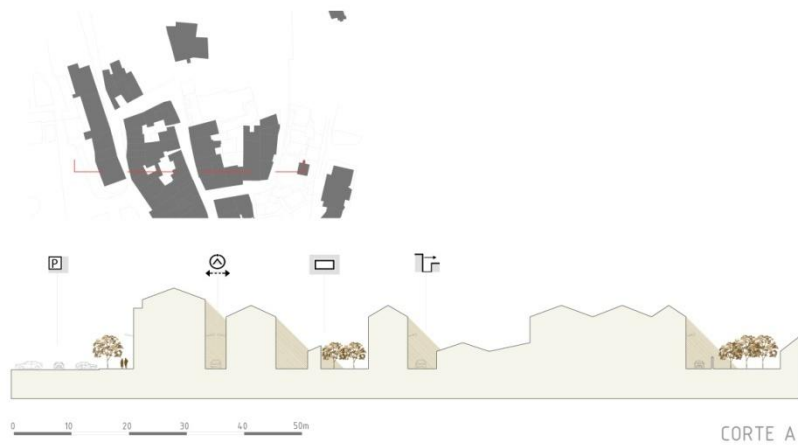
xxiii: Vazio urbano existente, da autora



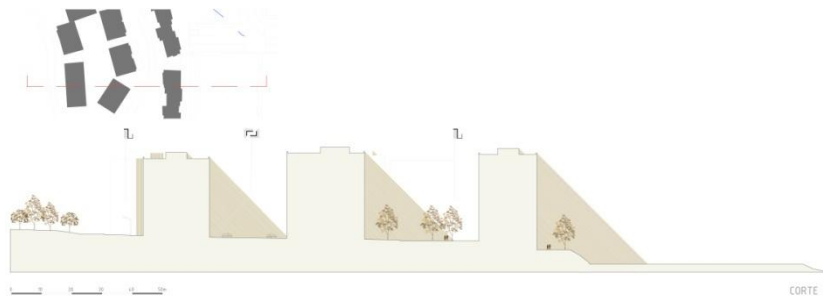
xxv: Relações pretendidas, da autora



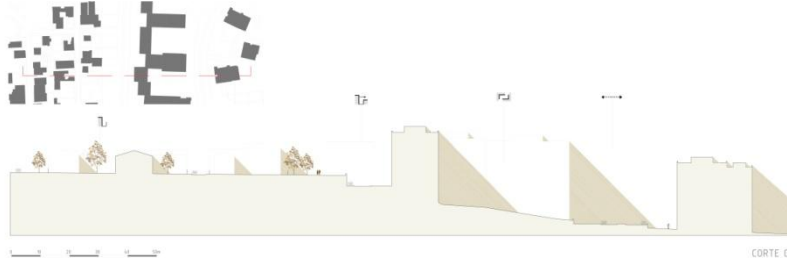
xxvi: Eixos Estruturantes existentes, da autora (Fase de grupo)



xxvii: Corte Zona Histórica



xxviii: Corte Colinas do Cruzeiro



xxix: Corte relação augi's para a Colina do Cruzeiro

## CONCLUSÕES

- Grande diversidade de malha urbana, existindo quarteirões mais fechados e organizados em redor do centro histórico e bandas mais dispersas posteriormente.
- Predominância do edificado com cerca de 5 pisos, no entanto existe um núcleo marcante na Colina do Cruzeiro onde predominam edifícios com 7 a 10 pisos.
- O número de fogos aparece proporcional o número de pisos do edificado.
- Existe uma maior densidade populacional na área da Colina do Cruzeiro.
- Predominante a existência de habitações multifamiliares e escassez de equipamentos na colina do Cruzeiro.
- Os limites das antigas quintas foram determinantes para a estrutura que existe hoje.
- Os principais eixos existentes, condicionam a morfologia.

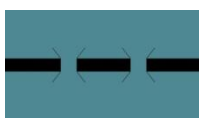
## PROBLEMAS

- Malha urbana pouco consolidada.
- Grande disparidade de pisos no edificado, numa área de grande proximidade.
- Existência de alguns edifícios desabitados no centro histórico e a falta de ocupação dos novos edifícios na Colina do Cruzeiro.
- Limites ambíguos e estrutura dispersa.

### 5.1.2 - Estratégia

Numa primeira abordagem, são estabelecidos três conceitos segundo os quais se desenvolve toda a estratégia, reunindo em si as linhas orientadoras para uma a requalificação sustentável: **continuidade, coesão e requalificação (política dos re's)**.

Esta leitura conceptual distingue três escalas: ao nível da cidade a requalificação do espaço público em geral, ao nível de bairro a reestruturação e consolidação da malha, e ao nível de quarteirão a política dos "re's" aplicada a cada elemento com um olhar mais atento; para cada qual se definem estratégias específicas articuladas entre si:



#### CONTINUIDADE

- Permeabilidade dos percursos e legibilidade do espaço
- Visão seriada como estratégia que redefine a noção de distância, premiando pontos de vista valorizando também a paisagem e o sentimento de segurança.
- Valorização da circulação pedonal e ciclo viária
- Ligação dos três núcleo urbanos
- Corredor verde: continuação da reabilitação da frente ribeirinha mais a sul
- Em suma: requalificação do espaço público



#### COESÃO

##### Urbana

- Localização estratégica
- Reestruturação e consolidação da malha urbana

##### Social

- Promoção de interações pessoais, intergeracionais e multiculturais
- Fomentar actividades ao ar livre, de lazer, desporto e pedagógicas
- Introdução de novos equipamentos e serviços
- Celebração da cultura reconhecendo uma identidade comum

##### Económica

- Incrementar a implantação de ateliers diversificando e especializando a oferta
- Formação Profissional
- *Empowerment*
- Baseado em parcerias entre público e privado



#### RES

- Reabilitar as estruturas existentes
- Contensão da expansão urbana garantindo e aumentando a área de solo permeável
- Requalificar a ribeira
- Reabilitar elementos significantes edificados e reconvertê-los consoante as necessidades das dinâmicas urbanas actuais.
- Celebração do património: promover a consciência patrimonial e a urgência da sua salvaguarda e conservação
- Reabilitação
- Valorização do ambiente

xxx: Esquema da leitura conceptual, da autora

### 5.1.3 - Estrutura



A malha estrutural articula um desenho radial interceptado por um desenho ortogonal estabelecendo uma transição gradual entre as diferentes escalas, a de bairro, a da colina, e a da cidade histórica (observadas nas augis, nas recentes urbanizações da Colina do Cruzeiro e na zona do mosteiro D. Dinis e da Quinta do Espírito Santo respectivamente). Esta pretende agarrar e consolidar as estruturas e a malha urbana existentes (em detrimento da "colagem" de fragmentos) preconizando um desenho regrado mas sem rigidez. A estrutura assenta assim num eixo diagonal que atravessa todo o terreno, operando como linha de excepção.

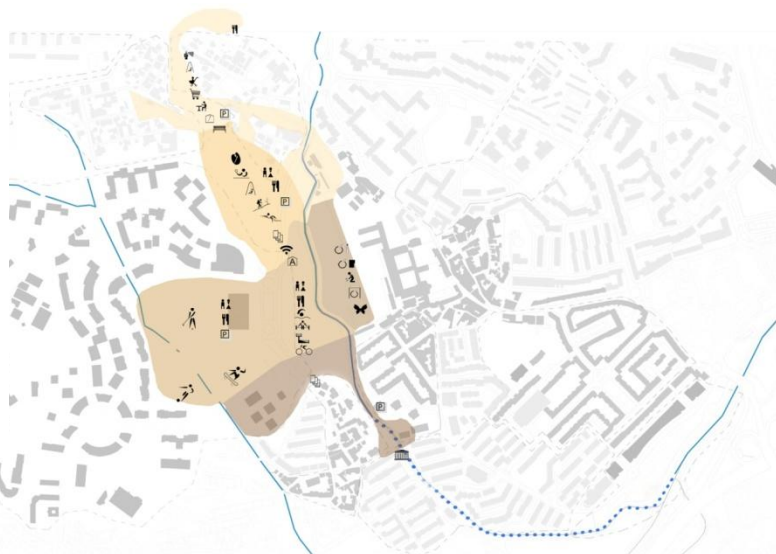
A proposta compreende a distribuição programática consoante os usos actuais, a facilidade de acesso principalmente entre o comércio, equipamentos e serviços nos diferentes núcleos, privilegiando a deslocação pedonal e ciclo viária em detrimento dos meios de transporte mecânicos (considerando simultaneamente a obrigatoriedade da sua utilização uma vez que se trata de um espaço para o concelho, são definidos pontos específicos de estacionamento permitindo iniciar o percurso pedonal em qualquer ponto do parque).

Prevê ainda a implantação de novos equipamentos e serviços e a requalificação do espaço público das "Augi's". Morfologicamente caracterizam-se como uma tipologia em quarteirão (acompanhamento de rua) de forma a humanizar o espaço público e assim potenciar as relações interpessoais.

Acima de tudo, a organização da estrutura considera a cultura, o desporto e a natureza como principais veículos de interação e integração social, centrando-se nestas temáticas as propostas introduzidas de ocupação dos tempos livres, principalmente da população jovem e idosa.



-  CICLOVIA E PASSEIO
  -  MUSEU
  -  LABORATÓRIO DAS HORTAS
  -  GESTÃO DAS HORTAS
  -  RECEPÇÃO ÀS VISITAS PEDAGÓGICAS
  -  PEQUENA ESTUFA
  -  BORBULETÁRIO
  -  PISCINA | GINÁSIO
  -  ETAR
  -  ALUGUER DE BICICLETAS
  -  PLATAFORMA DE MÁQUINAS DE EXERCÍCIOS EXTERIORES
  -  MINI GOLF (COM ALUGUER DE MATERIAL)
  -  SKATE PARK
  -  CAMPO DE FUTEBOL
  -  BIBLIOTECA
  -  PLAYGROUN
  -  PLAYDOWN
  -  SEDE DE ESCUTEIROS
  -  AUDITÓRIO POLIVALENTE
  -  ZONA DE JOGOS
  -  ZONA WI-FI - INTERACTIVA
  -  ZONA DE EXPOSIÇÕES
  -  ATLIERS DE ARTISTAS
  -  PAREDES DE ARTE URBANA - TELAS
  -  JARDIM DE INFÂNCIA
  -  COMÉRCIO LOCAL
  -  WC PÚBLICOS
  -  RESTAURAÇÃO
  -  ESTACIONAMENTO
- ESTRUTURA FUNCIONAL**
-  ÁREA PEDAGÓGICA
  -  ÁREA HORTAS URBANAS
  -  ÁREA DESPORTIVA
  -  ÁREA LUDICO-CULTURAL
  -  ÁREA JARDINS URBANOS



xxxi: Programa do parque urbano proposto, contínuo à intervenção recente de requalificação da ribeira à entrada de Odivelas mais a sul. Da autora (fase de grupo)



xxxiii: Malha estrutural: Permeabilidade e legibilidade do espaço, da autora (Fase de grupo)



xxxii: Corredor Verde: Continuidade como meio unificador urbano e social. De diversos usos: zonas lúdicas, desportivas e pedagógicas, hortas urbanas, pontos de encontro e de permanência. Da autora (fase de grupo)



xxxiv: Equipamentos Propostos. Aproveitamento da ribeira, através da sua reabilitação, como elemento unificador dos diferentes espaços urbanos. Da autora (fase de grupo)



xxxv: : Estratégia proposta. Da autora (fase de grupo)

xxxvi: : Estratégia proposta: Rótulas de ligação. Da autora (fase de grupo)

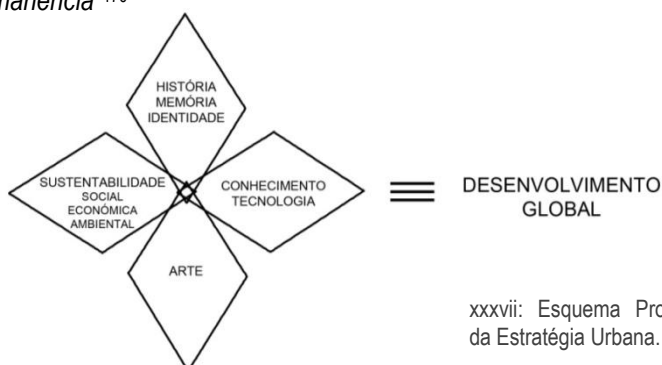


## 5.2 - Estratégia de Implantação (Esc: 500)

Na sequência da estratégia urbana foi selecionado um edifício sobre o qual se desenvolverão as escalas seguintes, com a particularidade de que o edifício escolhido, localizado numa extremidade do parque proposto, não fora contemplado pela mesma pormenorização de reestruturação do restante espaço urbano. Assim sendo, a escala 1:500 compreende a implantação do edifício, na sua volumetria e programa, bem como a caracterização de toda a sua envolvente.

Esta transporta consigo as linhas orientadoras fundamentais da estratégia urbana, reunindo e consolidando simultaneamente as questões principais da dissertação prévia: **a regeneração e revitalização alargada através da reabilitação e reconversão de elementos patrimoniais, classificados ou não**, apresentando-se a Quinta do Espírito Santo como âncora do projecto desenvolvido.

O estudo apresentado anteriormente, relativamente às orientações das políticas urbanas para os "re's", confrontando a desertificação, o envelhecimento da população, o reduzido nível escolar, as reduzidas oportunidades para ocupação de tempos livres e o aumento da degradação, reconhece a importância da identidade na qual se destacam os elementos patrimoniais (classificados ou não), pelo seu significado imaterial, como base da humanidade, únicos capazes de exaltar as valências espirituais e culturais excepcionais para a transmissão de valores e tradições. *"A identidade forja-se num espaço e numa cultura, tendo em conta que o tempo e a actividade humana não páram. (...) Juntam-se assim duas dimensões: a mutabilidade e a permanência"*<sup>170</sup>



xxxvii: Esquema Programático da Estratégia Urbana. Da autora

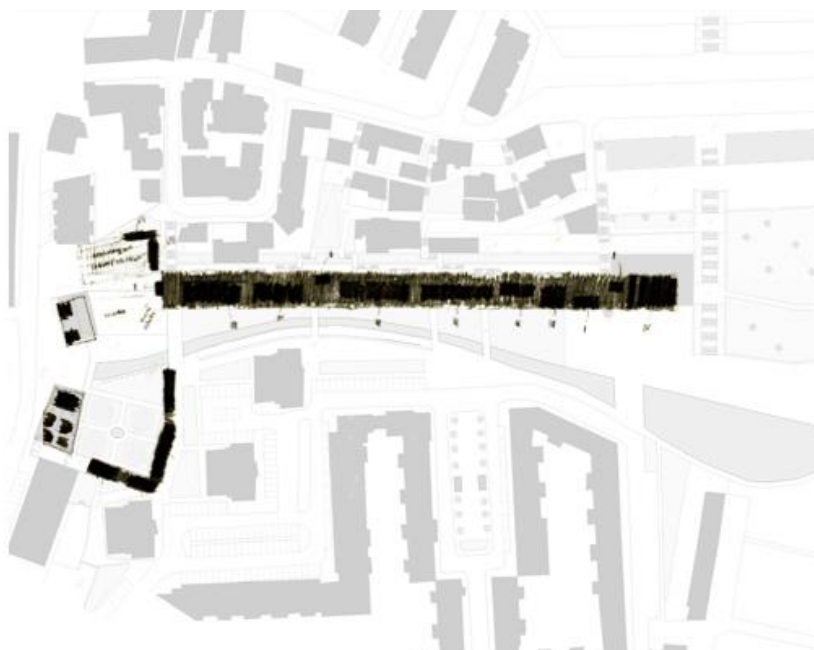
### MUSEU INTEGRADO NO PARQUE URBANO

- Desenvolve actividades em parceria com a Câmara Municipal, escolas e centro de apoio a idoso.
- Dirige-se a todas as faixas etárias, principalmente mais jovem e mais idosa
- Foca a as valências cultural, artística e ambiental

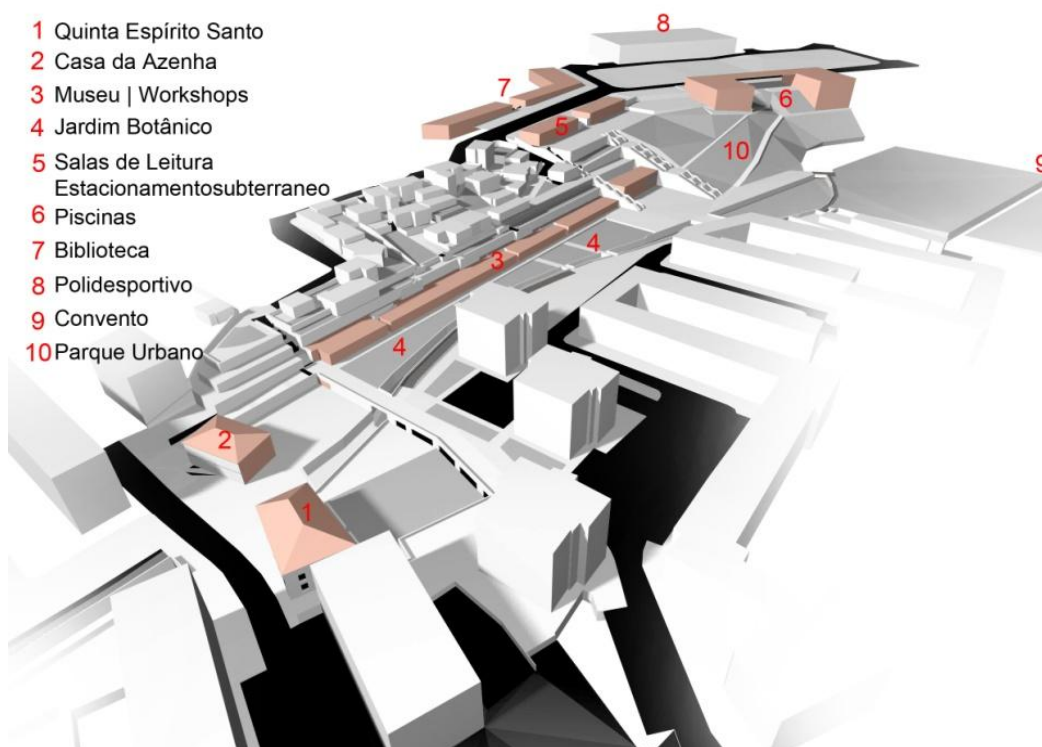
### OBJECTIFICA:

- A memória como elemento a redefinir uma identidade colectiva
- As inter-relações pessoais de modo a promover a troca de conhecimentos e valores entre as diferentes faixas etárias
- A criatividade e expressividade
- A importância do ambiente demonstrando como tirar partido dos seus recursos tanto em aspectos lúdicos como económicos
- A introdução de novas tecnologias, na aprendizagem, na exposição e na captação de recursos existentes.
- Incentivar a coesão social

<sup>170</sup> RODRIGUES, Carlos Tavares: Texto "Recuperação dos centros históricos e reabilitação urbana: Identidade e Europa, do livro PEREIRA e MIDÕES; Arnaldo e Ágata: Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos", 1997.

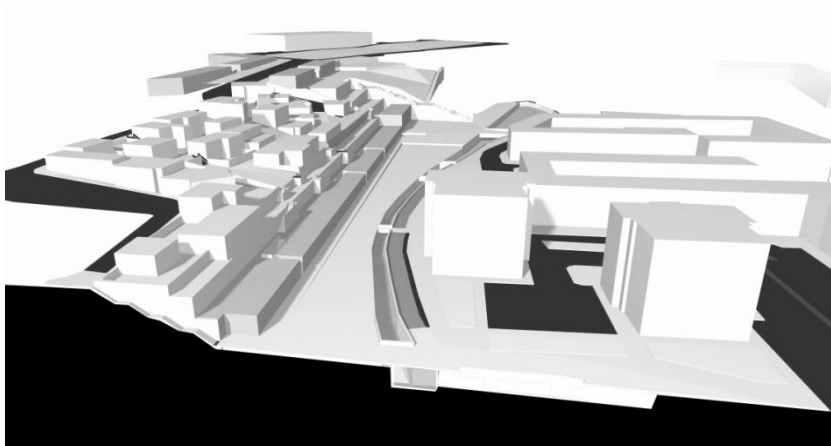
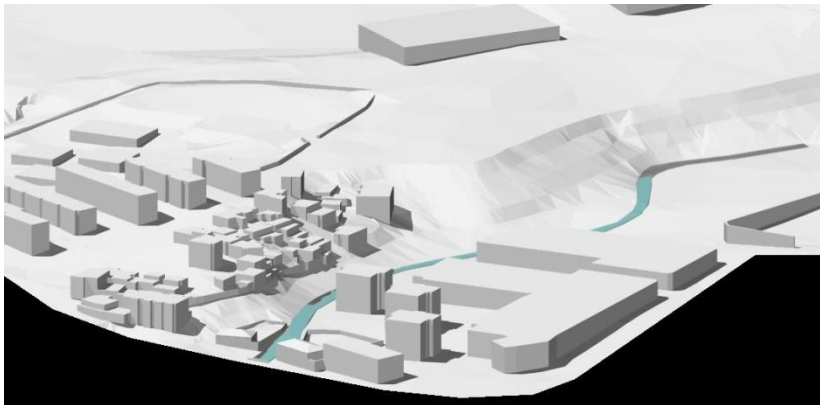


xxxviii: A disposição do edifício por si só define a tipologia dos espaços exteriores, podendo categoriza-los em público, privado e semi-privado. Da autora

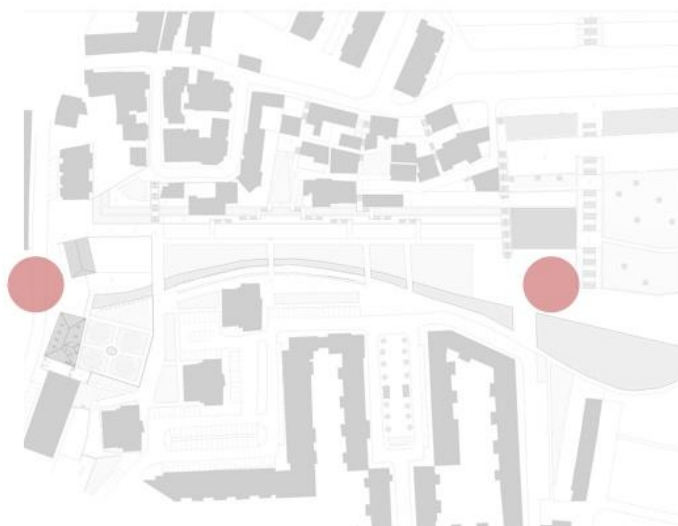


xxxix: Esquema tridimensional representativo da Caracterização Funcional da Proposta. Da autora





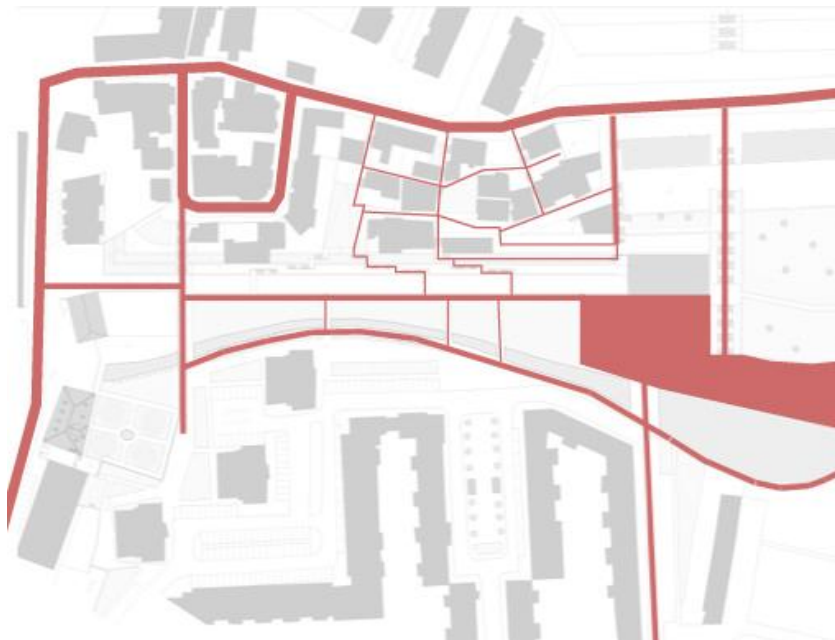
xl: Apropriação do terreno: Topografia existente (em cima); proposta de manipulação deste (em baixo) - Desafogar o espaço para desfruto da ribeira e continuação do parque urbano. Da autora



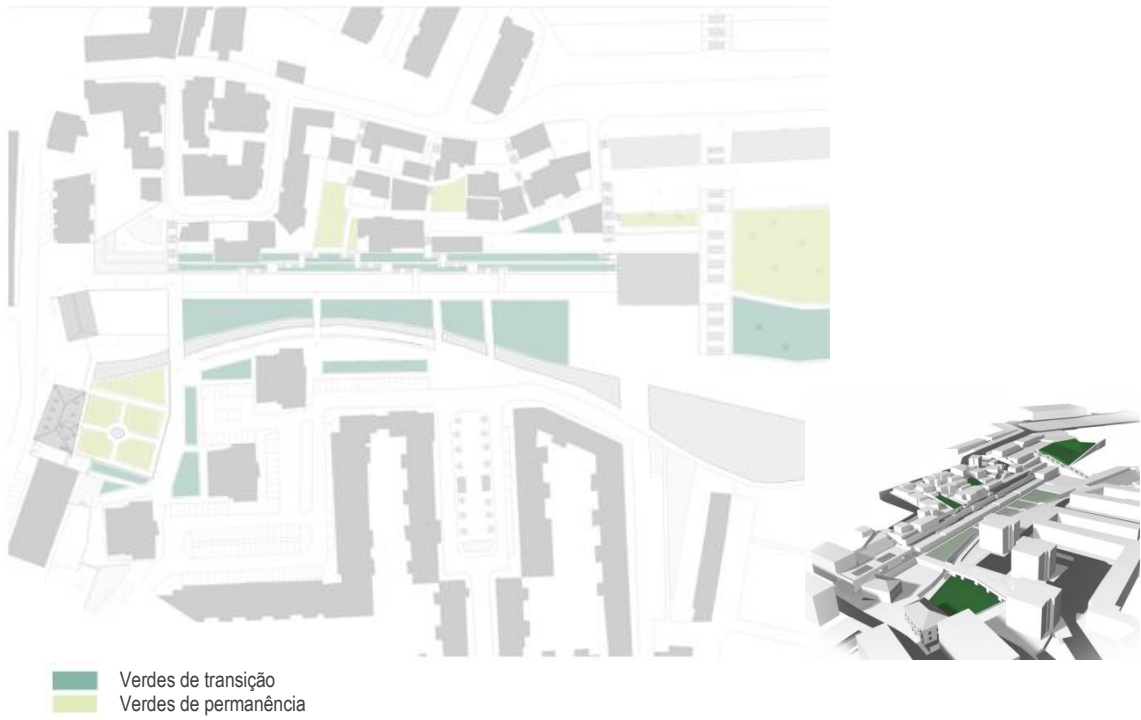
xli: : Principais rótulas: praça, pátio, largo (logradouro). Da autora



xlII: Privado existente - "Obstáculos". Da autora



xlIII: Permeabilidade - Percursos propostos. Da autora



xliv: Estrutura de verdes. Da autora



xlv: Miradouros - Espaços de permanência: Valorização da paisagem. Da autora

### 5.3 - Caracterização (Esc: 200)

Neste sentido, pela qualidade da temática inferida, opta-se por intervir na reabilitação e reconversão da Quinta do Espírito Santo em museu, propondo ainda um edifício complementar que congregue todas as funções que o palacete, pelo seu carácter, tipologia e dimensão, não comporta. A escolha da sua implantação define-se não só pela função mas também pela localização. Dotada de fortes potencialidades, permite uma maior qualificação do espaço público pela oportunidade de relações, de acentuado declive e frente ribeirinha, de recursos existentes e ligações/conexões à restante cidade, e por conseguinte, de externalidades positivas mais alargadas. (Imagem xxxiii)

A topografia (morfologia do terreno) destaca-se como elemento crucial, uma vez que é nela que a volumetria do edifício se vai solidificar. Ou seja, a delicadeza da apropriação do terreno e da estratégia urbana: a continuidade, a permeabilidade, a valorização da paisagem e da natureza; todos eles remetendo para a volumetria do edifício. E, na opinião da autora, neste pormenor jaz a essência. Na forma como este se transforma no (e com o) terreno, como elemento integrante do todo, suportando e incentivando de forma natural nas relações urbanas.

Isto é, a permeabilidade e continuidade desejada na estratégia urbana assume-se totalmente na linearidade da sua forma e programática. Conceptualmente este desenvolve-se segundo uma linha temporal premiando o passado, âncora do desenvolvimento, (ao assinalar a entrada pelo logradouro formado pelo Palacete e pela Casa da Azenha, único ponto de convergência de todos os edifícios, que se apresenta como pórtico para um espaço peculiar, de cultura e natureza, um espaço sublime de exaltação da dimensão imaterial inerente e imprescindível ao Homem, no *habitar* e para o desenvolvimento), o presente (pela parte pedagoga das artes, das exposições contemporâneas convidadas e do atracção de ateliers exteriores a Odivelas), e finalmente, o futuro, no auditório, no final do percurso do museu, como ponto de chegada, como exaltação e materialização do conhecimento adquirido e exposto ao "mundo" (sociedade), representando a transição do presente para o futuro, apresenta-se como única volumetria que se destaca sobre a paisagem. (imagem xxxix)

Contínuo ao elemento âncora, de história, cultura, que nos remete para a memória de um passado onde se solidifica a nossa identidade, que nos permite reconhecer no presente e lançar para o futuro, esta nova volumetria albergará o museu em todo o seu piso térreo e salas para *workshops* que se desenvolverão paralelamente num piso superior, como analogia à base do conhecimento assente no passado (ver imagem xxxix), possuindo ainda uma extensão, destinada aos ateliers, que abraça a infra-estrutura existente (ver imagem xl).

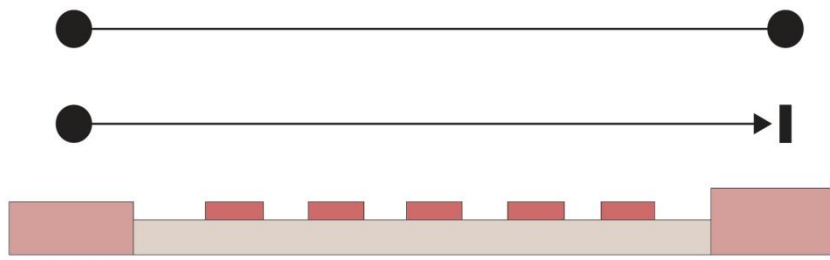
É de realçar a principal preocupação relativamente à Quinta do Espírito Santo, de respeito e integridade da estrutura existente assim como do seu carácter, conservando-a o mais intacta possível. Igualmente ao nível programático, exalta-se o seu valor histórico ao reconverter o palacete em museu, acolhendo mais precisamente uma exposição permanente e a administração, na tentativa de oferecer a experiência de reviver as quintas de veraneio e as suas actividades principais centradas na agricultura e contemplação. Como tal, o espaço da Quinta, palacete e logradouro,

permanecem visualmente intactos, propondo a extensão do museu (sem ligação física) apenas com um ponto de encontro exterior comum de carácter privado (único espaço exterior privado).

## ESTRUTURA DO PLANO URBANO

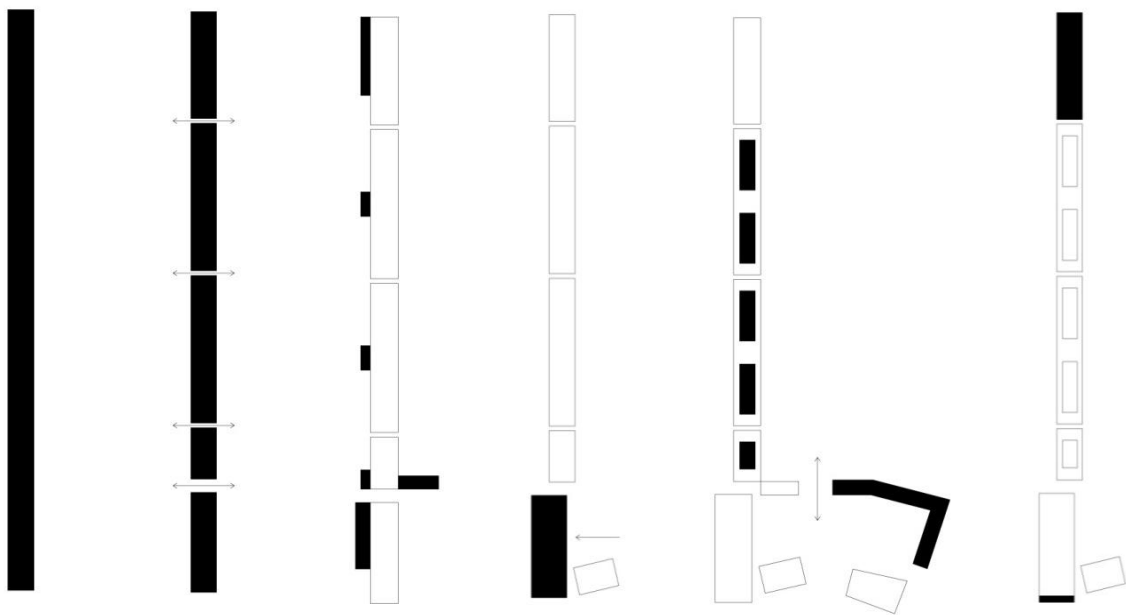
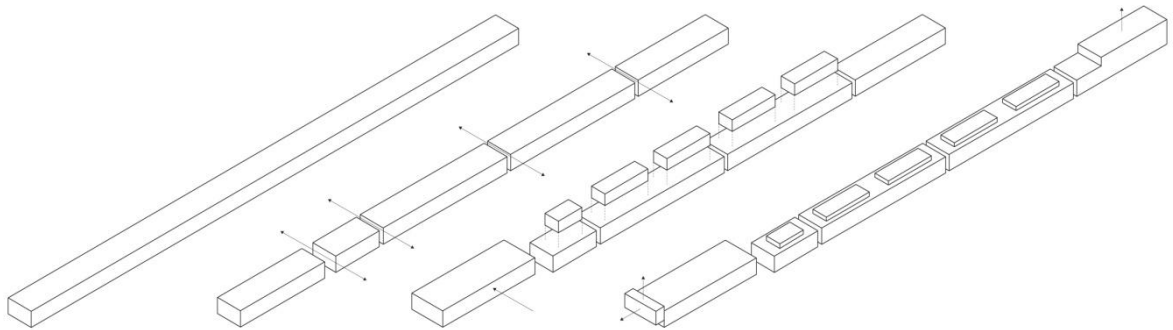
- **PARQUE:** Uma vasta área maioritariamente verde, procura oferecer um espaço passível de se desenvolverem inúmeras actividades, nas diferentes valências, um lugar de permanência e transição, recreativo, de lazer e laboral, propondo acima de tudo um espaço público qualificado que promova simultaneamente a coesão aos diversos âmbitos, afirmando-se como o parque para a cidade.
- **FRENTE DE RUA/PRAÇA:** É proposto um edifício desportivo (piscinas) alinhado com o Multiusos por forma a consolidar a praça que se apresenta como espaço mais nobre e rótula principal de ligação. A sua dimensão possibilita acolhimento de eventos públicos tais como exposições ao ar-livre, feiras, entre outros, facultando um espaço de encontro, de lazer e desporto, de permanência e de convívio. São ainda propostos dois edifícios de salas de leitura complementares à biblioteca (proposta no espaço escolar), consolidando a frente de rua para uma transição da escala da cidade para a escala de bairro. (Ambas não se encontram incluídas na fase de caracterização formal projecto).
- **EIXO PRINCIPAL DE CONEXÃO:** Escadaria principal que liga a entrada da escola ao mosteiro (zona histórica), mais especificamente a praça (eixo de ligação principal das Colinas do Cruzeiro) ao espaço exterior público dedicado no auditório que por sua vez liga ao largo do mosteiro e ao logradouro da Quinta do Espírito Santo. Esta área exterior representa a ponte entre os dois pólos principais e simultaneamente a transição entre a cidade e o parque, e o parque e o museu.
- **BACIAS DE RETENÇÃO:** Permitir o controlo das cheias e consequentemente a construção do museu naquele determinado local, e da qual se tira partido para manutenção do parque e das hortas.
- **ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO:** Libertar o espaço público dos automóveis para melhor aproveitamento e atractividade do espaço urbano. De 381 lugares, não sendo exclusivo ao museu, destina-se ao centro de Odivelas de forma geral. Lateral ao auditório, no fim do percurso do museu, pretende-se incentivar a utilização do transporte público e a deslocação pedonal. Pressupõe que os visitantes que utilizem o estacionamento desejem passear tirando desta forma proveito do parque (percursos exteriores). Aos não visitantes que se dirijam ao núcleo histórico, a obrigatoriedade de atravessamento do átrio do auditório integra-o na vida quotidiana, apelando simultaneamente à curiosidade como convite para o visitarem. (A manutenção do parque será efectuada por uma avença do seu uso, tendo os visitantes do museu usufruto gratuito).

- PERCURSOS TRANSVERSAIS: A ribeira de Odivelas e o tecido urbano a Oeste da intervenção, desenvolvido entre a Rua de São José e a ribeira, deixam de se apresentar como obstáculos (tornando-se esta última no principal eixo conector longitudinal do parque. Imagem xxxvi)
- MIRADOUROS: Entreligados, consolidam e requalificam o tecido urbano degradado a oeste da intervenção que, não o sendo, muito se assemelha à A.U.G.I. pela apropriação paulatina de pequenas parcelas de terreno para a construção de anexos em latão ou hortas. Apresentam-se como lugares de permanência, privilegiados pela sua relação visual com a restante paisagem, verdes e sombreados por árvores caducas.
- HORTAS URBANAS: Erradicando estes "anexos" e hortas, a proposta prevê a realocação destas, à semelhança do recente Parque Hortícola da Quinta da Granja em Benfica que oferece 150m<sup>2</sup> de terreno e um anexo de arrumos por uma cota anual simbólica, no terreno entre a bacia de retenção e o mosteiro, integrando também eventos pedagógicos e actividades de ocupação de tempos livres para as populações mais idosas, revertendo uma percentagem da produção à venda no mercado (e a restante para consumo próprio). Trata-se de uma alteração considerável da paisagem através de novas estratégias de ocupação do solo e desenvolvimento urbano.
- JARDIM: Espaço público à responsabilidade do museu (semi-público), espera a introdução de novas espécies que enriqueçam e promovam a biodiversidade e a consciência ambiental. Caracteriza-se como um lugar lúdico de contemplação e passível de acolher actividades exteriores dos workshops (com ligação directa).



xlvi: Desenvolvimento conceptual da forma do museu. Linha temporal que congrega em si Passado, Presente e Futuro. Assente no Passado como base desenvolve-se o presente culminando no Futuro. Da autora

Simplicidade da forma, naturalidade da sua integração no todo e complexidade do conteúdo



xlvi: Desenvolvimento da Volumetria. Da autora





## 5.4 - O MUSEU NA PERIFERIA - REABILITAÇÃO DA QUINTA DO ESPÍRITO SANTO



xlvi: Whitney Museum of American Art by Robert Irwin

*O museu não é um objeto recipiente, mas um campus para a arte.*

Zaha Hadid

O museu, um novo organismo versátil e móvel, prima pela convivência com o existente, combinando um programa complexo e mutável com a identidade do património estático (integrado no contexto do terreno, as paredes lineares, limpas e cegas dialogam com o jardim e a frente ribeirinha), exaltando a dualidade da mutabilidade e a permanência, do espaço e do tempo, da cultura e da actividade humana.

Fortemente activo na cidade periférica de Odivelas como dinamizador das potenciais relações bem como das já existentes neste núcleo central (não sendo parte do centro antigo mas ainda central), assume-se como rótula de ligação nas dimensões física (entre as Colinas do Cruzeiro e o núcleo antigo), espiritual (entre o valor significativo do construído e a identidade e memória de um povo), temporal (entre Passado, Presente e futuro) e intelectual (entre diversas artes). Conciliando distintas práticas correntes do quotidiano urbano e de excepção, forma-se uma *rede de sinergias imprescindível para o desenvolvimento* da cidade, da cultura e do indivíduo, e portanto um ponto central para Odivelas e um exemplo de intervenção em cidades periféricas na actualidade (considerando idealmente que a consolidação de toda a periferia das grandes cidades, neste caso Lisboa, fortalecerá o seu desenvolvimento e a reposicionará positivamente no desenvolvimento europeu e global.

O **Palacete da Quinta do Espírito Santo**, impõe-se com o seu carácter estático e formal, de exposições permanentes e administrativo. Espacialmente repartido respeitando a estrutura existente, na sua arquitectura civil do século XVIII, linear e simétrica. Acreditando que o propósito da arquitectura consiste na comunicação de carácter e que os edifícios conseguem evocar sensações intrínsecas ao ser humano, os patrimoniais especialmente, conseguem comunicar com a mente e alma, identificando nesta sensibilização a poética da essência. Muito mais do que elemento marcante, pretende-se que este se apresente e valorize como

referência identitária na paisagem. Perante uma *crise de significado*, à reabilitação e reconversão da Quinta do Espírito Santo é atribuído o poder da capacidade de devolver aos habitantes, muito mais do que um espaço público qualificado promotor de relações, a estima pelo seu bairro e pela sua cidade, descobrindo *valores próprios para neles fundamentar a sua durabilidade na continuidade cultural*. É assim objectivo principal fortalecer o núcleo central de Odivelas e enquadrá-lo na modernidade, evoluir respeitando a identidade, preservando as realidades e os homens.<sup>171</sup>

No mesmo seguimento, a **Casa da Azenha**, mantém a sua linguagem exterior embora tenha sido alvo de uma remodelação total dado o seu estado de degradação e o seu menor valor arquitetónico. Transforma-se assim este espaço numa combinação de pequeno espaço de refeições e literatura, informal, activo na ocasionalidade da vida quotidiana do bairro. (ver imagem xlii).

De carácter distinto, os limites construídos do jardim do palacete, destinados a actividades laborais acolhem **ateliers**, individuais e colectivos. Tanto a nível conceptual como formal, este representa a transição entre o existente e o proposto. O seu espaço amplo, mutável e dinâmico, de fachadas lisas com grandes vãos, preconizam uma forte relação com o jardim e o palacete. Volumetricamente simples e linear, o espaço dos ateliers "abraça" o jardim e, ao desenvolver-se simetricamente do lado oposto da ribeira, cria um logradouro amplo com dois espaços distintos: um mais natural, de reflexão (jardim romântico) e outro materializado, citadino, ambos de permanência e privados, mas de diferente carácter.

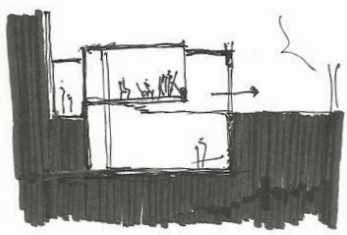
O edifício proposto destinado ao **museu**, caracteriza-se essencialmente pela a continuidade e linearidade. Iniciando o seu percurso num primeiro espaço, amplo, de duplo pé direito, um espaço mais informal de acolhimento e convívio e de primeiro contacto com as exposições, permite a presença de vários grupos de visitantes e incorpora ainda uma área designada "oficinas infantis" destinada aos mais jovens, que concilia "brincadeiras" e cultura, e outra de armazém e oficina para as peças das exposições (área técnica). (imagem xlii)

Num espaço interior sem paredes que o moldem, é essa mesma continuidade manipulável por painéis, criando espaços dinâmicos e interactivos, que o torna passível de se adaptar às diversas artes, exposições e artistas, conforme o seu desejo e intenção, de comunicação e provocação, adequado a cada situação particular. Embora fluido, a existência dos volumes destinados à formação que se desenvolvem paralelamente num nível superior mas inserido neste mesmo volume, demarcam uma sucessão ritmada de espaços. Paulatinamente, estes são enfatizados pelo aumento do pé direito e pelas aberturas na cobertura que permitem simultaneamente a entrada de luz natural entre finas vigas com um trilho interior para suporte e manipulação das peças suspensas no espaço.

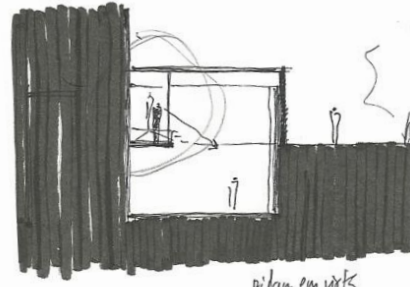
O percurso interior (externo ao expositivo) consiste num corredor longitudinal cego ao nível dos volumes, animado pelas sucessivas áreas que comunicam directamente com o exterior e com o museu, deixando adivinhar simultaneamente os diferentes espaços de exposição, os *workshops* a

<sup>171</sup> RODRIGUES, Carlos Tavares: Texto "*Recuperação dos centros históricos e reabilitação urbana: Identidade e Europa*", do livro PEREIRA e MIDÕES; Arnaldo e Ágata: *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*", 1997.

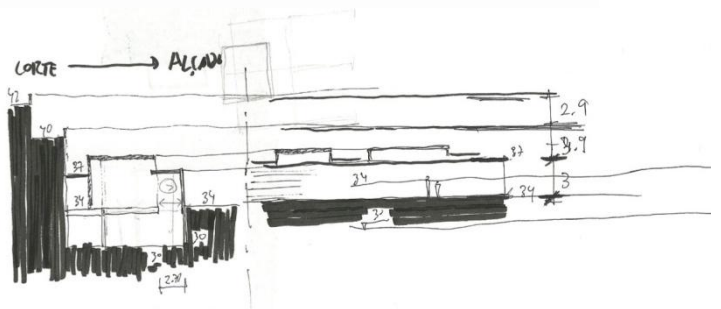
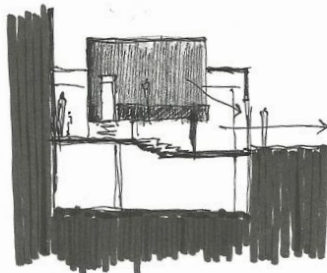
• ENTRADAS LATERAIS → P/FUGA ou PROFESSORES WORKSHOPS → JARDIM



POULTAS LATERAIS: SAÍDA ARENAS

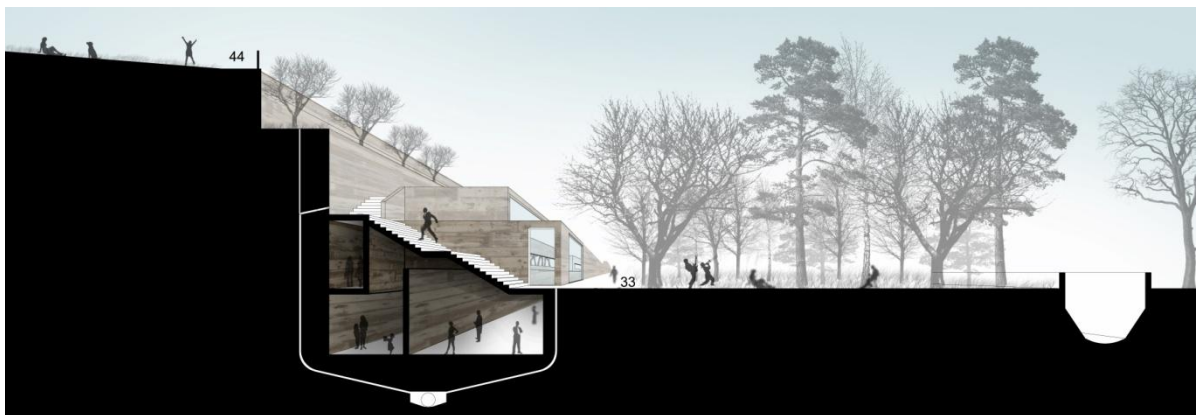


plano em corte

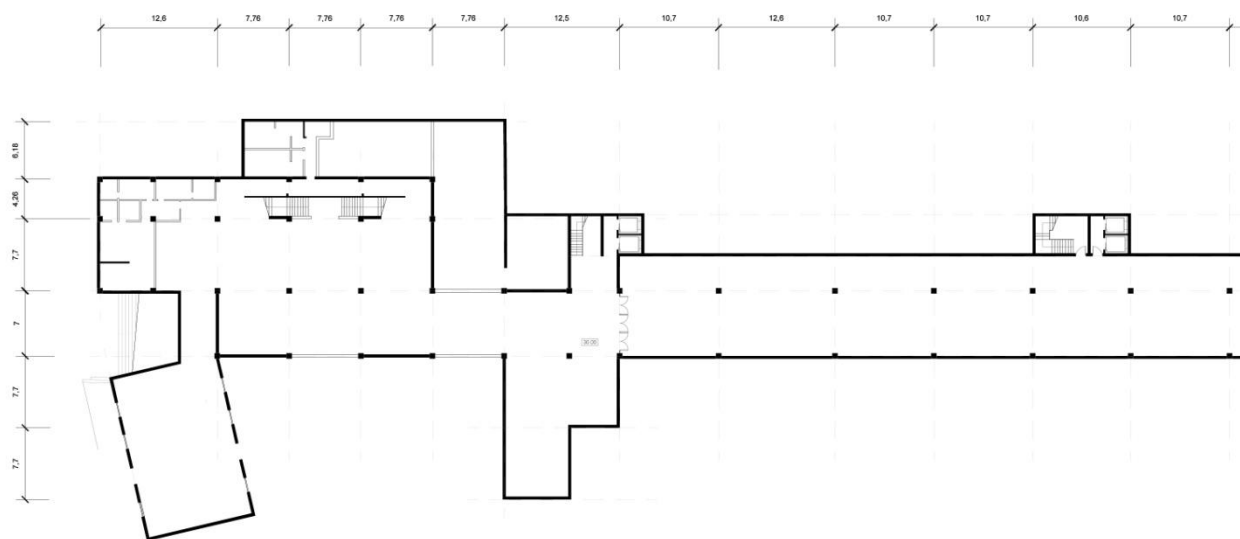


→ SISTEMA DE CIRCULAÇÃO SUPERIOR ENCEBRADO (VÍDEOS ACÚSTICO) — MANTER  
RELACÃO VISUAL CONDICIONANDO O RUÍDO]

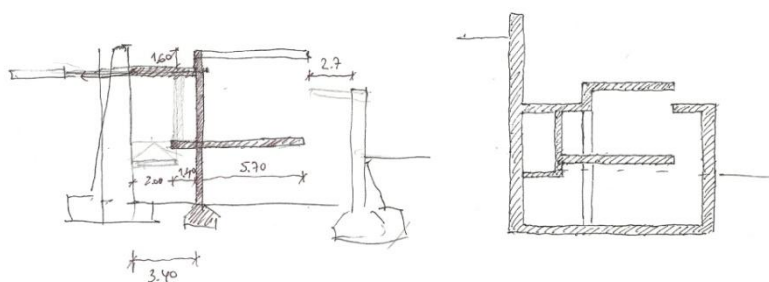
xlix: Edifício proposto do museu - relações interior/exterior, Workshops/Sala de exposição, Circulação transversal/todos os anteriores



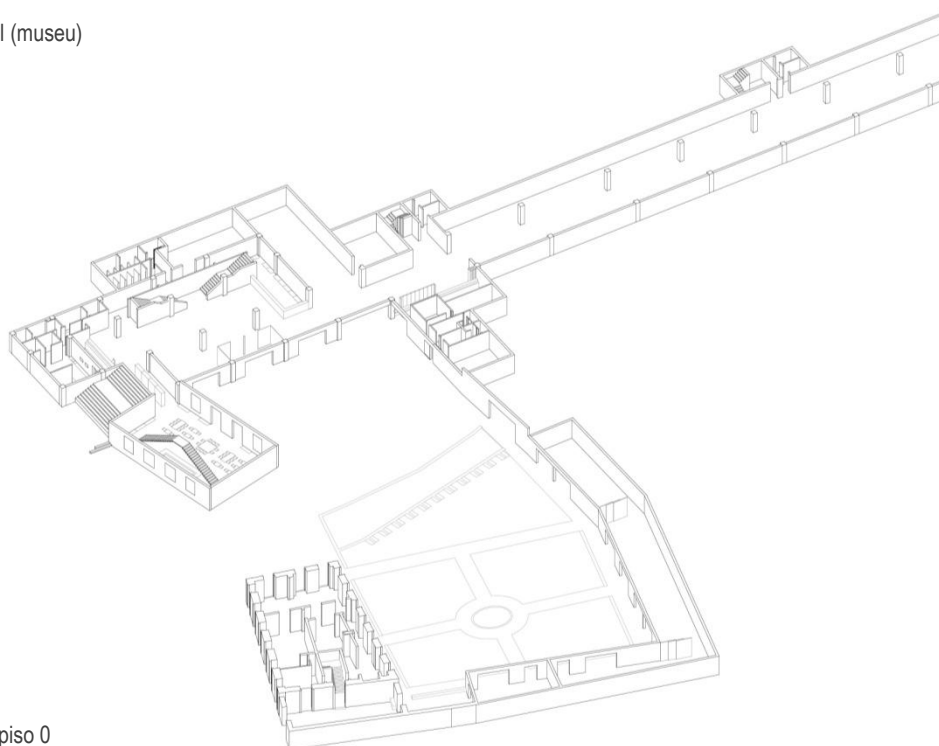
I: Corte transversal. Caracterização de ambientes (foi alvo de pequenas alterações)



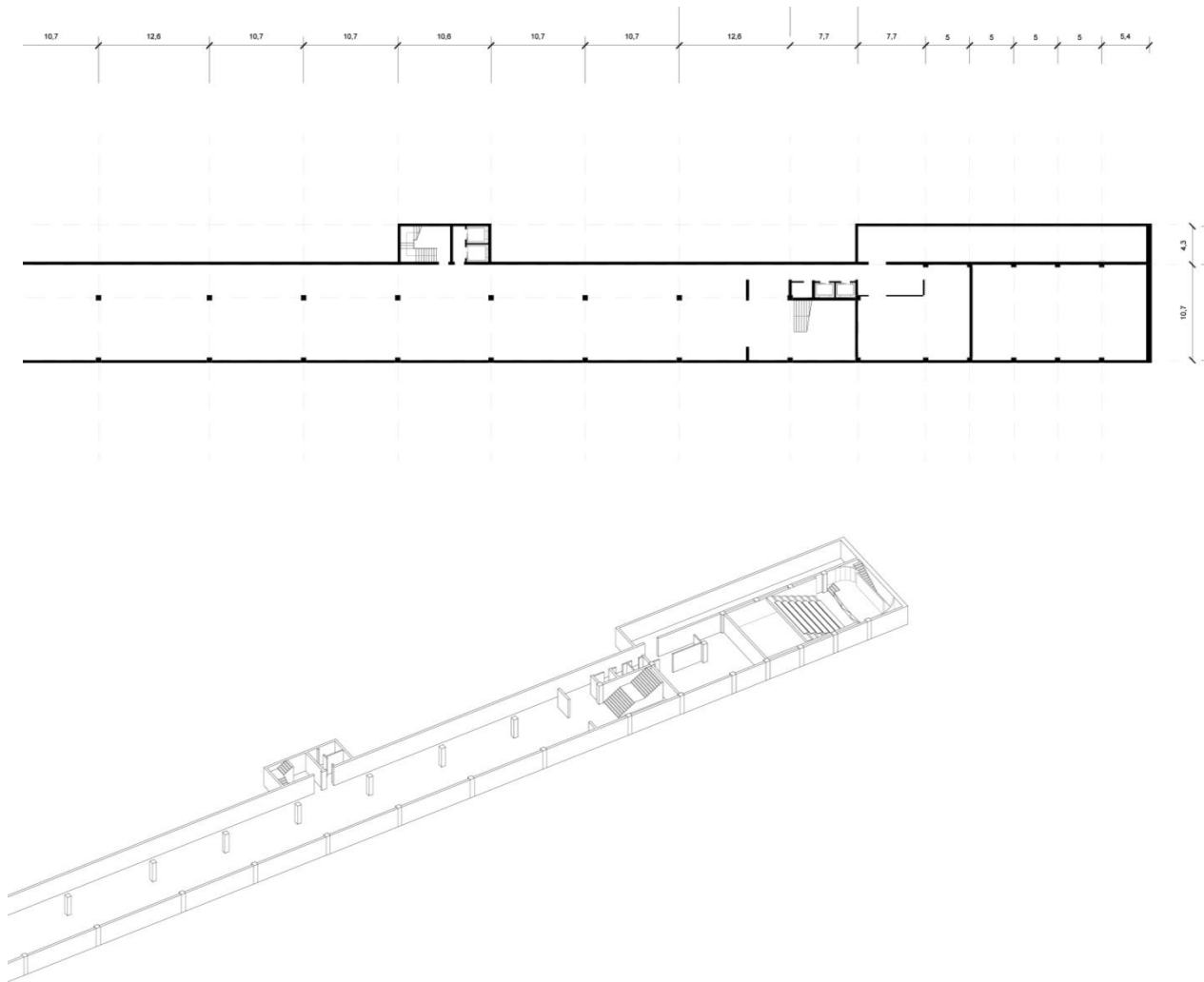
li: Planta de estruturas do museu e Casa da Azenha



lii: Esquema do sistema estrutural (museu)



liii: Axonometria piso 0

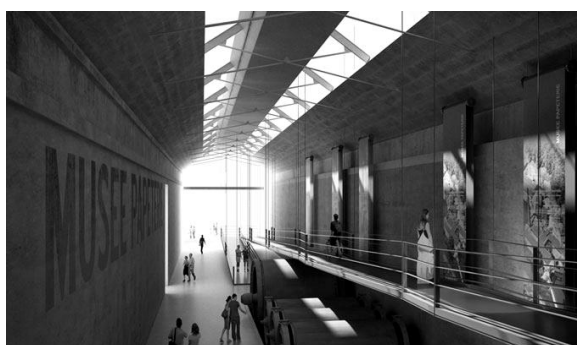


decorrer e o jardim exterior. Mais utilizado pelos formandos e pelos visitantes que utilizam o parque de estacionamento, este (estreito e cego) encerra-se na imponência do átrio.

As fachadas cegas, são interrompidas intencionalmente e de forma ritmada, ora pela entrada lateral directa para os workshops ou pelas escadarias de transição entre os socalcos e a frente ribeirinha, criando reentrâncias que permitem ao transeunte um vislumbamento do seu interior como que convite. Focado em si, do interior essas relações são atenuadas e perspicazes mantendo a proximidade com os indivíduos e o exterior mas evitando a alienação da exposição. (imagem I)



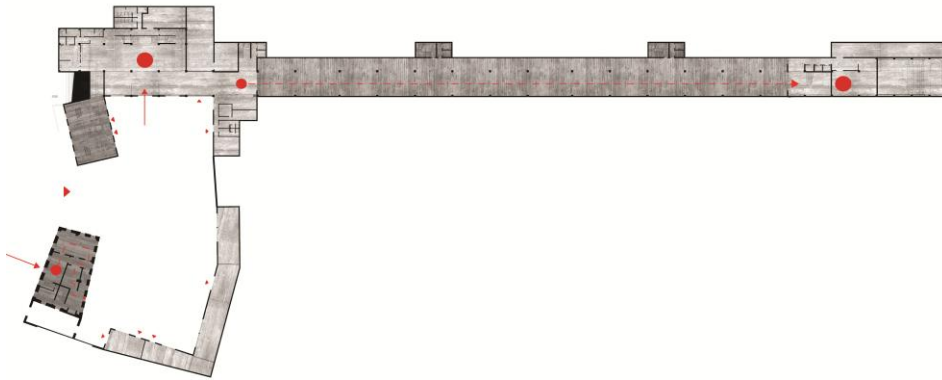
liv: Livraria "Ler devagar",  
Lx\_Factory, Lisboa. Fonte:  
[www.pocketcultures.com](http://www.pocketcultures.com)



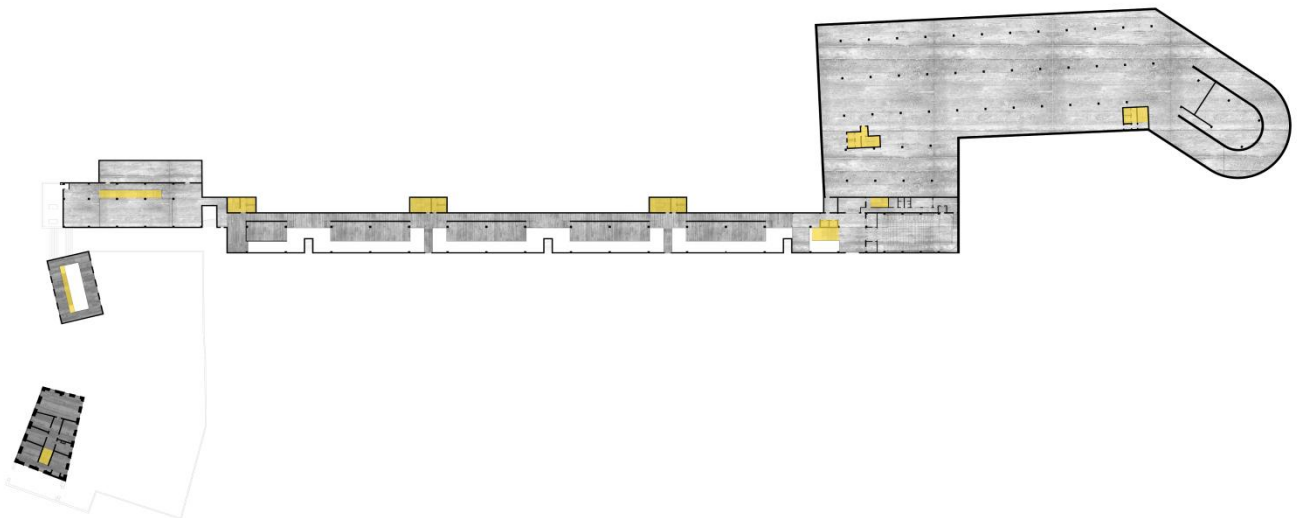
Iv: Cultural centre,  
Uzerche, França,  
Wilmotte & Associés.  
Renovation of a former  
Paper Mill to house a  
museum and cultural  
centre.



Ivi: Cultural centre,  
Uzerche, França,  
Wilmotte &  
Associés.  
Renovation of a  
former Paper Mill to  
house a museum  
and cultural centre.



lvii: Planta piso 0. Esquema de percursos



lviii: Planta piso 1. Acessos verticais



lix: Alçado Este/Corte: Palacete da Quinta do Espírito Santo e ateliers

SISTEMA ESPACIAL	EDIFÍCIO	PROGRAMA	Nº
ADMINISTRATIVO	Palacete Quinta do Espírito Santo	<b>Direcção</b>	
		Gabinete de administração	3
		Gabinete de "Instrutores"	1
		Sala de reuniões	1
		<b>Secretariado</b>	
		Atendimento	1
		Secretariado	1
		Arquivo	1
EDUCATIVO	Palacete	Salas de exposição permanente	3
	Museu (átio)	Salas de exposição temporária	manipulável
		Oficinas/ateliers livres	1
	Workshops/Formação	<b>Sala de Aula Comum</b>	
		Sala de aula teórica	1
		<b>Salas de Ensino Específico</b>	4 (divisíveis)
		<b>Artes e Ofícios</b>	
		oficinas artes manuais	1
		<b>Música</b>	
		Sala de canto e instrumental	
		Estúdio Eletroacústica	1
		<b>Dança</b>	
		estúdio de dança	
		<b>Teatro</b>	
		Sala polivalente/ interpretação e artes corporais	
		<b>Auditório</b>	1
LABORAL	Anexo Quinta do Espírito Santo	<b>Salas de trabalho específico</b>	
		Atelier/estúdio individual	2
		Ateliers Colectivos	1
SOCIAL	Casa da Azenha	Bar/Cafetaria	1
	Todos os espaços	Sala de convívio	3
CULTURAL	Museu	<b>Sala Polivalente/Centro de Exposições</b>	
		Corpo central, espaço flexível e adaptável	
		salas expo interactiva	
		Sala de Espetáculos	
		sala de convívio/espera	
	Auditório	instalações técnicas	
MANUTENÇÃO	Átuo e Ateliers	Armazém	2
	Auditório	Áreas técnicas	1
ESTACIONAMENTO	Auditório	Subterrâneo	1
ESPAÇO EXTERIOR	Quinta do Espírito Santo	Jardim romântico/Logradouro	1
	Museu	Jardim biodiversificado	1
	Auditório	pátio	1

Tabela 4: : PROGRAMA: Museu articulado com outras actividades de foro laboral e pedagógico, essencialmente artísticas, que ofereça oportunidades de ocupação de tempos livres a quem realmente "habita" a cidade (faixa etária jovem e idosa).

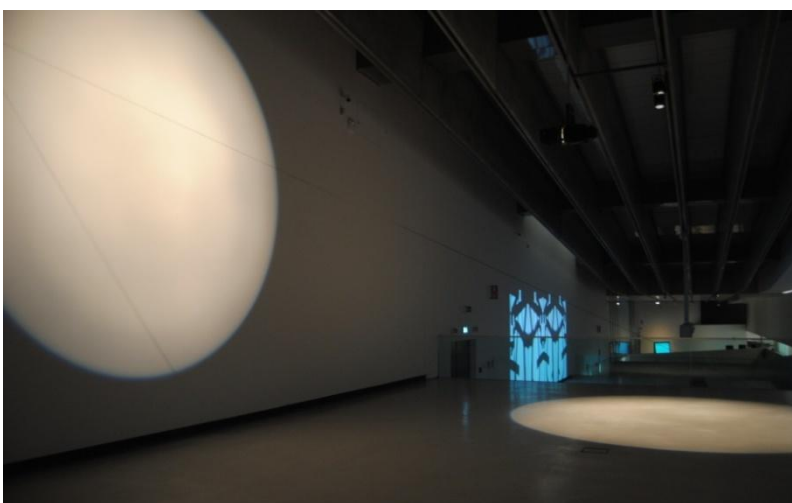




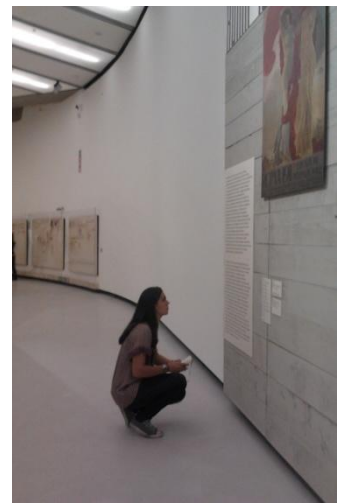
Ix: MAXXI (Museu de Arte Contemporânea), Zaha Hadid, Roma. Fotografia de Madalena Fernandes

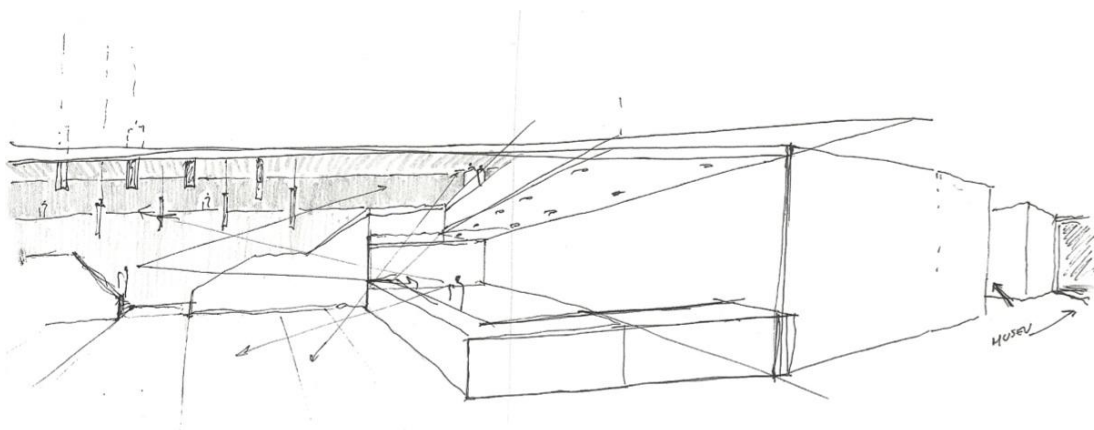


Ixi: MAXXI (Museu de Arte Contemporânea), Zaha Hadid, Roma. Fonte Archdaily

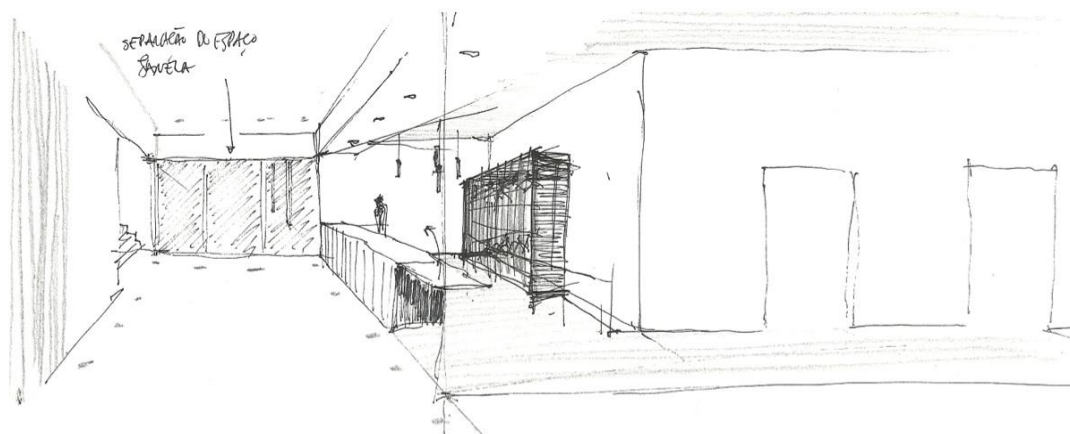


Ixii: MAXXI (Museu de Arte Contemporânea), Zaha Hadid, Roma. Fotografias da autora.



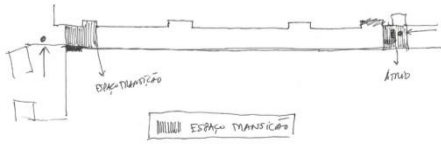


Ixiii: Apontamento perspéctico átrio

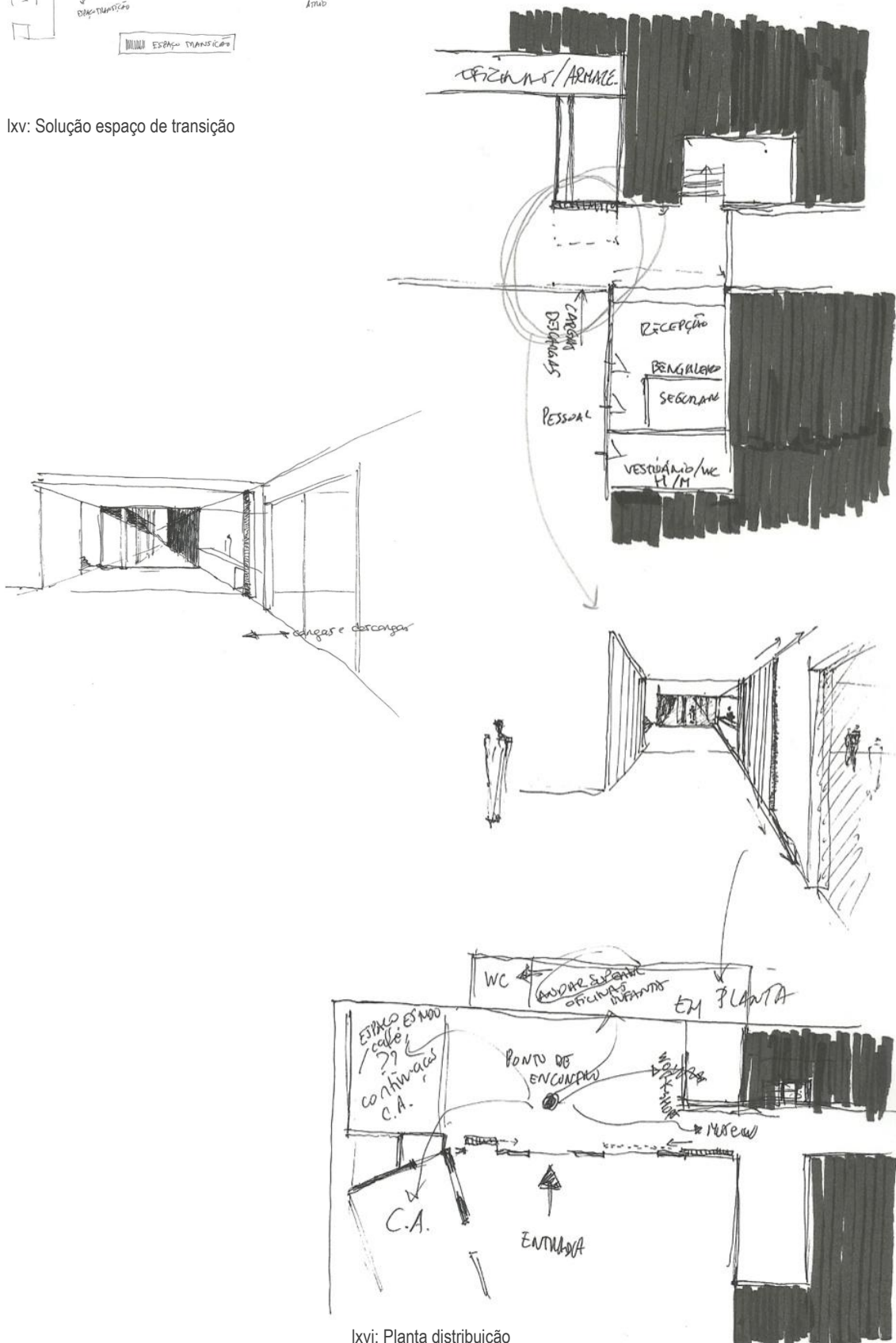


- ENTRADA NO CORPO PRINCIPAL  
(ELEMENTO DIVISOR (leve))
- REUSINALEIRO / SEGURANÇA / ARMAZÉM / VESTIÁRIO

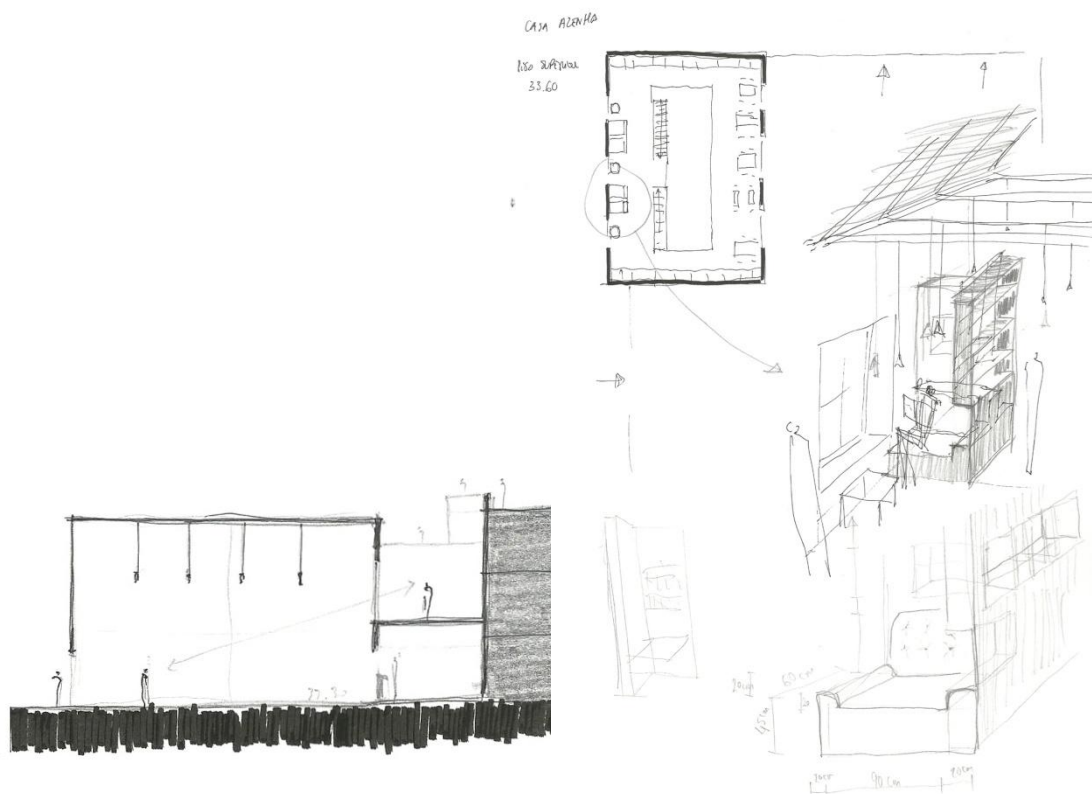
Ixiv: Perspectiva espaço transição átrio-museu



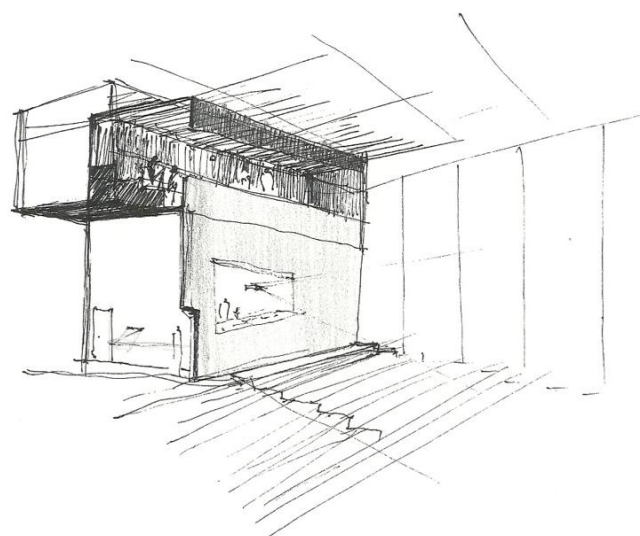
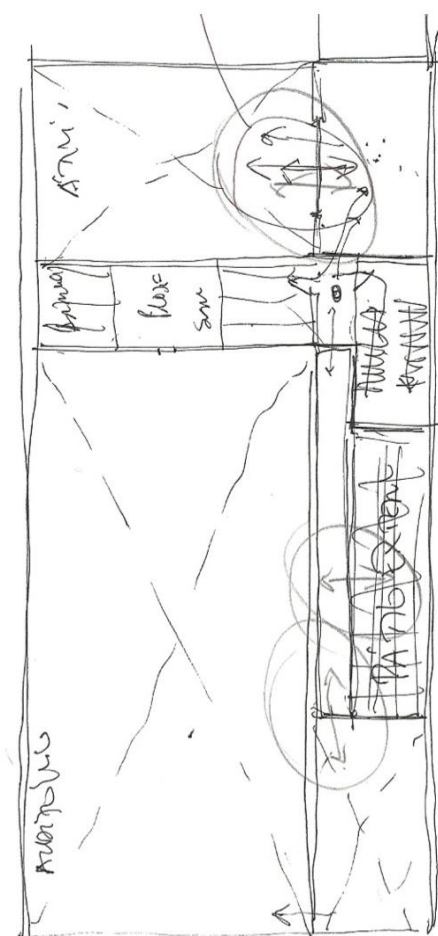
Ixv: Solução espaço de transição



lxvi: Planta distribuição

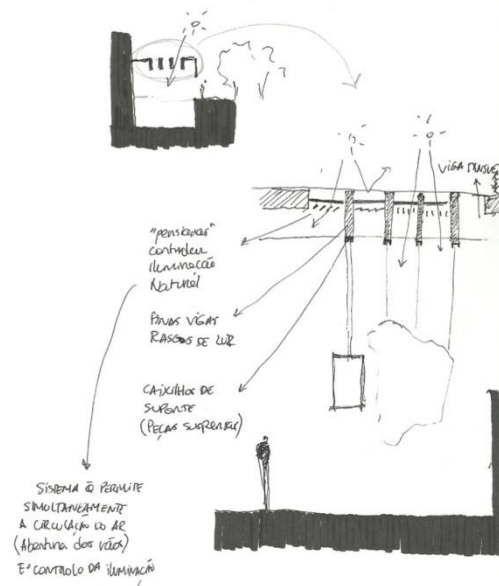


Ixvii: Apontamento Casa da Azenha



Ixviii: Corte, planta e perspectiva do auditório

• ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL → CIRCUNSCRIÇÃO DO PERCURSO  
E ESPAÇOS DE "PARAGEM" { SIMULTANEAMENTE  
C/ ESTEREOTOMIA



ESPAÇO CONFINADO (TOTAL CONTROLO DE LUZ) NAS AO MÊS TEMPO DOTADO DE

CÂNDIDES



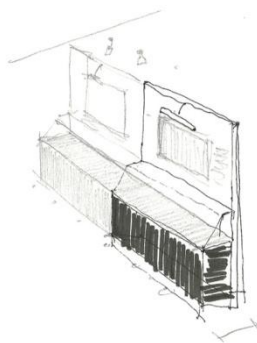
VISION B+M -  
POWERLED 60°



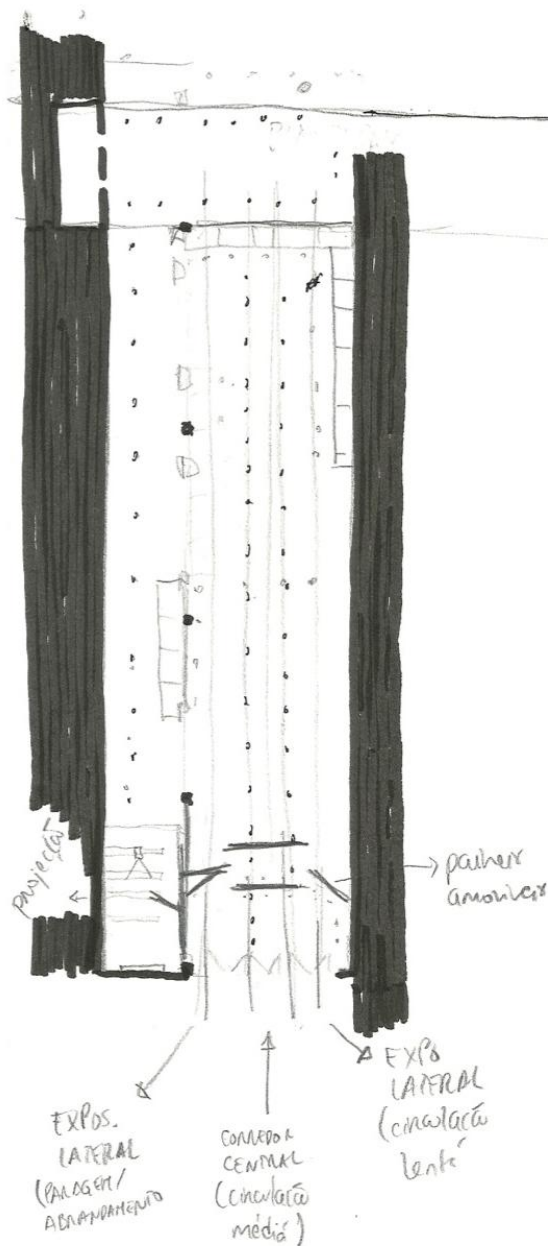
VISION C+M -  
CDM-TC-FS



VISION C+M



lxi: Detalhe iluminação natural



lxx: Estudos iluminação artificial (planta pontos de luz, focos e expositor)



## VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho é expressamente visível o desejo de compreender as transformações que se assistem no decorrer do século XX, trazendo-nos até aos dias de hoje, à nossa forma de entender, actuar e viver a cidade. Tal estudo projecta-se na materialização da ideia e aspiração do **devolver do sentido às cidades**, principalmente aquelas que mais descaracterizadas se encontram, da qual é exemplo o caso particular em estudo, Odivelas.

Reconhecendo a importância da arquitectura na articulação de intenções, principalmente no controlo da paisagem urbana e das suas actividades nas cidades contemporâneas, dada a sua imprevisibilidade e constante transformação, são abordados temas que permitem compreender o seu desenvolvimento, como a **evolução dos conceitos e das políticas urbanas** que a acompanharam face à situação da cidade desagregada, desregada e em decadência, carente de significado e legibilidade. Especialmente focado em temáticas como a **cultura** e a **identidade, a memória e a essência**, aponta-se para a relevância da **reabilitação** e do **património** no combate aos problemas mencionados e na reversão das tendências.

Prestando testemunho ao deficiente caminho do modelo de desenvolvimento preconizado no século XX e a urgência de o readaptar, o objecto motor passa a centrar-se no sujeito, caminhando para a **humanização da cidade**, fundamentada na memória, no espírito do lugar, devolvendo significado ao espaço urbano e estima pública pela sua cidade.

Numa sociedade marcada pela proliferação da tecnologia e manipulada pelo consumismo, a cultura da individualização e da "posse" fez descartar a necessidade de espaços de convívio e consequentemente à consciência de sociedade (situação que urge reverter).

Nesta perspectiva, a **cultura** é identificada como factor estruturante das cidades, responsável pelo reconhecimento e celebração da *História* e da *identidade* como valores imprescindíveis para o futuro, para a inovação, criatividade e captação de novas actividades económicas, estabelecendo as preocupações de conservação, valorização e potencialização. Sabendo que se materializa na arquitectura, num mundo cada vez mais complexo e globalizado em que a tolerância e o respeito se tornam difusos, é no **património cultural** que se reconhece a dimensão imaterial, valorizando-a sob a material e conduzindo ao **espírito do lugar** bom como à **consciência patrimonial**.

Do mesmo modo que as comunidades se reconhecem no património, pela sua herança e transmissão de valores e tradições, é no "**centro histórico**" que se fundam as relações sociais, numa memória colectiva, construindo e fortalecendo comunidades. O **património imaterial** assume-se assim como requisito para o bem-estar e coesão social garantindo a estabilidade, tolerância, reconhecimento, respeito e prosperidade do desenvolvimento humano, económico e local, destacando-se portanto na resolução dos problemas correntes e passando a integrar os instrumentos chave para a salvaguarda e conservação do património urbano e do **genius loci**.

Considera-se que sem a "**consciência patrimonial**" os "centros históricos", que suportam a expressão e identidade das comunidades, desapareceriam, e com eles, tudo o que de melhor dispõem as nossas cidades e as nossas

sociedades, concluindo-se imprescindível a sua protecção. A regeneração dos núcleos urbano antigos, indissociável da **reabilitação do património**, é tida como *reação à atomização social e ao desenraizamento* advenientes da aceleração, da suburbanização, desertificação dos núcleos centrais, desaparecimento de tradições (Peixoto, 2008) e ausência de valores.

Aponta ainda para a **política dos re's** e para a **reabilitação urbana** que, pelo seu carácter flexível, aberto, multisectorial, participativo, a longo prazo e em parceria, aliado aos fundamentos da sustentabilidade, assume-se como estratégia mais adequada de intervenção nas cidades actuais, alcançando respostas mais eficazes, de acordo com as diversas partes interveniente, assim como externalidades positivas mais alargadas. Responsável pela revitalização e requalificação urbana, influencia de forma positiva a imagem e atractividade das cidades, criando **oportunidades a cidades sufocadas** de se tornarem pólos de desenvolvimento, tendo ainda em conta que a **reabilitação socio-urbanística** pode potenciar a inversão das situações de desfavorecimento social, económico.

Nesta perspectiva, justifica-se **incentivar a cultura** como instrumento de revitalização urbana, tornando-a no principal motor de regeneração urbana, **sem contudo** banalizá-la e adulterá-la para efeitos de *marketing*, respeitando eticamente o seu carácter.

É de realçar a importância que cabe a estas intervenções de constituir um **motor de desenvolvimento e não um factor de estagnação** no passado, nem romper com ele, mas conseguir evoluir em harmonia, na qual actua a **dimensão cultural da sustentabilidade** que reside precisamente em estabelecer uma mediação entre conservar e desenvolver.

Compreende-se que a solução das cidades só é possível quando consideradas e conciliadas, no seu planeamento, as diferentes dimensões: física, espiritual e intelectual. Tal como a **protecção e conservação do património** apenas será bem sucedida se visar a **harmonia e o equilíbrio entre a cidade antiga e a moderna**, conferindo escala humana e identidade a esta última.

Este trabalho procura assim a proposta de uma solução, após uma análise das diversas valências e premissas, que maximize as externalidades positivas, acreditando que ao intervir apenas num elemento chave (infra-estruturas antigas neste caso) é possível alcançar grandes transformações positivas de regeneração e revitalização de zonas outrora degradadas e em decadência que (principalmente das periferias que acabam por ser ofuscadas pelo grande centro) apesar de fortes potencialidades e abundante em recursos, não perspectivavam metas ou feitos positivos de desenvolvimento e evolução, voltando assim a competir no sistema nacional urbano, fortalecendo este último.

O caso de estudo aqui presente, a cidade de Odivelas, uma cidade periférica onde se sobressaem os males da expansão urbana repentina, pela falta de desenho, má articulação entre os diferentes núcleos do tecido urbano e falta de espaço urbano qualificado, da estigmatização, da fragmentação territorial, conduzindo à desertificação, má conotação da sua imagem, aumento da pobreza e das áreas degradadas e em declínio, determina-se essencial um

**investimento na reestruturação e requalificação urbana** com vista a inverter as tendências a médio-longo prazo.

Para tal, conclui-se que a reabilitação e reconversão da Quinta do Espírito Santo em museu, integrada numa estratégia mais alargada (do parque urbano) e acompanhada por gestos complementares, seria a estratégia mais indicada face ao combate da atomização social, ao desenraizamento e à ilegibilidade do tecido urbano, incitando e devolvendo simultaneamente o sentimento de pertença bem como a requalificação e coesão territorial, promovendo a consciência social de co-responsabilidade dos seus habitantes para com a cidade (empenho dos quais, fulcral para a alteração radical que se anseia).

*Correlacionar memória, património e projecto a uma estratégia urbana é uma maneira de integrar a cidade existente na globalidade urbana*<sup>172</sup>

Esta proposta baseia-se assim na coesão territorial e integração social através da cultura e das suas qualidades espirituais materializadas no património existente, maioritariamente nos núcleos urbanos antigos, visando contribuir e incentivar um desenvolvimento social, económico, urbano e cultural, equilibrado e próspero. Acima de tudo, provar que uma área descaracterizada e em declínio pode tornar-se numa mais valia para a região, contrariando o processo de degradação, e que a melhor forma de o fazer, quantificando a eficiência e externalidades positivas com a dimensão da intervenção, é precisamente pela reabilitação e pela política, em geral, dos *re's* (reabilitação, revitalização, regeneração, reconversão) em que esta se insere.

Em suma, perante a fragilidade patente em Odivelas, pretende-se redefinir e fortalecer a identidade colectiva como pilar para a coesão social através de uma referência identitária na paisagem - a reabilitação e reconversão do Palacete da Quinta do Espírito Santo articulada e consolidada por gestos complementares. Intervenção esta que, suportada por uma estratégia urbana orientada pelos conceitos da continuidade, coesão e sustentabilidade, objectifica a coesão e consolidação territorial, revitalizando e fortalecendo o núcleo central antigo e, por consequente, toda a freguesia e concelho. Dirigida aos seus habitantes, foca-se essencialmente naqueles que realmente habitam a cidade e que mais necessitam da requalificação e revitalização do seu espaço, bem como da oferta de novos equipamentos e serviços, principalmente no que concerne à ocupação dos tempos livres das faixas etárias mais jovens e mais avançadas.

*O reivindicar de um melhor ambiente e qualidade de vida urbana pressupõe um compromisso entre a cidade existente – como um património habitado, vivido e em projecção – e as cidades em construção. “É afinal, da procura de um novo modelo de desenvolvimento urbano que se trata” (Godinho:1997).*<sup>173</sup>

<sup>172</sup> MENEZES, Marlucci: *Entre o desenvolvimento sociocultural e a conservação do património urbano*, 2008.

<sup>173</sup> Ibid.



Número total de palavras: 21.955

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE INFORMAÇÃO

**AGUIAR, REIS CABRITA e V. PAIVA;** José, António e José: *Conservação e Reabilitação do Património Edificado, Evolução das Necessidades e Qualificações Profissionais*. Comunicação apresentada no Seminário "Profissões do Futuro", Póvoa do Varzim, Portugal, 1992 (doc. policopiado).

**ASCHER,** François: *Novos Princípios do Urbanismo. Novos compromissos Urbanos*, Livros Horizonte, ed.2, 2010

**BROCH,** Hermann: *Os sonâmbulos*, Benvirá, 1928-1931

**BORJA,** Jordi: *La Ciudad Conquistada*. Madrid: Alianza Editorial. 2003

**BORJA E CASTELLS;** Jordi e Manuel: *Local y Global: La gestión de las Ciudades en la era de la Information*, Taurus Pensamiento, Colombia, 1997

**BOURDIN,** Alain. *La Métropole des Individus*. Paris, Éditions de l'Aube, 2005

**CAVACO,** Cristina: *"Transmodernidade e Experiência do Espaço: Periferia e periferias na Problemática da Sociedade Contemporânea "*, Tese de mestrado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011

**COLARDELLE,** Michel (1998), "Les acteurs de la constitution du patrimoine: travailleurs, amateurs, professionnels" in *Actes des entretiens du patrimoine* [Patrimoine et passions identitaires]. Paris: Fayard, 123-135.

**COSTA,** E.M. - «Uma nota sobre as políticas das cidades em Portugal nos anos noventa». 1999

**DGOTDU:** *Glossário do Desenvolvimento Territorial - Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT)*; Colecção Títulos Gerais, Edição digital, Setembro 2011

**DOMINGUES,** Álvaro: *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024*

**FÉLIX RIBEIRO,** J.M.: *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades – Contributo para a reflexão*. Texto elaborado para a reunião de reflexão sobre o Programa Cidades, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa, Dezembro, 1999

**FLORES,** Joaquim: *Planos de Salvaguarda e Reabilitação de "Centros Históricos" em Portugal*, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Março 2000

**SOLÀ-MORALES,** Ignasi: *Diferencias*, Editorial Gustavo Gili, 1996

**JEUDY,** Henry-Pierre: *Espelho das Cidades*, Casa da Palavra, 2005

**LAMAS,** José Ressano Garcia: *Morfologias Urbana e Desenho da Cidade*, 2010

**LEVINNAS,** Emmanuel: *Totalidade e Infinito*, Martinus Nijhoff PublishersB.V., 1980

**MENEZES,** Marluce: *Das lógicas do saber às lógicas do fazer*, Comunicação apresentada no "IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico" realizado em Oeiras, LNEC, Novembro 1996

**MENEZES**, Marluci. Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria. *Cidades Comunidades e Territórios*. Lisboa: CET, ISCTE, n.º 11, Dezembro de 2005. p. 65-82.

**MENEZES e ALMEIDA**; Marluci e Ana: *Direito à Cidade*, LNEC, 2006

**MENEZES**, Marluci. Entre o desenvolvimento sociocultural e a conservação do património urbano. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

**NORBERG-SCHULZ**, Christian. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. London: Academy Editions, 1980

**PEIXOTO**, Paulo: "As cidades e os processos de patrimonialização" (2001) in Magda Pinheiro, Luís V. Baptista e Maria João Vaz (orgs.), *Cidade e Metrópole - Centralidades e marginalidades*. Oeiras: Celta.

**PEIXOTO**, Paulo, "Os meios rurais e a descoberta do património". *Oficina do Centro de Estudos Sociais*. 2002

**PEIXOTO**, Paulo. *Centros Históricos e Sustentabilidade Cultural das Cidades*. Sociología, n.º 13, 2003, p. 211-226.

**PELLETIER**, Louise: *Architecture in Words, Theatre, language and the sensuous space of architecture*, Routledge; ed.1, 2006

**PEREIRA e MIDÕES**; Arnaldo e Ágata: *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, Câmara Municipal de Oeiras, Edições Cosmos, Lisboa, 1997

**PESAVENTO**, Sandra Jatahy: *História, memória e centralidade urbana*, <http://nuevomundo.revues.org/3212>

**PINHO**, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, Tese de Doutoramento pela Universidade Técnica de Lisboa, 2009

**PORTAS**, Nuno: *Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente. Sociedade e Território*, Ano 1, n.º 2, 1985, p. 8-13.

**PORTAS, DOMINGUES e CABRAL**, Nuno, Álvaro e João: *Políticas urbanas I: Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2007

**PORTAS, DOMINGUES e CABRAL**; Nuno, Álvaro e João: *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulações e Projectos*, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2011

**QUARESMA**, Manuel: *Intervenções autárquicas: Projectos e experiências - A Fábrica da Pólvora de Barcarena*, p.127-130

**RIBEIRO**, Paula: *A Avaliação das Políticas de Regeneração Urbana em contextos Intraurbanos*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2012

**RODRIGUES**, Carlos Tavares: Texto "Recuperação dos centros históricos e reabilitação urbana: Identidade e Europa, do livro PEREIRA e MIDÕES; Arnaldo e Ágata: *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*", 1997.

**SALGUEIRO**, Teresa Barata: *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta, 2001

**SARMENTO**, João – “Variações sobre o Urbanismo Pós-moderno”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto*, I Série, vol. XIX. 2003

**SASSEN**, Saskia: *The Global City - New York, London, Tokyo*, Princeton University Press, 2001

**SATTI**, Elio M. Il Reale e la Realtà. In *Prolegomini – Conoscenza e Intuizione in Architettura*. Firenze: Alina A, 1987.

### Artigos e publicações

1. **SILVA e CORREIA**; Mónica Marques e Francisco Nunes: Artigo - "*Uma nova forma de viver as cidades, o exemplo demonstrativos do Programa POLIS*" da Revista "*Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais*"- Nº39, Dez 2005. p.32-42

2. **CAMPOS**, Vitor : Conferência "*Os actuais desafios do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano*" - Campus da FCT/UNL, Monte da Caparica, 19 de Janeiro de 2008

3. **PEDREIRINHO**, José Manuel: *Arquitectura e construção, Reabilitação #36* - Artigo: *O novo e o antigo contemporâneo*, Caleidoscópio, Março 2011

4. Resolution (76) 28 of the **Committee of Ministers** concerning the adaptation of laws and regulations to the requirements of integrated conservation of the architectural heritage, (1976)

5. **TOUSSAINT**, Michel: Revista *Arquitectura Ibérica - Reabilitação #36*, Caleidoscópio, Março 2011

### Páginas web / Sites

1. <http://www.dgotdu.pt/cemat/site%20CEMAT/PODTSCE.pdf>
2. imagem noite europa - rede complexa que interliga as cidades
3. [http://www.liligo.fr/blog-voyage/news/2012/12/07/grace-a-la-nasa-la-terre-comme-vous-ne-lavez-jamais-vue-13255/?utm\\_medium=smm&utm\\_source=facebook&utm\\_campaign=blog](http://www.liligo.fr/blog-voyage/news/2012/12/07/grace-a-la-nasa-la-terre-comme-vous-ne-lavez-jamais-vue-13255/?utm_medium=smm&utm_source=facebook&utm_campaign=blog)
4. <http://www.cm-odivelas.pt/Concelho/Historia/>
5. [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/what/future/index\\_pt.cfm](http://ec.europa.eu/regional_policy/what/future/index_pt.cfm)

Gabinete de planeamento estratégico: *Plano Director Municipal, elementos fundamentais, regulamento*, câmara municipal de Odivelas, Abril 2011

Fuão, Fernando Freitas: *O sentido do espaço. Em que sentido, em que sentido?* – 3ª parte (2004) <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.050/563> - acedido a 12 de setembro 2012

Plano Director Municipal de Odivelas: Volume 4.2 caracterização do território – estrutura e funções sociais  
([http://www.cm.odivelas.pt/extras/pdm/anexos/Vol\\_4\\_2/V4.2\\_V\\_EstSocioDemog.pdf](http://www.cm.odivelas.pt/extras/pdm/anexos/Vol_4_2/V4.2_V_EstSocioDemog.pdf))

## ANEXOS

## [1] Desenvolvimento territorial policêntrico

Um tipo de morfologia dos processos de aglomeração que importa destacar é o **desenvolvimento territorial policêntrico** que representa o caso de Lisboa. Este conceito assume vários níveis de hierarquia em sistemas de aglomeração de dimensões semelhantes, permitindo a beneficiação entre as diferentes escalas e os diferentes níveis, reconhecido como o sistema de aglomeração primordial por promover, desta forma, o desenvolvimento territorial sustentável<sup>174</sup> e como o principal responsável pelos impactos de uma intervenção particular na cidade alargada. Visa ainda, segundo a resolução n.º1 (2006) da CEMAT "promover a competitividade, Potenciar a Coesão", tema actual dos debates.

A cidade, como o "todo" que se pretende e considera, não consegue conter os problemas das parcelas por exclusão ou isolamento. Como tal, o desenvolvimento deve intervir para o bem comum geral. Compreende-se que os mínimos efeitos das intervenções nas áreas mais segregadas poderão alcançar largas proporções, começando assim a reconhecer a responsabilidade global das localidades, conduzindo por sua vez ao *crescente apoio comunitário da reabilitação* e na aposta em estratégias locais para solucionar problemas globais (do qual é exemplo a Agenda Local 21<sup>175</sup> que tinha como lema: "Pensar global, agir local"<sup>176</sup>). Deste modo, consciencializa-se de que o novo modelo de desenvolvimento urbano é impraticável sem a reabilitação urbana, do mesmo modo que a reabilitação o é se não considerada na estratégia de desenvolvimento global.

---

<sup>174</sup> Introduzido pelo no debate europeu (EDEC) e incluído posteriormente nos princípios orientadores (CEMAT), merece um olhar mais atento. Ver: *Glossário do Desenvolvimento territorial* (CEMAT), 2011. pág.12-13

<sup>175</sup> "(...)processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável." *International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI)*

<sup>176</sup> Tema central do debate actual, como foi o exemplo das III Conferências do Estoril (Maio, 2013) em que o tema era precisamente "Global challenges, local answers", que contou com algumas entidades integrantes das chefias europeias.

**[2] Tabela 1: Esclarecimento de conceitos<sup>177</sup>**

Reabilitação / / recuperação	<p><i>Reabilitar está associado à reaquisição ou restabelecimento de direitos de recuperar em contexto público ou privado de relação “a estima e a consideração” (Choay e Merlin; in Vasconcellos e Mello, 2006:58).</i></p> <p><i>No âmbito da intervenção urbana, as lógicas da reabilitação ultrapassam a simples melhoria das condições de habitabilidade.</i></p> <p><i>Reabilitar sugere uma acção mais ampla que, segundo Luz Valente Pereira (1986) se oferece como oportunidade de reencontro com o bom conceito que a cidade detinha, assim recuperando a estima pública.</i></p>
Revitalização Reutilização	<p><i>Nos processos de intervenção urbana inspirados pela ideia de revitalização, assume-se a premência da necessidade de recomposição da mistura de actividades e de uma maior diversificação etária, cultural e económica da população residente ou activa, de áreas mais alargadas e, como tal, mais heterogéneas em termos históricos e estéticos (Portas, 2003). O sentido da ideia de revitalização aplica-se também ao correlacionar de intervenções de recuperação de âmbito pontual conforme decorre nos edifícios, com aquelas de âmbito mais geral e que se referem à reabilitação das estruturas sociais, económicas e culturais locais com o objectivo de melhorar a qualidade global dos contextos de intervenção (Aguar, 1993). A perspectiva de revitalização propõe novos usos ao tecido edificado, ou melhor dizendo, uma reutilização do mesmo e que, por seu lado, também se relaciona com uma perspectiva de requalificação</i></p>
Regeneração	<p><i>Termo que ganha força no início dos anos 80 do século XX e que se inspira no “processo que ocorre num organismo vivo quando este demonstra a capacidade de reconstituir um seu tecido danificado, repondo um equilíbrio funcional que havia sido perturbado” (Vilares, 2003:100)</i></p>
Reconversão	<p><i>Noções que reflectem algumas contradições das intervenções precedentes da década de 80 do séc. XX, as quais decorrem das críticas aos processos de “gentrification”, ao aumento da actividade turística e da terciarização (marcada sobretudo pelas actividades de restauração e de diversão nocturna) dos centros urbanos. Reivindica-se a necessidade de um novo olhar votado aos problemas das acessibilidades, das infra-estruturas, dos equipamentos locais, bem como da necessidade de alterações significativas na tipologia e construção dos edifícios de modo a que seja possível a sua adaptação a novos usos. Por outro lado, as noções de reanimação e reconversão dos contextos sustentam a necessidade de mudanças significativas nos espaços públicos, muitas vezes implicando para tal um incremento de parcerias público-privadas no âmbito das acções e das dinâmicas de gestão implementadas. Desde então, as intervenções feitas têm permitido uma maior competitividade entre as cidades, nomeadamente no que concerne às acessibilidades, serviços, animação cultural e à qualidade do ambiente (Portas, 2003).</i></p>

<sup>177</sup> MENEZES, Marlucci. Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria. *Cidades Comunidades e Territórios*. Lisboa: CET, ISCTE, n.º 11, Dezembro de 2005..

**[3] Tabela 1: Evolução das políticas na primeira metade do século XX**

ANO	DOCUMENTO	PRINCIPIOS E OBJECTIVOS
1931	<b>Carta de Atenas do Restauro</b> (ICOM)	Esta carta pretende introduzir a percepção da imprescindibilidade da salvaguarda e conservação do património colectivo e do seu contexto envolvente, respeitando a arte e história dos diversos estilos e períodos sem excepção. Reconhece ainda que a utilização dos edifícios é crucial para a conservação destes (apenas atingível com o respeito pelo carácter de cada qual) abrindo caminho para a reconversão; e permite a utilização de novas tecnologias e novos sistemas construtivos na conservação e restauro.
1943	<b>Carta de Atenas</b> do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM)	Esta carta reconhece o Planeamento Regional e Urbano como instrumento indispensável à distribuição racional dos usos e das densidades do solo (através do zonamento: habitação, trabalho, circulação e recreio) com o intuito de ordenar a expansão futura da cidade e assegurar o interesse colectivo. Dá especial atenção à habitação enquanto elemento central do urbanismo. Aborda o tamanho <i>eficaz</i> das unidades, a localização, a higiene, a relação com as vias de comunicação e com espaços verdes. Ainda neste âmbito mas de pertinente destaque chama a atenção para a forma de estruturação das funções urbanas segundo a economia e o tempo, isto é, a distância habitação/pólo de serviços. Relativamente à circulação chama a atenção para a separação entre tráfego pedonal e automóvel.
1951	VIII CIAM Coração da cidade	Com <b>o coração da cidade</b> como tema, este congresso incidiu nos lugares históricos, detentores do simbolismo e tradição (valores colectivos) indispensáveis à humanidade, e da relação da arquitectura moderna com estes.
1953	IX CIAM	Este vem reforçar as transformações de valores em curso. Questionando Alison e Peter Smithon as quatro dimensões presentes na Carta de Atenas: habitação, trabalho, circulação e recreio; surge uma nova teoria urbana que coloca o indivíduo no centro do desenvolvimento.
1956	X CIAM Carta do Habitat	Este debate incide na <b>identidade</b> reconhecendo a sua carência como o aspecto mais pernicioso do futuro.



**[4] Evolução das políticas na segunda metade do século XX**

ANO	DOCUMENTO	PRINCIPIOS E OBJECTIVOS
1954	Convenção de Haia	Também conhecida como Convenção para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. Cada entidade europeia compromete-se a respeitar e proteger todo o património cultural, quer este se situe no seu território ou de outros, impedindo ainda a sua utilização de forma inapropriada que o comprometa ou exponha de qualquer forma.
1954	Convenção Cultural Europeia	Promove o respeito e defesa da diversidade cultural, da cultura europeia, contribuições nacionais para o património comum; o estudo da história e língua e actividades culturais de interesse Europeu.
1962	Recomendação Salvaguarda da beleza e carácter de paisagens e lugares	Pioneira no reconhecimento da importância da <b>preservação de edifícios para a qualidade da imagem do conjunto</b> (construído e natural), em detrimento do valor particular (do edifício isolado)
1963	Recomendação 365	Primeiros textos sobre <b>reabilitação de lugares</b> e grupos de edifícios antigos que promovem o alargamento das preocupações para com o património cultural e marcam o início da cooperação europeia entre poderes públicos e outras administrações.
1964	Carta de Veneza Ou Carta Internacional do Restauro	Dela resulta o alargamento do conceito de monumentos históricos a sítios urbanos e naturais; e o reconhecimento da importância da utilização dos monumentos para fins socialmente úteis para a conservação.
1969	1ª Conferência de Ministros Europeus responsáveis pela Preservação e Reabilitação do património Cultural de Monumentos e Sítios	Da qual resulta a <i>recomendação sobre a preservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas</i> . Consciencialização da "importância das áreas históricas como bem essencial do património de cada nação, cujo significado transcende o contexto local". Reconhece ainda que "o património não tem só valor cultural, mas também humano, económico e social", tornando imprescindível a sua preservação e a sua "integração activa no cenário da vida urbana" como bem cultural insubstituível.
1972	Convenção para a Protecção do Património Mundial	Reforça a "perspectiva internacional do património cultural, consagrando-o um bem" de valor imaterial que "transcende a população que o criou, tornando-o pertença e responsabilidade de toda a humanidade". Refere ainda que cada Estado deve inventariar o seu património cultural e natural para que, os que se consideram um valor imaterial, integrem a <i>Lista do Património Mundial</i> .
1976	Resolução (76) 28 CMCE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orienta a "adaptação dos sistemas jurídicos e regulamentares às necessidades de uma política nacional de conservação integrada";</li> <li>• Apresenta um conjunto de definições e princípios que devem estar subjacentes à criação de políticas nacionais;</li> </ul>
1976	Recomendação de Nairobi	Direcionada à salvaguarda das áreas históricas e ao respectivo papel na contemporaneidade. Esta aprofunda e amplia os princípios definidos anteriormente. O seu principal contributo é a alteração da preocupação central das intervenções, passando a concentrar-se no sujeito e no contexto onde este actua.

**[5] Tabela x: Alguns dos principais desafios do novo milénio** (assentes nos quatro pilares da sustentabilidade) segundo a European Commission – *SUIT*<sup>178</sup>:

<b>Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A elaboração de uma estratégia de coesão social e territorial que visasse a diminuição das disparidades entre nações e entre zonas urbanas do mesmo país;</li> <li>• A promoção da segurança através do respeito e da tolerância cultural;</li> <li>• A promoção da coesão social através da diversidade cultural das comunidades;</li> </ul>
<b>Económico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A aspiração a um desenvolvimento económico sustentável e coerente;</li> </ul>
<b>Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novos processos de intervenção nas cidade capazes de conciliar as exigências dos tempos de mudança com a protecção, valorização e melhoria da qualidade ambiental urbana (Política dos Re's - Anexo1);</li> <li>• Instituir o aproveitamento e gestão dos recursos locais;</li> </ul>
<b>Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A promoção a diversidade cultural imprescindível para a estabilidade e o desenvolvimento próspero;</li> <li>• O aproveitamento e valorização do património cultural e natural para o desenvolvimento;</li> <li>• A protecção e autenticidade do património cultural e natural;</li> <li>• Garantir o acesso à cultura e expressão da mesma de todas as comunidades;</li> <li>• Exaltar e promover a importância do património cultural, enquanto elemento significativo, como fortalecedor da identidade local e consequentemente da preservação da diversidade cultural.</li> </ul>
<b>Governamental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituir a coordenação de prioridades e objectivos locais e globais garantindo a flexibilidade das últimas (indispensável para as ajustarem a cada local);</li> <li>• Apostar em novas dinâmicas de governança, de forma descentralizada (cooperação entre meios governamentais, no mesmo nível ou não), em parcerias (<i>público, privado, voluntário e comunitário</i>) e participadas (<i>responsabilidade de todos os actores em todas as fases do processo</i>), conduzindo à excelência e eficácia das intervenções bem como à integração activa de todos, promovendo o sentido de comunidade e pertença.</li> </ul>

<sup>178</sup> European Commission – *SUIT: Sustainable development of urban historical areas through an active integration within towns*, pág.7(tradução livre). em PINHO, Ana: *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana*, 2009.

**[6] *Evolução do sistema de planeamento e do quadro regulador da transformação do uso do solo em Portugal (desde os últimos anos do Estado Novo)***<sup>179</sup>

**SISTEMA DE PLANEAMENTO TERRITORIAL *versus* ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

1965 – Licenciamento municipal das operações de loteamento (DL 466673/1965)	1968–73 – III Plano de Fomento
1970 – Lei de Solos (DL 576/70)	
1971 – Planos Gerais de Urbanização/Planos de Pormenor (DL 560/71)	
1973 – Regime das operações de loteamento urbano (DL 289/73)	
1976 – Lei de Solos (DL 794/76)	1974 – Revolução 25 de Abril
1976 – Código das Expropriações (DL 845/76)	1976 – Constituição da República
	1977 – Competências Autarquias Locais (DL 79/77)
	1979 – Lei Finanças Locais (Lei 1/79)
1982 – Plano Director Municipal (DL 208/82)	1986 – Entrada Comunidade Europeia
1984 – Licenciamento municipal das operações de loteamento (DL 400/84)	1989–93 – Plano Desenvolvimento Regional – I Quadro Comunitário de Apoio (QCA) (Objectivo 1)
1985 – Património Cultural Português (Lei 13/85)	1991 – Lei Quadro Regiões Administrativas (Lei 56/91)
1987 – Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87)	1994 – Programa PROSIURB (Planos Estratégicos Cidades Média Dimensão)
1988 – Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) (DL 176–A/88)	1994–99 – II QCA (Programa URBAN, Intervenção Operacional Renovação Urbana – IORU)
1989 – Reserva Agrícola Nacional (RAN) (DL 196/89)	1997 – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)
1990 – Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) (DL 69/90)	
1990 – Reserva Ecológica Nacional (REN) (DL 93/90)	
1993 – Rede Nacional de Áreas Protegidas (DL 19/93)	
1995 – Planos Especiais de Ordenamento de Território (PEOT) (DL 151/95)	
1998 – Lei Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LPBOTU) (Lei 48/98)	1998 – Projecto Urbano EXPO 98
1999 – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (DL 380/99)	2000–2006 – III QCA
2001 – Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural (Lei 107/2001)	2000 – Programa POLIS
2001 – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (DL 177/2001, altera DL 555/99)	2003 – Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais (Leis n.º 10/2003 e n.º 11/2003)
2004 – Regime Jurídico das Sociedades de Reabilitação Urbana (DL 104/2004)	2006–2013 – Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN)
2007 – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (DL 316/07, altera DL 380/99)	2007 – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (Lei 58/2007)
2007 – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (Lei 60/2007, altera DL 555/99)	2007 – Política de Cidades POLIS XXI
2007 – Regime Jurídico da Avaliação Ambiental de Planos e Programas (DL 232/07)	2008 – Associativismo Municipal (Lei 45/2008)
2009 – Critérios de Classificação e Qualificação do Solo (DReg 11/2009)	
2009 – Regime Jurídico de Reabilitação Urbana em áreas de Reabilitação Urbana (DL 307/2009)	

<sup>179</sup> PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João: *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulações e Projectos*, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2011, pág.240

**[7] Antecedentes do Programa POLIS ao nível internacional<sup>180</sup>**

Data	Nome	Descrição	Objectivos e Princípios
1990	CCE	"Livro Verde sobre o Ambiente Urbano"	<i>A União Europeia depois da iniciativa pioneira que constituiu a publicação do Livro, impulsionou o Grupo das Cidades Europeias para a Sustentabilidade.</i>
1993	IPAMB	Conferência do Rio em 1992	<i>Impulsionaram o debate ao nível mundial e europeu sobre a necessidade de estabelecer novas políticas globais e locais, orientadas para a sustentabilidade.</i>
	CCE	5º Programa de Ambiente da Comunidade Europeia	
1994		Carta de Aalborg	<i>O Grupo das Cidades Europeias para a Sustentabilidade produziu a primeira referência europeia sobre a aplicação local dos princípios de sustentabilidade emanados da Cimeira do Rio.</i>
2002	UN	Conferência de Joanesburgo em 2002	<i>Continuidade a estas preocupações, recentrando-as em torno de alguns eixos considerados prioritários de entre os quais se destacam as preocupações com os meios urbanos e a necessidade de adopção de novos padrões de produção e consumo.</i>
	EU	6º Programa de Ambiente da União Europeia	

<sup>180</sup> **SILVA e CORREIA**; Mónica Marques e Francisco Nunes: Artigo - "Uma nova forma de viver as cidades, o exemplo demonstrativos do Programa POLIS da Revista "Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais"- Nº39, Dez 2005. p.32-42

**[8] Antecedentes do Programa POLIS ao nível nacional<sup>181</sup>**

Data	Nome	Descrição	Objectivos e Princípios
1992	MARN	Plano de Intervenção para o Ambiente Urbano	<i>Uma iniciativa pioneira foi (...) este plano de intervenção que tinha por objectivo integrar o segundo Plano de Desenvolvimento Regional, então em preparação. Esta iniciativa acabou por não ser concretizada por razões a que não é alheio o facto de, naquela época, o Ambiente estar dissociado do Ordenamento do Território, em termos de orgânica governamental.</i>
1993	MPAT	Plano de Desenvolvimento Regional	<i>Este segundo plano (...) acabou por incluir uma abordagem interessante relativamente ao tema apontado no ponto anterior em termos conceptuais, mas orientada para a Expo 98 e complementada por intervenções avulsas dos municípios.</i>
1994	PROSIURB	Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM	<i>Impulsionou uma importante reflexão estratégica em muitas cidades e, em certa medida, pode ser considerado em conjunto com a iniciativa desencadeada em 1992 - como um dos antecedentes remotos do Programa Polis, que apenas viria a nascer nos finais de 1999.</i>
1995	MARN	Plano Nacional da Política do Ambiente	<i>Primeiro, e até agora único, dedica um capítulo à temática do Ambiente Urbano que procura concretizar as ideias já desenvolvidas anteriormente.</i>
1998	PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social	<i>Veio trazer um valor acrescentado significativo à reflexão sobre o papel das cidades no processo de desenvolvimento em Portugal. Uma das ideias fundamentais deste plano era a de que os sistemas urbanos territoriais devem ser assumidos como elemento estratégico do desenvolvimento, enquanto forma de organizar a concentração, de promover economias de aglomeração, de consolidar factores avançados de competitividade e de mobilizar os espaços de influência das cidades. Um dos eixos de intervenção preconizados no PNDES é o da protecção e valorização ambiental do território, (...) que (...) pressupõe intervenções integradas (urbanismo, transportes, energia, habitação, acção social, saúde, telecomunicações). Exige ainda participações públicas e privadas e defende que deve ser dado grande relevo à capacidade da administração central assumir um papel de demonstração, de apoio e de mobilização de Parcerias com as autarquias e agentes locais. Estas reflexões (...) podem ser consideradas como a matriz primordial do Programa Polis.</i>
1997		Estudo sobre o Sistema Nacional Urbano, promovido pela DGOTDU	<i>Afirmava que é preciso passar além da fase da experimentação em matéria de políticas urbanas e consagrá-las como pilares das novas políticas regionais e de ordenamento do território.</i>
2000	Programa POLIS		<i>Lançado oficialmente em Abril de 2000, (...) assinala e celebra (...) a confluência do ambiente com o ordenamento do território. (...) Fortemente ancorado em preocupações ambientais, pretende dar resposta a algumas das questões que hoje se colocam em matéria de estruturação do Sistema Urbano Nacional e desenvolvimento sustentável das cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, com base em parcerias, especialmente entre Governo e Câmaras Municipais, que pela sua importância demonstrativa possam servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais.</i>

<sup>181</sup> **SILVA e CORREIA;** Mónica Marques e Francisco Nunes: Artigo - "Uma nova forma de viver as cidades, o exemplo demonstrativos do Programa POLIS da "Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais" Nº39, 2005. p.32-42

**[9] As 4 dimensões da cidade por Félix Ribeiro <sup>182</sup>**

**Cidades verdes:** O ambiente é o actor principal dos processos de requalificação urbana, visando-se uma boa infra-estrutura ambiental básica (água, esgoto, resíduos) e o repensar da utilização do automóvel, a criação de novas formas de mobilidade, a criação de espaços públicos de qualidade, a valorização de elementos ambientais como linhas de água. (Tal medida só será possível se inserida numa estratégia de sustentabilidade que minimize a "pegada ecológica")

**Cidades Digitais:** Espera-se não só que possuam bons serviços de comunicação digital como ainda fomentem a sua utilização a todos os níveis (culturais, escolares, lúdicos e comerciais) com o intuito de inserir a sociedade num espaço mais "desterritorializado" e ao mesmo tempo mais adequado aos novos desafios da actualidade.

**Cidades do Conhecimento e do Entretenimento:** Destas é-lhes exigido que possuam *infra-estruturas científicas e tecnológicas, espaços culturais e de aprendizagem artística, infra-estruturas de diversão, (...) estabelecimentos de ensino a todos os níveis capazes de atrair, formar e fixar população jovem* capaz de renovar e reforçar a *vida económica e cultural das cidades portuguesas*.<sup>183</sup> O conhecimento e o entretenimento são identificados como pontos-chave na redinamização económica e de união.

**Cidades Intergeracionais:** O foco essencial é impedir a segmentação do tecido urbano por grupos etários ou sociais. Pretende-se recentrar a vida urbana através da atribuição de novas funcionalidades aos centros históricos, promovendo por sua vez a requalificação urbana e a reabilitação habitacional. Aponta ainda para a necessidade de factores, entendam-se, de desenvolvimento e atractividade, como a riqueza e a diversidade da vida urbana, tenham como base o "interclassismo", "interculturalismo" e a "intergeracionalidade". Princípios sem os quais será impossível ou catastrófico o desenvolvimento das cidades contemporâneas. É urgente a coexistência de diferentes estilos de vida no mesmo espaço urbano.

**[10] Resultados do Programa Polis<sup>184</sup>**

Com o programa Polis foram promovidos sensivelmente 100 planos em Portugal (extremamente participados e interactivos). No quadro que se segue encontram-se os indicadores dos resultados das intervenções efectuadas (apresentadas no MAOT 2002) que permitem compreender a amplitude do seu impacto. Quadro 2 - Principais Indicadores dos resultados do programa Polis:

Criação e beneficiação de Parques e Áreas Verdes	5.934.662m <sup>2</sup>
Requalificação de Espaço Público	1.851.630m <sup>2</sup>
Requalificação de Frentes de Rio	73.720m
Requalificação de Frentes Marítimas	15.850m
Ciclovias	103.130m
Condicionamento de trânsito em arruamentos	150.170m <sup>2</sup>
Novos percursos pedonais	135.923m <sup>2</sup>
Estacionamento dissuasor	23.052 lugares

<sup>182</sup> FÉLIX RIBEIRO (1999) em SILVA e CORREIA; Mónica Marques e Francisco Nunes: Artigo - "Uma nova forma de viver as cidades, o exemplo demonstrativos do Programa POLIS da "Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais" N°39,2005. p.32-42

<sup>183</sup> SILVA e CORREIA; Mónica Marques e Francisco Nunes: Artigo - "Uma nova forma de viver as cidades, o exemplo demonstrativos do Programa POLIS da "Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais" N°39,2005. p.32-42

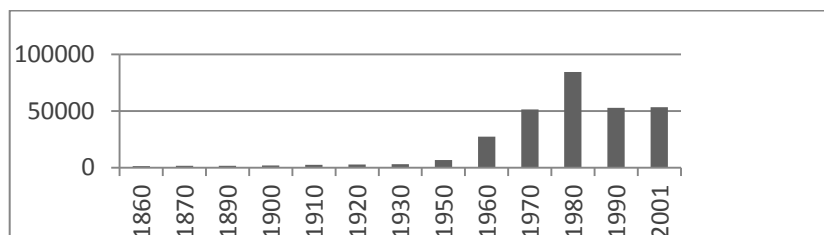
<sup>184</sup> Ibid.p.41

**[11] Regime jurídico da Reabilitação Urbana<sup>185</sup>**

O regime jurídico da reabilitação urbana que agora se consagra surge da necessidade de encontrar soluções para cinco grandes desafios que se colocam à reabilitação urbana. São eles:

- Articular o dever de reabilitação dos edifícios que incumbe aos privados com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar o espaço, os equipamentos e as infra-estruturas das áreas urbanas a reabilitar;
- b) Garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos actores, concentrando recursos em operações integradas de reabilitação nas «áreas de reabilitação urbana», cuja delimitação incumbe aos municípios e nas quais se intensificam os apoios fiscais e financeiros;
- c) Diversificar os modelos de gestão das intervenções de reabilitação urbana, abrindo novas possibilidades de intervenção dos proprietários e outros parceiros privados;
- d) Criar mecanismos que permitam agilizar os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação;
- e) Desenvolver novos instrumentos que permitam equilibrar os direitos dos proprietários com a necessidade de remover os obstáculos à reabilitação associados à estrutura de propriedade nestas áreas.

**[12] Gráfico 1: Evolução populacional da Freguesia de Odivelas.** Análise elaborada no 1º Semestre da disciplina de Laboratório de Projecto VI. Fonte: Censos



**[13] Tabela 9: Evolução Demográfica (1991, 2001, 2007)**

	2007	2001	1991	Variação 2007-2001		Variação 2001-1991	
				N.º	%	N.º	%
Portugal	10.617.575	10.356.117	9.867.147	261.458	2,5	488.970	5,0
Lisboa	2.808.414	2.661.850	2.520.708	146.564	5,5	141.142	5,6
Grande Lisboa	2.025.628	1.947.261	1.880.215	78.367	4,0	67.046	3,6
Amadora	173.413	175.872	181.774	-2.459	-1,4	-5.902	-3,2
Cascais	186.947	170.683	153.294	16.264	9,5	17.389	11,3
Lisboa	499.700	564.657	663.394	-64.957	-11,5	-98.737	-14,9
Loures	196.467	199.059	192.143	-2.592	-1,3	6.916	3,6
<b>Odivelas</b>	<b>151.358</b>	<b>133.847</b>	<b>130.015</b>	<b>17.511</b>	<b>13,1</b>	<b>3.832</b>	<b>2,9</b>
Oeiras	171.472	162.128	151.342	9.344	5,8	10.786	7,1
Sintra	437.471	363.749	260.951	73.722	20,3	102.798	39,4
Vila Franca de Xira	140.091	122.908	103.571	17.183	14,0	19.337	18,7

<sup>185</sup> Decreto-Lei n.º 307/2009 - Diário da República Electrónico - <http://dre.pt/pdf1s/2009/10/20600/0795607975.pdf>

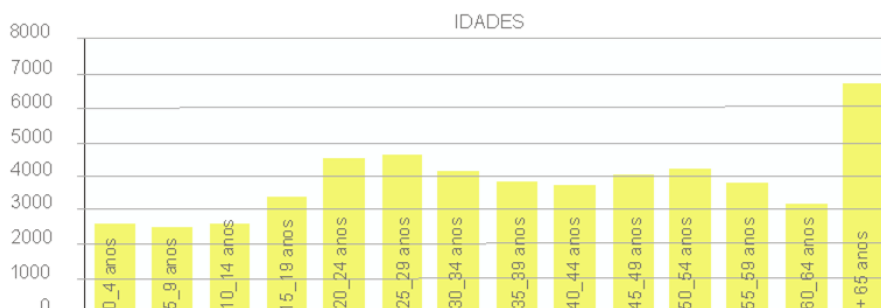


**[13A] Tabela 10: Caracterização do Concelho de Odivelas por Freguesia (1991, 2001, 2007)**

Freguesias	População	Alojamentos	Família	Edifícios	Área (há)
Caneças	10.647	4.331	3.631	2.371	580
Famões	9.008	3.606	3.010	1.955	573
<b>Odivelas</b>	<b>53.449</b>	<b>23.992</b>	<b>19.988</b>	<b>3.298</b>	<b>486</b>
Olival Basto	6.246	2.822	2.359	655	146
Pontinha	24.023	10.488	9.083	3.043	454
Póvoa de St. Adrião	14.704	5.990	5.142	859	123
Ramada	15.770	7.059	5.664	1.924	318
<b>Concelho</b>	<b>133.847</b>	<b>58.288</b>	<b>48.877</b>	<b>14.115</b>	<b>2.680</b>

**[14] Gráfico 2: População por Faixas etárias<sup>186</sup>**

Os dados do quadro seguinte evidenciam o aumento do índice de envelhecimento da população, apresentando entre 1991-2001 um decréscimo populacional na classe etária dos 0-14 anos e um acréscimo na classe de mais de 65 anos. *Em termos globais, a população concelhia pode ser caracterizada por ser uma população jovem, mas em vias do amadurecimento (73% em idade activa), aliando-se ao facto de já se constatarem intervenções de requalificação e regeneração urbana, logo, da sua capacidade de atracção de população em idade activa.* (Anexo 14)



<sup>186</sup> Análise elaborada no 1º semestre na disciplina de Laboratório de Projecto VI. Fonte desconhecida



**[15] PDM Odivelas - Artigos relevantes para este estudo**

(Art. 20º) **Servidões do Património Edificado e Arqueológico:**

1. Os valores patrimoniais do concelho de Loures encontram-se classificados nas seguintes categorias: monumento nacional, imóvel de interesse público e imóvel de valor concelhio. As áreas de protecção incluem zonas *non aedificandi* e condicionamentos especiais para a realização de obras.

(...)

**3. Património classificado e legislação específica:****a) Monumentos nacionais:**

- Igreja matriz de Loures e respectivo cruzeiro
- Igreja manuelina da Póvoa de Santo Adrião
- Memorial de Odivelas
- Mosteiro de Odivelas
- Dólmen das Batalhas (n.º 649), freguesia de Caneças
- Dólmen das Pedras Grandes (n.º 648), freguesia de Caneças
- Monumento megalítico de Casaínhos (n.º 650), freguesia de Fanhões

**b) Imóveis de interesse público:**

- Capela de Nossa Senhora da Vitória
- Casa da Quinta da Francelha de Cima;
- Castelo de Periscope;
- Igreja matriz de Bucelas;
- Igreja de São João Baptista em São João da Talha;
- Padrão do Senhor Roubado;
- Palácio da Mitra em Santo Antão do Tojal;
- Palácio do Correio-Mor;
- Quinta de Valflores, em Santa Iria da Azoia;
- Estação de Casal do Monte (n.º 275), freguesia de Santo António dos Cavaleiros;
- Capela de Nossa Senhora da Quinta do Candeeiro;
- Igreja paroquial de São Pedro de Lousa;
- Igreja de Santiago de Camarate;
- Quinta da Abelheira, incluindo o palácio, jardins e envolvente florestada, na freguesia de São Julião do Tojal;
- Quinta das Maduras, na freguesia de São Julião do Tojal.

**c) Imóveis de interesse concelhio:**

- **Palacete da Rua de Alexandre Braga, 6-B, abrangendo o logradouro, na freguesia de Odivelas;**
- Povoado fortificado da Serra da Amoreira, na freguesia da Ramada.

**[16] Programa " Reabilitação do Centro Histórico de Odivelas**

Consiste na protecção e integração das vertentes da ribeira de Odivelas como elemento caracterizador da paisagem; na revitalização do centro antigo reforçando as funções centrais e qualificando os serviços; na salvaguarda da morfologia e protecção de conjuntos edificados; na *inventariação do património arquitectónico, arqueológico e espaços públicos, definindo regras para a intervenção e reabilitação*; na *criação de espaços multifuncionais, espaços verdes na estrutura urbana e nas áreas adjacentes ao Centro Histórico*; na *promoção da acessibilidade privilegiando a circulação pedonal e velocípede*; entre outros.

## [17] Câmara Municipal de Odivelas: PDM para a população

### **Actualidade:**

- Carência de equipamentos dirigidos à terceira idade e primeira infância
- Rede de transportes deficitária, utilização do transporte individual é praticamente um recurso obrigatório.
- Dinâmica Económica Informal e carência generalizada a nível de espaços qualificados, serviços públicos e outro tipo de serviços.
- Difícil interação/integração/ actividade económicas residencial e especial Ambiental
- Praças e Espaço Público pouco atractivo
- Ausência de corredores verdes e de parques. Mas Grande mancha verde da Paiã e a Várzea do Rio da Costa.
- Linhas de água muito esquecidas. Má relação de vizinhança entre espaço edificado e espaço natural.
- Vazios (Quinta dos Cedros e do Alvito) - Escola Agrícola da Paiã mas tb Serra Amoreira e Caneças.

### **Objectivos:**

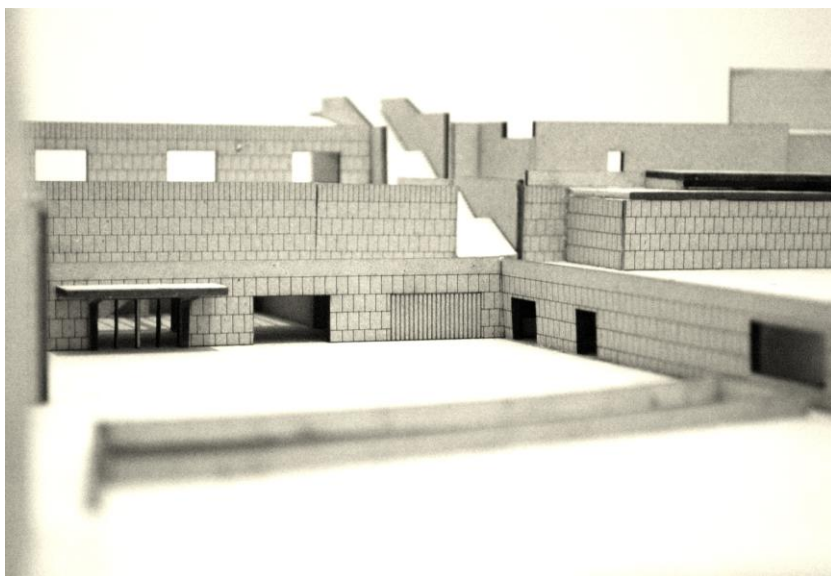
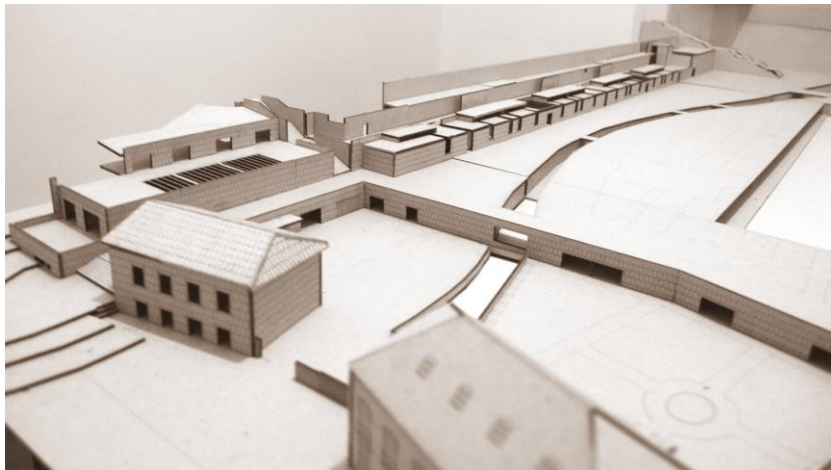
- Qualificar espaço público (legibilidade urbana)
- Ordenar e articular o tráfego e os transportes colectivos
- Associar espaço Público aos espaços Comerciais e empresariais
- Imagem e Qualificação
- Qualificar as Praças favorecendo os factores de animação. Aposta na valorização da entrada no Concelho com recurso a um elemento de expressão plástica
- Salvaguarda, preservação e valorização da Memória Histórica e o Património
- Aposta no Movimento Associativo Local - Projectos de participação / cidadania.

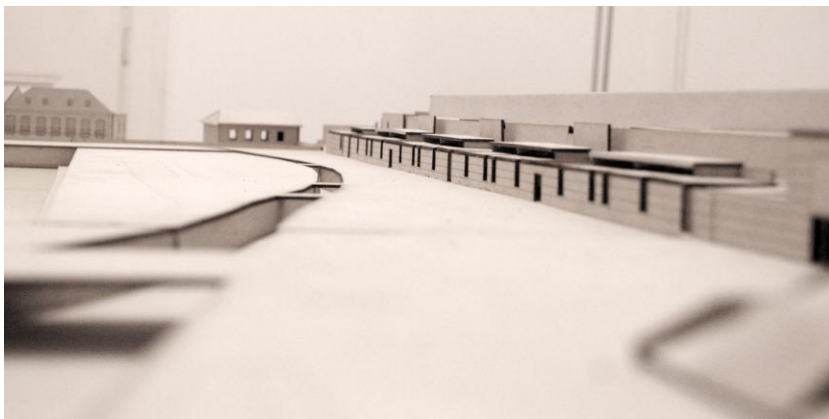
### **Potencialidades:**

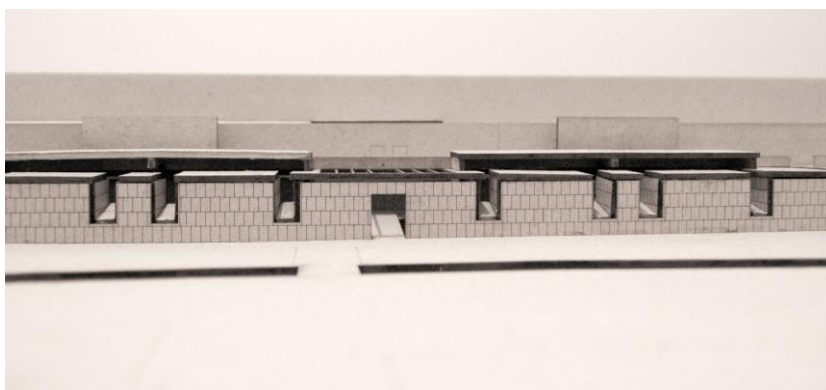
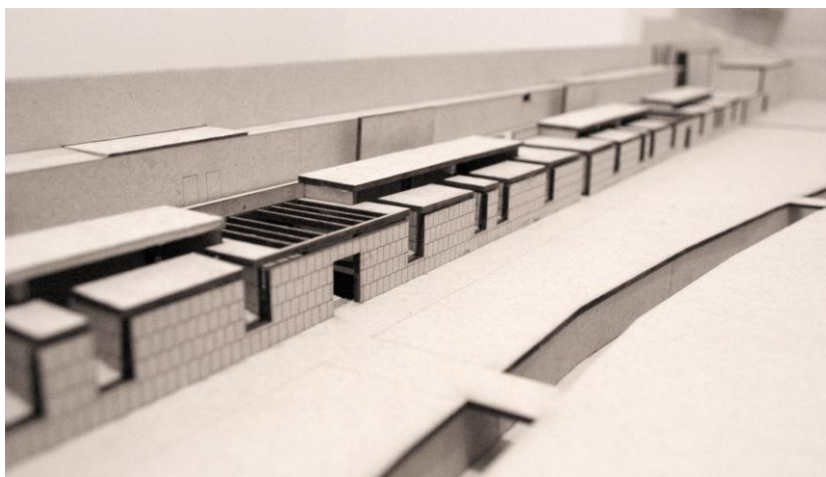
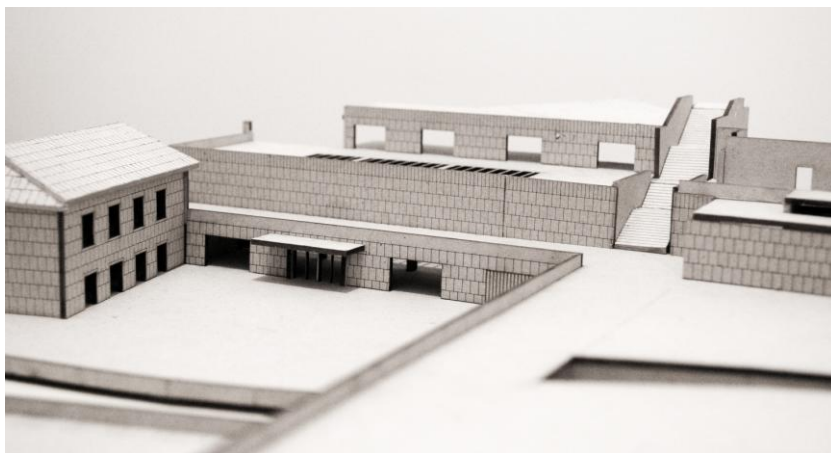
- Património Cultural imenso: D. Dinis, Convento, Fontes de Caneças, Vasco Santana
- Dinâmica Cultural: Teatro Malaposta, CAELO,
- Identidade Reconhecida
- As Fontes e o Aqueduto.
- As tradições (da Zona Saloia aos Moinhos) e a gastronomia
- Património Arquitectónico e Arqueológico
- Salvaguarda e Valorização do Chafariz d'el Rei (séc. XVII- Estrada Real- ligação Lisboa-Mafra)

- Corredores Verdes... Aposta na arborização dos espaços livres e dos espaços urbanos. Beneficiação do sistema de drenagem pluvial superficial.
- Recuperação Paisagística das Linhas de Água. Utilização da arborização como enquadramento às estruturas viárias, e às linhas de água. `VÁRZEA preparada para as cheias centenárias.

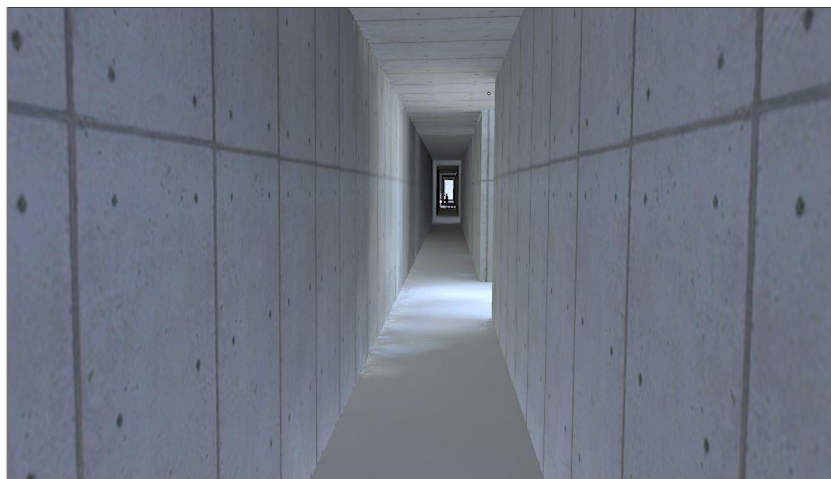
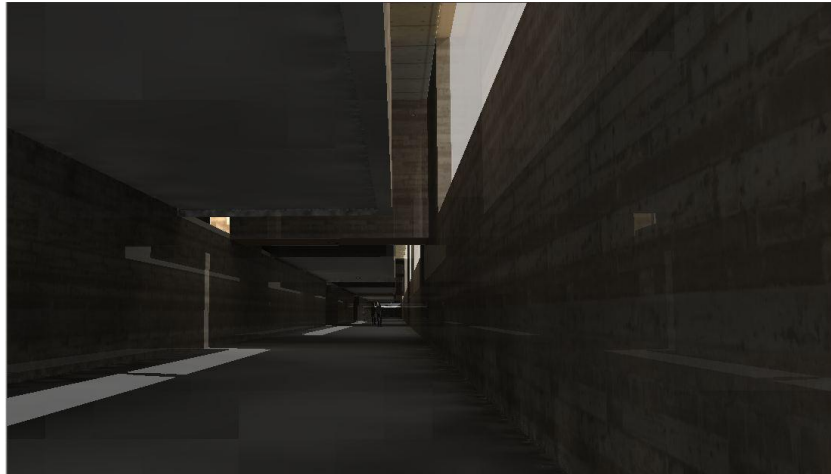
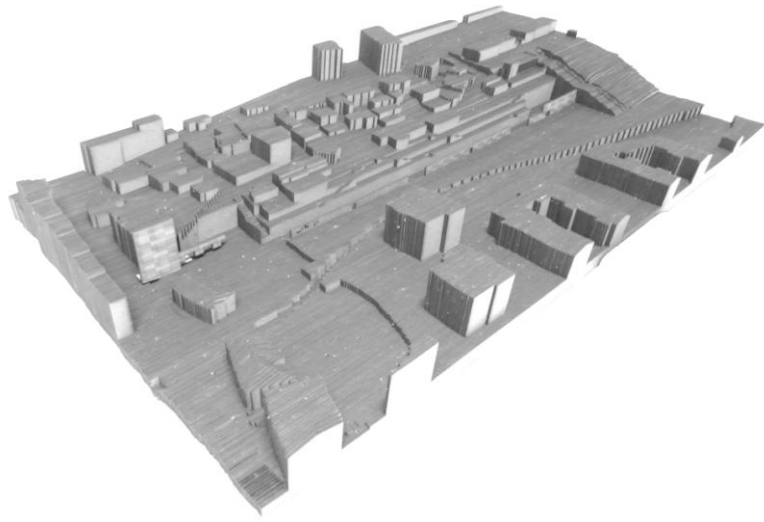
## MAQUETE



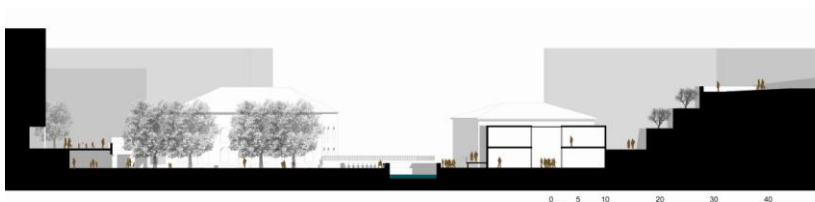
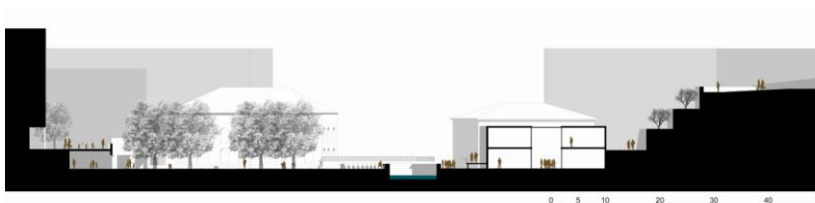
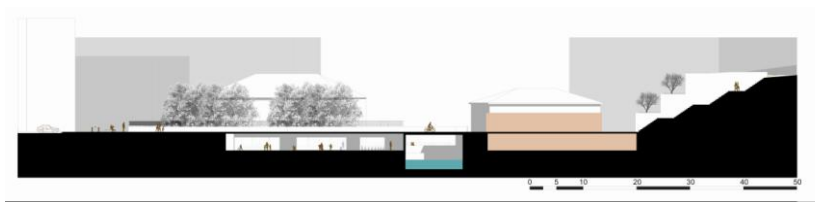
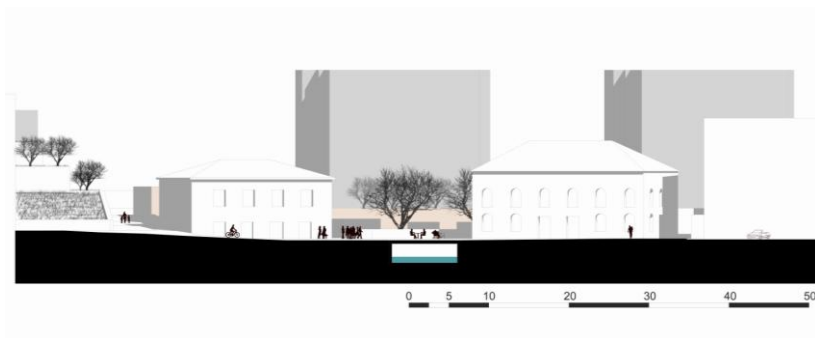


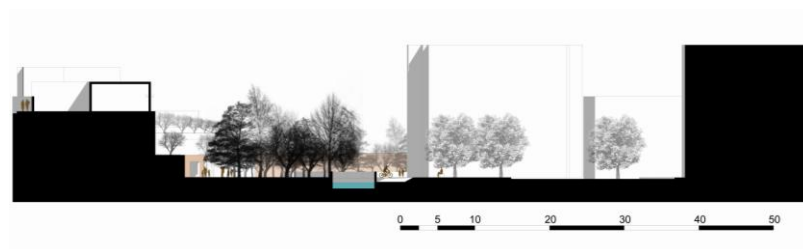


## PROCESSO

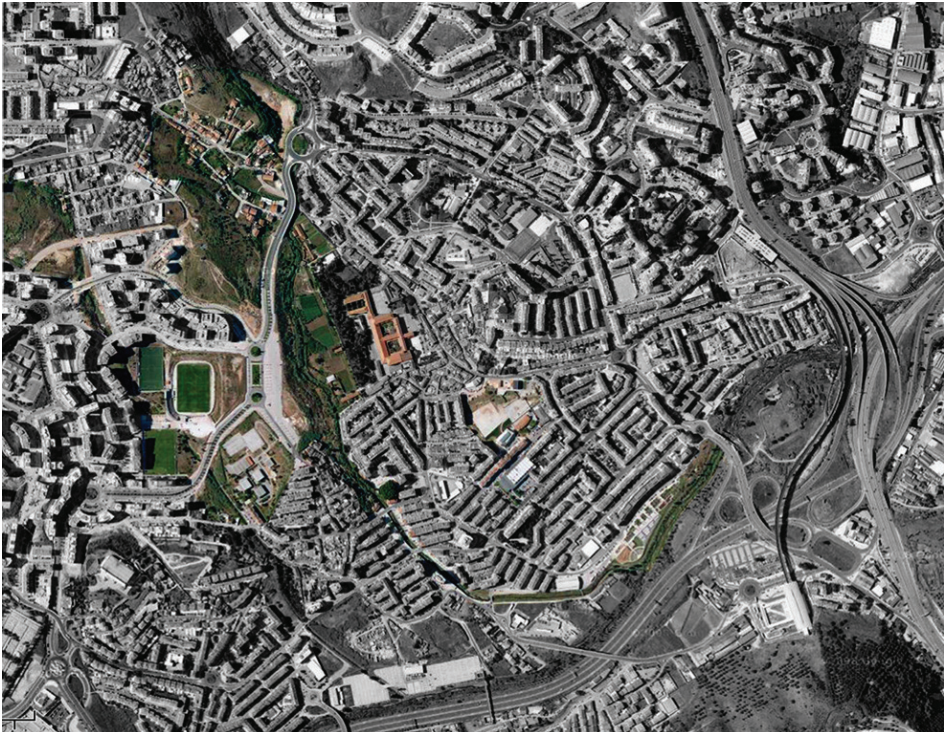
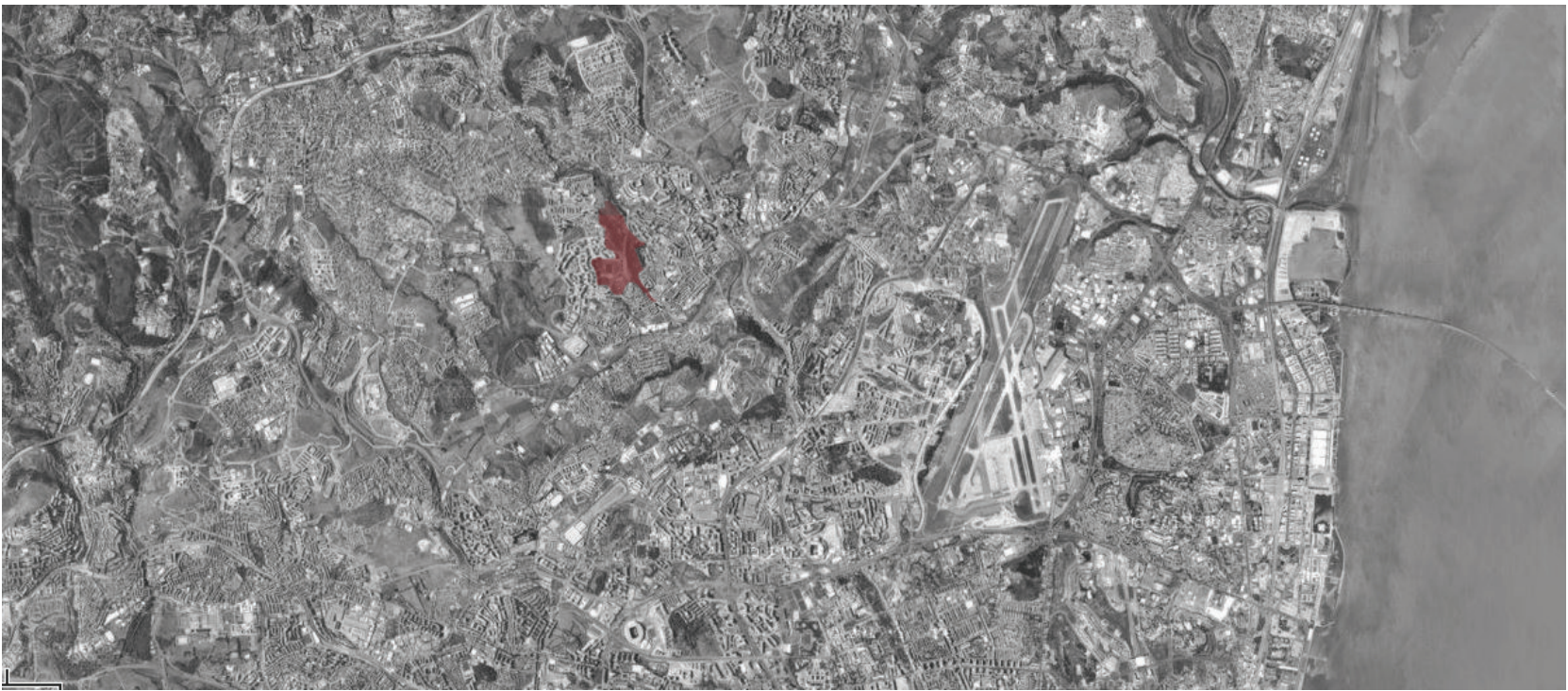










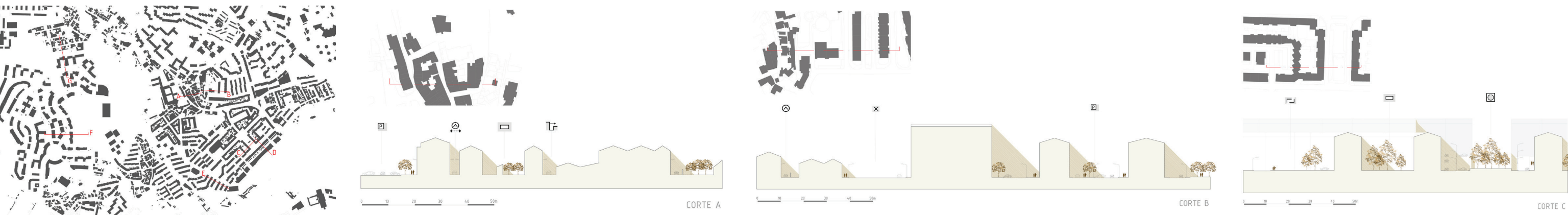


CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: CIDADE DE ODIVELAS  
Regeneração e Revitalização alargada através da reabilitação de infra-estruturas antigas

CORREDOR VERDE - VISÃO SÉRIADA



1 - Centro Histórico 2 - Bairro Espírito Santo 3 - Bairro dos Pombais 4 - Colinas do Cruzeiro 5 - AUGI



LEGENDA:  
Terrenos Agrícolas  
Parques  
Espaços livres  
Espaços Verdes

Pontos Fortes:

Espaço público de interesse histórico;  
Diferentes ofertas para públicos diferentes ;  
Vistas;  
Diversidade cultural;

Pontos Fracos:

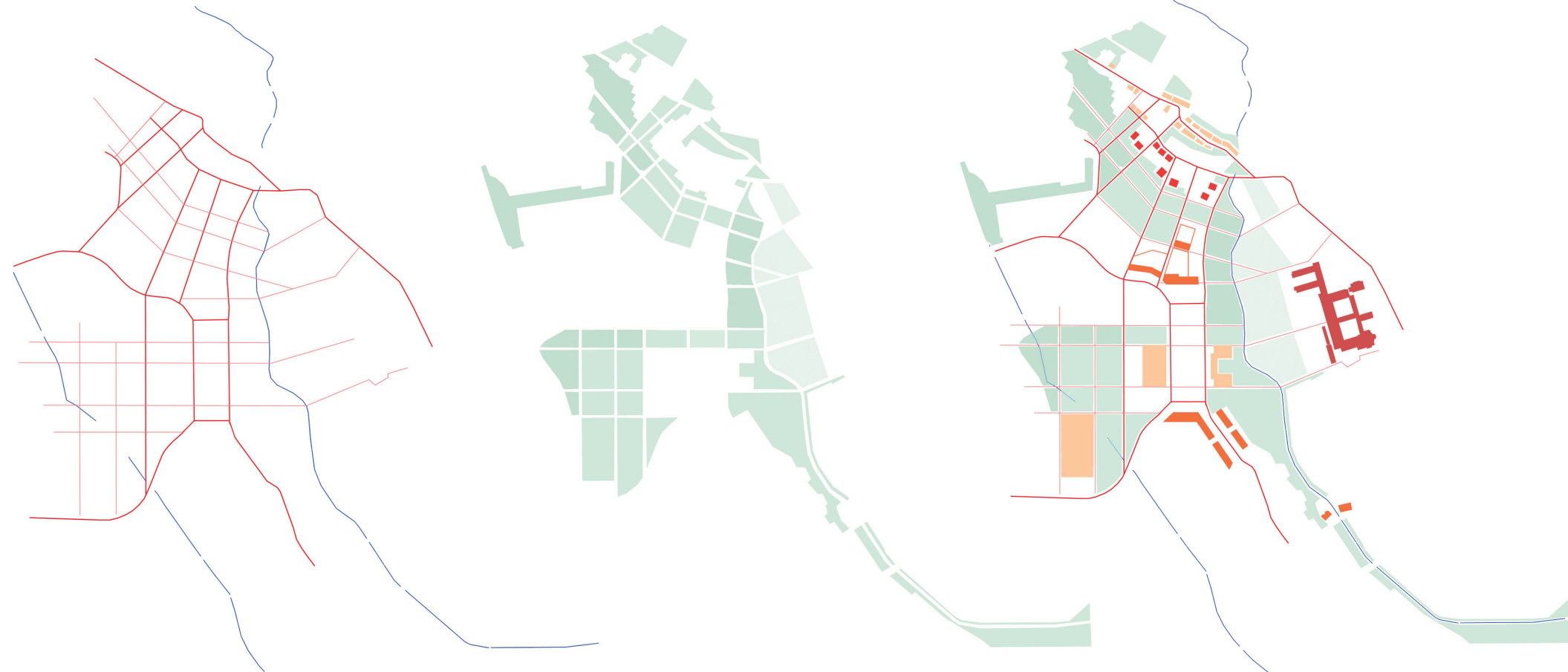
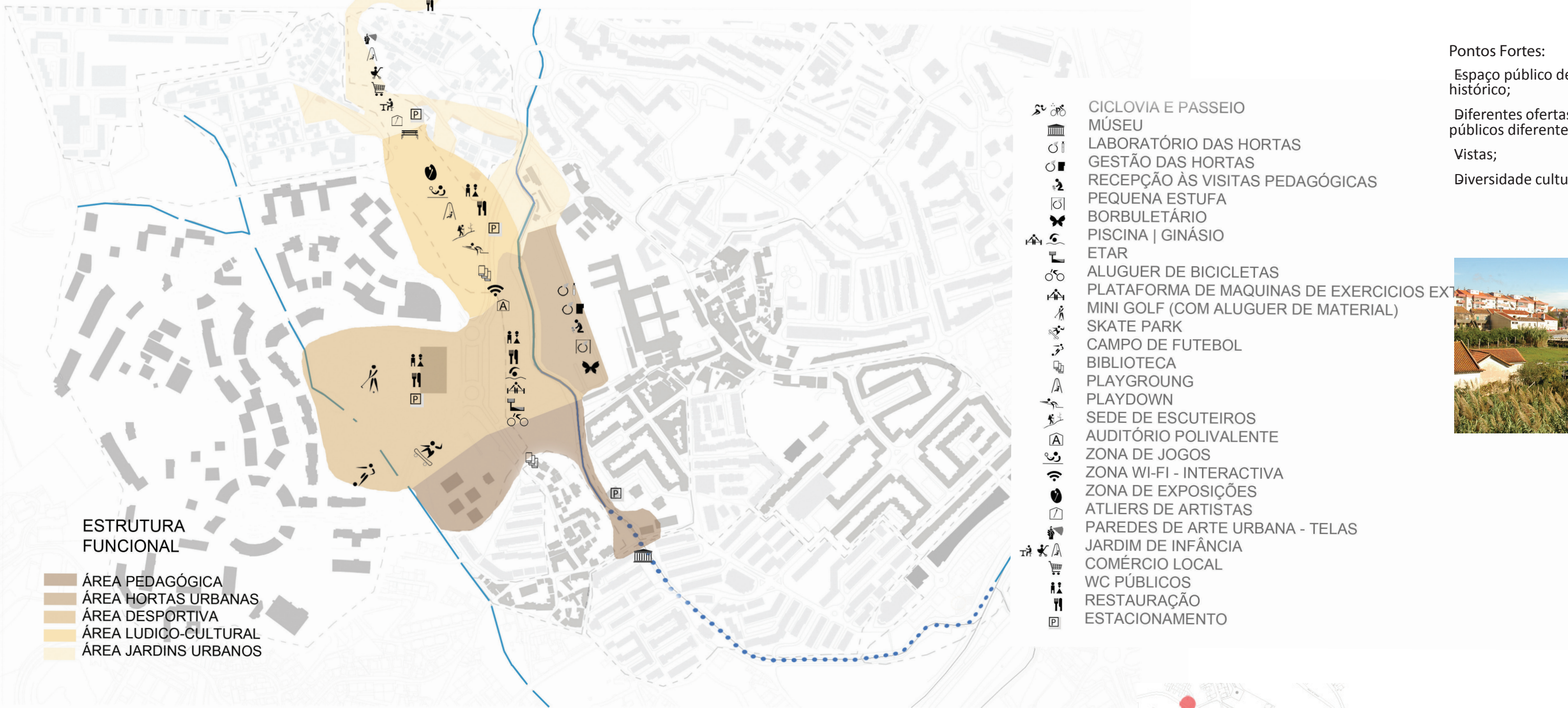
- Passeios mal dimensionados;  
- Espaços públicos pouco atractivos;  
- Desproporção/dissociação entre espaço livre e edificado;

Oportunidades:

- Existência de espaços expectantes e zonas agrícolas;  
- Aproveitamento da linha de água;  
- Revitalização dos espaços livres;

Ameaças:

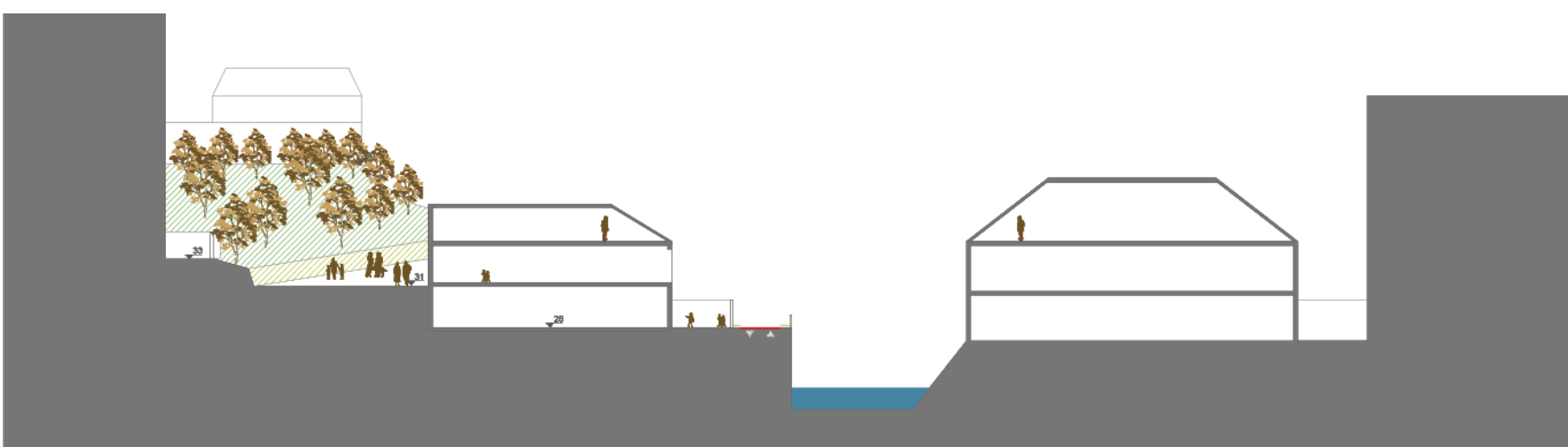
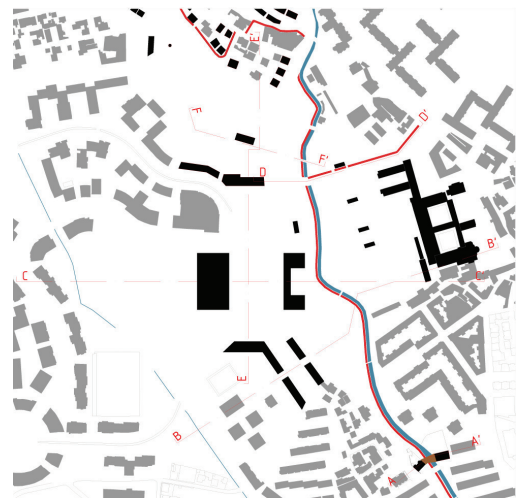
- Passeios públicos na eminência de serem ocupados por estacionamento abusivo  
- Criação de barreiras pelos edifícios  
- Falta de manutenção



MALHA ESTRUCTURAL



RÓTULAS DE LIGAÇÃO



PROGRAMA

Piscinas (2400m2): Piscina 25 x 12.5m  
Piscina 28 x 16m  
4 salas Fitness (1 de 7 x 6m / 3 de 5 x 6m)  
Ginásio 10 x 8m  
Sauna 3 x 2m  
Balneários 240m2  
Bar/Balcão 4 x 6m  
Gabinets administrativos 3 (3 x 2)  
Estética: Massagista, jacuzzi... (3 x 2)  
Acessos

Ateliés (50m2 a 150m2)

Zona Interactiva (2500m2): Jogos, Espaço leitura, Wi-Fi, Exposições

Laboratório (500m2): Gabinets administrativos (2), Salas de laboratório (2), Armazém, Zona de tratamento de águas, Salas pedagógicas (para grupos), Estufa, Borboletário

Auditório (1135m2)  
Escuteiros (800m2)  
Biblioteca (2330m2) e Salas de Estudo (920m2)  
Restauração (280m2)





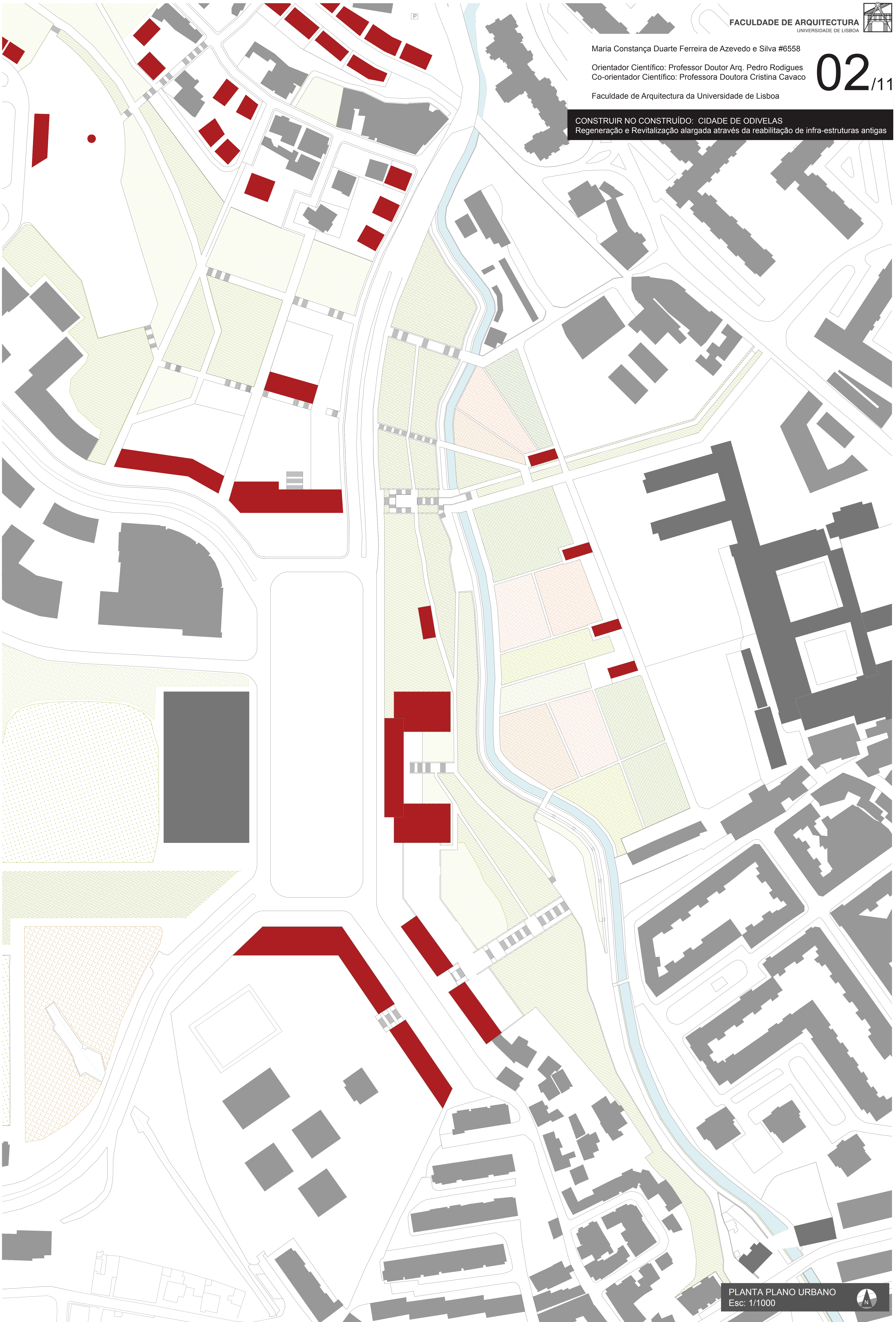
Maria Constança Duarte Ferreira de Azevedo e Silva #6558

Orientador Científico: Professor Doutor Arq. Pedro Rodrigues  
Co-orientador Científico: Professora Doutora Cristina Cavaco

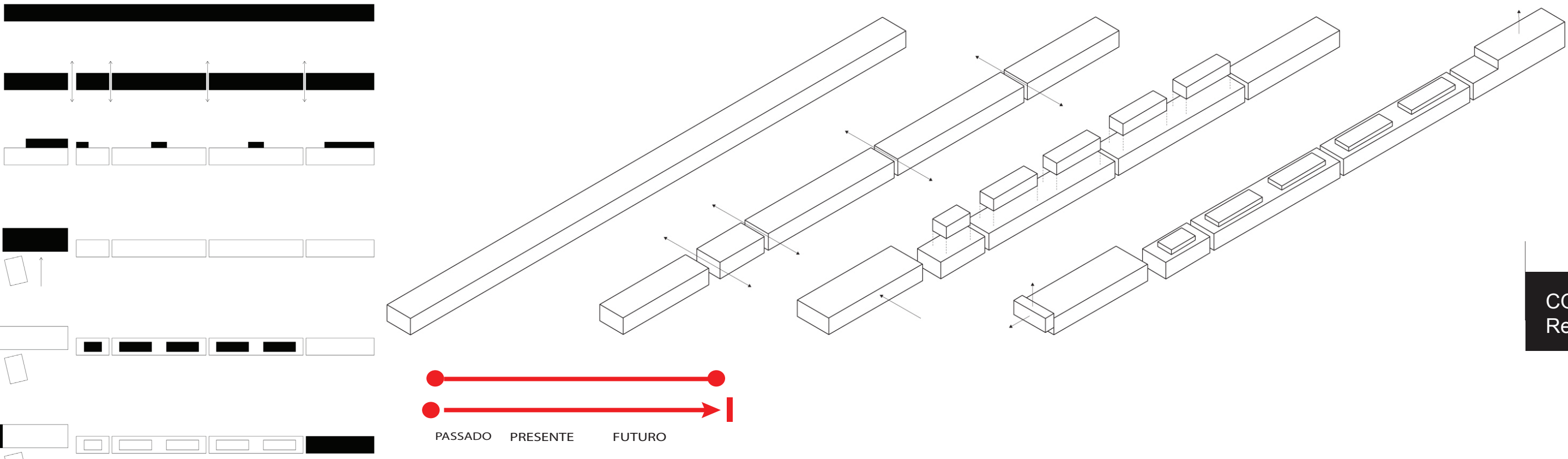
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

02/11

CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: CIDADE DE ODIVELAS  
Regeneração e Revitalização alargada através da reabilitação de infra-estruturas antigas







Maria Constança Duarte Ferreira de Azevedo e Silva #6558

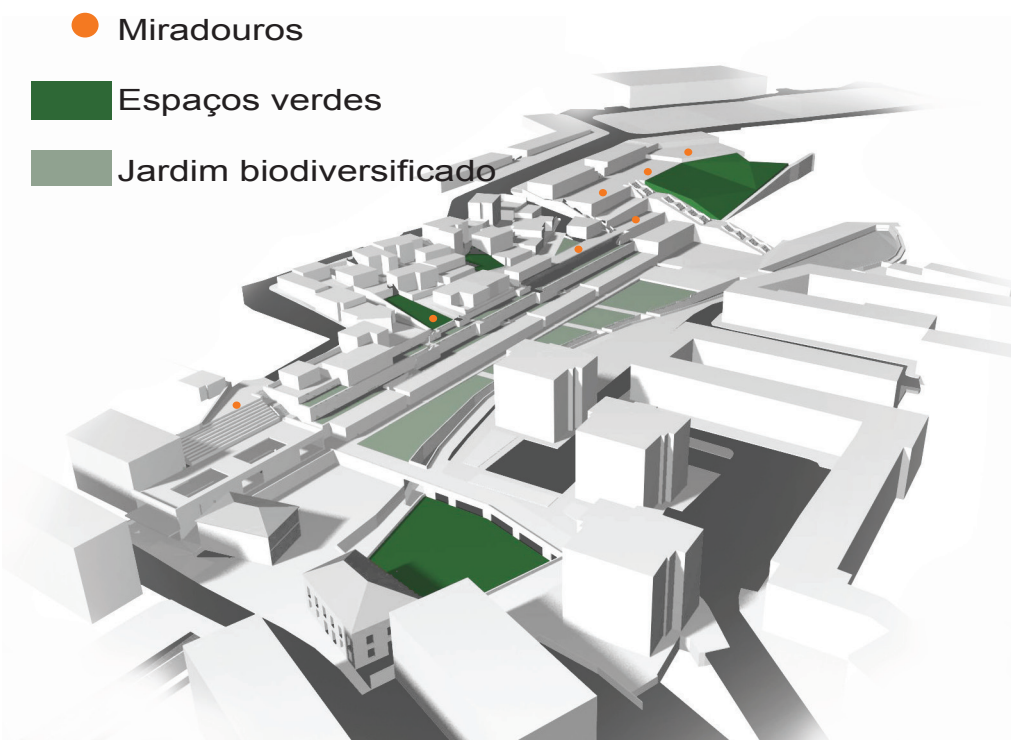
Orientador Científico: Professor Doutor Arq. Pedro Rodrigues  
Co-orientador Científico: Professora Doutora Cristina Cavaco

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: CIDADE DE ODIVELAS  
Regeneração e Revitalização alargada através da reabilitação de infra-estruturas antigas

- PERCURSOS
- Paragem de Autocarro - Museu
  - Estacionamento - Museu
  - Bairro dos Pombeis - Museu
  - Colina do Cruzeiro - Museu
  - Núcleo Antigo - Museu

- Eixos de circulação Principais
- Eixos de circulação Secundários
- Circulação Vertical



- Atrio/ Recepção / Bengaleiro
- Arrumos/Áreas técnicas/Cozinha/I.S./vestiário
- MUSEU
- Ateliers/Oficina/Workshops
- Sala de reuniões/Gabinetes/Sala de oradores/Arquivo
- Cafe/Livraria + bar/ Cafeteria
- Auditório

SISTEMA ESPACIAL	EDIFÍCIO	PROGRAMA	Nº
ADMINISTRATIVO	Palacete Quinta do Espírito Santo	Direcção	3
		Gabinete de administração	1
		Gabinete de "Instrutores"	1
		Sala de reuniões	1
		Secretariado	1
		Atendimento	1
		Secretariado	1
EDUCATIVO	Palacete	Salas de exposição permanente	3
		Salas de exposição temporária	manipulave
		Sala de exposição permanente	1
	Museu (átrio)	Oficinas/ateliers livres	1
		Workshops/Formação	
		Sala de aula Comum	1
		Sala de aula teórica	4 (divisíveis)
		Salas de Ensino Específico	
		Artes e Ofícios	1
		oficinas artes manuais	1
		Música	
		Sala de canto e instrumental	1
		Dança	
		estúdio de dança	
		Teatro	
LABORAL	Anexo Quinta do Espírito Santo	Salas de trabalho específico	
		Atelier/estúdio individual	2
		Ateliers Colectivos	1
SOCIAL	Casa da Azenha	Bar/Cafeteria	1
		Todos os espaços	3
CULTURAL	Museu	Sala Polivalente/Centro de Exposições	
		Corpo central, espaço flexível e adaptável	
		salas expo interactiva	
		Sala de Espetáculos	
		sala de convívio/espera	
		sala de projecção	
		Cafeteria	
MANUTENÇÃO	Átrio e Quinta do Espírito Santo	Armazém	2
		Áreas técnicas	1
ESTACIONAMENTO	Auditório	Subterrâneo	1
ESPAÇO EXTERIOR	Quinta do Espírito Santo	Jardim romântico/pátio	1
		Museu	1
		Auditório	1





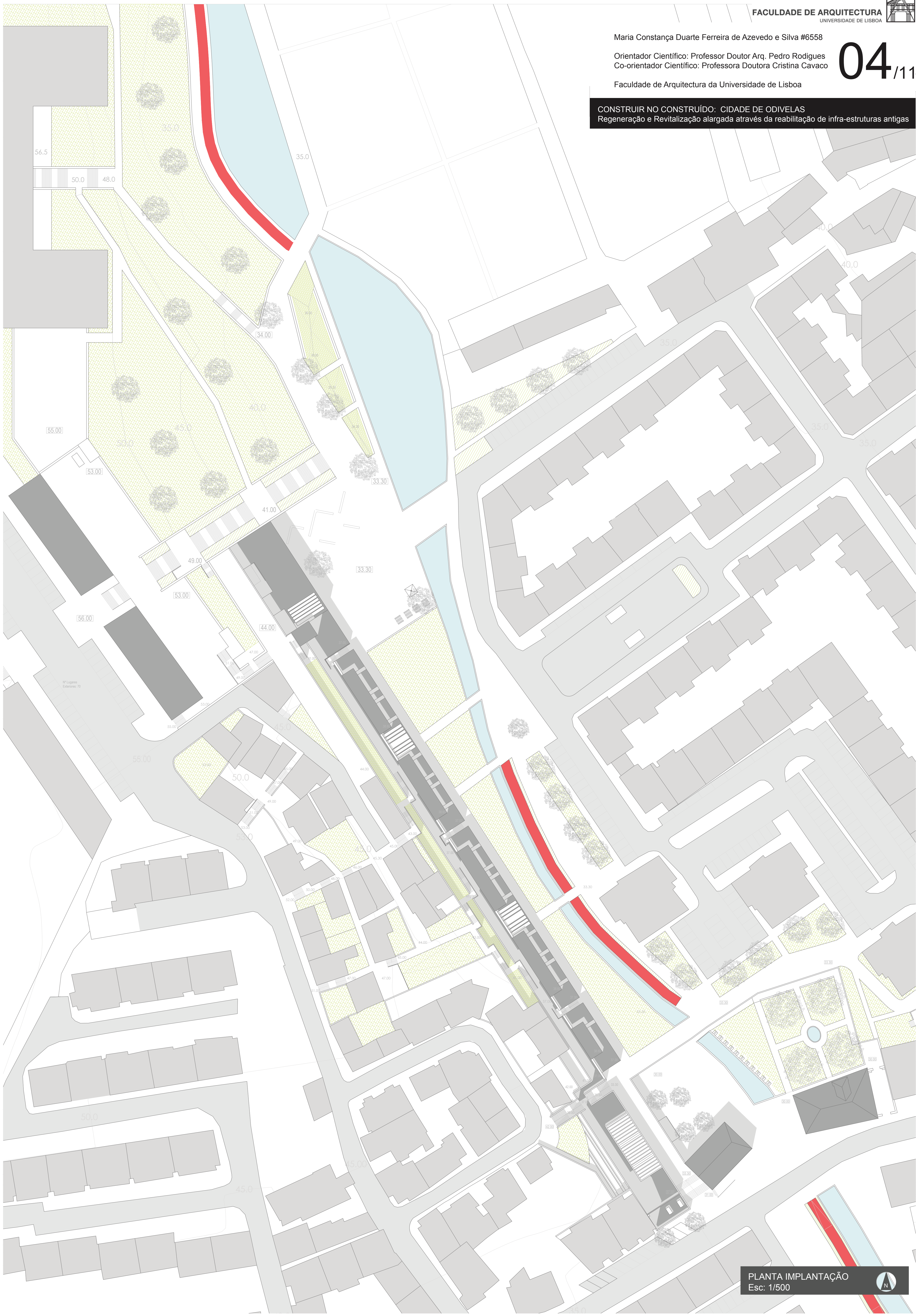
Maria Constança Duarte Ferreira de Azevedo e Silva #6558

Orientador Científico: Professor Doutor Arq. Pedro Rodrigues  
Co-orientador Científico: Professora Doutora Cristina Cavaco

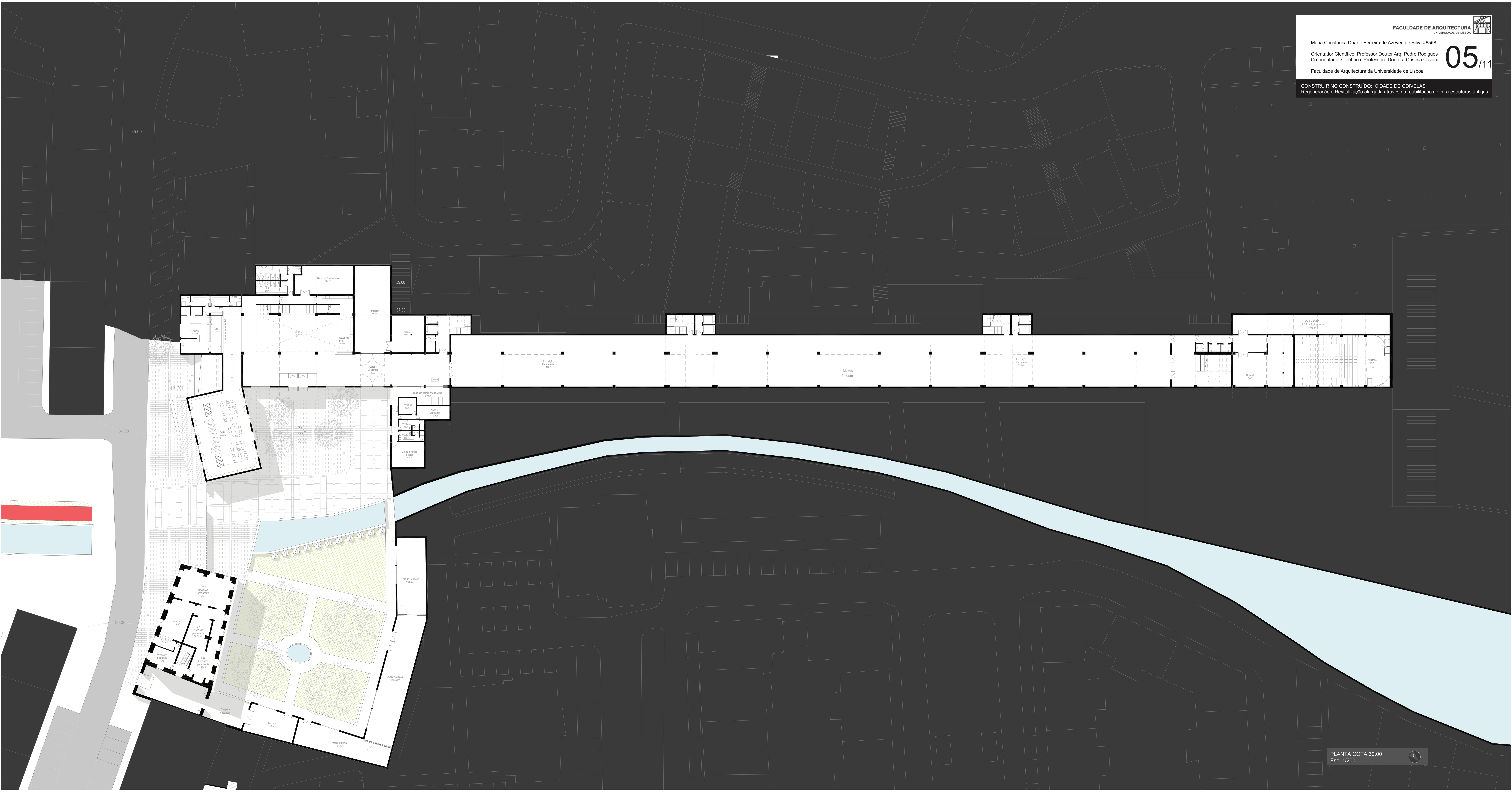
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

04/11

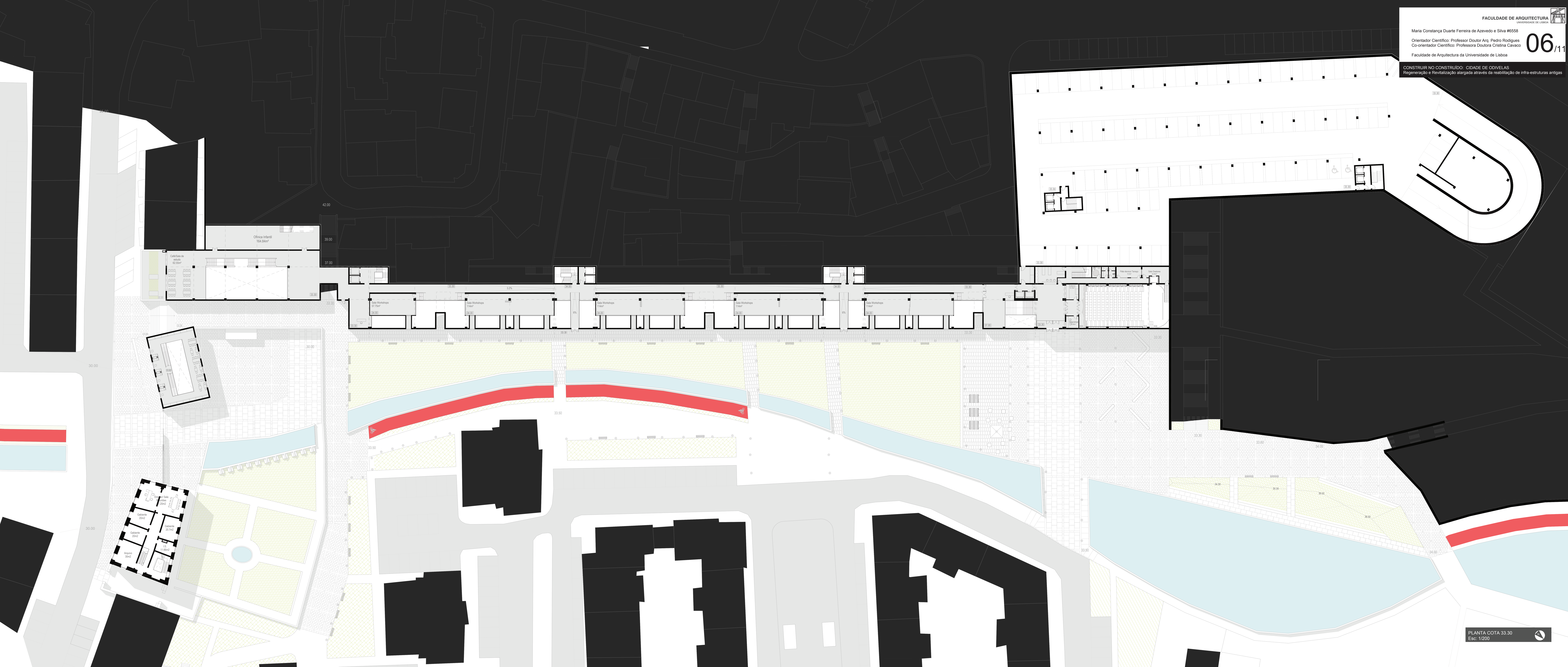
CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: CIDADE DE ODIVELAS  
Regeneração e Revitalização alargada através da reabilitação de infra-estruturas antigas



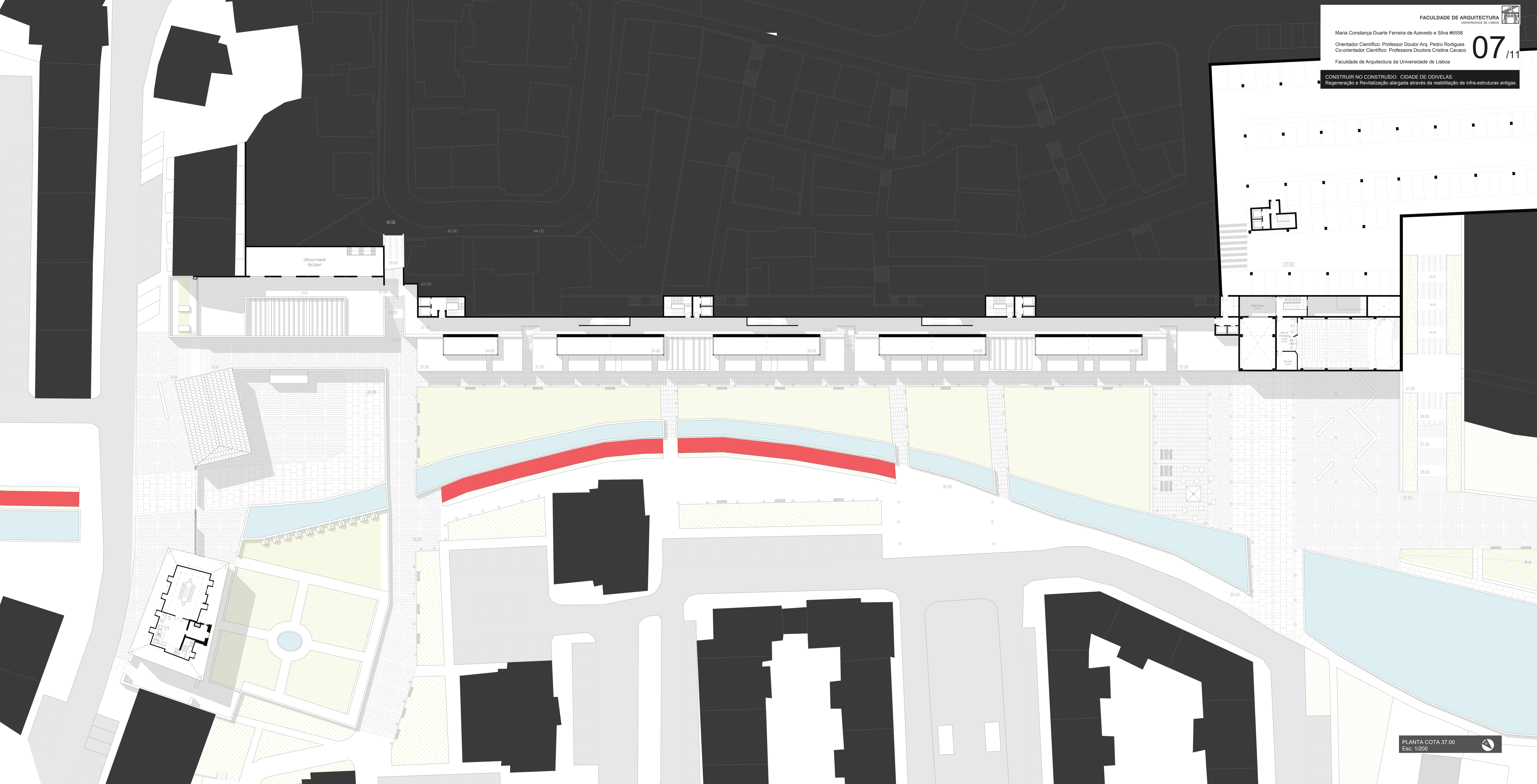










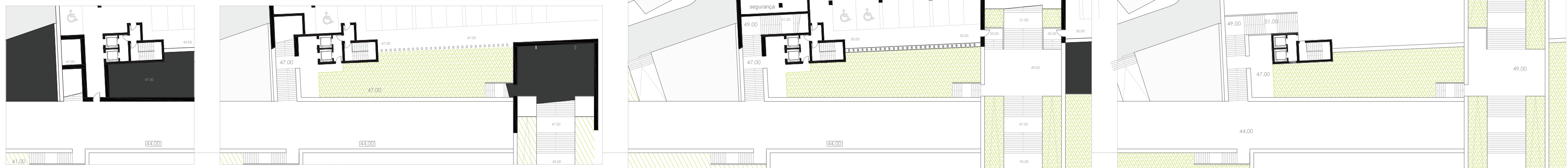








PLANTAS ACESSOS ESTACIONAMENTO



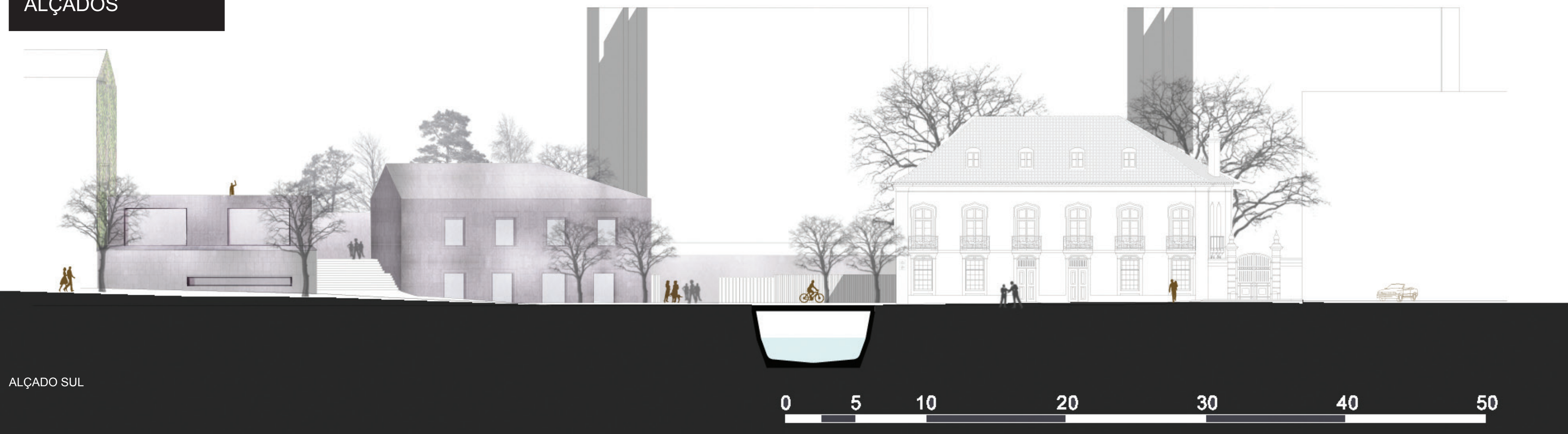
PLANTA COTA 44.00

PLANTA COTA 47.00

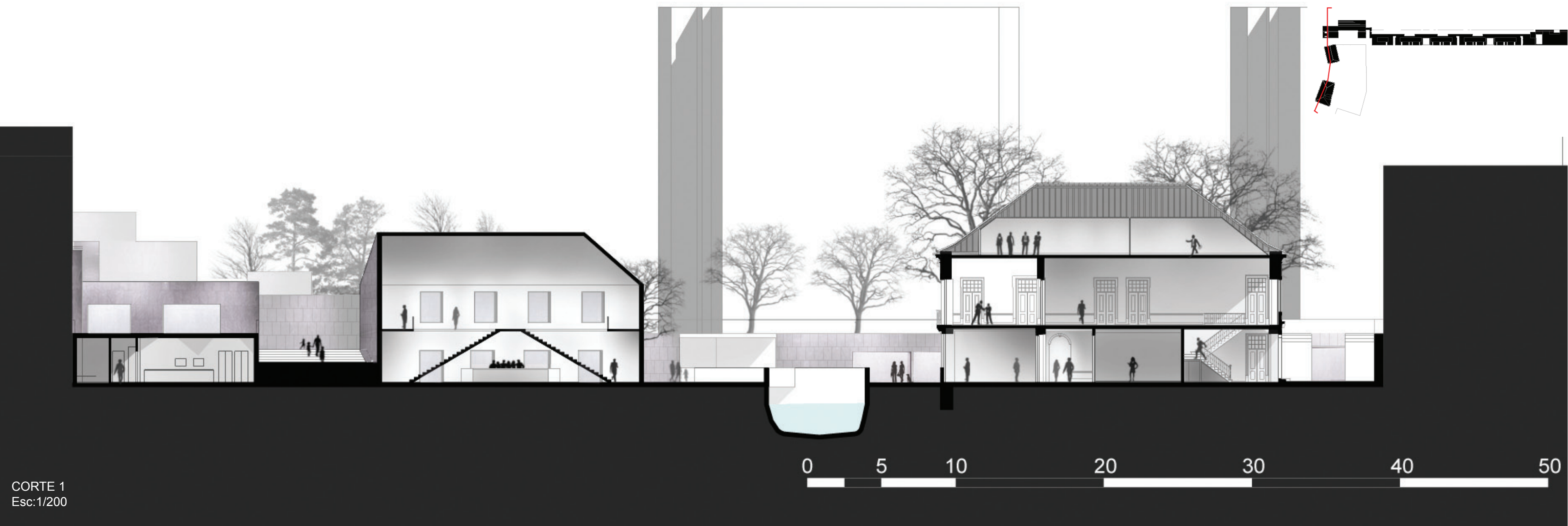
PLANTA COTA 50.00

PLANTA COBERTURA

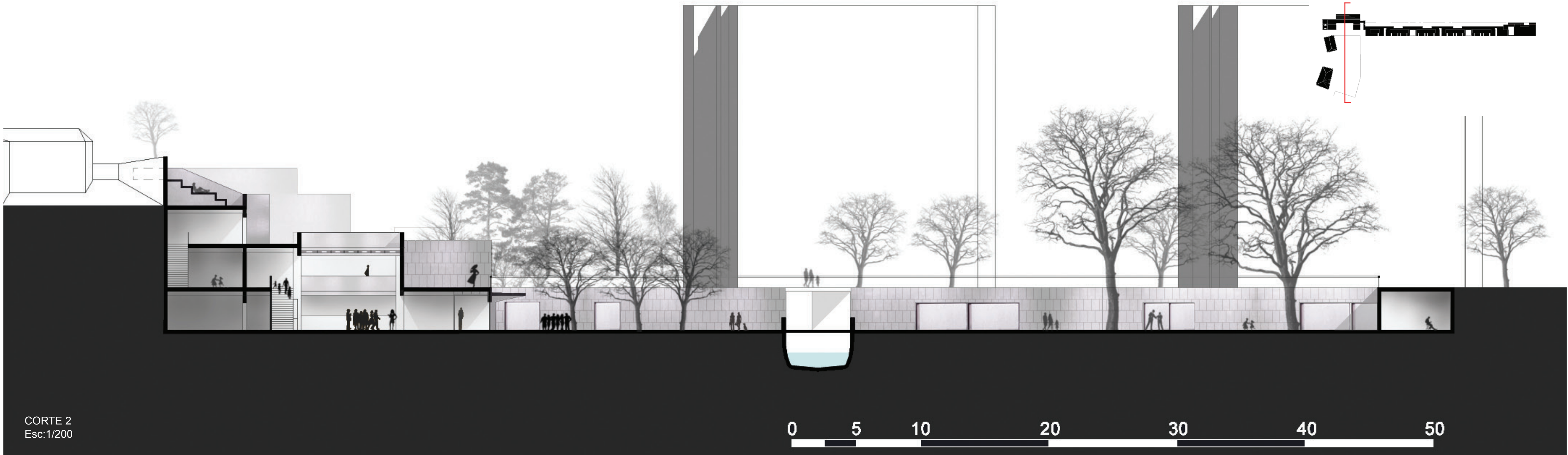
ALÇADOS



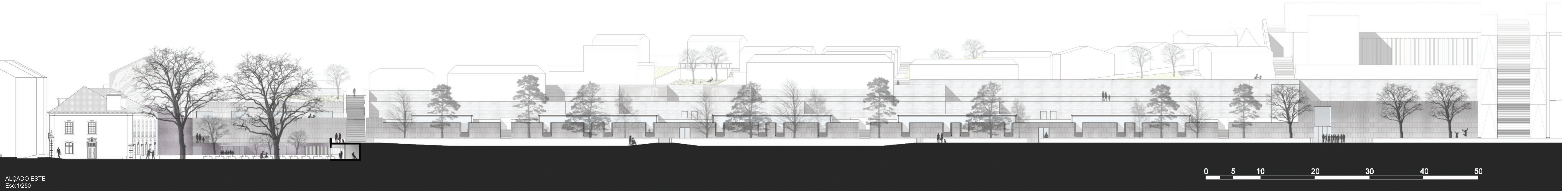
ALÇADO SUL



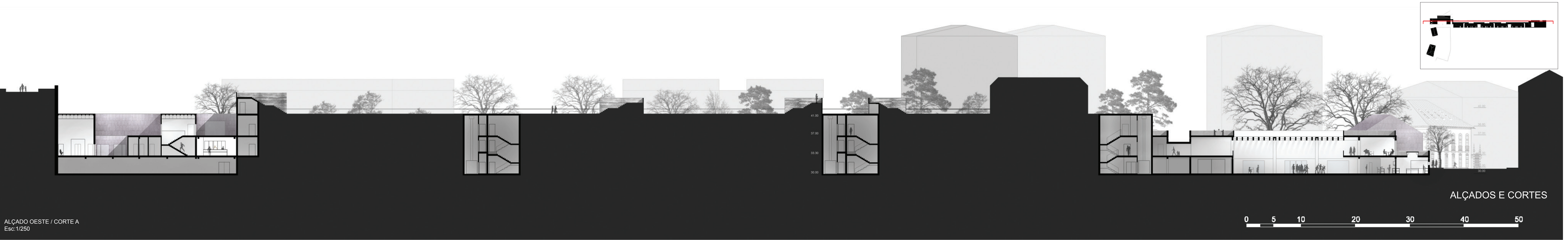
CORTE 1  
Esc: 1/200



CORTE 2  
Esc: 1/200

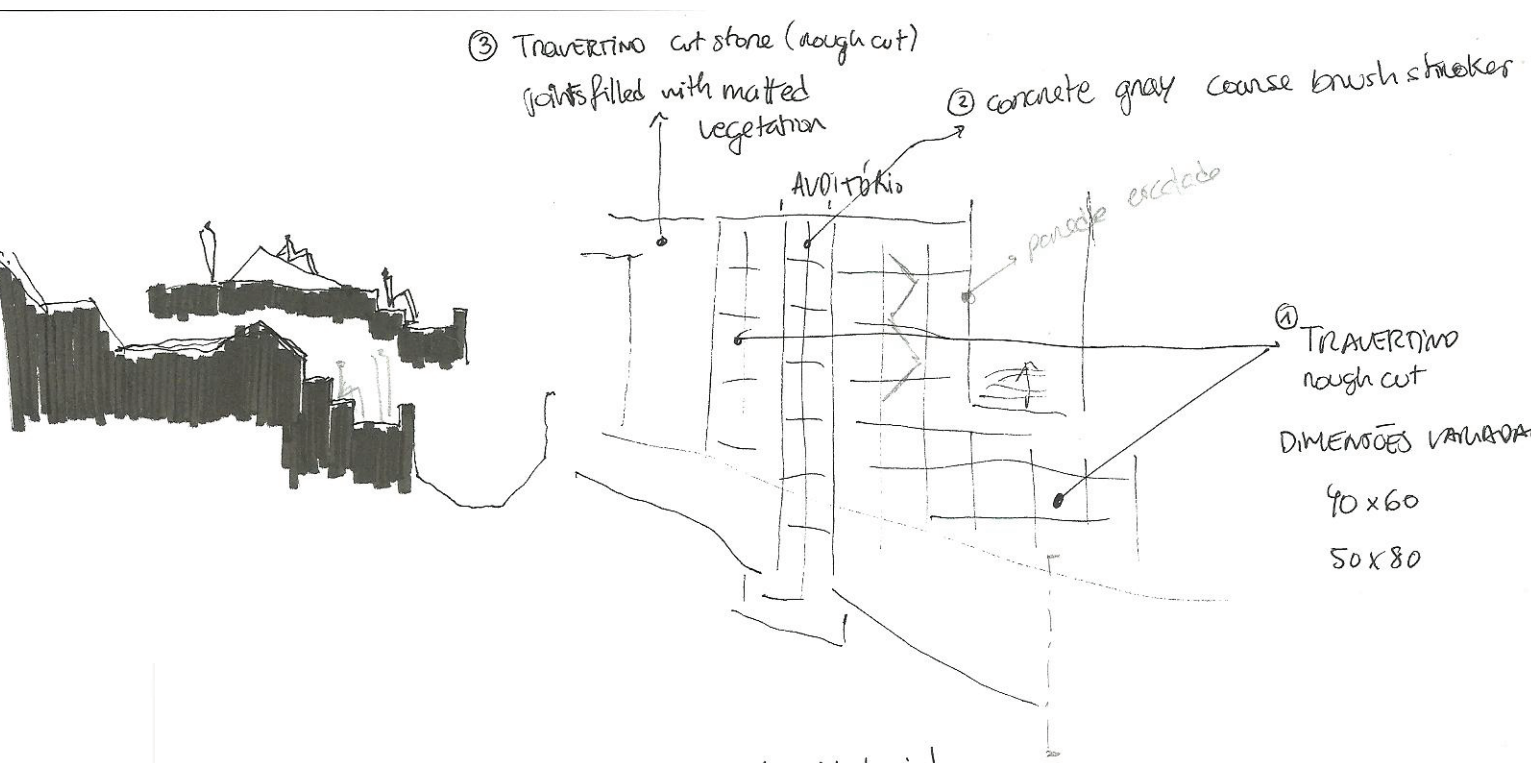


ALÇADO ESTE  
Esc: 1/250

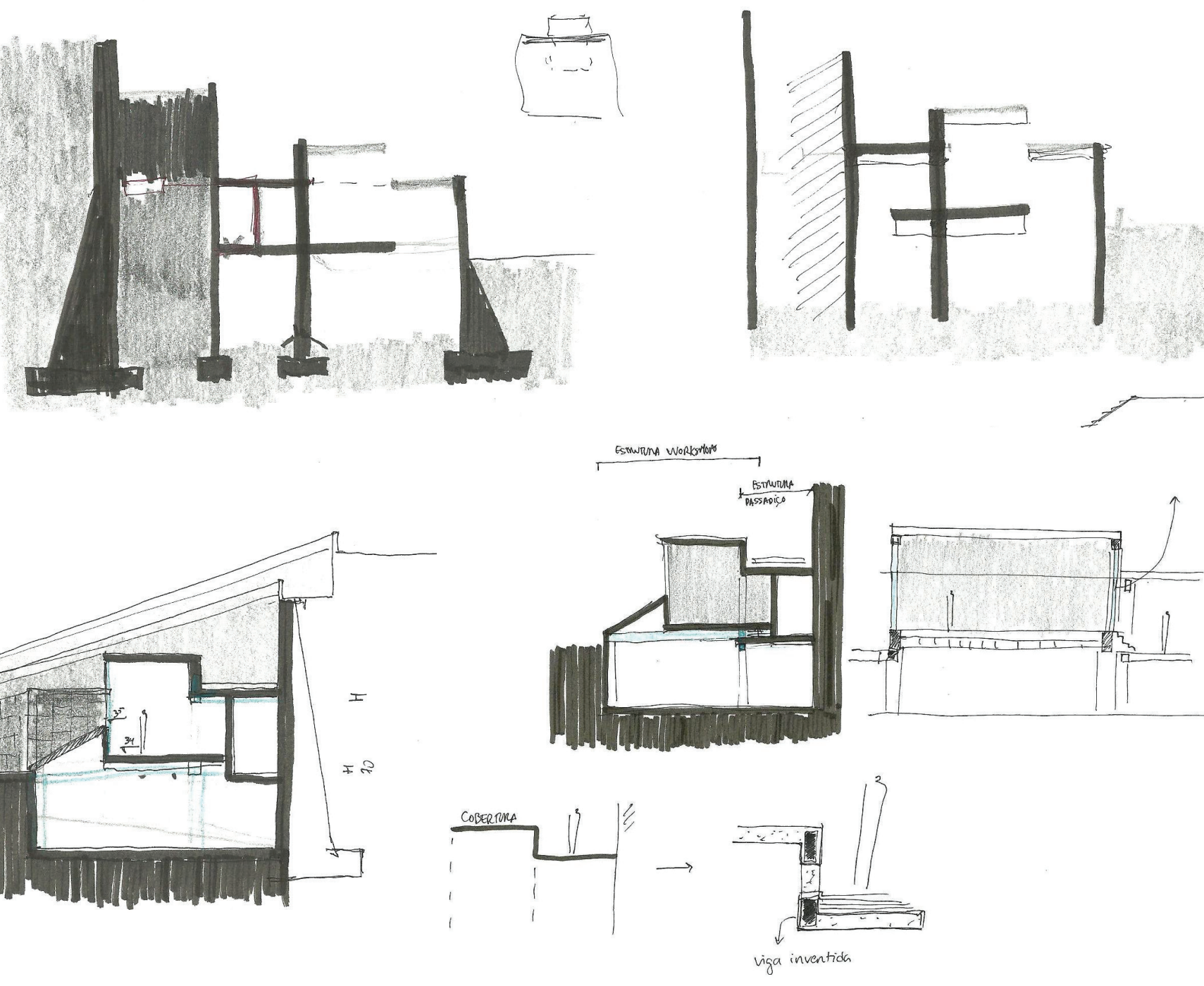
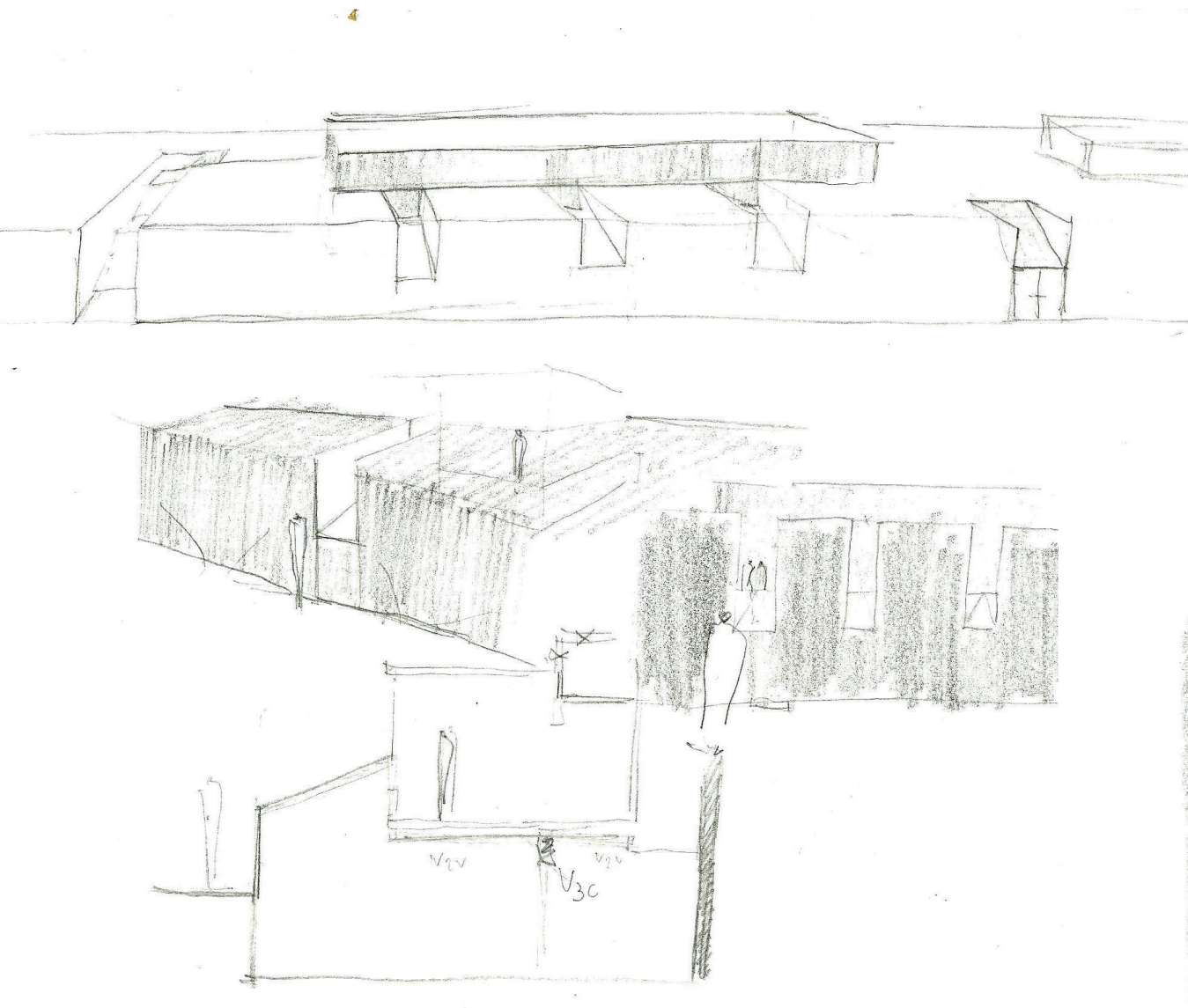


ALÇADO OESTE / CORTE A  
Esc: 1/250

ALÇADOS E CORTES



- Escudo do Material
- ① Resposta à compressão, à tração, à de alongamento de água/materiais, entre, solo totalmente impermeável uso → camada de proteção, de proteção de qtd dimensões [mostrar valor compressão]
  - ② Uma vez q o Transverso não apresenta boas respostas à compressão, utilizo "concretos" com base no tipo de uso e "Load classes".  
[mostrar uso e quadro]
  - ③ Recurso ainda a um tipo de pavimento denominado/ classificado por "superfícies brutas" como "special construction" ou, no geral, "unbearable layers" (of load classes 5 e 9) → transição pav./gradim. Mostra possibilidade um passeio/ "Passeio" o mais próximo, ainda q pavimentado, possível.







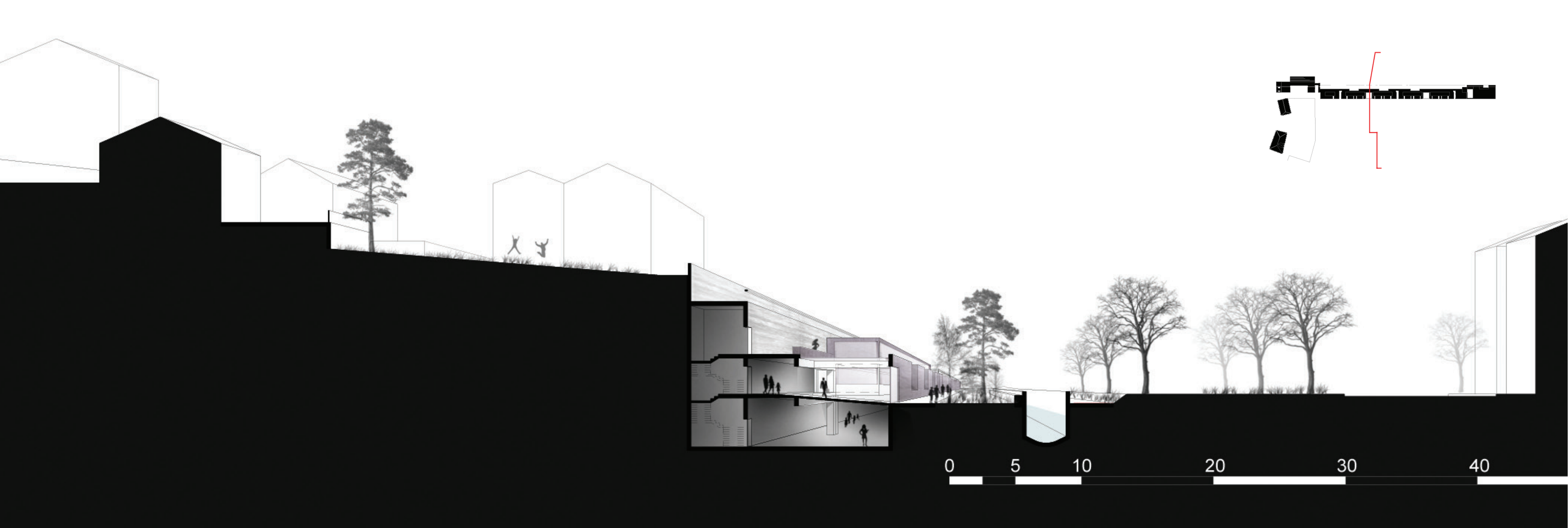
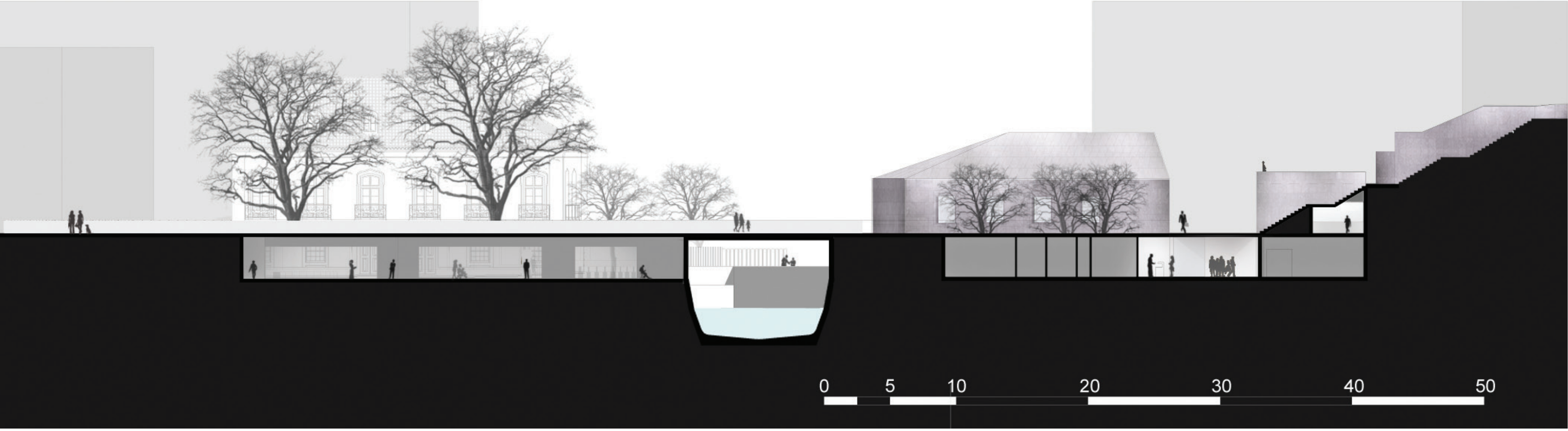
Maria Constança Duarte Ferreira de Azevedo e Silva #6558

Orientador Científico: Professor Doutor Arq. Pedro Rodrigues  
Co-orientador Científico: Professora Doutora Cristina Cavaco

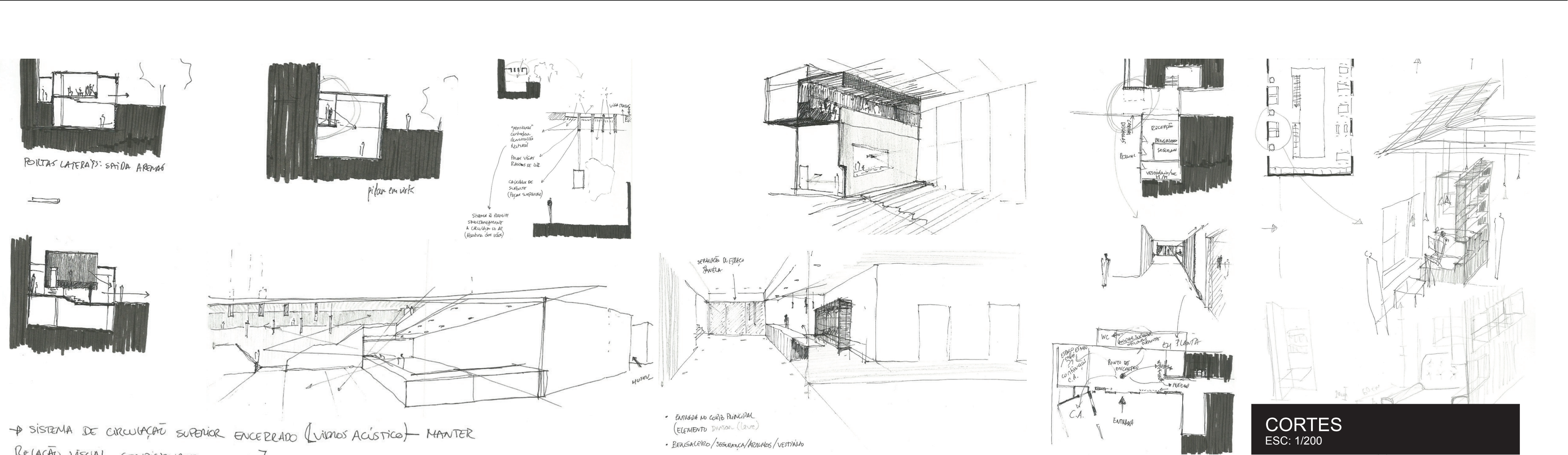
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

10/11

CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: CIDADE DE ODIVELAS  
Regeneração e Revitalização alargada através da reabilitação de infra-estruturas antigas



CORTE 5  
Esc: 1/200



CORTES  
ESC: 1/200



Maria Constança Duarte Ferreira de Azevedo e Silva #6558

Orientador Científico: Professor Doutor Arq. Pedro Rodrigues  
Co-orientador Científico: Professora Doutora Cristina Cavaco

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: CIDADE DE ODIVELAS  
Regeneração e Revitalização alargada através da reabilitação de infra-estruturas antigas

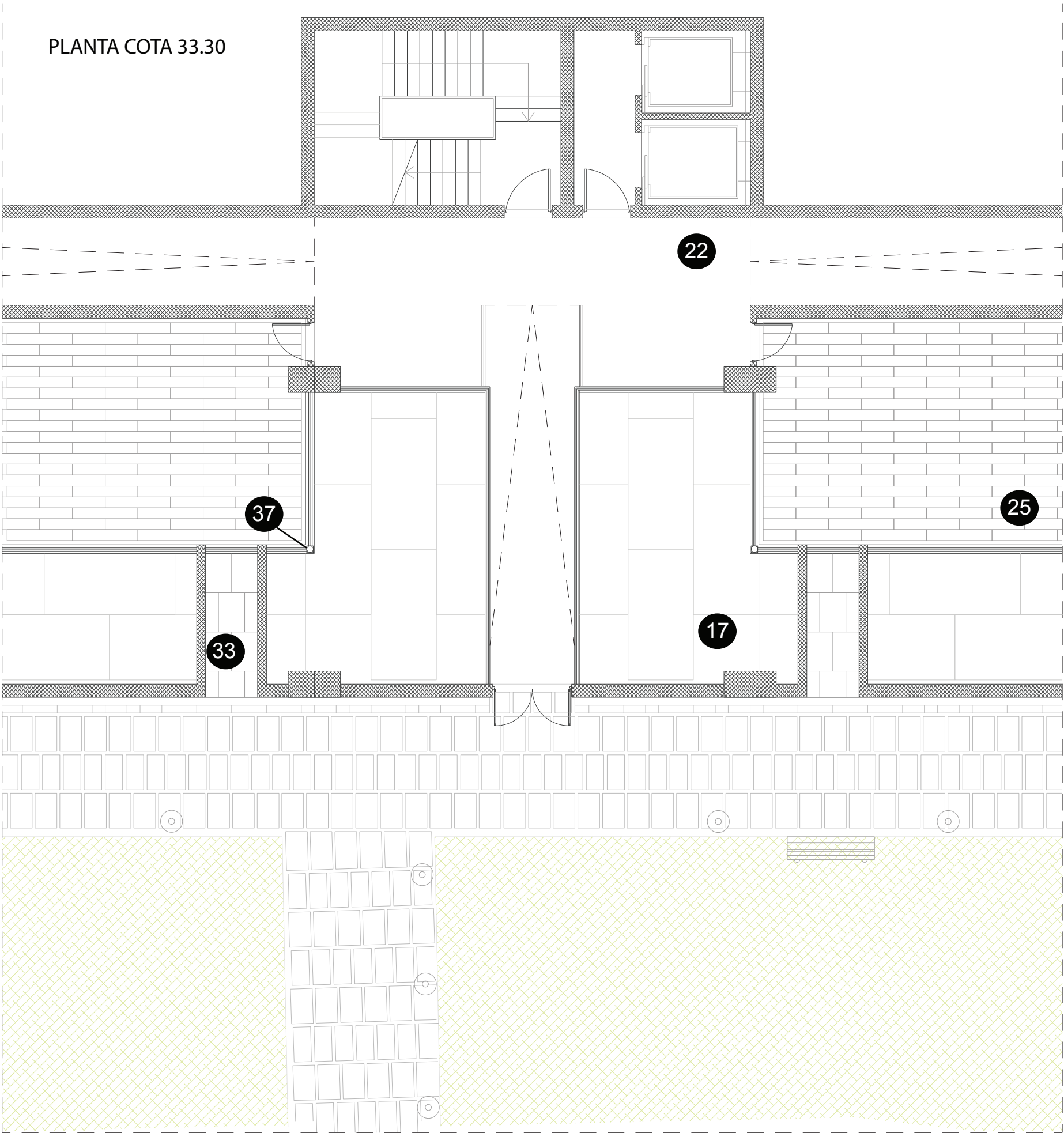
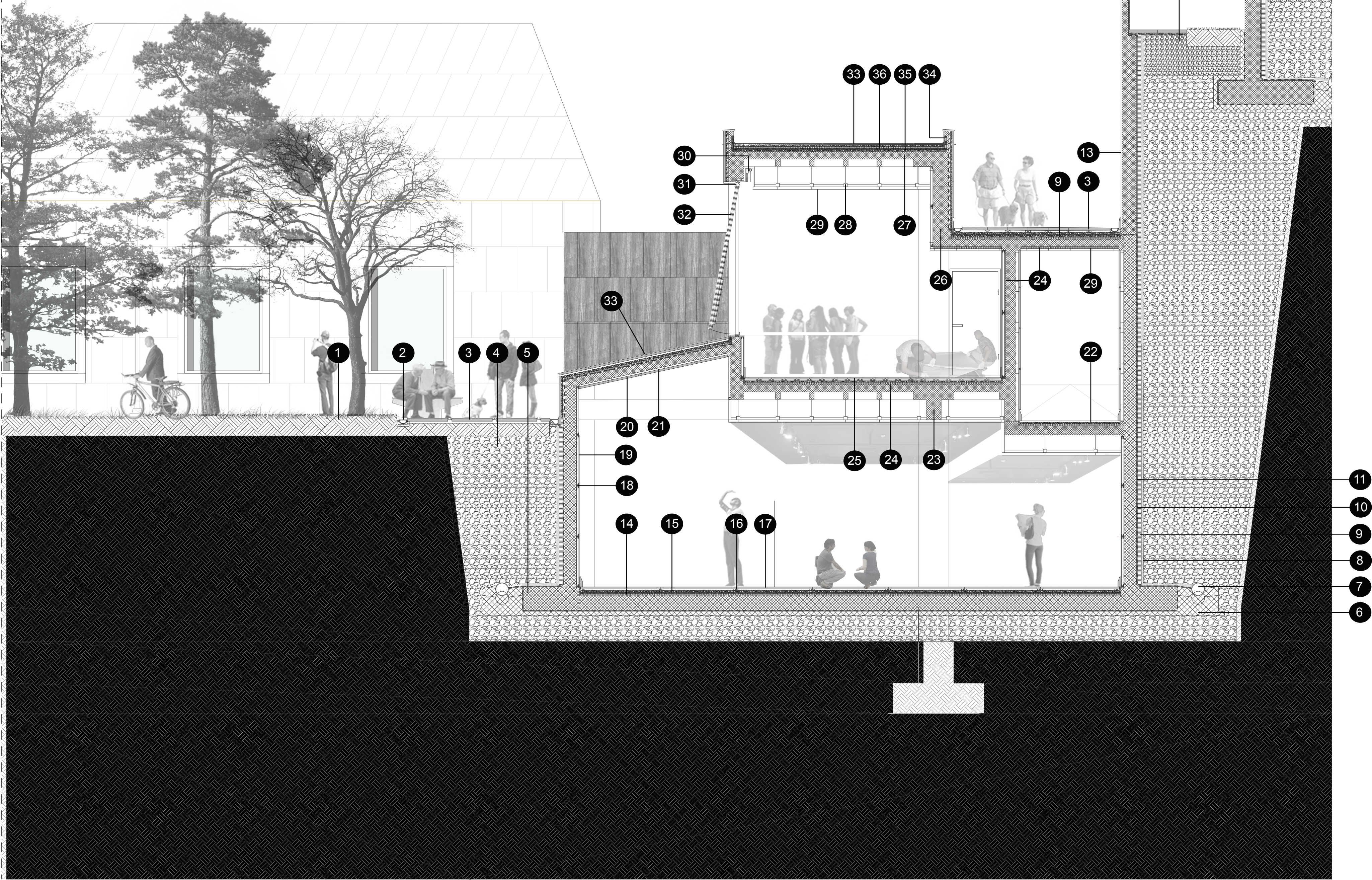
11 / 11

- 1- Composto vegetal
- 2 - Caleira em metal galvanizado
- 3 -Travertino, cor pedra natural, “rough cut”, 80cm x 40cm e 80cm x 50cm
- 4 - Enrocamento
- 5 - Sapata contínua do muro de retenção em betão armado
- 6 - Betão de limpeza
- 7 - Dreno metálico
- 8 - Camada protectora com pitons
- 9 - Isolamento térmico, poliuretano
- 10 - Camada de impermeabilização
- 11 - Barreira de vapor
- 12 - Graviilha
- 13 - Muro de contenção em betão armado, acabamento cofragem de madeira
- 14 - Isolamento térmico/acústico, termopolacoustic
- 15 - Camada de assentamento
- 16 - PAD 10cm x 3cm
- 17 - Pavimento grés porcelânico - Aster Maximum, cor preta (moon maximum), acabamento “honed”\*, 150cm x 300cm
- 18 - Perfil metálico de secção em “U”, montante 46 reforçado
- 19 - Placa Pladur N
- 20 - Travertino cinzento polido, 60cm x 90cm
- 21 - Perfil metálico
- 22 - Cimento afagado
- 23 - Viga em betão armado
- 24 - Isolamento acústico, celulose projectada
- 25 - Barrique “special rett”, cor esbranquiçada, acabamento natural, 25cm x 75cm e 25cm x 150cm (grés porcelânico com efeito madeira)
- 26 - Viga invertida em betão armado
- 27 - Laje fungiforme em betão armado
- 28 - Perfil metálico, principal 70mm x 30mm
- 29 - Gesso cartonado, Pladur

MATERIALIDADES	
FACHADAS	MATERIAL: Travertino COR / TRATAMENTO: Cinzento / Natural ACABAMENTO: Corte Brusco ou polido DIMENSÕES: 90cm x 60cm
APARÊNCIA Estereotomia	
SOCALCOS:	
BETÃO COFRAGENS DE MADEIRA	
PAVIMENTOS	
MATERIAL: Aster Maximum COR / TRATAMENTO: Preto ACABAMENTO: Honed DIMENSÕES: 150cm x 300cm	
MATERIAL: Barrique Special Rett COR / TRATAMENTO: esbranquiçado ACABAMENTO: Natural DIMENSÕES: 25cm x 75cm	
MATERIAL: Barrique Reserved Rett COR / TRATAMENTO: cor madeira ACABAMENTO: Natural DIMENSÕES: 25cm x 75cm	

- 30 - Tela de sombreamento - pelicula filtrante b-prodotti, cor preta
- 31 - Caixilharia basculante de folha dupla em alumínio anodizado, coloração preta, polido
- 32 - Vidro duplo
- 33 - Travertino cinzento, “rough cut”, 60cm x 90cm
- 34 - Mastique elástico
- 35 - Camada de regularização
- 36 - Isolamento térmico - poliestireno extrudido, roofmate SL
- 37 - Perfil metálico Lali d=15cm

\* Honed - “compromisso entre o polido e o acabamento natural”



DETALHE CONSTRUTIVO  
ESC: 1/50 e 1/100